



PODER EXECUTIVO
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



MARIA ISABEL DE ARAÚJO

AJURI

Manaus - AM.
2019

MARIA ISABEL DE ARAÚJO

**AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO
CONTEXTO AMAZÔNICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, como requisito para obtenção do título de Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Área de Concentração: Processos Socioculturais na Amazônia.

Linha de Pesquisa 1: Sistemas Simbólicos e Manifestações Socioculturais.

Orientador: Dr. Evandro de Moraes Ramos.

Orientador: Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa.

Manaus - AM.
2019

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A663a Araújo, Maria Isabel de
Ajuri : O saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico / Maria Isabel de Araújo. 2019
240 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Evandro de Morais Ramos
Orientador: Silas Garcia Aquino de Sousa
Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Amazônia. 2. Agricultura familiar. 3. Agrofloresta. 4.
Configurações. 5. Etnografia. I. Ramos, Evandro de Morais II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA
MARIA ISABEL DE ARAÚJO**

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 14h (catorze horas), na Sala de Web Conferência do Centro de Educação a Distância /CED, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, ocorreu a sessão Pública de Defesa de Dissertação de Mestrado intitulada “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO”, apresentada pela aluna **MARIA ISABEL DE ARAÚJO**, que concluiu todos os pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia, conforme estabelece os Artigos 40 e 41 do Regimento Interno do Curso. Os trabalhos foram instalados pelo Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos – UFAM, Orientador e Presidente da Banca Examinadora, que foi constituída, ainda, pelo Prof. Dr. Michel Justamand – UFAM e pelo Prof. Dr. Aldenir Carvalho Caetano – UFAM. A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a dissertação, passou a arguição pública da mestranda. Encerrados os trabalhos, os examinadores expressaram o seguinte parecer:

- Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos

Parecer: (APROVADA) Assinatura: Evandro Ramos

- Prof. Dr. Michel Justamand

Parecer: (APROVADO) Assinatura: Michel Justamand

- Prof. Dr. Aldenir Carvalho Caetano

Parecer: (APROVADO) Assinatura: Aldenir Carvalho Caetano



PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA



Parecer Final

A BANCA EXAMINADORA, POR UNANIMIDADE, SUGERIU
QUE ESTA DISSERTAÇÃO SEJA PUBLICADA EM FORMATO
DE LIVRO, EM ARTIGOS E AUDIOVISUAIS.

Presidente da Banca Examinadora

Proclamados os resultados, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu, Johnny Menezes Fernandes, secretário do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Manaus (AM), 23 de agosto de 2019.

• Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos

• Prof. Dr. Michel Justamand

• Prof. Dr. Aldenir Carvalho Caetano

Secretário



*A Maria Flora Araújo Catunda, inocência que me chega imposta
pelo alçoz destino.*

OFEREÇO

*Aos agricultores familiares, partícipes da pesquisa, amazônidas
que constroem a cada dia um capítulo de suas histórias.*

DEDICO

*Ao Prof. Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa, pelos imensuráveis
(des)afetos a pesquisa do ajuri.*

AGRADEÇO

AGRADECIMENTOS

*“Eu poderia suportar, embora não sem dor,
que tivessem morrido todos os meus amores,
mas enlouqueceria se morressem todos os
meus amigos.”*

(Vinícius de Moraes)

Eis um momento difícil após dois anos de intensos trabalhos: Agradecer. Não porque eu não saiba fazer, mas porque um agradecimento completo certamente renderia outra dissertação, pois, são tantas pessoas, tantos momentos, tantas vitórias!... Graças a Deus por Isso! De 2016 a 2019 foram anos de muitos sacrifícios e, também, de vitórias. E, a vitória principal está presente nessas páginas. Para conquistarmos a vitória e minimizarmos os sacrifícios advindos de todos os percalços que se apresentam no decurso da feitura desta Dissertação, contamos sempre com a ajuda de “anjos”. Quem são os “anjos”? Babá que o diga!

Anjos! São todos aqueles que nos empurraram para frente no momento em que o caminho se mostra cheio de pedras e obstáculos, que nos levantaram no momento da quase desistência, que nos momentos de angústia, cederam seu tempo para nos enviar uma palavra de conforto. São ainda, aqueles que nos jogaram a corda quando já estávamos quase submergindo no fundo do poço. Anjo! São inúmeras as pessoas que nos auxiliaram a chegar até esse momento. Os caminhos para chegar a esta Dissertação foram inundados da arte dos encontros e desencontros, dos percalços, horizontes e muitas descobertas. Agradecer às pessoas (anjos) e às instituições que me auxiliaram é uma forma de retribuir as dádivas recebidas nesse caminho. Elencá-los é quase impossível. No entanto, aproveito para agradecer aos anjos que estiveram bem próximos, dando-me a benção, a mão, o ombro, o colo e o abraço.

Externo minha gratidão aqui a algumas pessoas que foram fundamentais durante esse processo: Agradeço, principalmente:

A Deus, Criador e Mantenedor da vida!

In memoriam aos meus pais, Elzira Bezerra de Araújo e José Corrêa de Araújo, seus ensinamentos e valores alimentaram minha alma e conduziram meus passos até aqui, o legado, a aprendizagem e a vivência com a agricultura. Saudades eternas!

À Aurora Bezerra de Araújo, irmã e amiga de sempre, não são necessárias muitas palavras, a verdadeira amizade não se explica, é assim e pronto. Mais uma etapa... mais um apoio

incondicional que me ajuda a percorrer os meus objetivos. Sem você, meus sucessos acadêmicos e profissionais não teriam a mesma emoção, não fariam tanto sentido. Sem você nunca teria sido possível sonhar. O meu sorriso... devo a você!

Aos meus irmãos Antonino, Carlos (*in memoriam*), Geraldo, Mario, Mercedes, Moacir e demais familiares, pelos valores morais e espirituais compartilhados no seio familiar, pelo estímulo e apoio incondicional em cada um dos meus projetos, por toda paciência e compreensão das longas ausências durante este processo. O apoio de vocês foi imensurável;

À minha irmã Mercedes Araújo Gurgel do Amaral... por ser minha irmã; por palavras não será nunca possível descrever a sua importância na minha vida. Obrigada por sempre compreender os meus sonhos;

Ao Luís Eduardo, filho amado de coração, a quem retirei muita atenção, paciência e acompanhamento, agradeço por compreender os choros, lamurias, reclamações, quando nos momentos em que os prazos se esgotavam, eu entrava em desespero, pela imensa paciência nos dias mais complicados e pelo apoio infundável, compreendendo que este projeto era um desejo imenso que queria ver realizado, o meu eterno obrigado;

Ao Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos, Orientador desta Dissertação, por ser o grande responsável por esta missão que agora se cumpre, pela sabedoria e sugestões desde o nosso primeiro encontro na Banca de Avaliação, mas, sobretudo, por embarcar na minha viagem acadêmica, compreender minhas limitações, incentivo e apoio nos momentos da jornada em que eu fraquejava, dividindo comigo expectativas, correções e apoio nesta investigação: uma orientação científica criteriosa e crítica, estimulando e dando o tempo para construção pessoal do trabalho, incentivo que foram fundamentais para a concretude deste estudo. A disponibilidade que sempre manifestou e a empatia com que recebeu as minhas ideias, foram estímulos que me permitiu vencer as inseguranças deste processo, conduziu-me a maiores reflexões, as críticas construtivas, discussões e reflexões fundamentais ao longo de todo o percurso. Sua persistência conduziu-me a maiores reflexões, pelo estímulo em trabalhar com o conhecimento tradicional no processo de ajuízo, sua persistência foi o diferencial nessa Dissertação. Tudo isto compôs uma somatória fundamental para a construção do pensamento que se traduz nas páginas deste longo texto hoje entregue. Minha especial gratidão;

Ao Prof. Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa, que foi mais que um Orientador, professor, anjo amigo, que acreditou em mim, com seu grande apoio, dedicação, orientação e confiança me ajudou a construir o caminho que percorri desde a idealização até à concretização deste Projeto denominado Ajuri. Os desafios que colocou, as palavras que corrigiu e até os desabafos que estas ‘oiças’ atentaram, foram fundamentais para que vicejasse com liberdade, consciência e conhecimento. Pelo permanente estímulo nessa trajetória, imensurável paciência confiança, apoio e modelo fotográfico. Sem palavras para agradecer pelas incontáveis noites perdidas nas leituras de MBA, os neurônios queimados nos latidos dos au! au! Pelos cabelos arrancados do Malvado, tudo para que este sonho pudesse se concretizar. Que ouviu paciente minhas ponderações Eliasianas (estabelecidos e *outsiders*), Foucaultianas (controle social), Bourdianas (habitus), Merleau-Ponty (fenomenologia) e de Peirce (semiótica) dentre outros autores... partilhando ideias, conhecimento, experiências, e até mesmo alguns entevos que passaram por esta relação entre Orientador-Orientanda, o/e que sempre me motivou. Por todo encorajamento quando tudo parecia desmoronar. Sua dedicação para comigo revelam a natureza de um amor sincero, que almeja a plenitude de minhas realizações profissionais e afetivas. Sem dúvidas, a construção dessa pesquisa de Dissertação foi feita a quatro mãos. Agradeço! ... é!

Uma trajetória de estudos certamente não é construída de modo individual, mas com o apoio de mestres que acompanham e orientam, compartilham dificuldades e conquistas. Neste sentido agradeço aos Docentes do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, por transmitirem seus conhecimentos de forma tão comprometida e corroborarem com os meus, permitindo conduzir este trabalho, os conhecimentos transmitidos foram importantes no desenrolar deste Projeto com os quais tenho convivido em espírito de *philia*.

Ao pessoal da Secretaria Acadêmica do PPGSCA, em especial ao Johnny Menezes Fernandes e Rodrigo de Nazaré Barbosa pela eficiência, dedicação, disposição, simpatia, sempre solícitos, até mesmo fora do horário. Meus sinceros agradecimentos.

Aos professores doutores Gláucio Campos Gomes de Matos e Michel Justamand, pelo encorajamento à empreitada da pesquisa com importantes observações, orientações norteadoras da pesquisa. Agradeço pelas inúmeras contribuições na banca de qualificação, porque sem elas não haveria enriquecedoras idéias. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço em especial ao Prof. Dr. Antonio de Pádua, pelas oportunas e inteligentes sugestões a Dissertação do ajuri e, por todos os momentos de aprendizagem que tive, pela forma amiga e generosa com que sempre me incentivou, pelo estímulo a visita de campo com os docentes junto aos agricultores familiares, o bom convívio, as boas discussões com amizade e partilha do que há de melhor em nós.

Aos agricultores familiares da hinterlândia Amazônica que labutam a terra, garantindo soberania alimentar, vocês meus queridos doutores, mestres e alunos dos quintais agroflorestais, que laboram na agroecologia, nós compartilhamos o mesmo sonho e foi através deste que nos conhecemos, mais um presente que o ajuri me trouxe, a família APOAM: Celina e Akira, Fatima e Genildo, Graça e Osmar de Lima, Helena e Antônio, Elza e Elano, Etelvina e Aldemir, Joelma e Antão, José Piauí, Maria Francisca e Manoel, Marina, Luana e Roberto, Miriam e Claudio, Roseli, Moura e Diego, Tereza e José Rodrigues, Frank e João, alunos da EARA e demais familiares da APOAM, pelas tantas vezes que me acolheram, fazendo-me sentir como se fosse da família, razão e grande motivação para a realização dessa Dissertação. É por causa de vocês que minhas cortinas se abrem todos os dias;

A concretização de um projeto com esta natureza não se deve apenas aos seus autores, mas antes, a todos aqueles que de forma direta ou indireta se envolveram. Foi enorme e constante a partilha. Partilharam-se dúvidas, incertezas, conquistas e muitas aprendizagens. Deste modo, humildemente agradeço as Comunidades de Agricultores Familiares da hinterlândia Amazônica, sujeitos deste estudo, que me acolheram em suas casas, pela paciência e seriedade em compartilhar seus conhecimentos, gesto de grande confiança na pesquisadora, em contribuir com as suas memórias na construção etnográfica. Não há palavras suficientes para o agradecimento a todos, que ajudaram de forma tão abrangente, de tão distintas maneiras, direta ou indiretamente que, para além desta Dissertação, acompanhar a rotina desses agricultores familiares trouxe muitos ensinamentos. Sem vocês não teria conseguido finalizar este trabalho. Assim, estendo meu agradecimento em nome de quem cumprimento os demais agricultores familiares o Sr. Silas Garcia, proprietário do Sítio Bôa Vista, (é verdade, tem um acento circunflexo na placa do sítio) na ZF4, permitindo minha presença para acompanhar os ajuris na feitura dos roçados, plantio de PFM e PFNM... nas visitas as comunidades de agricultores familiares cujos projetos são acompanhados pela Embrapa.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Ocidental - CPAA, que

permitiu para desenvolver em campo a pesquisa do ajuri, ambiente agradável e amigável, repleto de oportunidades à formação acadêmica.

Aos colegas da turma de mestrado 2017, por dividir conhecimentos e experiências, fizeram este percurso ser especial. Foi prazeroso compartilhar o conhecimento com vocês;

À “Amora” Delta Paula Melo, pessoa que tive a grata satisfação de conhecer durante este percurso acadêmico, colega, amiga, companheira... pela amizade, inúmeras conversas, risadas e pelo apoio sempre prestado nos momentos de angústia... Sou-lhe grata pelos vários momentos partilhados, a dupla “Ajuri e Daime”, memórias, discussões e muitos embates..., à UFAM, no transporte escolar da Maria Pitó. E sempre que de uma punção cardíaca precisava no Tango, Bb e Tuga, esta caminhada não seria a mesma sem você.

À amiga Gisele Bahia, grata por todos os momentos em que fomos estudiosas, brincalhonas e cúmplices nas deliciosas guloseimas (a bola, nem se fala). Agradeço pela paciência, sorriso, abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava, ajudou a transformar esta viagem num verdadeiro crescimento e amadurecimento!

Ao “doutorando estabelecido” (enquanto ‘Eu’ *outsiders*), anjo amigo, Joaquim Onésimo Ferreira Barbosa, que conheci durante a fase inicial desta jornada nos estudos da teoria Eliasiana, por sua contribuição e apoio, a cessão e indicação de material de estudo, assim como, palavras de incentivo e força, tornando-se um dos responsáveis e impulsionador nos momentos decisivos das discussões teóricas, elucubrações até a finalização desta Dissertação;

À amiga Dinalva Burgos Monteiro (*in memoriam*) que me acolheu, fiel “confidente”, que não permitiu que me aprofundasse na “solidão antropológica”, bem como a Família WM (Erica, Patrícia, Wilson, Gabriel, Victor e Humberto), agradecidos não só por terem proporcionado ser possível a elaboração desta Dissertação, mas pelos gestos de amizade, disponibilidade nas vistas de campo no sítio São Raimundo, motivação, apoio, e por todos os outros inúmeros motivos impossíveis de serem listados todos aqui. Sinceros agradecimentos!;

À “querida” Ana Amélia Rocha da Silva, grande incentivadora dessa etapa de vida, agradeço as longas conversas, os telefonemas, preocupações, que não me permitiram desistir dessa

jornada. Soube compreender meus momentos de dedicação intensiva as teorias Eliasianas, minhas ausências nos litrões’, por sua compreensão nos meus momentos menos bons. Grata!;

As companheiras, amadas, queridas, adoradas, jamais traídas, musas da hinterlândia Amazônica, Florismar, Luzarina, Nonata, Nubia..., demais MUSAS (Movimento de Mulheres Solidárias do Amazonas), companheiras que acreditaram na minha proposta e depositaram seu voto de confiança, colocar um voto de confiança é um gesto simples que, no entanto, encerra uma complexidade de sentidos, projetos e caminhadas, pessoais e coletivas. As ações sociais, políticas e de organização ficam ainda mais fortalecidas com esta vitória. A Todas expressei o meu mais sincero agradecimento;

À Profa. Taíse Silva F. G. Alves, agradeço a correção ortográfica e revisão da Dissertação;

Enfim, pode parecer loucura de minha parte, por falta ou excesso de amor e sensibilidade, mas, quero agradecer pelos meus filhos irracionais *Maçaranduba*, *Estrelinha* e *Luna*, cada um do seu jeito, peludo, liso, que me lambiam de muito amor, companheiros nesta jornada de estudo, momentos estes que me estimulou e fez-me acreditar mais ainda “de que nada é impossível”;

Ao amado, adorado, querido, jamais traído, anjo amigo, BaBá Viana e seu mentor Tomix (*in memoriam*), com quem convivi em todos os momentos, não apenas durante a realização desta Dissertação, desde que o conheci em décadas passadas, fonte de (des)afeto, apoio e incentivo, que nunca deixou de me "socorrer" sempre que precisei, trouxe-me energia necessária para prosseguir - e o que é melhor - com confiança, sua presença otimista, mesmo em tempos nada fáceis... É com satisfação que registro sua participação em boa parte das ideias que aqui procuro expressar e defender. Como disse Mário Quintana: “*na convivência, o tempo não importa. Se for um minuto, uma hora, uma vida. O que importa é o que ficou deste minuto, desta hora, desta vida*”. Obrigada a você, fonte de vida, inspiração, sabedoria e amor. Que comigo ajudou a construir o que hoje, é ainda um sonho. Amo você! Do jeito que você é.;

Por fim e não menos importante e, até a mais importante, a musa inspiradora do ‘ajuri’, história que aqui está sendo concluída. À filha/neta Maria Flora, minha querida “cabôquinha, Maria Pitó”, amor e carinho que acalentaram este triste coração, especialmente no 2º e 3º ano do curso, diante das intempéries da vida, me permitindo voltar a sonhar, brindou luz e gosto à

minha vida. Fonte de inspiração, razão de viver, que em meio ao seu pouco e quase nada de entendimento, compreendia que a vovó Bel precisava de silêncio para estudar, agradeço as preocupações manifestada com perguntas do tipo “vovó, falta muito”? “Eu tô muito feliz”? “Eu sou sua amiga”? “Eu te amo”? “Eu tenho duas mães, você e mamãe Tati”? Vem brincar comigo, me siga! E ainda dizer: Vai estudar vovó...! – vovó vai estudar? Claro que sim...! Mais do que esse, imensurável amor, voz que me tranquiliza o coração, sorriso que me alegra a vida... Que possas viver em um mundo onde o alimento seja um elo para uma vida longa, saudável, preservadora da cultura, modo de vida relacionado á preservação da memória biocultural da agricultura familiar. Você, meu alento! Razão da minha dedicação. Meu eterno obrigado;

Há muito mais a quem agradecer... A todos amig@s que contribuíram neste caminhar, para que essa dissertação fosse possível e, para não corrermos o risco de sermos injustos, optamos por não nomeá-los. Que me brindaram com seus inestimáveis apoios em distintos momentos, presenças afetivas, inesquecíveis diálogos, contribuíram, diretamente ou indiretamente, para que eu pudesse ter realizado este curso e no qual seria impossível nominar devido à impossibilidade de, por ser humana e, estar factível a erros, esquecer momentaneamente de alguns e assim ser injusta. Desta forma peço desculpas e humildemente agradeço a todas e a todos de coração, por serem cúmplices de todas as minhas angústias e pelas palavras sábias que sempre me acrescentaram. Certamente vocês deveriam estar inclusos nesses humildes agradecimentos e isentos, naturalmente do que aqui escrevi, a responsabilidade, como de praxe, recai apenas sobre o autor.

Agradeço a tod@s que compuseram essa teia de interdependência, de imensuráveis apoios e desmedidos significados configuracionais, citados ou não, minha GRATIDÃO!

Ninguém vence sozinho...

Esse trabalho é de todas (o) nós!

AGRADEÇO!

RESUMO

O processo de apropriação e gestão territorial pelos habitantes da hinterlândia Amazônica, constituídos por distintos atores sociais, diferentes famílias, por diversos filhos (as) da floresta, em grupamentos comunitários, que trabalham o manejo e uso da terra, cujos ensinamentos, histórias, conselhos valorosos, repassados de geração a geração, no mundo simbólico, segundo seus costumes e saberes produzidos por si e pela troca de saberes preservados na memória biocultural, em relação a preservação, conservação e valorização de formas de organização, trabalho, sociedade e cultura. O objetivo deste trabalho consistiu-se em inquirir as contribuições do trabalho coletivo denominado ajuri na formação sociocultural dos agricultores familiares nas comunidades de assentamento oficial (rural) e de ocupações espontâneas, da Região Metropolitana de Manaus - RMM. Com destaque nas contribuições do processo de formação de ajuri enquanto prática de solidariedade e sociabilidade nas comunidades dos agricultores familiares, na influência de valores culturais e na importância dos ajuris nas questões sociais, culturais e ambientais, relacionados a produção agrícola. O método de pesquisa foi estruturado numa análise de duas metodologias. A primeira com base no referencial bibliográfico histórico e atual, na pesquisa-ação etnográfica com enfoque qualiquantitativo e a segunda ancorada nos fundamentos do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, tendo como sujeitos partícipes, grupos de agricultores familiares de comunidade praticantes do trabalho coletivo em regime de ajuri, que comercializam diretamente seus produtos em feiras da RMM. O primeiro capítulo, “A Conquista da Hinterlândia Amazônica”, abordando o histórico processo de ocupação territorial, exploração da mão-de-obra indígena e da biodiversidade da floresta e da agricultura nativa. O segundo capítulo, “Os Sistemas de Produção da Agricultura Familiar no Contexto Amazônico”, descreve os diferentes agroecossistemas das unidades agrícolas familiares, o que produz, como produz e o destino da produção. O terceiro capítulo, “O Trabalho Coletivo em Ajuri nas UAFs da RMM”, aborda a epistemologia do trabalho coletivo social e solidário em regime de ajuri, o processo de formação de ajuri nas unidades agrícolas familiares, da Região Metropolitana de Manaus, bem como, a sua influência nas questões sociais, culturais e ambientais. Nas considerações finais, contextualiza-se o processo histórico social e cultural civilizador, da conquista do território da hinterlândia Amazônica, da exploração do homem com a natureza e do homem com homem e da apropriação dos saberes preservados na memória biocultural, em relação aos valores sociais e culturais e nas formas de organização do trabalho coletivo social solidário em regime de ajuri, bem como, a relação destes valores, com a questão da produção e consumo, garantindo a soberania e a segurança alimentar, no âmbito do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Amazônia. Agricultura familiar. Agrofloresta. Configurações. Etnografia.

ABSTRACT

The process of appropriation and territorial management by the inhabitants of the Amazonian hinterland, consisting of different social actors, different families, diverse children of the forest, in community groups, who work the management and use of the land, whose teachings, stories, advice valorous, passed on from generation to generation, in the symbolic world, according to their customs and knowledge produced by themselves and by the exchange of knowledge preserved in the biocultural memory, in relation to the preservation, conservation and valorization of forms of organization, work, society and culture. The objective of this work was to inquire the contributions of the collective work called ajuri in the socio-cultural formation of family farmers in the communities of official (rural) settlement and spontaneous occupations of the Manaus Metropolitan Region - RMM. The contributions of the ajuri formation process as a practice of solidarity and sociability in the communities of family farmers, the influence of cultural values and the importance of the ajuri in the social, cultural and environmental issues related to agricultural production are highlighted. The research method was structured in an analysis of two methodologies. The first based on the historical and current bibliographic reference, the ethnographic action research with qualitative and quantitative approach and the second anchored in the fundamentals of the Collective Subject Discourse - DSC, having as participants subjects, groups of family farmers in the community who practice collective work in a regime ajuri, who sell their products directly at RMM fairs. The first chapter, "The Conquest of the Amazonian Hinterland", addresses the historical process of territorial occupation, exploitation of indigenous labor and the biodiversity of forest and native agriculture. The second chapter, "Family Farming Production Systems in the Amazonian Context", describes the different agroecosystems of family farms, what they produce, how they produce, and the destination of production. The third chapter, "The Collective Work in Ajuri in the RMF UAFs", deals with the epistemology of social and solidarity collective work in the ajuri regime, the process of training of ajuri in family farms in the Manaus Metropolitan Region, as well as, their influence on social, cultural and environmental issues. The final considerations contextualize the civilizing social and cultural historical process, the conquest of the territory of the Amazonian hinterland, the exploration of man with nature and man with man and the appropriation of knowledge preserved in biocultural memory, in relation to social values. and cultural and in the forms of organization of the collective social work in ajuri regime, as well as the relationship of these values, with the issue of production and consumption, ensuring sovereignty and food security, within the scope of sustainable rural development.

Keywords: Amazon. Family farming. Agroforestry. Settings. Ethnography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Espaço com ocupações espontâneas.....	26
Figura 02 – Mapa da Região Metropolitana de Manaus (RMM).....	28
Figura 02a - Áreas de pesquisa: assentamento e ocupações da RMM.....	28
Figura 03 - Vila Aurora.....	31
Figura 04 - Vila Aurora – festas.....	32
Figura 05 - Censo agropecuário.....	34
Figura 06 - Brincadeiras na seca e cheia do rio.....	35
Figura 07 - Cheia do rio.....	36
Figura 08 - Feiras - CIGS, IFAM, APOAM	44
Figura 09 - Visitas as comunidades.....	45
Figura 09a - Diagnóstico etnográfico.....	47
Figura 09b - Observações participante.....	49
Figura 10 - Ecossistemas de várzea e terra firme - moradia e áreas agrícolas.....	52
Figura 11 - Hábitos imemoriais.....	63
Figura 12 - Plantios ao redor das casas.....	64
Figura 13 - Implementos agrícolas.....	66
Figura 14 - Práticas agrícolas.....	69
Figura 15 - Tradições passadas de geração a geração.....	70
Figura 16 - Região Metropolitana de Manaus – RMM.....	72
Figura 17 - Município de Autazes.....	73
Figura 18 - Município de Careiro da Várzea.....	74
Figura 19 - Lago do Rei - Careiro da Várzea.....	74
Figura 20 - Município de Iranduba.....	75
Figura 21 - Rio Negro - Ponte Jornalista Phelippe Daou.....	75
Figura 22 - Município de Itacoatiara.....	76
Figura 23 - Vista aérea de Manaus.....	78
Figura 24 - Atividades agroflorestais.....	78
Figura 25 - Sítio histórico de Velho Airão.....	79
Figura 26 - Estação Ecológica do Arquipélago de Anavilhanas.....	80
Figura 27 - Município de Presidente Figueiredo.....	80
Figura 28 - Município de Rio Preto da Eva.....	81

Figura 29 - Feira de produtos orgânicos – RPE.....	81
Figura 29a - Município de Silves.....	82
Figura 30 - Paisagem da agricultura familiar.....	86
Figura 31 - Transformação cultural da natureza.....	88
Figura 32 - Paisagem do lugar modificada.....	90
Figura 33 - Práticas de manejo no espaço físico.....	90
Figura 34 - Manejo da paisagem nos espaços agroalimentares.....	91
Figura 35 - Valores simbólicos habilitados.....	93
Figura 36 - Garantia de direito à posse a terra.....	94
Figura 37 - Modos de vida amazônicos.....	97
Figura 37a - Dinâmica social social do ajuri.....	102
Figura 38 - Práticas coletivas em ajuri.....	108
Figura 39 - Exploração dos recursos da natureza.....	111
Figura 40 - Quintais agroecológico.....	112
Figura 40a. Espaço social de vida e reprodução agroalimentar.....	113
Figura 41 - Ajuri trabalho coletivo.....	114
Figura 41a - Feira da APOAM.....	116
Figura 42 - Comunidade Careiro da Várzea.....	117
Figura 43 - Comunidade Santo Antônio CVA.....	118
Figura 44 - Comunidade Rio Preto.....	119
Figura 45 - Comunidade Terranostra.....	119
Figura 46 - Comunidade Uberê.....	120
Figura 47 - Corredor Ecológico Igarapé do Ipiranga.....	120
Figura 47a - Comunidade Unidos Venceremos.....	121
Figura 48 - Construções agroalimentar.....	122
Figura 48a - Plantas medicinais.....	137
Figura 49 - Queimadas para limpeza da área.....	139
Figura 50 - Acesso as propriedades.....	139
Figura 51 - Erosão pluvial e fluvial.....	140
Figura 52 - Carvoaria.....	140
Figura 53 - Resíduos sólidos gerados.....	140
Figura 54 - Instalações sanitárias fossa negra.....	141
Figura 55 - Problemas críticos/Estiagem da chuva.....	150
Figura 56 - Capoeiras.....	152

Figura 57 - Técnica habitual do corte da vegetação.....	152
Figura 58 - Roçados.....	154
Figura 59 - Feitura das casas.....	154
Figura 59a - Quintais agroflorestais.....	155
Figura 59b - Diferenças culturais nos quintais agroflorestais.....	156
Figura 60 - Ações de ajuri comunitário.....	159
Figura 61 - Ações de ajuri no roçado da mandioca.....	161
Figura 62 - Valorização da raiz de mandioca.....	163
Figura 63 - Beneficiamento primário da Manihot esculenta.....	164
Figura 64 - Ralação da massa.....	164
Figura 65 - Prensagem da massa.....	165
Figura 66 - Torrefação da farinha.....	165
Figura 67 - Casa de farinha.....	166
Figura 68 - Manutenção, consertos no ramal.....	169
Figura 69 - Manutenção da energia elétrica.....	169
Figura 70 - Atividade de ajuri na comunidade.....	170
Figura 71 - Compostagem.....	171
Figura 72 - Muvuca de sementes.....	172
Figura 73 - Semeadura a lanço.....	173
Figura 74 - Manejo da capoeira.....	174
Figura 75 - Plantio das culturas.....	174
Figura 76 - Criatórios de pequenos animais.....	175
Figura 77 - Produtos derivados de PFM.....	179
Figura 78- Comprovante de cadastro do órgão fiscalizador.....	180
Figura 79 - Reflexo da dieta alimentar.....	181
Figura 80 - Pomar caseiro.....	185
Figura 81 - Composto orgânico para cultivo de PANC.....	186
Figura 82 - Cultivo de PANC.....	187
Figura 83 - Variedades da hortifruticultura.....	189
Figura 84 - Outros trabalhos em ajuri.....	190
Figura 85 - Processo manual de produção da farinha de mandioca.....	194
Figura 86 - Utensílios e ferramentas utilizados.....	195
Figura 87 - Cultivo de mandioca nos agroecossistemas amazônico.....	196
Figura 88 - Teia de interdependência nos trabalhos em ajuri.....	197

Figura 89 - Práticas de ajuri dialógicas.....	198
Figura 90 - Coesão social.....	200
Figura 91 - Vínculos de valores geracionais.....	201
Figura 92 - Percepção visual do espaço agroalimentar.....	202
Figura 93 - Garantia dos meios de vida.....	203
Figura 94 - Paisagem rural/agrícola na hinterlandia Amazônica.....	204
Figura 95 - Teias de interdependência com os consumidores.....	205

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produtos agrícolas extrativistas.....	61
Tabela 2. Partícipes da pesquisa.....	125
Tabela 3. Diagnóstico de práticas ambientais nas UAF.....	130
Tabela 4. Inventário botânico dos quintais agroflorestais nas UAF.....	132
Tabela 5. % de Família botânica nas UAF.....	134
Tabela 5a. % de Família botânica nas UAF.....	135
Tabela 6. Espécies medicinais e famílias botânica.....	136
Tabela 7. Impactos Ambientais nas UAF.....	138
Tabela 8. Resumo das entrevistas realizadas à formação dos ajuris.....	144
Tabela 9. Formação do grupo de ajuri nas UAF e UPF.....	144
Tabela 10. Motivações para formação do grupo de Ajuri.....	145
Tabela 11. Benefício social/econômico/ambiental do Ajuri.....	147
Tabela 12. Formação do Capital social.....	147
Tabela 13. Habitus/motivos do ajuri.....	148
Tabela 14. Espécies agrícolas e florestais.....	174
Tabela 15. PFNM - Família etnobotânica - feira APOAM.....	176
Tabela 16. PFNM - Família etnobotânica – demais feiras.....	177
Tabela 17. Checklist de PFNM comercializadas na RMM.....	177
Tabela 18. Outros derivados de PFNM comercializadas na RMM	178
Tabela 19. Checklist de PANC.....	188
Tabela 20. Outros trabalho em ajuri.....	191
Tabela 21. Estimativa de custo do cultivo de 1,0 ha de mandioca.....	193
Tabela 22. Produção e comercialização.....	195

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Eixo I - Diagnóstico Sociocultural (perfil demográfico).....	125
Gráfico 1A. Eixo I - Diagnóstico Sociocultural (bens de consumo duráveis).....	127

LISTA DE ANEXOS

Anexo A. Parecer consubstanciado do CEP.....	224
Anexo B. Termo de Anuência Prévia (TAP).....	226
Anexo C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	227
Anexo D. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE).....	228
Anexo E. Questionário de Avaliação Social, Econômico, Agroambiental.....	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
APOAM	Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CASSAM	Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica de Manaus
CEPUFAM	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas
CF	Casa de Farinha
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CPR	Cadastro de Produtor Rural
EB	Exército Brasileiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal do Amazonas.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCS	Organização de Controle Social
OM	Organização Militar
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
REMA	Rede Maniva de Agroecologia do Amazonas
RMM	Região Metropolitana de Manaus.
SAF	Sistemas Agroecossistemas
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAF	Unidade Agrícola Familiar –
UFAM	Universidade Federal do Amazonas.
UPF	Unidades Produtivas Familiares
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

RESUMO	XIII
ABSTRACT	XIV
LISTA DE FIGURAS	XV
LISTA DE TABELAS	XIX
LISTA DE GRÁFICOS	XX
LISTA DE ANEXOS.....	XX
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XXI
SUMÁRIO.....	XXII
INTRODUÇÃO	24
i Ponderações Pré-Epistêmicas	29
ii Marco Teórico-Metodológico	39
iii. Conteúdo dos capítulos	50
1 - A CONQUISTA DA HINTERLÂNDIA AMAZÔNICA	53
1.1 O Sistema agroextrativista na Amazônia Colonial	61
1.2 A Região Metropolitana de Manaus – RMM.	72
2 - OS AGROECOSSISTEMAS DA UNIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR - UAF.....	83
2.2 A realidade vivida, o lugar, a paisagem.	88
2.3 O etnoconhecimento e as etnociências	94
2.4 Comunidades - ambiente e sujeitos.....	97
3 - OS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO DO AJURI.....	103
3.1 A solidariedade nos trabalhos coletivos em ajuri	106
3.2 Comunidade x relação social	108
3.3 Desenvolvimento agroecológico nas comunidades da RMM	110
3.3.1 Sujeitos Partícipes da Pesquisa	114
3.3.2 Universo de estudo - a percepção social, econômica e agroambiental	121
3.3.2.1 Coleta de dados	123
3.3.3 - Análise sociocultural - perfil dos partícipes da pesquisa	124
3.3.4 - Diagnóstico agrícola e ambiental das UAF	137
3.3.5 - Ecoformação das práticas de ajuri	142
3.4 Ajuri -Práticas processadas nas UAF e UPF.	150
3.5 Ajuri - Processo de formação socioambiental (Roçados, Quintais).....	151
3.5.1 Roçados	153
3.5.2 Quintais.....	155
3.6 Ajuri - Práticas coletivas	157
3.6.1 Plantio de mandioca (<i>Manihot Esculenta</i>).....	158
3.6.2 O processo da farinha da	160
3.6.3 A casa de farinha.....	166
3.6.4 Manutenção, Consertos e Reparos na comunidade.....	168

3.6.5 Produção de composto orgânico	171
3.6.6 Muvuca de sementes	172
3.7 Benfeitorias dos quintais agrofloretais nas UAF.....	175
3.8 Checklist de PFNM comercializadas na RMM.	176
3.9. Produto orgânico de produção agroecológica.....	179
3.9.1 Checklist de PANC comercializadas na RMM.....	185
3.10 Outros trabalho em ajuri.....	190
3.11 O valor pecuniário do trabalho em ajuri.....	191
3.12 Permanência e resistência.....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	210
ANEXOS.....	224

INTRODUÇÃO

A razão (logos) não é nem o primeiro nem o último momento da existência. Nós somos também afetividade (philos), desejo (eros), paixão (pathos), comoção, comunicação e atenção para a voz da natureza que fala em nós (Daimon). Esta voz nos fala na interioridade e pede ser auscultada e seguida (é a presença do Daimon em nós).

(BOFF, 2010).

No espaço amazônico, revelam-se práxis interdisciplinares e multiculturais expressas nas manifestações dos saberes socioeconômicas e culturais, revelados no que hoje se designa de etnoconhecimento, reconhecidos nas concepções de inter e multiculturalidade, construído por valores que fazem parte da constituição social dos povos, guardiões dos rios e da floresta amazônica, representados nos espaços da casa, nas práticas sociais, na feitura dos roçados, colheita e nas formações coletivas que se fazem presentes em todo o processo de produção agrícola, que denominam de ajuri.

No contexto da produção acadêmica, a presente Dissertação propõe-se a construir uma abordagem histórica sobre a importância do trabalho coletivo em ajuri nos agroecossistemas da hinterlândia Amazônica (os quintais agroflorestais), de cunho exclusivamente bibliográfico, no primeiro momento da pesquisa, não obstante ter sido inspirada em um estudo socioantropológico desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em nível de Mestrado.

Como especialista e técnica em Meio Ambiente, instituindo diálogos e confrontos conceituais entre os autores de forma hipotética, sob um ponto de vista teórico, metodológico e epistemológico, para em seguida, verificar as relações, redes, teias de interdependência, configurações sociais dos agricultores familiares, envolvendo os diferentes saberes tradicionais relacionadas à dinâmica territorial do ecossistema de várzea e terra firme no uso e manejo dos solos realizados no âmbito dos agroecossistemas da Região Metropolitana de Manaus (RMM), dentre outras referências, objetivando desvelar a valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo denominado de ajuri no processo histórico e sociocultural, pautada na formação do trabalho coletivo e solidário em regime de ajuri. como suporte aos capítulos seguintes.

O trabalho (isto é, a ação humana sobre a natureza) possibilitou o aparecimento

formação do ser social, mas, certamente, não podemos considerá-lo como uma categoria capaz de resumir o amplo aspecto das atividades humanas, tampouco permite que dele sejam deduzidas todas elas.

Neste contexto, o trabalho é o intercâmbio orgânico com a natureza, mas a forma como ele se organiza socialmente, a partir de sua complexidade, correspondente a uma situação histórica específica, um modo de vida concreto. O trabalho, em sua dimensão ontológica, não compreende apenas ao ato de sobrevivência, tampouco se resume à sua expressão mercantil, trata-se do fio condutor do processo de autoconstrução do homem pelo homem. Vale ressaltar, tendo em vista o tema do presente estudo sobre o processo de trabalho coletivo em regime de ajuri na hinterlândia Amazônica, mais especificamente a relação solidária do trabalho em ajuri, tendo em vista a práxis dos discursos acadêmicos o uso do termo trabalho referencia-se na teoria Marxista, contudo reportamo-nos a visão sociogênica, evidenciadas nas significativas colocações teóricas de Pierre F. Bourdieu, Boaventura S. Santos, Jean-François Lyotard, Marcel Mauss, Max Weber, Norbert Elias, dentre outros teóricos.

Embasada nas instâncias dos saberes científicos, na subjetividade, memórias, relação entre o indivíduo e as estruturas sociais, advindas das redes/teias de interdependência entre indivíduo-sociedade nas relações (indissociável) sociais, culturais, econômicas, políticas, geradas em diferentes manifestações (ligações afetivas, divisão do trabalho, competição, hábitos...) e não a parte com conceitual da monetarização marxista.

Nesse contexto, centramo-nos em desenvolver textos independentes de cada um desses teóricos sobre o tema, considerando as análises comparativas a serem traçadas no desenvolvimento da pesquisa. Salientamos ainda que nesta Dissertação não analisamos a classificação desses autores em escolas teóricas como o funcionalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, positivismo, etc.

Expomos a perspectiva desses autores sem nos preocupar com essas classificações na medida em que, como dito, nossa intenção é a de expressar o que pensam sobre o indivíduo, a sociedade, o trabalho coletivo, as redes/teias de interdependência: detalhadamente com análises comparativas. Resumindo, consideramos, na presente dissertação, que o trabalho coletivo em regime de ajuri não gera mais valia.

Assim, no intento de aproximar as abordagens epistemológicas do conhecimento no campo multidisciplinar em sentido prático e, ampliar o escopo da investigação nas contribuições teóricas da sociologia contemporânea, tomando como objeto de estudo a valorização cultural do trabalho coletivo em ajuri, como elemento de empoderamento das

populações tradicionais, agricultores familiares que estão em áreas de assentamento oficial (rural)¹ e de ocupações espontâneas², (Figura 01) desenvolvendo alternativas sustentáveis de manejo, cultivo do solo, como forma de reduzir o desmatamento e as queimadas e manter a estabilidade de produção dos sistemas agrícolas de base ecológica de acordo com os princípios da agroecologia, baseada no diálogo entre saberes, na evolução fronteiriça da ciência entre o conhecimento científico e o saber popular, valorizando a cultura tradicional, conhecimentos empíricos do agricultor familiar da hinterlândia Amazônica, cujas contribuições garantem a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental, preservação dos recursos naturais para as presentes e futuras gerações.

Figura 01 - Espaço com ocupações espontâneas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017).

A prática do trabalho coletivo em ajuri é costumeira nas comunidades tradicionais amazônicas, a qual consiste em uma técnica/método de trabalho coletivo, que visa ao auxílio mútuo entre as famílias no roçado, plantio, colheita e outras atividades, onde se faz necessária a participação de várias pessoas, constituindo um espaço de interdependência solidária, de reciprocidade, amparo e responsabilidade, entre os comunitários, contribuindo para com sua vivência no meio ambiente rural, estabelecida por meio da interação social econômica, política e espiritual do homem e seus familiares na hinterlândia Amazônica.

Sobre os termos povos e comunidades tradicionais, considerados de forma homogênea pela literatura: pequenos produtores, sítiantes, posseiros, agricultores familiares. Segundo Noda (2006, p. 18). “A agricultura familiar é caracterizada com ênfase na produção agrícola destinada ao autoconsumo; a produção é voltada para manter a reprodução biológica e social do agricultor familiar”.

¹ O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas, entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias.

² As ocupações espontâneas referem-se a qualquer área que tenha surgido por meio de um processo informal (invasão de terrenos públicos...), constituído inicialmente por habitações improvisadas com padrão construtivo precário e problemas de infraestrutura urbana. (SOUZA, 2000, p. 4-6).

Constata-se assim, que as populações tradicionais habitantes dos agroecossistemas amazônico, além das alterações no cenário ambiental, apresentam adaptações/modificações aliadas ao conhecimento tradicional procedidos da memória biocultural³ no uso e manejo do sistema produtivo agrícola, corroborando uma integração saudável nos agrossistemas, favorável a sustentabilidade econômica nas relações de produção, ambiente e o homem.

Nesse processo, os conhecimentos e os saberes são transmitidos transgeracionalmente nas comunidades humanas, e “a alteração na percepção da realidade é o resultado de uma racionalidade anterior apoiada no instinto de sobrevivência ao estabelecer ligações entre suas atividades e os recursos à sua disposição”. (NODA et al., 2007, p. 112).

Para a sobrevivência não basta que haja a existência de recursos disponíveis. É necessário também, que estes recursos sejam utilizados eficientemente. A utilização eficiente implica na absorção de um conjunto de informações que permita aumentar a produtividade do trabalho e a aquisição de conhecimentos sobre as formas de conservação das espécies e dos ambientes trabalhados. (NODA et al, 2007, p. 112).

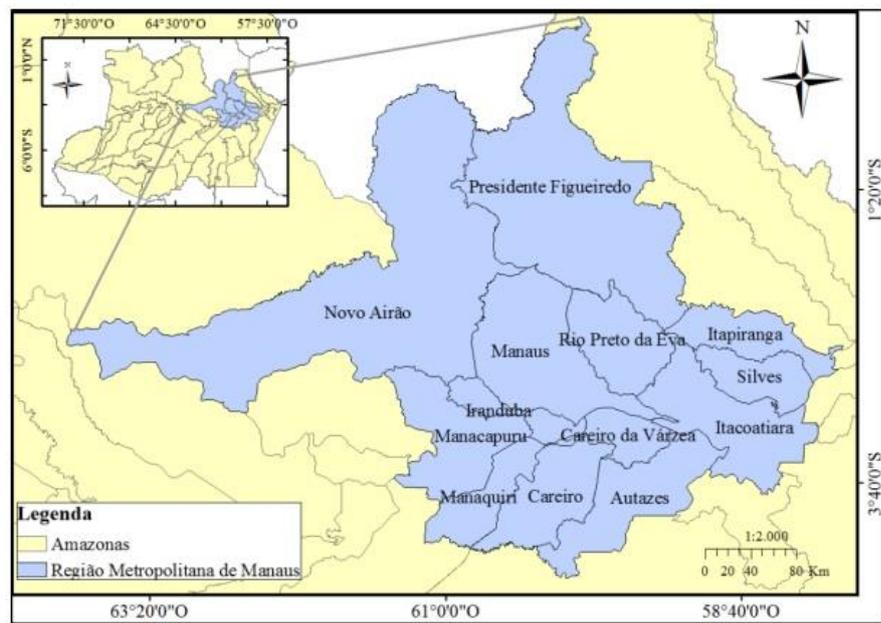
Sabe-se que não existe primazia de um saber sobre o outro nas experiências individuais, porém no ambiente do trabalho coletivo de ajuri existe oportunidade de resgatar os saberes ancestrais, a troca de experiência e a incorporação de novos conhecimentos. Todo esse processo permite a construção socioambiental que irá definir qual o trabalho coletivo de ajuri será necessário para fazer as mudanças, transformar e melhorar o ambiente familiar e comunitário.

Neste sentido, compreende-se a necessidade em ampliar o diálogo nesta temática de pesquisa, cujos desafios apresentados encontram raízes não apenas no estudo teórico do tema, cuja intenção não é analisar a complexidade do tema proposto, apenas discorrer, bem como sugerir caminhos possíveis na condução de pesquisas com tal perfil.

Nesse sentido, esta pesquisa está embasada nos pressupostos teóricos e na problemática da carência de mão-de-obra na execução das atividades na Unidade Agrícola Familiar (UAF) e nas Unidades Produtivas Familiares (UPF) - área coletiva da comunidade - na preservação, conservação, valorização e divulgação do arcabouço ambiental agroecológico das comunidades da Região Metropolitana de Manaus - RMM, (Figura 02) que, através da mediação participativa, coletiva buscam melhores soluções à solução de problemas comuns por meio do trabalho de ajuri.

³ O conhecimento tradicional é transmitido através do tempo por meio da língua, sem registro escrito. A memória biocultural é uma memória diversificada que permite cada membro de um grupo social se apropriar de parte da totalidade do saber do grupo. (TOLEDO & BARRERA-BASSOLS, 2008).

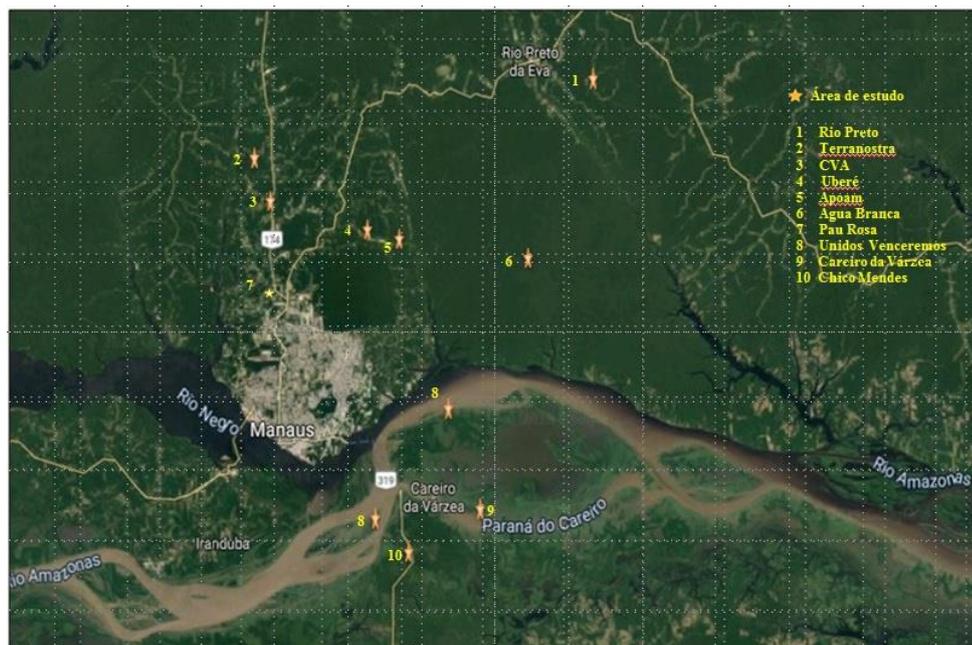
Figura 02 - Mapa da Região Metropolitana de Manaus (RMM).



Fonte: IBGE. (2018).

Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral elaborar um diagnóstico sociocultural da prática do trabalho solidário, coletivo em regime de ajuri, enquanto práxis de solidariedade e sociabilidade nas comunidades de assentamento oficial (rural) e de ocupações espontâneas (Figura 02a, pontos com estrelas) na Região Metropolitana de Manaus (RMM).

Figura 02a - Áreas de pesquisa: assentamento e ocupações da RMM



Fonte: Adaptado - Google.com/ maps/place/Região+Metropolitana+de+Manaus. (2019).

i Ponderações Pré-Epistêmicas

Amigo, para mim, é diferente. Não é um ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por este mundo, barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça aos demais.

Amigo, para mim, é só isto: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por que é que é. Amigo meu era o Zé, Babá, Cel, Mb, a Bisa, Lili...

(ROSA, 1986, p. 248).

Relembrar o passado é revivê-lo como ele se apresenta na memória. A ideia geradora deste trabalho é fruto das experiências junto aos agricultores familiares, habitantes das comunidades ribeirinhas da hinterlândia Amazônica. Um histórico de formação embasado nas vivências indescritíveis dos (a) agricultores (a) - que todos deveriam experimentar - ao cultivar os agroecossistemas amazônicos em condições específicas, e ter garantida a produção alimentar de seus familiares, e o desafio maior de resumir e relatar.

Sou tentada a comprovar nessas minhas hipóteses a indissociabilidade fronteiriça do ensino, pesquisa e extensão, que abrange interesses diversos, dada a complexidade da temática, em toda minha trajetória pessoal de tentativas de investigações, articulada de informações científicas e saber tradicional, muito embora se tratem de conhecimentos prévios que sempre cultivei, em teias de interdependência, de muitos e variados tipos de configurações e readequação à história, ao método científico, ao conhecimento de espaços e fronteiras, sendo desta forma muito inclinada a perceber o mundo sob a perspectiva histórica cultural. Contudo nada disso é exato, rijo, implacável...

Sucedem-se temas, obstáculos, problemas que são permanentes na vida pessoal, intelectual e econômica, enquanto outros ficam latentes ou tão somente verbalizados. Nesta dissertação há indícios de uma longa trajetória, algumas rotas traçadas em minha vida acadêmica cessam aqui.

O ponto de partida foi o MBA (mestrado profissional) em Meio Ambiente e Organizações Empresariais Sociais, que me oportunizou a inserção acadêmica, anos, meses, seguidos de outras especializações e cursos de aperfeiçoamento na área das Ciências Agrárias e áreas afins, foram dois anos de aprendizagem científica, com o trabalho de pesquisa: *Amazonas e o meio ambiente agroalimentar*, sentava à mesa para discutir com professores, colegas, amigos, parentes e não era nada fácil, pois quando se referia aos sistema de trabalho

dos agricultores em ajuri eu tinha que dá conta. Um belo dia, entre as muitas conversas, o grande mestre e irmão Dr. Mario Bezerra entregou em minhas mãos o diário do ouvidor Sampaio, Viagem que em vizita, e correição das Povoações da Capitania de São Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente geral da mesma; Franco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775, de 1985, e disse-me: “A partir de hoje esta é a sua bíblia”.

Foi o início das viagens à pesquisa acadêmica, experiência importante, porque tive oportunidade de manusear obras dos viajantes naturalistas, cronistas, escritores, demais obras literárias, sobre o espaço amazônico, aliada as práticas de campo no estágio na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Ocidental - CPAA.

Foram experiências importantes, vieram os conflitos metodológicos, empregando o método da pesquisa-ação, proposta por Thiollent, para estudar os agricultores familiares, sendo que cada pesquisador se utiliza de um método próprio. Esse foi o momento em que ampliei minhas leituras sobre o trabalho coletivo e solidário em ajuri.

Sinto-me uma estudante, uma ex-aluna salesiana do Patronato Santa Terezinha e da beata Paola Frassinetti da Congregação de Santa Doroteia, assim, circunstanciadamente, como convém em um memorial, posso confessar que escrevo sobre o que faço, pesquiso e reflito na caminhada acadêmica, quanto docente como discente. A escrita completa a palavra falada, ambas induzem à realização da ação, que por sua vez, alimenta e concretiza mais ainda o vocábulo.

O que nos remete ao pensamento do Padre Antônio Vieira (1965, p. 9): "Palavras sem obras são tiros sem balas; atroam mas não ferem". E mais, "para falar ao coração, são necessárias obras".

Nesse contexto, procuro elencar os elementos que, marcados por rupturas de paradigmas, por coerência e incoerências, no meio das relações configuracionais estabelecidas com o mundo, sendo uma *outsider* estabelecida na sociedade amazônica, que envolve o pessoal e o profissional, possibilitaram a construção de minha trajetória acadêmica, além de considerar este memorial um instrumento autoavaliativo, tornando-se uma via confessional de meus sonhos.

Entre as lembranças da infância, eu vi macacos, araras, papagaios, periquitos, bicho preguiça, jacarés, tartarugas, botos, pirarucu, surubim, ninhos de pássaros, japiins..., achei meus brinquedos na lama depois da enchente do rio Careiro, andava de cavalo, tomava tacacá com farinha na minha pequena cuia, caldo de cana, açaí com tapioca, vestia o macacão do quartel, igual do papai, velas, lamparinas, lampiões, candeeiros acesos a produzir sombras nas paredes.

Neste espaço do tempo acordei no motor (barco) do leite ‘Mitonho’ para Manaus! Evidentemente que não recordo de muita coisa do passado, porém pouco a pouco ao escrever este memorial, começo a reviver na memória muito do que já vivi. Nasci na cidade de Manaus, na Santa Casa de Misericórdia (hoje, devido ao descaso dos governantes para com saúde o hospital clama por misericórdia, entregue ao abandono), na última década de 50, filha caçula de uma família de duas irmãs (Eu e Mercedes), bem como, filha mais velha da família do tio Manoel e Elzira com cinco homens (mais velhos) e uma menina, a caçula - Aurora, adiante vamos entender esses laços familiares...

Meu pai, hoje falecido (1980), era militar da reserva do Exército, técnico agrícola, graduado em economia, estruturou, organizou a fazenda Crato – Vila Aurora (Figura 03), tornando-a produtiva, gerando emprego e renda aos parentes, compadres e vizinhos agricultores do Careiro, em uma área de 2.000 ha, á margem direita do Paraná do Careiro, após o falecimento de meu avô, conhecedor nato da natureza e das atividades agrícolas.

Ah! minha mãe partiu no meu nascimento.

Figura 01 - Espaço com ocupações espontâneas..



Fonte: ARAÚJO, M. I. (1979-1999).

A Fazenda Crato foi adquirida no ano de 1915, quando meu avô vendeu o seringal no igarapé do Beén, afluente do Rio Madeira, localizado ao Sul da área urbana do Município de Humaitá-Am, sob a influência de seu filho, Cel que residia na capital do estado/AM, à época Capitão do Exército Brasileiro, de certo, sabedor dos rumos econômicos e políticos que o país atravessava, com a produção no seringal em declínio não garantia o sustento da família, assim a família Corrêa de Araújo veio para o Careiro, inaugurado em 1918 a Vila Aurora, com uma festa (Figura 04) em grande estilo, o casamento da Bisa Elzira, mantendo a tradição agrícola na fazenda Crato.

O propósito aqui, não é evidenciar aspectos pouco conhecidos em relação à trajetória. do trabalho, vivência e história da família Corrêa de Araújo, mas sim, relatar uma breve

reflexão sobre a vida no campo no contexto da influência familiar na vida da pesquisadora. Essas reflexões trazem lembranças, não só das vivências e práticas, mas também conhecimentos, ideologias, mitos, emoções e as contradições pulsantes no indivíduo.

Figura 04 - Vila Aurora – festas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (1918).

Tal reflexão nos remete a Pedro (2011, p. 11) qual defende a ideia que dentre as relações intergeracionais, a seguridade social e as redes de apoio precisam ser compreendidas, analisadas e socialmente trabalhadas, que as pessoas devem ter o direito de poder construir identidades com autonomia, emancipação e respeito às diferenças, que ao estudar identidade é preciso uma proposta científica que, ao mesmo tempo, seja social, política, cultural.

Nessa perspectiva a escuta do sujeito é fundamental para compreender as suas transformações psicossociais. (PEDRO, 2011, p. 24). O autor verifica ainda, que conduzindo a análise na perspectiva das dimensões sócio-históricas, evidencia que é preciso conduzir esforços para a construção de um conhecimento capaz de apreender as dimensões individuais, sociais, históricas culturais e suas interações. Ressalta o citado autor que:

a região, o local e o território são considerados espaços de consolidação da garantia dos direitos, da satisfação das necessidades e da resolutividade dos problemas vivenciados pelas pessoas, uma vez que é o *lócus* de construção da identidade - de todos e de cada um (PEDRO, 2011, p. 84).

Neste sentido, as manifestações figuracionais e de interdependência canalizam expressões de valores morais, sociais, tradições e atitudes, interligados aos valores individuais, são experiências vividas de acordo com a família, comunidade, escola, trazidas para dentro de casa e vice versa, de acordo com o contexto social. Assim, o processo de aprendizagem nunca advém de um único lugar, concebidas como um processo de construto único e pessoal, mas sim das relações simbióticas do cotidiano sociocultural do indivíduo, neste contexto, do homem com a natureza na hinterlândia Amazônica.

Contribuições estas, advindas das relações pessoais para a construção dos aportes teóricos como visão do outro sobre si. Aprender significa reconstruir criticamente a realidade que nos cerca, como titulares da nossa própria história. Voltemos ao Memorial.

Os afazeres do Cel. Araújo na comissão do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), dentre outros o mantinham distante da fazenda Crato - Vila Aurora durante a semana, o que motivou aos três anos de idade minha vinda à Capital para estudar, indo morar com o tio Manoelzinho, a bisá Elzira e os cinco filhos do casal, meus irmãos de coração, Carlos, Mario, Antonino, Moacir, Geraldo e minha irmã Aurora.

No seio familiar, tive a oportunidade de crescer cercada de boa leitura, música, bons programas culturais, incentivada aos estudos e assim atingir meus objetivos. Meu pai como já mencionado, um profundo conhecedor das ciências exatas, minha mãe (Bisa Elzira - mãe de coração) ao contrário, por decorrência de sua origem, doutora em ciências sociais e das letras apagadas (etnoconhecimento)⁴, uma mulher de profunda sabedoria de vida e das heranças ancestrais que circundava e envolvia toda a minha família.

Assim a vida cotidiana da infância a adolescência foi dividida entre a semana na escola e às margens das várzeas amazônicas no Paraná do Careiro, vivenciando a lida no roçado, o plantio e colheita das frutas, legumes, hortícolas, a pesca, o leite mugido no curral, a varrição no quintal, a corrida atrás das ovelhas, picotes, patos, pintos, galinhas... a colheita de goiaba no pé que se limpava na blusa para comer.

O sumo da manga, a noda do caju, do cacau... revelavam nas roupas nossa merenda no quintal, tinha o caldo-de-cana, a água de coco, bebericadas no canudinho feito da haste da folha do mamão (tem muitas histórias a se lembrar...).

Seguindo desse modo a vida nos passos do Cel. Araújo na disciplina e organização da ideologia militar, ensinou-me a disciplina, pontualidade nos compromissos, os horários a serem cumpridos. Vivia a filha do Cel. circunscrita entre a vida urbana na capital a época do período letivo e a ruralidade do Careiro nas férias, feriados e finais de semana, vida normal, seguia os preceitos morais, sociais, participava das festas de aniversários, novenas, semana santa, páscoa, Corpus Christi, carnaval (Ah! esse até hoje, faz meu coração pulsar!)...

Ah! Tinha os ajuris, o ajutório nos afazeres agrícolas, na vacina, marcação do gado, nas festividades..., esses sim, eram os melhores e prazerosos momentos. A fazenda ficava florida de pessoas, comadres, compadres, vizinhos, amigos, parentes, tias, primas, cunhadas...

⁴ Etnoconhecimento são os saberes, tradições (cultura) passados de geração a geração nas comunidades tradicionais, aprendidos com a vida cotidiana e a interação direta com o meio que os cerca e seus fenômenos naturais (NASCIMENTO, 2013, p. 59).

As mulheres sob orientação da Bisa (mamãe Elzira) comandavam o farnel, as rezas, as festas, vovó Lourdes (mãe de leite) e Julieta, cuidavam da limpeza e arrumação das casas, do quintal, eram tantos os afazeres..., conversas, risadas, era uma festa só desde os preparativos.

A maioria das atividades agrícolas da fazenda Crato era realizada por meio do coletivo de ajuri, o preparo do roçado, o corte e queima da capoeira, plantio, colheitas, farinhadas...

Referente às atividades de manejo agrícolas desenvolvidas por meio do ajuri na propriedade consistiam no corte da capoeira, queima, encoivramento, preparo das covas, a feitura das leiras com a enxada, o plantio, adubação do solo para o plantio da lavoura temporária de hortícolas (o que me fez lembrar da famosa bilha d'água).

Dentre outros trabalhos como a colheita da mandioca, da juta, o milho (lembrei-me do espantalho no meio do milharal) o manejo – ou lida dos bovinos a época da enchente para a terra firme no Manaquiri, tudo era realizado a primeira luz do dia, as 09h, uma parada para tomar água, café, alguns carboidratos, para garantir energia até às 11h30, quando o sino⁵ anunciava a hora de voltar para o almoço.

Lembro que certa vez pegamos um temporal no meio do Rio Solimões, quando voltávamos do Manaquiri. Nesta época de manejo dos bovinos para o Manaquiri, era o ajuri do momento - o censo agropecuário da fazenda, a escrituração zootécnica consistia em anotações de controle e desempenho do rebanho, bem como outras ocorrências relacionadas - contagens dos bezerros, vacas, novilhas, garrotes, bois, cavalos, vacinação, castração, marcação, a lida começava com a ordenha dos animais criados no sistema extensivo de produção, apesar de dormir no curral, durante o dia os bovinos eram soltos na extensão dos campos de várzea, normalmente as vacas prenhas davam crias (Figura 05) nestes locais e os vaqueiros ficavam atentos para trazer o bezerro para o curral.

Figura 05 - Censo agropecuário



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

⁵ O badalar do sino consistia em 3 chamadas que o Cel. sagradamente executava, as 11h30min, 3 badaladas, as 11h45min, 2 badaladas e as 12h uma badalada, significa que o Cel. estava a mesa. (rs, rs, rs...).

Estas eram atividades que exigiam mais de uma pessoa, portanto, considerado um trabalho coletivo, onde cada um tinha uma função: o laçador, vacinador, ferreiro, segurador (breque) na trincheira, e o contador dos animais que geralmente era o próprio Cel.

A alegria, como falava minha mãe, era tudo um converseiro só, piadas eram contadas, problemas familiares eram citados, fofocas, o riso era geral, sob sol ou chuva, a meta proposta era cumprida.

Nos festejos religiosos eram a mesma alegria, os novenários, as vias-sacras nas casas dos compadres, um momento único, o Cel. nesta época de Páscoa, convidava os parentes, compadres (a), vizinhos, para o almoço pascal, os homens ficavam a conversar entre si, visitavam as plantações, os bovinos no curral, trocavam ideias, bem como ajudavam a fazer o fogo para assar as carnes de carneiro, frango, tudo era festa, alegria, era o ajuri que se estendia nas festas do Cel., na merenda à tarde, tinha o chocolate do puro cacau e também bolos de todos os tipos.

A época da seca do rio, as crianças brincavam no quintal (Figura 06), na enchente pulavam no rio, passeavam de canoa.

Figura 06 - Brincadeiras na seca e cheia do rio

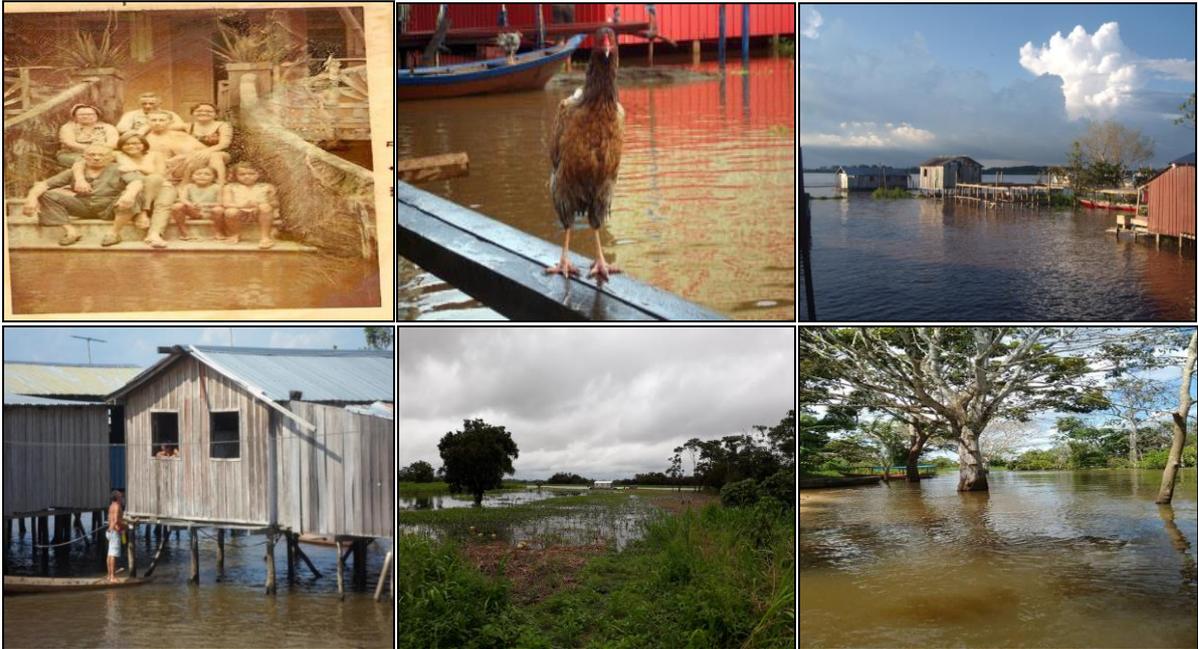


Fonte: ARAÚJO, 2019/2017.

A época da enchente (Figura 07) os ajuris envolviam mais trabalho assim mais pessoas aderiam ao trabalho coletivo, considerando que o gado, e outros pequenos animais (aves, porcos, caprinos...) exigiam uma complementação alimentar. Impossível esquecer, pois é viva na memória estas passagens, assim vi, vivi e vivenciei diversas atividades de ajuri.

Voltemos às memórias, depois falamos do ajuri. Foi nessa vivência, nos finais de semana, feriados, férias escolares..., que recebi as primeiras orientações na arte da preservação da natureza, o tratar das plantas, semear, cuidar das plantações, podar, alimentar os animais, a colheita da lavoura, debulhar o milho, o armazenamento no paiol, o conhecimento tradicional das ervas... (o cheiro e sabor do mastruço com leite...).

Figura 07 - Cheia do rio



Fonte: ARAÚJO, 201?

Visando sempre o zelar, cuidar do cultivo..., e o maior de todos os ensinamentos - a partilha solidária dos alimentos produzidos na fazenda Crato - Vila Aurora. Esta partilha, derivada do excedente da produção que o Cel. trazia todas as segundas-feiras aos familiares e amigos que moravam em Manaus, frutas, verduras, ovos, frango, peixe salmourado, carne de caça, leite, queijo, colhada...

Década de 80 - A vida mudou como da cor rósea do suco de goiaba da várzea para a cor da água barrenta do rio Solimões. Da adolescência a juventude não sei bem ao certo, e até sei, são lembranças, fatos, decisões, tempos difíceis, foi difícil a ruptura com a família organizada, para aquela aparentemente desorganizada (eu), sem a orientação.

Sem regras [...] O que fazer!?! Sem opção de escolhas segui na ideologia da organização militar. O tempo não para! a vida segue... tomadas de decisões duras, certas, erradas, a vida segue, o futuro esta próximo, é preciso agir. Por uns bons tempos continuei com a fazenda Crato - Vila Aurora, contudo o ritmo agora era outro, a cada cheia do rio, um pedaço do barranco caía, junto com minha infância e juventude, meu coração que se dilacerava com as delongas da justiça, a sentença final do inventário, não podendo se plantar mais nada. Cada morador plantava o que lhe convinha economicamente aguardando a decisão final da justiça de suas indenizações. Sem recursos para pagar-lhes as benfeitorias, indenizações trabalhistas..., vencidos foram judicialmente, cada um foi plantar no pedaço de chão que lhes cabia. E o tempo passou. Saudades daquele tempo [...], boas lembranças!

Sobre histórias de vida, Costa e Gonçalves (2006) nos relatam:

Resgatar histórias de vida permite voos bem amplos, [...] possibilita articular biografia e história. Perceber como o individual e o social estão interligados como pessoas lidam com as situações da estrutura social mais ampla que se lhes apresentam em seu cotidiano, transformando-o em espaço de luta de acatamento, de resistência, de resignação e criação. (COSTA e GONÇALVES, 2006, p. 3).

Assim, a vida vai mostrando os grandes desafios que superamos em nossa trajetória de vida, seja ela no âmbito pessoal, social e profissional. Cada experiência nos coloca à frente de novas lutas, novas descobertas.

Segundo Mendes (2012), a ciência não é um conhecimento que se gera espontaneamente, nem se dá a produzir

sem determinadas condições objetivas infraestruturais de formação humana e de pessoal tecnologicamente reparado e, muito menos, é disseminado fora de interesses econômicos, políticos e ideológicos [...]. É um conhecimento especial, exige longa formação, método, rigor e, fundamentalmente, condições objetivas, infraestruturais, tecnológicas e de financiamento para ser elaborado, produzido, socializado e realmente ser útil e necessário à classe trabalhadora. (MENDES, 2012, p.2).

Neste contexto, somos sujeito e objeto de pesquisa. Sujeito enquanto indagamos saber mais do que nos lembramos. Objeto enquanto instrumento de recepção da memória que se utiliza para transmitir as próprias lembranças, sendo ao mesmo tempo pesquisadora e pesquisada. Permanecendo assim uma revolução silenciosa dentro de mim, que me move para outras ações, a lograr outros caminhos com novos projetos, objetivando resgatar a história vivencial de nossos ancestrais, registrá-las e divulgá-las antes que elas se findem junto com seus autores.

Se antes meus motivos eram por ideologias ambientalistas, as reflexões hoje são mais que ideológicas, sendo reais minhas perceptivas quanto à preservação e conservação do meio ambiente, visto que as políticas públicas na área agrícola não são direcionadas à agricultura familiar, a lembrar de que meus estudos foram custeados pela labuta dos agricultores familiares nas áreas agrícolas das várzeas amazônicas no Paraná do Careiro.

Esta labuta agrícola constitui-se como importante estratégia para o desenvolvimento sustentável neste segmento regional, contribuindo para uma menor degradação do meio ambiente, garantindo segurança e soberania alimentar às populações da hinterlândia Amazônica. E nesse contexto de ativista socioambiental, constatei que nos espaços dos quintais das casas, representam uma forma de manutenção da produção e reprodução social,

considerando que a maioria dos indivíduos são filhos oriundos da hinterlândia Amazônica, conservando o hábito de plantar uma pequena horta e outros plantios cultivados nos espaços mais variados das casas, inclusive em lajes. Eles plantam por hábito e o fazem porque gostam!?

Quanto as minhas primeiras reflexões sobre os desafios do processo de intervenção profissional interdisciplinar na investigação social demandou na busca de novas descobertas, que nos levou a encontros inesperados, a partir das janelas conceituais de Norbert Elias, com uma nova realidade, a visibilidade da vida social.

O achar - que se confunde com o que já sabemos e conhecemos - brota dos conhecimentos prévios, das nossas certezas, não remete para o desconhecido. Assim como as leituras cada vez mais sobre a temática me levaram a *priori*, a acreditar que não era um simples plantar, cultivar ou colher, mas um espaço de reprodução socioagroalimentar, extrapolando o ato de comer, envolvendo o consumo alimentar feito no espaço domiciliar e fora dele, que os produtores agricultores familiar fazem até chegar ao comensal: coleta caça e pesca, autoprodução de alimentos (hortas familiares, criação de animais), doação, compra de alimentos processados ou não e a aquisição em serviços de alimentação (restaurantes, refeitórios institucionais).

Buscando sempre escolher lições, pressupondo serem melhoras? para o meu desenvolvimento como ser humano, que busca acreditar em algo na vida, tomando por base as relações e inter-relações sociais estabelecidas no social da vida em sociedade e as preposições para uma tomada de consciência ética e política do ser social na e para vida social.

Como afirma Agnes Heller (2004, p, 64), em cada período histórico existem espaços sociais que preservam valores anteriormente estabelecidos, talvez, na atualidade, estes espaços sejam os territórios da resistência, formadas no cotidiano, sob os mandamentos do senso comum.

Nascendo assim, depois de passados 12 (doze) meses do início das atividades acadêmicas, este Memorial. Com a intenção de permitir ao leitor o acompanhamento dos primeiros passos do caminho percorrido no mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia, marcado pelo humilde reconhecimento sociológico, da grande complexidade que temos de nomear a vida, ao descobrir que nos faltam palavras, conceitos que permitam designar adequadamente os desafios da investigação social que está diante dos nossos olhos.

Em síntese, percebo que, como pesquisadora e formadora de neófitos docentes, a investigação das fontes aqui pesquisadas não aconteceram exclusivamente durante o processo de formação acadêmica, mas sim durante todo o processo de compleição de vida.

ii Marco Teórico-Methodológico

Farinha é de Mandioca

*Sou feita de mandioca
Passada no caititu
Qualquer mistura me agrada
Nas mesas de norte a sul
Nada contra quem pensava
Que eu fosse de macaxeira
Sou irmã da tapioca
Que sai da manipueira
Me escalda o caldo de tudo
Carne, peixe, ovo e galinha
Quem me consome eu saúdo
Me orgulho de ser farinha...
Farinha de mandioca
Farinha de cada dia
Farinha que mata a fome
Farinha que delicia
Farinha que faz farofa, pirão,
Paçoca, arrumadinho e
bolinho de feijão*

Eliezer Setton

De acordo com os fundamentos que embasam a perspectiva metodológica, este trabalho de Dissertação, oferece uma reflexão estruturada numa análise em duas metodologias: A primeira a partir de uma revisão bibliográfica e a pesquisa-ação etnográfica, com enfoque qualiquantitativo, para complementar a bibliografia atual, a partir da literatura existente, ancorada nos fundamentos do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC (Lefèvre & Lefevre, 2012), acerca da elaboração do questionários da pesquisa, sendo no primeiro momento de cunho teórico conceitual a partir das abordagens históricas, descritas pelos viajantes naturalistas, cronistas, colonizadores e escritores.

A pesquisa bibliográfica, realizada com a utilização do material selecionado que trata do assunto em livros, revistas e artigos científicos impresso e em mídia eletrônica. Segundo Fachin (1993, p.102), a pesquisa bibliográfica “diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras”.

Refere-se o método pesquisa-ação etnográfica, à abordagem metodológica quali-quantitativa, ou seja, é uma discussão decorrente da análise do método bibliográfico, objetivando uma reconstrução histórica de abordagens teóricas e empíricas sobre a prática do trabalho coletivo em ajuri na agricultura familiar, utilizando obras literárias, artigos, pesquisa

na internet, documentos e revistas científicas, incluindo uma discussão decorrente da análise da literatura à condução de um estudo de caso(s), combinada as técnicas do método pesquisa-ação etnográfica com visita de campo *in loco*, entrevistas e observações participantes, objetivando assim, uma reconstrução narrativa.

Com essa direção, por referir-se a uma coleta de informações diretamente de uma população específica, inclui-se a abordagem no método pesquisa-ação etnográfica a conduzir o estudo de caso, à investigação dentro do seu contexto real o papel do processo de ajuri nas comunidades de agricultores familiares da hinterlândia Amazônica que estão em áreas de assentamento oficial (rural) e de ocupações espontâneas (invasões). Lembrando Triviños (1987, p. 139) na observação de que, tanto o tratamento qualitativo como o quantitativo são

satisfatórios em pesquisa, sem prejuízo da eficácia do encaminhamento metodológico, assim como podem ser usados, em diversas metodologias de análise de conteúdo, documental e investigações empíricas e etnográficas, aplicando-se, a diversas formas de levantamento de dados, a exemplo de questionários, entrevistas, formulários, observações de campo e outros. (TRIVIÑOS, 1987, p. 139).

Assim, o tratamento qualiquantitativo incorpora as análises qualitativas e as quantitativas, associadas e intercomplementares nas interpretações e argumentos que se formulam sobre os achados da investigação (Triviños, 1987), “O estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”, podendo assim evidenciar a validade e a confiabilidade do estudo através dos dados obtidos. (TRIVINÕS, 1987, p.133).

Minayo e Sanches (1993, pp.188), relatam que não há contradição do ponto de vista metodológico entre as abordagens qualitativa e quantitativa, em sua essência, a investigação oferecer elementos teóricos para se aproximar a análise da realidade observada.

Cabe assinalar que o método qualitativos, trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões) e adequa-se a reproduzir as representações de valores, normas, símbolos e de fatos e processos particulares e específicos de indivíduos e grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas. (MINAYO e SANCHES (1993, p.191).

Neste contexto, a abordagem quali-quantitativa é empregada, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna, atuando em níveis de realidade local, embasada em dados que apresentam sentidos no campo prático, objetivando trazer luz a fenômenos, indicadores e tendências observáveis no processo de ajuri.

Assim, na perspectiva de sistematizar a abordagem qualiquantitativa, optamos como

referência a metodologia DSC - Discurso do Sujeito Coletivo de Lefevre e Lefevre, 2012). O DSC se apresenta como uma metodologia não só qualitativa, mas também quantitativa.

Qualitativa porque no DSC de cada distinta opinião coletiva apresentada sob a forma de um discurso que recupera os distintos conteúdos e argumentos que conformam a dada opinião na escala social ou coletiva; quantitativa porque tais discursos têm, ademais, uma expressão numérica, considerando-se que as sociedades são coletividades de indivíduos que compartilham ideias e opiniões socialmente disponíveis (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012, p. 18).

Lefèvre e Lefèvre (2012) fundamentaram a metodologia quali quantitativo, no método da Teoria das Representações Sociais (RS) de Jodelet, reforçando as concepções de Moscovici (2005, p. 128): as representações sociais são o estudo dos processos pelos quais os indivíduos constroem e interpretam seu mundo e sua vida, permitindo a integração das dimensões sociais e culturais com a história.

Assim, na perspectiva de sistematizar a recuperação das Representações Sociais, Lefèvre e Lefèvre (2012) apontam que a forma mais adequada de se obter depoimentos para representar o pensamento da coletividade é por perguntas abertas sobre o tema de estudo, buscando depoimentos espontâneos, autênticos e verdadeiros. (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2012, p. 23).

A sociedade como um plano simbólico composto por um sistema de crenças compartilhadas com troca de sentidos ou comunicação, que ocasiona a coesão. Os membros da formação social não possuem ideias completamente coesas, mas a oportunidade de compartilhamento permite que ideias diferentes ou não possam ser trocadas (LEFÈVRE E LEFÈVRE, 2012, p. 23).

Por conseguinte, após elaborar o formulário, definir o método de entrevistas e realizar as entrevistas, o passo seguinte é processar as respostas para se obter o pensamento da coletividade. Para realizar esse processamento, o DSC⁶ apresenta três figuras metodológicas: (1) Ideias Centrais, (2) Expressões-chave e (3) Ancoragem. (LEFÈVRE e LEFÈVRE, 2012 p. 62-63).

São muitos os métodos e as técnicas de coleta e análise de dados em uma abordagem qualitativa e, entre eles, a história de vida ocupa lugar de destaque. Através da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, bem como permite que elementos do presente se fundamentem a evocações passadas.

⁶ O DSC foi desenvolvido no início da década de 1990, na Universidade de São Paulo (USP) com a realização de uma pesquisa de opinião que apresentava depoimentos coincidentes. Com este fato, os autores optaram por apresentar o resultado “sob a forma de um depoimento único, redigido na primeira pessoa do singular” como se todos os indivíduos pesquisados fossem uma só pessoa. (LEFEVRE e LEFEVRE, 2012, p.19).

A definição de história de vida relatada por Thiollent (1982) complementa elementos:

A história de vida é, geralmente, extraída de uma ou mais entrevistas denominadas entrevistas prolongadas, nas quais a interação entre pesquisador e pesquisado se dá de forma contínua, situação. “o entrevistador se mantém em uma ‘situação flutuante’ que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado” (THIOLLENT, 1982, p. 86).

A história de vida desta forma pode ser considerada como instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais, fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos.

Cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa favorece a investigação dos fenômenos na perspectiva da própria pessoa, na sua realidade, no seu contexto, analisando e interpretando dados descritivos, com base na sua linguagem, escrita e falada, ou por meio da observação dos fenômenos em estudo.

Nesse sentido, o método etnográfico será de fundamental importância, de forma a inteirar a pesquisa, tendo como técnica e ferramentas, pesquisa de campo e documental com embasamento bibliográfico objetivando uma reconstrução histórica de abordagens teóricas e empíricas sobre a prática do trabalho coletivo em ajuri na agricultura familiar, a observação participante, formulários, entrevistas sobre a história de vida dos sujeitos pesquisados, objetivando-se compreender os aspectos simbólicos da organização e formação do processo de ajuri junto aos comunitários agricultores familiares e suas reflexões a respeito dos saberes e experienciais locais relacionadas ao espaço social e agroalimentar.

Com referência a etnografia, o antropólogo americano Clifford Geertz (1978, p. 15) considera que o trabalho do antropólogo é fazer etnografias e que estas são descrições densas que objetivam aprender sobre uma determinada cultura.

Propõe-se, deste modo, enfatizar as abordagens integradoras e participativas dos sujeitos, articulada de saberes e fazeres, uma reflexão crítica sobre as práticas socioambientais educativas de caráter coletivo e colaborativo, que se têm revelado como importante processo na produção de uma cultura de diálogo, participação, mobilização e de potenciais ações entre os sujeitos que compõem o ajuri, na realização das ações apresentadas como solução dos problemas comuns entre os diversos sujeitos que compõem o coletivo ajuri, bem como, as tomadas de decisões programadas, que conduzem a suprir necessidades individuais de um dos membros do grupo do ajuri, ou coletiva, os quais os nutrem mutuamente.

Para Thiollent (2004) a metodologia da pesquisa-ação se define como sendo: uma pesquisa social, com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou a resolução de um problema coletivo, no qual pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2004, p.13).

Compreende-se assim que, na pesquisa-ação as intervenções e a produção do conhecimento se inter-relacionam em função dos interesses e necessidades encontradas, sendo que as partes envolvidas na situação precisam ser investigadas e consultadas, visto que, pesquisadores e atores sociais desenvolvem um processo coletivo de aprendizagem, cujos resultados ao final oferecerão a todos novos ensinamentos.

De acordo com Pimenta (2005, p. 3) na pesquisa-ação os sujeitos envolvidos em determinada problemática constituem um grupo com objetivos comuns, qual assumem papéis diversos: pesquisadores universitários e pesquisadores (professores no caso escolar).

Reforça Tozoni-Reis (2007, p. 145) que a articulação entre a pesquisa e a educação é uma das características mais importantes da pesquisa-ação, onde a troca de conhecimentos possibilitada pelo processo de participação ocorrerá não apenas por meio dos conhecimentos já existentes, mas contribuirá para a produção de novos.

Para melhor explorar esse cenário, propõe-se, neste trabalho, a partir das diversas abordagens de diferentes autores, inquirir as contribuições na sistematização do processo de formação dos vários coletivos, denominado de ajuri pelos agricultores familiares na hinterlândia Amazônica. Em síntese o estudo assume o aporte teórico-metodológico das ciências humanas num diálogo interdisciplinar entre a história, antropologia, geografia e sociologia.

Por meio de uma abordagem sistêmica, delimitada nas questões norteadoras (- Como se caracteriza o processo de ajuri na prática? Quais as estratégias/instrumentos utilizados no processo de ajuri? - Como ocorre o processo de ajuri na prática social, econômica e ambiental dos agricultores familiares?).

Com estas considerações, permeada com a percepção ambiental à execução do método etnográfico dos sujeitos, o público alvo desta pesquisa foi 200 agricultores familiares, produtores, feirantes, que estão em áreas de assentamento oficial (rural) e de ocupações espontâneas (invasões), integrantes das comunidades (Água Branca, APOAM, Careiro da Várzea, Chico Mendes, Pau Rosa, Rio Preto, Santo Antônio - CVA Terranostra, Uberê e Unidos Venceremos) da RMM, cuja produção agrícola é comercializada nas feiras (Figura 08) da RMM (Feiras de Produtos Regionais sob organização da Secretaria de Estado de

Produção Rural do Governo do Estado do Amazonas, por meio da Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS), no pátio da organização militar (OM) do Exército Brasileiro (EB), denominada Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), zona Oeste, bairro São Jorge.

Figura 08 - Feiras - IFAM, CIGS, APOAM



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017).

No pátio de estacionamento do CASSAM (Cassino dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica de Manaus), zona Centro-Sul, bairro São Lázaro; no Comando Geral da Polícia Militar em Petrópolis; nas dependências do Frigorífico Vitello, zona Norte, na Avenida Max Teixeira bairro Cidade Nova 1; no estacionamento do Shopping Sumaúma Park, na Cidade Nova; no estacionamento do Shopping Ponta Negra, no estacionamento do Shopping Manaus Plaza, no pátio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM/CMZL, zona Leste, na Avenida Cosme Ferreira. Bairro São José Operário; na feira de agricultores familiares, realizada às quintas-feiras; localizada na sede do INCRA, Avenida André Araújo, bairro Aleixo.

Na Feira da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas APOAM, realizada aos sábados, no pátio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na capital do estado do Amazonas (MAPA), Av. Maceió, 460, bairro Adrianópolis. E visitação expedita na feira dos produtores rurais do município de Rio Preto da Eva/AM. Acompanhamos as atividades de ajuri nos quintais e roçados da UAF e UPF, nas reuniões comunitárias (Figura 09), entre outras atividades com instrumentos de coleta de dados *in loc*, a observação participante, conversas informais, uso do diário de campo, questionários, entrevistas abertas, visitas as residências, registro de imagens fotográficas para construir no contexto sociocultural o registro de histórias, cenários, realidades num tempo e espaço dos sujeitos pesquisados, como documento revelador de múltiplos significados e sentidos, permitindo ao pesquisador desvendar conteúdos, significados e intenções, com a finalidade de estabelecer

uma análise qualitativa, no intuito de se verificar as influências dos valores culturais que envolvem os diferentes processos de ajuri as comunidades da RMM, procurando dar visibilidade aos distintos processos, com vistas a melhor explicitar o ajuri.

Figura 09 - Visitas as comunidades



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

A amostragem obedeceu a critérios não probabilísticos, com o propósito de captar as origens, motivações, integração e os dilemas advindos da prática do trabalho coletivo e solidário em ajuri dos agricultores familiares. Identificou-se no decorrer da pesquisa de campo que 15% dos sujeitos entrevistados são agricultores familiares de produção orgânica que integram a Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas (APOAM), com autorização a utilizar o Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, como Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade Orgânica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), credenciada pela Associação Maniva de Certificação Participativa OPAC MANIVA, Nr. 35. (MAPA, 2018).

Os demais sujeitos, também agricultores familiares, considerando os critérios de inclusão e exclusão, 65%, não contemplam o perfil da pesquisa. Como tratamos de pesquisa, conduzida por meio da abordagem qualitativa, analisada a partir dos conceitos teóricos eliasianos, bourderianos, maussianos dentre outros antropólogos, sociólogos, naturalistas..., para melhor delinear outras questões em relação à amostra dos sujeitos pesquisados.

Motiva esta reflexão a apresentação dos sujeitos da pesquisa, bem como suas relações sociais formadas no espaço agroalimentar no trabalho em ajuri que ultrapassa o sentido

econômico da ação pecuniária. Uma união de significados sociais é acionada, bem como suas denominações tornando-se um espaço de fusão solidária na realidade das comunidades na hinterlândia Amazônica na RMM.

Podemos inferir que pela observação participante existem princípios efetivados socialmente que estruturam os ajuris, tanto no modo da existência do ser social quanto na aproximação das estruturas autônomas dos indivíduos manifestadas nas ações sociais nas comunidades.

No entendimento dos fatores endógenos e exógenos tanto sociais como econômicos do ajuri: o saber tradicional traçamos uma construção textual baseada na literatura, delineada nos próximos capítulos, embasados nas informações secundárias obtidas do questionário aplicado, reforçando a hipótese deste trabalho quais serão confrontadas com os resultados da pesquisa de campo, que integram saberes tradicionais, baseados em práticas tradicionais e o conhecimento acadêmico/científico, sendo considerado os seguintes aspectos: - os sujeitos, a dimensão sociocultural, agrícola e ambiental, o etnocultural, os processos tecnológico e o capital social *versus* gênero.

Entretanto, vale ressaltar que para construção dos dados da pesquisa, o projeto inicial de pesquisa foi previamente submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, obedecendo aos critérios éticos, definidos pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, registro na Plataforma Brasil, aprovado com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) sob o protocolo de número CAAE 97442218.0.0000.5020, em 15 set. 2018. (Anexo A).

O Termo de Anuência Prévia (TAP) - (Anexo B), acordo que se estabelece com as comunidades participantes, foi assinado pelas lideranças comunitárias, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - (Anexo C), no momento da entrevista, foi assinados pelo participante, afirmando o consentimento e a espontânea vontade de participar da pesquisa, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), dos menores (Anexo D) de idade, foram assinados por seus responsáveis.

E, por sua vez, estamos considerando agricultores familiares que necessitam de tempo para o trabalho na agricultura e, por isso, privilegiamos aqueles que têm primordialmente o apoio da família. Após receber o parecer do CEP/UFAM deu-se início à segunda parte da pesquisa com a inserção em campo, já que sem o parecer favorável do Comitê não era possível a realização das observações e da coleta de narrativas.

As visitas nas comunidades a fim de realizar as primeiras observações e coleta de narrativas ocorreram a partir do 4º trimestre de 2018, devido à dificuldade de acesso as

comunidades por conta das condições climáticas da região (inverno amazônico), assim não foi possível por tempos prolongados visitas de campo *in loco*, alterando desta forma as visitas para maiores levantamentos de dados.

Na segunda fase da pesquisa, visita de campo, foram construídos e aplicados instrumentos de diagnóstico de caráter etnográfico, ou seja, voltados para a observação do sistema de produção nos agroecossistemas amazônico e sua relação socioeconômica, com dados quantitativos, embora alguns insuficientes para os objetivos do presente trabalho, porém válidos como contribuição ao conhecimento tradicional, aliado ao valor socioeconômico, cultural e ambiental, já reproduzido por diversos autores considerados neste estudo, partindo dos hábitos, crenças, mitos e conhecimentos do senso comum, considerando a aprendizagem referente à organização do trabalho, produção e manejo dos sistemas de cultivo, dos hábitos e costumes da cultura local e sua maneira de lidar nos ajuris.

Alguns dos sujeitos envolvidos na pesquisa já fazem parte do trabalho cotidiano desta pesquisadora, enquanto Educadora Ambiental na RMM desde 2008 trabalhando com eles (Figura 09a). O diagnóstico etnográfico envolveu:

- i) - participação nas reuniões (Figura 09a) com grupos de agricultores familiares nos municípios da RMM;
- ii) - visitas periódicas às UAF com levantamento do diagnóstico sociocultural, agrícola e ambiental da propriedade;
- iii) identificação etnobotânica das benfeitorias existentes no quintal agroflorestal (Figura 09a);
- iv) - visitas nas feiras da RMM onde comercializam a produção.

Figura 09a - Diagnóstico etnográfico



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Assim concebemos que a observação participante permeia o trabalho de pesquisa no campo, através da convivência com os agricultores familiares, em suas lidas diárias, através dos relatos espontâneos, informais e despreocupados concedidos ao longo dos anos de

convívios com os membros partícipes e não partícipes do trabalho em ajuri. Muito embora, a maioria dos agricultores familiares participantes dessa pesquisa sejam migrantes de diversos municípios do estado do Amazonas, alguns agricultores vieram de outras regiões do país, especificamente dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraná, Piauí.

A fim de proceder a discussão do tema proposto desse grupo social, procurou-se observar as relações socioculturais que os agricultores familiares estabelecem com a natureza e o modo de proceder como **devir** (grifo nosso) no trabalho coletivo em regime de ajuri.

No que tange as perspectivas teóricas, conceitos, adjetivos, substantivos da palavra *devir*, reportamos ao conceito de Deleuze (1997): Um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação (DELEUZE, 1997, p.14).

O devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. Devir não é certamente imitar, nem identificar -se nem regredir – progredir; nem corresponder, instaurar relações correspondentes; nem produzir uma filiação. Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele nos conduz a “parecer”, nem “ser”; nem “equivalente”, nem “produzir”. (DELEUZE, 1997, p.16).

A noção de devir, segundo Olivar (2013), é um processo de forças minoritárias,

O devir não é uma correspondência de relações por filiações, é de uma ordem de relações, enquanto movimento em uma concepção diferenciada de liberdade e criação em, momentos e contextos distintos, o devir assenta na experiência, traçando para si novas singularidades a cada encontro um elo de solidariedade, de ajuda humanitária e de fraternidade.. (OLIVAR, 2013, p. 180-183).

Há de se considerar, que o trabalho em ajuri, como devir, impulsiona o viver por/entre todos os elementos que o compõem na rede de interdependência, quer seja ambiental, social e econômico, diante da ausência de políticas pública na comunidade. São relações que evocam normas hegemônicas de parentescos ou não, contudo há uma correspondência estrita entre os agricultores familiares nas diversas práticas que compõem o trabalho coletivo e solidário em ajuri nas localidades pesquisadas.

Na perspectiva de materializar as reflexões teóricas apresentamos nos resultados embasados no formulário, a partir da análise das informações obtidas durante a pesquisa/entrevista de campo, visando ao estudo da Unidade Agrícola Familiar (UAF) em sua dimensão ambiental, inserindo nesta análise também os aspectos sociais, culturais, ambientais dentre outros, buscando aprofundar informações sobre os espaços de produção/reprodução, as formas de interação, sociabilidades e organização na articulação com o trabalho coletivo

denominado de ajuri, além da influência do gosto dos consumidores sobre o que é produzido, a comercialização do excedente no mercado local, o apoio técnico, bem como a adaptação aos novos conhecimentos.

Quanto ao critério de exclusão consideramos os agricultores familiares que, independente da produção agroecológica e orgânica, não participam do processo de ajuri na comunidade, bem como se valem do assalariamento com a contratação de mão-de-obra (caseiros) para execução das atividades agrícolas e não-agrícolas, como forma de reprodução e capitalização na UAF, estas propriedade são utilizadas como opção de lazer nos finais de semana, não sendo comercializada a produção.

A identificação das participantes aconteceu por meio de uma amostragem intencional, para isso, a pesquisadora frequentou as comunidades identificadas para assim poder ter facilidade com os sujeitos entrevistados, bem como de entender melhor as práticas do processo de ajuris que ocorrem nas UAF e UPF. Com observações participante nas reuniões, práticas de ajuris realizadas, descrição das ações dos comunitários que autorizaram essas observações.

Com relação às observações (Figura 09b) das práticas de ajuri, motivou e favoreceu a reflexão compartilhada entre os participantes, consistiram em três eixos: sujeitos (relações socioculturais), o espaço (área de plantio, divisão e descrição da UAF) e do trabalho social (práticas de ajuri realizadas nos espaços da UAF e UPF). Para que assim possamos efetuar o resgate sociocultural dos agricultores familiares pesquisados.

Vale explicitar que nos momentos de abordagem a atenção dispensada referiu-se ao processo e práticas coletivas de ajuri, na trajetória de constituição dos grupos de ajuri, relacionados na ajuda mútua na propriedade (UAF) e uso da terra coletivamente (UPF).

Figura 09b - Observações participante



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

iii. Conteúdo dos capítulos

Contar é muito, muito difícil. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora acho que nem não. São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruzado. Eu atravesso as coisas - e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. (...) o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

(ROSA, 1986, p. 172-43).

Esta pesquisa de dissertação é composta de 3 capítulos e seções, iniciando-se pela Introdução, que apresenta a pesquisadora e seu interesse no ajuri, configurada nas reflexões iniciais, vindo na sequência o objeto da dissertação, em que se delimita o escopo a justificativa e objetivos que conduziram a pesquisa.

Na sessão intitulada **A conquista da hinterlândia Amazônica**, capítulo 1º, é descrita a abordagem teórica calcada na revisão literária descritas nos relatos dos viajantes naturalistas, cronistas, escritores a partir do século XVI, bem como sucintamente nos demais séculos, documentos e demais obras literárias, justificando o desenvolvimento do tema e o objetivo do projeto de pesquisa denominado: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico.

Em **Os Agroecossistemas da Unidade Agrícola Familiar – UAF**, 2º Capítulo versa sobre o manejo da paisagem nas Unidades Agrícolas Familiares nas comunidades da RMM. Apresentamos um breve estudo sobre **A realidade vivida, o lugar, a paisagem** explanamos sobre as áreas onde estão situadas as comunidades de agricultores familiares, o ambiente e os sujeitos, com o propósito de identificar o porquê da escolha da atividade econômica do ajuri na prática de um possível etnoconhecimento aliadas as etnociências dos agricultores familiar na sessão **O etnoconhecimento e as etnociências**. Em seguida na sessão **Comunidades - ambiente e sujeitos**, descrevemos o porquê desta intervenção de ajuda solidária no dia-a-dia das comunidades, como (re)organização social para o desenvolvimento sustentável, objetivando contemplar o primeiro objetivo do projeto.

A análise, interpretação e compreensão se deram a partir da análise dos dados obtidos a partir dos discursos dos agricultores familiares revelando a dimensão descritiva e interpretativa, no sentido de apresentar os resultados em doze sessões na composição escrita

desta dissertação de acordo com os objetivos específicos, desenvolvido no 3º Capítulo, **Os Princípios da Formação do Ajuri**, considerando que a prática do ajuri é costumeira nas comunidades tradicionais amazônicas, provendo sua vivência com o meio ambiente rural e interação social, econômica, política e espiritual.

Destacando outros aspectos, fundamentais para a compreensão da inter e intra relação homem-natureza, nos sistemas agroflorestais - ambiente e sujeitos entre as comunidades e a atividade agroalimentar produzida como meio de sobrevivência dos povos tradicionais ao recriar dimensões tradicionais de seus territórios de origem, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade nos trabalhos coletivos em ajuri, entre os comunitários, provendo sua vivência com meio ambiente rural e interação social econômica, política e espiritual, explanada na sessão **A solidariedade nos trabalhos coletivos em ajuri**.

Tendo por base o referencial bibliográfico, conjectura-se que o conceito de comunidade, sociedade, relações sociais, são temas muito complexos qual tem sido muito debatido nas Ciências Sociais, em diferentes segmentos conforme abordado na sessão **Comunidade x relação social**, explicitando o desenvolvimento agroecológico nas comunidades da RMM, os **Sujeitos Partícipes da Pesquisa, a Análise sociocultural** - perfil dos partícipes da pesquisa, **Diagnóstico agrícola e ambiental das UAF** e a **Ecoformação das práticas de ajuri**.

Na sessão **Ajuri -Práticas processadas nas UAF e UPF**, identificamos as práticas processadas nas unidades produtivas familiares (UPF), evidenciando algumas categorias referentes ao saber tradicional dos agricultores familiares da RMM, à valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo de ajuri no processo histórico e sociocultural processadas nas UAF e UPF.

Com base na teoria Eliasiana, dentre outros autores busca-se relacionar esta ação no processo de formação das teias de interdependência que assumem a forma de configurações, empreendidas pelos indivíduos envolvidos na dinâmica agroalimentar no ecossistema amazônico de várzea e terra firme (Figura 10), no uso e manejo dos solos realizados no âmbito dos agroecossistemas da Região Metropolitana de Manaus – RMM, e assim contemplar o 2º e 3º objetivo proposto no projeto de pesquisa.

Apresentamos na sessão 3.10 **Outros trabalho em ajuri**, na sessão 3.11 **O valor pecuniário do trabalho em ajuri**, é uma estimativa do valor pecuniário do trabalho em ajuri, apesar de geralmente não ser reconhecido contabilmente, considerando as atividades desenvolvidas visando ao bem-estar social num ambiente em que as políticas e ações governamentais não suprem adequadamente as necessidades coletivas.

Questionamos na sequência, sessão 3.12 **Permanência e resistência**, por que o ajuri permanece e resiste no tempo sócio-histórico na hinterlândia Amazônica.

Figura 10 - Ecossistemas de várzea e terra firme - moradia e áreas agrícolas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018-9).

Por fim, apresentamos as **Considerações Finais** sobre as questões relacionadas com a pesquisa sobre o estudo do trabalho em ajuri, como reconhecimento estratégico para conservação dos agroecossistema alimentar dos agricultores familiares da hinterlândia Amazônica. Esse trabalho possibilitou, além da coleta de dados importantes, informações complementares e uma maior interação com a população em estudo. Esta temática não chega ao seu fim pelas análises deste trabalho, mas, poderá vir a ser o ponto de partida para outras discussões, assim como outros olhares científicos disciplinares e interdisciplinares.

Deste modo, contribuiu-se para a compreensão dessa atividade econômica e suas relações com as comunidades de agricultores familiares, sejam elas, próximas das cidades ou vivendo dentro delas, ou nos seus territórios étnicos. Por outro lado, auxilia para se levar o conhecimento às comunidades de agricultores familiares em fase de transição (saindo do cultivo tradicional e adotando as práticas de agroecologia), não apenas as comunidades escolhidas como objeto de estudo, mas todas aquelas que desenvolvem alguma atividade voltada para o desenvolvimento sustentável da hinterlândia Amazônica.

1 - A CONQUISTA DA HINTERLÂNDIA AMAZÔNICA

Livre Estou

*A neve branca brilhando no chão
Sem pegadas pra seguir
Um reino de isolamento e a rainha está aqui
Não consegui conter, bem que eu tentei
Não podem vir, não podem ver
Sempre a boa menina deve ser
Encobrir, não sentir, nunca saberão
Mas agora vão
Não posso mais segurar
Eu saí pra não voltar...
Não vou me arrepender
Do que ficou pra trás
Livre estou, livre estou*

(Frozen - Uma Aventura Congelante)

No processo histórico de ocupação do espaço geográfico na Pan-amazônia, destaca-se o papel desempenhado pelo extrativismo, agroextrativismo e da agricultura, de base familiar, pela lógica da reprodução do devir, com a produção para o sustento da família e de excedentes de alimentos, fibra, látex, resinas e madeira para as populações urbanizadas dedicadas em outras atividades econômicas.

A exploração ou dominação da natureza pelo homem gera uma verdadeira contradição da condição humana, pois o homem não pode mudar a natureza, sem mudar a si mesmo. É preciso sapiência, autóctone, de saberes adquiridos ao longo do processo histórico de dominação da natureza e todas estas práticas, costumes, tradições crenças, experiências e ações no curso do processo civilizador, gerador de alterações ambientais.

Na Amazônia, o processo civilizador (Matos, 2015, p. 249) historicamente, ocorreu com apropriação e exploração dos recursos da natureza, transformando estes recursos em produtos, bens e serviços, para garantia da vida e convivência socioambiental. Neste interregno, o homem amazônico precisava de um amplo raio de ação e grande liberdade de movimentos, a sorte, a esperteza e a perícia na economia do homem de então no processo de colonização, domesticação, regularidade alimentar.

Tais relações são entendidas como “relações de poder”, não só no sentido de detenção dos meios de produção (ou poder econômico), mas, sobretudo como “diferenças no grau de organização dos seres humanos implicados” (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 21).

No entendimento do Padre João Daniel (1976), em sua obra *Tesouro descoberto no*

máximo Rio Amazonas, a Amazônia era uma paisagem geográfica sem grandes entraves para a expansão da agricultura em questão. A agricultura consistia na preparação de terras para o cultivo de tubérculos, associada à colheita, caça e pesca.

Viviam os habitantes da hinterlândia Amazônica, divididos em grupos ou nações, das quais podemos destacar os Tupis-guaranis, os Tucanos, os Caraíbas e em especial os Aruaques, que ocupavam o vale médio do rio Amazonas e possuíam uma agricultura mais apurada. Todos trabalhavam na terra e a diferenciação de funções entre seus membros eram pequenas, cultivavam mandioca, milho, feijão, amendoim, tabaco, batata, cará, abóbora, pimenta, guaraná, mate, cabaças, etc., eram repartidas igualmente entre seus membros. (ARAÚJO et al., 2018a, p.112).

Disserta Araújo et al., (2016a), sob o viés do processo civilizador, a partir do século XVI, os índios foram lentamente escravizados ou dizimados pelos brancos que impuseram seus conhecimentos e religião, além das doenças e sofrimentos a que submeteram aos verdadeiros donos dessas terras.

À medida que os colonizadores europeus avançavam nas terras amazônicas, na Europa acordos eram firmados para dividir as novas terras descobertas, graças à sua superioridade militar, e a ingenuidade daqueles que viviam na região há muito tempo, os índios foram obrigados a abandonar muitos de seus hábitos e costumes, para assimilar a cultura dos brancos. (ARAÚJO et al., 2016a, p. 5).

Assevera Acuña, a perturbação a este estado próximo do edênico quase nunca é causada pelas condições naturais (“se não houvesse a praga dos mosquitos, poder-se-ia dizer (...) tratar-se de um imenso paraíso”) ou pelos nativos. Ao contrário é a colonização que irrompe com sua carga de desorganização e violência. (ACUNÃ, 1994, p. 17).

A floresta impenetrável e o vazio demográfico são os temas clássicos e recorrentes apontados pelos autores viajantes como sendo os maiores obstáculos para se promover o progresso e a civilização do norte brasileiro. À medida que as cartas e crônicas de viagens nas terras descobertas na Amazônia chegam a Europa, fazem avançar uma nova compreensão sobre a região, especialmente quanto ao tamanho e riqueza da floresta que se espalhavam pela várzea do Rio Amazonas.

Com efeito, embora em algumas passagens a natureza fosse representada de maneira hostil, inóspita, ameaçadora, prevalece nestes relatos a imagem de uma natureza dadivosa que oferecia abundância e diversidade de produtos naturais. (ACUNÃ, 1994, p. 17),

Na verdade, mesmo as imagens depreciativas foram pensadas como uma evidência da necessidade de domesticar a natureza que, por sua vez, devia ser transformada num reservatório de possibilidades econômicas.

No entanto, o período de colonização da região teve início nos primeiros anos do século XVII e ficou conhecido como ciclo econômico de exploração das drogas do sertão (BITTENCOURT, 1925, p. 145).

A ocupação territorial foi traçada com o propósito de integração dominial e de intensificação da exploração comercial dos recursos naturais existentes. No ciclo das drogas do sertão, a região foi constituída num verdadeiro celeiro natural para exploração de matérias-primas, a crescente aceitação dos produtos do extrativismo na Europa e a constituição de um mercado consumidor nacional e internacional passaram a exigir uma escala de produção bem superior a capacidade de produção regional.

Por outro lado, desde os idos do século XVI os portugueses haviam começado a se estabelecer na foz do rio, com a fusão das coroas de Portugal e Espanha (1580–1640) os limites territoriais na Panamazônia não mais existem, sendo o trânsito dos luso-brasileiros em território espanhol e vice-versa livre.

De acordo com Pedro (2006, p. 12-27), a União Ibérica significou a transferência, aos portugueses, de inimidades tradicionais da Coroa Espanhola, especialmente com a Inglaterra, França e Holanda, sendo combatidos em vários pontos do rio Amazonas. Sobressaltada com receio de que o conhecimento da rota encorajasse outros empreendimentos, organizaram uma frota que deveria subir o Amazonas e o Napo até Quito para, na volta, tomar posse das terras abaixo da região dos omáguas, capitaneada por Pedro Teixeira em 1637, tendo por piloto o português Bento da Costa e como guia o frei Domingos de Brieva. Assim, além do aspecto religioso, existia o cunho político, pois, a pretexto de guarnecer as missões estabelecidas ao longo do grande rio, o governo de Portugal instalava fortificações militares em pontos estratégicos, estendendo o seu domínio através de uma região que, por força do Tratado de Tordesilhas, pertencia à Espanha.

Para legitimar a conquista territorial, os portugueses adotaram o método da posse (*uti possidetis de facto*) e não da propriedade legal (*uti possidetis de jure*) em desrespeito a bula papal *Inter Coetera* (1494) nos limites demarcados pelo Tratado de Tordesilhas, o estrategema teve êxito na demarcação dos domínios portugueses com a homologada definitiva do território pelo Tratado de Madri (1750). (ARAÚJO, 2018a, p. 21).

A contenda pelos espaços das terras amazônicas a serem conquistada, acabou por transformá-la em área de litígio, ou ainda, em domínio do universo colonial, exigindo dos sujeitos envolvidos a elaboração de estratégias que garantissem a manutenção e domínio dos envolvidos no processo.

Com a morte de D. João V, rei de Portugal, subiu ao trono D. José, seu filho, nomeando o diplomata estadista Sebastião José de Carvalho e Melo em 1750, para a Secretaria de Negócios Estrangeiros, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal, logo transformou o governo português, influente estadista, importantes medidas relacionadas ao Brasil foram tomadas durante sua administração, a exemplo da extinção do Estado do Maranhão, o fim do regime de capitanias hereditárias e a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará, destinada ao fomento da produção e da exportação. (ARAÚJO, 2018a, p. 21).

Ao proclamar a libertação dos indígenas brasileiros, em 1755, Pombal entrou em atrito com os religiosos da Companhia de Jesus, resultando na expulsão dos jesuítas, tanto da nação portuguesa como de suas colônias em 1757. O cenário que antecede a extinção do Diretório Pombalino é marcado por registros de cronistas que atestam os sucessos e dificuldades dos aldeamentos, conforme os registros do ouvidor Sampaio em 1774-1775 provido de mapear as potencialidades e riquezas do território e estimular uma atividade que garantisse a elevação das divisas da região: a agricultura.

As potencialidades observadas e descritas em seu diário são essencialmente os recursos provenientes da natureza. O cacau mereceu destaque no seu relato, uma vez que se constituía como a principal atividade extrativa e principal produto de exportação da região a partir da segunda metade do século XVIII, fato que o levou a ser alvo do comércio ilícito, como bem observou o ouvidor Sampaio (1985) e fez alusão não só acerca da agricultura e das drogas do sertão, deu ênfase à extração que se realizava do reino animal, citando a manteiga feita da tartaruga, do azeite que se produzia a partir do peixe-boi, ambos constituindo lucrativo comércio e estímulo à economia da região.

Provavelmente a ocorrência do consórcio cacau seringueira, que denominamos atualmente de sistemas agroflorestais – SAFs, tenha sido intensificado neste período. Nesse sentido a agricultura da região amazônica era justamente uma atividade que se procurava estimular, incrementar e diversificar, principalmente através da introdução de novas culturas agrícolas, como as sementes de anil, cânhamo, café e arroz. Com efeito as atividades econômicas influenciaram no devir e hábitos socioculturais.

Versa Matos (2015) que no início foi conferido ao Amazonas uma “invasão”, ou

melhor, uma colonização por homens ditos “civilizados”, Homens e mulheres vindos do velho mundo, que trouxeram consigo níveis diferentes de vergonha e de higiene, diferenciação e individualização de uma época, homens e mulheres que traziam consigo a concepção de civilização a ponto de se mostrarem superiores daqueles representados pelos grupos étnicos da região. (MATOS, 2015, pg. 43).

A partir do fim do século XVII, a agricultura era praticada na extensão do vale

amazônico, as missões montaram um sistema agrário combinado com a organização dos índios aldeados em espaços próprios. As aldeias missionárias mostraram-se rentáveis na extração, na agricultura, na pesca, na caça e na criação de bovinos, atividades desenvolvidas em parte importante dos seus solos férteis em toda extensão do Rio Amazonas e seus afluentes ao longo do qual organizaram zonas agrícolas que apresentavam condições favoráveis à organização dos circuitos de escoamento e de comercialização da produção.

A agricultura próspera, embora seus resultados fossem modestos, é um exemplo de uma bem-sucedida acumulação de riquezas das sociedades capitalistas (MARIN, 1995, p. 77), principalmente, nesta época, cujo trabalho era baseado na mão-de-obra escrava.

Neste contexto, corroborando Elias (1994a, p. 14): Não existe sociedade sem indivíduo, ou indivíduo sem sociedade, o conceito de sociedade em razão do “modelo de senso comum que hoje domina a nossa própria experiência e a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica”.

No processo de configuração versa o autor (1994a, p. 43) que é formada por grupos interdependentes de pessoas e não por indivíduos singulares,

juntos, eles compõem um *continuum* sócio-histórico em que cada pessoa cresce - como participante - a partir de determinado ponto, cujas mudanças estruturais nesse *continuum* humano que o transformam numa continuidade histórica, são embasadas no senso comum da participação comunitária, que nenhuma forma de organização, qualquer que seja sua estrutura ou natureza, poderá trabalhar individualmente. (ELIAS, 1994a, p. 28).

Nesta perspectiva o pensamento Eliasiano pela atualidade evidencia este processo de (re)configuração organizacional, quanto mais avança a sociedade e maior é o intercâmbio entre as pessoas, mais estreitamente elas são ligadas pelo fato de cada uma só poder sustentar sua vida e sua existência social em conjunto com muitas outras. (Elias 1994a, p. 38).

Conjectura ainda que as relações sociais são formadas no cotidiano, onde o sujeito estabelece relações com a sociedade e vice-versa, como uma teia de complexas interdependências

criada pelas interações humanas entre “eu” e o “tu”, entre o “nós” e o “eles”, entre indivíduos diferentes e/ou iguais, em constante dinâmica, geradora de fenômenos reticulares, que o indivíduo constrói numa interação contínua e em rede ou seja, através das relações de interdependência num processo originador de (re)configurações constantes, que o indivíduo tece na imensa teia de contatos através da amizade, trabalho, festa, enfim, nos espaços/lugares e nos diferentes tempos das relações que são estabelecidas no dia-a-dia. (ELIAS, 1994a, p. 48).

Deste modo, torna-se evidente que as relações (indissociáveis) entre indivíduo e sociedade não podem ser compreendidas isoladamente, só podem ser compreendidas a partir das relações no espaço social, entre a parte e o todo, ou seja, os indivíduos estão sujeitos às forças sociais exercidas pelas pessoas sobre outras pessoas e também sobre si próprias, que se originam nas próprias estruturas do homem e da sociedade. (ELIAS, 1994a, p. 99).

Ademais, para Elias sobre a rede e as relações sociedade e indivíduo, considera que o querer e o fazer para o bem comum são comportamentos, atitudes, modos sociais realizados individualmente e não podem ser deixadas de lado, esquecidas, ignoradas, para que assim se compreenda a configuração social, visto que trazem um fundamento preciso, que o difere nas suas relações de construção social.

Argui Araújo et al., (2016a, p. 5), que as populações tradicionais, habitantes do ecossistema de várzea e terra firme da hinterlândia Amazônica, apresentam adaptações/modificações aliada aos tradicionais procedimentos no uso e manejo do sistema produtivo agrícola, favorável à sustentabilidade econômica nas relações produção, ambiente e o homem. Para tal, ter-se-á em conta a lógica da ação dos Jesuítas no processo de formação, gestão, construção e na apropriação do espaço rural/urbano da Amazônia em função dos interesses da Coroa.

Segundo Ferreira (2018, p. 174-175 apud COULANGES, 2009, p.135-137) o aparecimento das primeiras cidades está relacionado a uma revolução agrícola (geração de excedentes na agricultura). A partir do momento que o ser humano começou a ter alguma técnica agrícola ele deixa de ser nômade e surge uma divisão do trabalho originando-se, a partir de então, os primeiros aglomerados urbanos. Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar em um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim.

Sobre as estratégias de colonização utilizadas, pelos primeiros jesuítas, para educar e catequizar os nativos da América portuguesa nos anos iniciais das missões do século XVI fica claro a contradição de interesses entre os objetivos da Companhia de Jesus, os dos moradores e os das autoridades coloniais. Em consequência, como não era possível prescindir do missionário no processo de dominação das massas indígenas, as autoridades coloniais estabeleceram com as outras ordens religiosas relações mais próximas, impondo seus interesses e limitando sua atuação. (CARVALHO JÚNIOR, 2013, p. 30).

De acordo com Araújo (2000), durante o século XVII, os religiosos conseguiram construir uma incrível rede de aldeias e residências que cristalizou o seu poder e seu apostolado na região. O crescimento das ordens religiosas ensejou inúmeros conflitos com

moradores e autoridades, sobretudo em torno da mão-de-obra indígena, fundamental na região, propunham novas práticas agrícolas para a colônia, com bases em inovadores conhecimentos científicos provenientes da coroa, com base nos fenômenos da natureza.

A retórica missionária se construiu em função da exposição às condições do lugar, das narrativas das ações e obras dos grupos missionários, bem como relata Xavier (1977, p. 48) que a incrementação da agricultura como base da economia da Colônia já fora pensada em outros momentos sem sucesso, contudo na segunda metade do século XVIII sob nova perspectiva da influência do Iluminismo e da ciência moderna, a recomendação da “agronomia” era “para utilidade do Reino e Conquista e Glória de S. Majestade”.

No entanto, estamos mais inclinados a compartilhar da ideia relatada por Eulália Santos (2006) a solicitação era acompanhada de recomendações, cujos critérios podemos chamar “pré-científico”, uma vez que apresentavam conhecimentos e preocupações da agronomia,

a economia da colônia portuguesa estivera atrelada ao extrativismo das drogas distribuídas pela floresta, em cuja busca se aventurava o colono, na sistematização da natureza, era necessário pôr fim ao caráter rudimentar do empreendimento agrário da coleta das drogas do sertão. (SANTOS, 2006, p. 150).

Para a construção do Estado Moderno, o governador teria que fazer uma administração centralizadora inspirada no irmão, Marquês de Pombal, ou melhor, conduzido pelo irmão, somente dessa forma se firmaria o estabelecimento da soberania portuguesa na extensão territorial amazônica em favor da Coroa. Esta situação de colonização na Amazônia no século XVIII encontrada no relato do jesuíta João Daniel (1976) descrito no processo de trabalho extrativista praticado pelas populações nativas da região consistia na coleta primitiva de frutos, óleos e especiarias da floresta nativa, que além de dispensarem o cultivo não necessitavam de trato cultural.

Divididos os índios por diversos riachos, ou rios pela terra dentro a descobrir cacao, ou o que pretendem, e o que acham vem trazendo para as feitorias, onde se vai beneficiando, secando, e guardando em paiões, [...] Extraem copaíbas, bainilhas, e tudo o que acham até chegar o tempo de tornarem para a cidade, [...] (DANIEL, 1976, V. 2, p. 166-167).

Afirma Daniel (1976, V. 1, p. 290) da necessidade, uso de métodos para aproveitar e utilizar as grandes riquezas que Deus lhes depositou: Propõe-se a descobrir métodos que permitam o melhor aproveitamento dos recursos naturais da região amazônica, propondo outro cultivo, e nova agricultura para seus habitantes, ao longo do rio, o maior do mundo, [...] sua margens são o mais fértil torrão de todo mundo.

Nesse recorte percebemos-lo admitir uma inter-relação de culturas agrícolas existente entre os costumes e hábitos indígenas com a riqueza e variedade dos recursos naturais que permitem fartura e abundância. A apresentação do mundo natural amazônico pelos escritores eclesiásticos, compartilhou o pragmatismo e o viés exploratório que caracterizou o processo colonial como um todo. Essa rede de informação constituída permitiu a Portugal aprofundar seus conhecimentos sobre seus domínios que tinham por objetivo contribuir para o conhecimento do território, além do claro objetivo de mapear as potencialidades das regiões.

Segundo Araújo et al., (2015, p. 1-2), a cada expedição, produziam-se relatos sobre a natureza e as riquezas da região, que serviam à consolidação do domínio português na Amazônia, neste contexto, relata Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão do Marquês de Pombal), quando em viagem que fizera até o Rio Negro, percebeu a dificuldade em defender o território, bem como controle da região, sugeriu a Coroa Portuguesa a criação de uma capitania, assim o Marquês de Pombal em 1751, desloca o eixo administrativo de São Luís para Belém, alegando melhor localização para as expedições se deslocaram à entrada da malha hidroviária do Rio Amazonas, nomeando seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado governador da província do Grão-Pará e Maranhão. Através da Carta Régia de 03.03.1755 é criada a Capitania de São José do Rio Negro em Barcelos/AM, nomeando Joaquim de Melo e Póvoas governador da Capitania.

Deste modo a viagem de Sampaio pela capitania de São José do Rio Negro busca mapear as potencialidades da região, procurando discutir a demarcação de fronteiras, ou seja, ele está ali tentando conhecer a realidade da região, mas também preocupado em assegurar os domínios portugueses naquele espaço. (AGUIAR et al., 2010, p. 4).

No texto do Ouvidor, referente à agricultura geral, transcreve:

Quando alguns índios, ou índias trabalharem na Rossa do commum, [...], fará o Director um ponto exacto para o fim de se fazer depois a repartição do producto, eno caso de ser rendido o Director, entregará o dito ponto ao seu successor, a se evitar a confusão [...]nesta Povoação sobre a repartição do pagamento que veio a thezouraria para os que trabalharão na Rossa do Comum. / as avaloções das Rossas e todas as lembranças dos dizemos se não devem lançar neste livro, mas sim no dos Dizimos, que He o próprio na forma de Directorio. (SAMPAIO, 1985, p. 140).

Como observado na teoria Eliasiana, em suas comparações nos modos como diferentes civilizações determinam o tempo, estabelece funções universais para o modo como esse coordena as experiências humanas entre natureza e sociedade, considerando que as redes de interdependência no processo de aprendizagem igualmente perpassam a reavaliação dos conhecimentos tradicionais nos diversos grupos sociais.

1.1 O Sistema agroextrativista na Amazônia Colonial

Tecendo comentários sobre os aspectos sócio-históricos da estrutura produtiva da agricultura familiar amazônica, Araújo et al., (2015) disserta que a historiografia sobre a agricultura na Amazônia remonta a sua conquista e a ocupação no período colonial,

dirigidas na vigência da União Ibérica, sob a governança direta de Lisboa, evitando as invasões estrangeiras, através de ações missionárias, militares, políticas e administrativas, dominando o ciclo da economia extrativista (1650-1750) no período do Brasil colonial, as “drogas do sertão”. (ARAÚJO et al., 2015, p. 110).

Pela natureza da interculturalidade humana na Amazônia, o trabalho do sujeito amazônico é caracterizado de agroextrativista. Neste contexto, os produtos provenientes das atividades agrícolas, extrativista, ervas aromáticas, folhas, frutos, cascas, raízes, produtos florestais não madeireiros (PFMN), demais produtos evoluíram.

Dentre outros destacam-se os seguintes produtos apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Produtos agrícolas extrativistas.

<i>Nome etnopolular</i>	<i>Nome científico</i>	<i>Nome etnopolular</i>	<i>Nome científico</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Mandioca (derivados)	<i>Manihot esculenta</i>
Açaí	<i>Euterpe precatoria</i>		
Ayahuasca	<i>Banisteriopsis caapi</i>	Mogno	<i>Swietenia macrophylla</i>
Baunilha	<i>Vanilla planifolia</i>	Óleo de andiroba	<i>C. Procera</i>
Breus	<i>Protium spp</i>	Óleo de copaíba	<i>Copaiferae spp.</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Pau-cravo	<i>Dicypellium caryophyllaceum</i>
Canela	<i>Cinnamomum verum</i>	Pau-rosa	<i>Aniba rosaedora</i>
Casca-preciosa	<i>Aniba canelilla</i>	Pimenta-de-cheiro	<i>Capsicum spp</i>
Castanha-do-pará	<i>Bertholletia excelsa</i>	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Puxuri	<i>Licaria puchury-major</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma Grandiflorum</i>	Quinina	<i>Chinchona affinalis</i>
Guaraná	<i>Paullinia cupana</i>	Urucum	<i>Bixa orellana</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nos relatos do Frei Carvajal, da expedição de Francisco Orellana, pelo rio Amazonas e do Padre Fritz, no rio Solimões, destacam-se como principais culturas, a mandioca, o milho, variedade de batatas (*Ipomoea spp*), vários tipos de cará (*Dioscorea sp*), mamão (*Carica papaya*), caiaué (*Elaeis melanococca*), amendoim (*Arachis hypogaea L.*) dentre outras espécies frutíferas e hortícolas. Relatam também, os cultivos das fruteiras próximo das casas (malocas), atualmente denominados de pomar caseiro ou quintal agroflorestal.

Entretanto, segundo Sousa et al., (2015a), tal conhecimento, baseado em sistemas complexos de produção, com grande ênfase na agrobiodiversidade, tinha a capacidade de

alimentar uma numerosa população de crianças, mulheres e guerreiros, ao mesmo tempo, uma convivência harmoniosa com a floresta, que parecia nunca ter sido penetrada pelo homem. A domesticação de plantas e o manejo dos solos podem ser considerados como uma condição fundamental para o estabelecimento de modos de vida agrícolas, mesmo para sociedades baseadas na caça, pesca e coleta, denominadas atualmente de agroextrativistas. (SOUSA et al., (2015a, p. 1701).

A economia agrícola da Capitania de São Jose do Rio Negro nos seus 20 (vinte) e tantos anos era monopólio da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, os colonos e os padres utilizavam mão-de-obra dos indígenas para o trabalho de coleta das drogas do sertão - castanha, ervas com propriedades curativas, fibras, tinturas, baunilha, salsaparrilha, além de madeiras, noz de pixurim, pau-cravo, gergelim, castanha - e a produção do algodão, cacau, guaraná, sorva, café, tabaco, urucum, e produtos da caça, pesca, raízes e cipós. (ARAÚJO et al., 2015, p. 2).

Havia uma constante preocupação do governo imperial com a atividade agrícola na Amazônia, visto que grande parte das áreas da região permanecia ainda ocupada por florestas com ricas madeiras e outros produtos florestais existentes no interior de suas matas e com terrenos excelentes para agricultura. Segundo relato do ouvidor Sampaio in: Viagem que em visita e correição das Povoações da Capitania de Saõ Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, Intendente geral da mesma, Franco Xavier Ribeiro de Sampaio no ano de 1774 e 1775.

Não somente héesta villa fértil em fruías, mas também abunda em outros géneros de agricultura. As terras e ilhas do seu circuito estão cheias de cacáo silvestre, do qual annualmente se fazem grandes carregações pelos índios desta villa, que o transportão ao Pará. [...]. O rio he abundantíssimo em todo o género de peixes; mas principalmente de peixe boi no tempo da enchente. (SAMPAIO, 1985, p. 81-82).

Neste contexto a Capitania de São José do Rio Negro (1774-1775), experimentou a sua primeira fase de prosperidade, com estímulo à agricultura, pesca, instalação de fábricas e as drogas do sertão (cravo, salsaparrilha, copaíba, andiroba, breu e outros), que continuavam sendo o ponto forte da economia da região. (SANTOS, 2006a, p. 36).

Ressalta Araújo et al., (2015, p. 5) que conforme avançavam os colonizadores europeus nas terras amazônicas, as populações e comunidades tradicionais foram obrigadas a abandonar muitos de seus hábitos imemoriais (Figura 11), costumes e saberes para assimilar a cultura dos brancos, incorporando o sistema simplificado de produção agrícola, sistematizado geometricamente, capaz de produzir excedente de produção vegetal e animal.

Destarte, corroborando Cardoso et al., (2005), o período colonial agrícola na Amazônia até o reinado de D. José I, supõe-se uma economia extrativista dominada pelas “drogas do sertão”, substituído por um ciclo agrícola favorecido pelo capital na gestão do Marques de Pombal, que marcaria a passagem da agricultura extrativista, para um sistema agrícola subsidiário, constituído pela agricultura.

Figura 11 - Hábitos imemoriais



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2015).

Sendo assim, com o processo de acomodação e assimilação de novas culturas, novas formas de trabalho e técnicas de produção foram incorporadas, prevalecendo a prática de corte e queima da floresta, que nem sempre gera impactos positivos, na paisagem Amazônica. No entanto, mediante a observação *in lócus*, a prática das queimadas de outrora permanecem até os dias atuais, não sendo, portanto, substituídas por práticas ecologicamente corretas.

Segundo Figueiredo (1971, p. 147-148), a partir do século XVII, a agricultura era praticada na extensão do vale amazônico, as missões montavam um sistema agrário combinado com a organização dos índios aldeados em espaços próprios. Os jesuítas responsáveis pela educação, religião e ensino de diferentes ofícios, treinavam os escravos africanos e estes, ensinavam os índios na nova arte, de ofícios e técnicas de fazer agricultura dos colonizadores.

Dadas estas particularidades, o legado da agricultura indígena na Amazônia compreendia o conhecimento de diversas culturas, plantavam a mandioca, semeava o milho, o algodão, legumes e o aproveitamento de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e

pesca, corantes, oleaginosas, aromáticos, tóxicas, etc. (Homma, 2003, p. 17). Os escassos relatos dos viajantes na Amazônia, no século XVI e XVII, de acordo com Sousa et al., (2015), descrevem os plantios ao redor das casas (Figura 12), que se pressupõem, os atuais quintais das populações tradicionais da Região.

Figura 12 - Plantios ao redor das casas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Os indígenas são os precursores da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) na Amazônia, inclusive sendo citados como os responsáveis pelo adensamento de espécies como o cacaueteiro (*Theobroma cacao*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*), seringueira (*Hevea brasiliensis*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) e diversas outras espécies em diferentes sítios da região. (SOUSA, 2015, p. 3).

Com o domínio lusitano na hinterlândia Amazônica, novas técnicas de plantio foram impostas no processo civilizador, alterando os hábitos sociais do homem amazônico, passando de agente coletor (agroextrativista) a ator engenhoso de sistemas de produção agrícola simplificados, sistematizados em leiras geometricamente espaçadas, capaz de produzir excedente de produção vegetal e animal.

Entretanto é escassa a descrição dos agroecossistemas amazônicos, sendo que, um dos mais importante agroecossistemas presentes na vida do agricultor familiar é o quintal agroflorestal. Não obstante, o processo civilizador, com suas forças de dominação/exploração do homem e da natureza, provocou conflitos culturais de acomodação e assimilação, obrigando os agricultores tradicionais abandonar muitos de seus hábitos imemoriais, costumes

e saberes. Com o novo paradigma, a paisagem vai sendo modificada, causando perda da diversidade nos agroecossistemas e erosão genética, transformando os recursos naturais e socioculturais em produtos, bens e serviços, para garantia da vida do sistema econômico-político-capitalista, em detrimento das relações harmoniosa do homem com natureza e convivência socioambiental.

O modo de vida e trabalho das comunidades da hinterlândia Amazônica tem uma relação direta com o modo de produção agroalimentar, integrado ao extrativismo vegetal, agricultura, caça e a pesca. Dentre os diversos trabalhos presentes no espaço agroalimentar, principalmente os que se relacionam diretamente com a natureza, é o trabalho utilizado no cultivo das plantas nos ambientes dos quintais e roçados agrícolas, que assinalam uma série de atividades laborais tais como: broca, corte queima, coivara, destoca, coroamento, semeadura, capinas dentre outras cujos procedimentos e instrumentos que fazem parte de um contexto social, econômico, cultural e ambiental que, por sua vez compõe o modo de vida familiar presente nas comunidades.

Uma cultura de trabalho marcada por profundas relações econômicas e sociais com o meio ambiente não somente por consistir em uma forma de convivência e meio de vida, mas sim por uma relação interacional nas decisões e atitudes do homem amazônico, frente aos recursos e fenômenos da natureza e a água, o solo, a floresta e o clima que determinam grande parte da forma de viver na/da Amazônia.

O labor na agricultura é árduo, exige tempo e força de trabalho, muitas vezes repetitivo, por isso, esta atividade foi uma das primeiras beneficiárias da Revolução Industrial com o trator agrícola. O trator e demais implementos agrícolas (Figura 13) são raros e escassos nas comunidades da hinterlândia Amazônica, sendo assim, todas as árduas horas de trabalho no campo são realizadas com ajuda mecanizada de motosserra, roçadeira motorizada, moto-poda e manualmente com facões, enxada, cavador, carrinho de mão, enxadeco, plantadeira manual, entre outras ferramentas). O preparo da área de plantio (derruba e enleiramento) que o trator poderia realizar em 8 h de trabalho em um hectare de capoeirão, necessitaria de pelo menos 20 homens dias para executar a mesma tarefa, conforme coeficiente de Dias et al (2004), em *Recomendações Técnicas do Cultivo de Mandioca para o Amazonas*, versado na sessão 3.6.1. Nestas condições, a estratégia dos agricultores familiares é fazer uso do trabalho coletivo, social, solidário, denominado nesta dissertação de “ajuri”.

Sobre a análise do processo produtivo referente a organização do trabalho, sinaliza Norbert Elias (1994b, p. 23-28) o fato de que as múltiplas relações em que o indivíduo participa, nos diferentes lugares e grupos sociais, que, mesmo dentro de um grupo, as relações

conferidas à duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas,

ou seja, cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte, as relações, são variáveis determinadas pela estrutura básica e pela da sociedade em que a criança nasce e que existia antes dela. (ELIAS, 1994b, p. 25-28).

Figura 13 - Implementos agrícolas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

Compreende-se assim que a rede de relações que os indivíduos estabelecem na sociedade são legados da memória sociogenética⁷, formadas no mundo *quantum* (espaço de vivência) da interculturalidade destes. Segundo versa Elias (1994b):

Somente através de um processo social de moldagem, [...], é que a pessoa desenvolve as características e estilos comportamentais que a distinguem de todos os demais membros de sua sociedade. A sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual. (ELIAS, 1994b, p. 47).

Assim a cultura se apropria da situação, fazendo uso da gênese histórica⁸, mediada pelas atividades sociais do ser humano, a exemplo do ajuri.

Corroborando Araújo et al., (2016), o termo ajuri na cultura amazônica

⁷ A abordagem sociogenética, na perspectiva dos termos propostos por Norbert Elias (1994b, p. 14 –o indivíduo, em sua curta história, passa mais uma vez através de alguns dos processos que a sociedade experimentou em sua longa história). Por outro lado Bourdieu (2001, p. 126) ressalta que as estruturas sociais em termos de sua constituição processual contínua..., impulsionam e capacitam os atores, interesses e habilidades reunidos nessa “subjetividade socializada” que é o *habitus*). distingue-se da histórica por não elencar fatos e acontecimentos universais. Antes, busca compreender o sistema a partir da existência das condições sociais de que é o produto e das funções da estrutura das relações significantes que o constituem.

⁸ Mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano .chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. (ELIAS, 1994, p. 14).

expressa um conceito bem definido, marcado por uma relação de mútua integração homem natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas, do extrativismo vegetal e animal, presentes nas relações de trabalho que priorizam os saberes e práticas oriundas dos conhecimentos praticados no roçado, feitura das casas, festas e outras atividades no campo. (ARAÚJO, et al., (2016, p. 5)

Assim, no que diz respeito ao aspecto mais abrangente de formação da sociedade, ao longo da história pensar a diversidade étnica e territorial o reconhecimento dos habitus entre as populações tradicionais, Pierre Bourdieu (1983, p. 11) destaca que a prática social do agricultor é uma relação dialética entre a situação concreta e o habitus, entendido este como um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente.

Nessa perspectiva, é possível pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria do *habitus* de Bourdieu (2002), cuja definição de *habitus* compreende-se

por disposições incorporadas pelos sujeitos sociais ao longo de seu processo de socialização; integra experiência passadas, atua como uma matriz de percepções de ações. *Habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não de identidade ou uma subjetividade fixa. Ele é durável, mas não imutável. (BOURDIEU, 2002, p.83).

Desse modo, o caráter transitório dos conhecimentos é um elemento chave para a reflexão sobre o conceito de *habitus*, o processo de socialização e construção das identidades individuais, o querer e o fazer para o bem comum são comportamentos e condutas sociais realizadas individualmente e não podem ser deixadas de lado para se compreender a configuração social, visto que trazem um sentido preciso, que os distingue nas suas relações de construção social.

O legado de uma tradição os une em torno da intercompreensão coletiva. Segundo Sousa et al., (2016), no ajuri as diferenças existentes provocadas pelo multiculturalismo dão

lugar ao “fazer coletivo”, [...] nascendo a partir da necessidade de superação dos desafios locais, uma nova forma de organização comunitária... Esses sujeitos fazedores de histórias e memórias vão deixando ao longo do trajeto de vivências e convivências, novas referências de saberes e culturas. (SOUSA et al., 2016, p. 5).

Enfatiza o sociólogo Norbert Elias (1980 p. 14) que para se entender a sociedade como um todo, faz-se necessário nortear nosso entendimento do conceito de sociedade em razão do “modelo de senso comum que hoje domina a nossa própria experiência ou a dos outros, a relação com a sociedade é ingenuamente egocêntrica”.

Elias (1980, p, 15-16), ao abordar sobre as estruturas e processos sociais nas relações de grupos de pessoas destaca que:

As pessoas constituem teias de interdependência ou configurações de muitos tipos, tais como famílias, escolas, cidades, estratos sociais ou estados. Cada uma dessas pessoas constitui um ego, uma pessoa, como se diz muitas vezes numa linguagem de natureza reificante e coercitiva. Entre estas colocamo-nos nós. (ELIAS, 1980, p. 16).

Para o autor citado, as configurações sociais suscitam uma complexa relação, formada por grupos interdependentes de pessoas e não por indivíduos singulares, cujas ações são embasadas no senso comum da participação comunitária, que nenhuma forma de organização, qualquer que seja sua estrutura ou natureza, poderá trabalhar individualmente na construção social.

Na Amazônia, segundo Batista (2007), enquanto processo de desenvolvimento, muitas

alterações, configurações e transformações culturais foram desenvolvidas em função da exploração por outros povos completamente diferentes e que contribuíram para o desenvolvimento sociocultural da época e dos dias atuais. A língua, hábitos alimentares, crenças, formas de trabalho, entre outros, foram às formas de contribuição, impostas pelos exploradores... (BATISTA, 2007, p. 44).

Conforme Elias (1994) tais mudanças, apesar de não terem sido intencionais ou planejadas, não implicam uma “mera sequência de mudanças caóticas”. Argui, nesta conjuntura que, quando analisamos o conjunto histórico, não podemos dizer que as mudanças ocorridas em direção a uma nova ordem social foram racionalmente planejadas, mas também não podemos reduzir essas mudanças “ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados” (Elias, 1993:193-4). Na obra: Os estabelecidos e os Outsiders, Elias e Scotson (2000), conceituam a configuração dos seres humanos interdependentes como forças sociais exercidas pelas pessoas, sobre outras pessoas e sobre elas próprias. Dizer que os

indivíduos existem em configurações, significa que o ponto de partida de toda investigação sociológica é uma pluralidade de indivíduos, os quais, de um modo ou de outro, são interdependentes... as configurações são irreduzíveis, significa que nem se pode explicá-las em termos que impliquem que elas têm algum tipo de existência independente dos indivíduos, nem em termos que impliquem que os indivíduos, de algum modo, existem independentemente delas. (ELIAS et al, 2000, p. 186).

Nessa acepção, o ajuri é balizado por uma relação de mútua interdependência, presente nas práticas sociais do homem junto à natureza, vivenciado em função das atividades (Figura 14) agrícolas presentes nas relações de trabalho, como uma identidade territorial em relação ao sistema de produção alimentar, enquanto processo coletivo valoriza o saber tradicional amazônico no espaço agroalimentar, o saber-fazer está presente na prática social no manejo e cultivos da produção agrícola, através das formações sociais e coletivas de forma comunitária.

Mario Bezerra (2018), faz referências a sua experiência na hinterlândia amazônica,

(...) os ajuris (reunião, ajuntamento de gente - vizinhos, compadres, parentes... pessoas se ajudavam mutuamente, um ao outro) compartilhando o trabalho agrícola (derrubando, roçando o mato, plantando, capinando para feitura das lavouras), as festas religiosas, sociais. Entretanto a denominação do termo ajuri se estende da área do rio negro até Itacoatiara, no Baixo Amazonas o termo utilizado é puxirum, mutirum, muxirão, mutirão, todavia, não esgota aí o seu significativo, os participantes, desenvolvem o trabalho coletivo em plantações familiares, à base da ajuda mútua identificado como ajuri, os comunitários (homens, mulheres, crianças) trabalhavam nas lidas e interesses coletivos a exemplo dos roçado para ao final fazerem a farinhada. É uma prática, tradição herdada dos antepassados, perpassadas nas relações cotidianas. (ARAÚJO, MARIO BEZERRA, 2018).

Figura 14 - Práticas agrícolas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Neste processo, o conhecimento é transferido de forma oral, as atividades econômica, sociais e culturais são realizadas de forma comunitária, constituindo como um dos momentos que reforça o saber-fazer da coletividade. Assim, anuímos com as ideias de Lyotard (2013) ao refletir sobre a importância dos saberes narrativos no cotidiano.

Mas pelo termo saber não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber escutar, etc. [...] Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir “bons” enunciados denotativos, mas também “bons” enunciados prescritivos, avaliativos... (LYOTARD, 2013, p.36).

Para o autor, ao contrário do saber científico, os saberes narrativos são legitimantes,

têm autoridade por si mesmos, já que ele é por si mesmo legitimado (LYOTARD, 2013, p. 42), formado na construção dessa nova racionalidade abre-se na busca do que as ciências ignoram, abre-se para os saberes tradicionais, para os saberes práticos, para o diálogo de saberes entre os saberes científicos e os saberes que emanam da tradição.

Conforme Lyotard (2013, p. 5) o saber passa a se tornar mercadoria, a partir dos saberes populares que os conhecimentos científicos produzem valores econômicos. O saber é e será produzido para ser vendido, e é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso”.

Tendo em conta essas assertivas, concebe-se assim que o ajuri é uma prática social executada pelos agricultores familiares como forma de superação de uma situação concreta da necessidade da força de trabalho, preservação e valorização das tradições (Figura 15) marcadas na memória (atávica) biocultural, passadas de geração a geração.

Figura 15 - Tradições passadas de geração a geração



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017-8-9).

Como observa Luvizotto (2015), “tradição” como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração para geração e que tem um caráter repetitivo. A tradição deve ser

considerada dinâmica, e não estática, uma orientação para o passado e uma maneira de organizar o mundo para o tempo futuro. A tradição coordena a ação que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade, e é um elemento intrínseco e inseparável da mesma (LUVIZOTTO, 2015, P. 15).

Elias em sua obra “O Processo civilizador” volume 1, 1994a, destaca o papel do elemento “tradição” na consolidação dos conceitos, que não representam necessidades individuais, mas se configuram em necessidades de expressão coletiva.

Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial – isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras (ELIAS, 1990, p. 26).

Ainda que breve, Elias (1994a) aborda que o modo como interpretamos um conceito este se apresenta ligado a um conjunto de situações históricas, qual ganham sentido embasados em experiências comuns.

Estas experiências, por sua vez, (...) Crescem e mudam com o grupo do qual são expressão. Situação e história do grupo refletem-se nelas. E permanecem incolores, nunca se tornam plenamente vivas para aqueles que não compartilham tais experiências, que não falam a partir da mesma **tradição** e da mesma situação (ELIAS, 1994a, p. 26, grifo nosso).

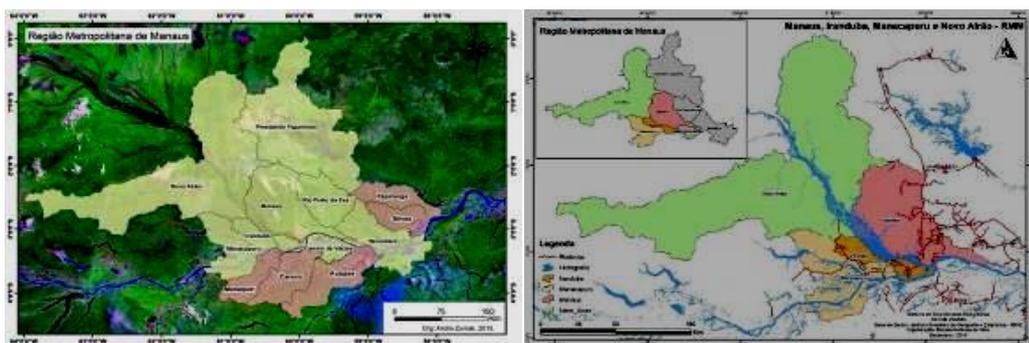
Assim, Elias (1994) observa que em muitos casos, os conceitos são utilizados e tomados como algo natural, visto que são apreendidos desde a infância. Diante disso, retomamos as observações de Elias (1990), ao asseverar que os conceitos não são “eternos”.

À medida que as funções e experiências na vida cotidiana da sociedade se desvinculam dos mesmos, estes vão desaparecendo. Isso significa na perspectiva do autor, que o elemento “tradição” se consolida nos conceitos, visto ser impossível analisar a sociedade desvinculada do indivíduo e vice e versa, bem como concebê-los de maneira isolados.

1.2 A Região Metropolitana de Manaus – RMM.

A área em estudo, representada pela Região Metropolitana de Manaus – RMM, esta vinculada a três processos: urbanização, metropolização e conurbação, tanto no aspecto físico quanto socioeconômico, formada a partir da integração de diferentes componentes, como cultural, espacial, econômica e política de cidades que buscam por sua vez a gestão compartilhada de espaços objetivando soluções adversas comuns aos municípios modificando sua organização. Neste contexto a R.M.M., conhecida como Grande Manaus, criada em 30 de maio de 2007 pela Lei N. 52/2007, alterada em 2009 pela Lei Complementar N. 69/2001 em 2010, reúne 13 municípios do Estado do Amazonas da RMM (Figura 16) em conurbação: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Silves. Com uma população estimada em 2.631.239 habitantes (IBGE/2018), área de 127.287.789 km². Os municípios da RMM estão interligados por oito rodovias estaduais (AM-070, AM-352, AM-354, AM449, AM-240, AM-254, AM-010 e AM-363), duas rodovias federais (BR-174 e BR-319), e a ponte Phelippe Daou, que fica sobre o Rio Negro. Além disso, há o transporte fluvial feito por meio de barcos de pequeno e grande portes e balsas via Rio Negro, rio Solimões e rio Amazonas, que atravessam a RMM no sentido Oeste, Noroeste e Leste. (IBAM, 2018, p. 36).

Figura 16 - Região Metropolitana de Manaus – RMM.



Fonte: INPE. (2001). CENSIPAM (2017).

Em Manaus predomina a indústria de construção civil, economia da Zona Franca de Manaus – ZFM, o setor de comércio e serviços nos demais municípios da RMM, destacou-se a produção agrícola familiar, influenciada pela cultura das populações tradicionais, que desenvolveram sistemas de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região, além do extrativismo vegetal e animal. Na RMM localizam-se pequenas

comunidades⁹ quais estão inseridas as Unidades Agrícolas Familiares que abastecem a capital e a área urbana dos municípios. Essas unidades têm características diversas, se apresentam como membros de associações, de forma a beneficiar-se destas organizações para adquirir equipamentos para escoamento e beneficiamento da produção, agregando valor ao produto final e renda ao agricultor familiar.

Município de Autazes

O município de Autazes (Figura 17), cujo nome 'Autazes' tem relação com os rios Autaz-Açú e Autaz-Mirim, que cortam o município de norte a sul, com 7.599,4 km², de extensão, população estimada em 38 830 habitantes (IBGE, 2018). Distante de Manaus a 112,5 km, situado nas coordenadas geográficas: 3° 34' 49" S, 59°7' 53" W. Autazes leva o título de 'Cidade do Leite' por ser um dos municípios que mais produz e exporta gado leiteiro para o Brasil. (IBGE, 2018).

Figura 17 - Município de Autazes.



Fonte: SILVA, L. (2014).

Município do Careiro

Em 30.12.1987 foi intituido o município do Careiro, cognominado de Careiro Castanho, possui uma área de 7.062 Km², situado no km 102 da BR-319, população estimada em 37 384 habitantes (IBGE, 2018), situado nas coordenadas geográficas: 03°46'04"S 60°22'08"W, o termo Careiro significa caminho do índio. No ano de 1977, a sede do munipio do atual Careiro da Várzea, foi transferida para o km 102 da BR-319, originando um novo núcleo urbano. A agricultura, pecuária e o extrativismo são as atividades econômicas do município.

⁹ Comunidades são unidades político-administrativas onde se agregam principalmente grupos de parentesco por consanguinidade e afinidade (CAVALCANTE, et al., 2013, p. 8).

Município do Careiro da Várzea

Criado através do Decreto-Lei nº 176 em 1938, como Distrito da capital do Amazonas, entretanto na cheia de 1977, Careiro da Várzea (Figura 18), criado em 19.12.1955, pela Lei Estadual nº 99 por desmembramento da cidade de Manaus, população estimada em 29 595 habitantes. O acesso ao município se dá por via fluvial, situado nas coordenadas geográficas: 03° 13' 15" S 59° 49' 33" W. Conforme indica seu nome, o município foi sendo construído ao longo da formação geológica de uma planície fluvial, na margem direita dos rios Solimões e Amazonas (IBGE, 2018). Trata-se de uma área com 95% de planície fluvial alagada, sujeita a inundação no período de cheia do rio Amazonas (fevereiro a julho).

Figura 18 - Município de Careiro da Várzea.



Fonte: BATATA, Chico (2014).

No período da vazante (agosto a janeiro) a planície inundável torna-se uma área de solo fértil, apta para agricultura de cultivos agrícolas de ciclo curto e a formação de pastagem natural, utilizada para criação de gado bovino e pequenos animais. Tem sua economia centrada na agricultura, avicultura, pesca e no extrativismo vegetal. Na planície fluvial constantemente alagada, por trás de suas margens, registra-se 62 lagos, e estes contém várias espécies de peixes, sendo o mais importante e piscoso, o Lago do Rei (Figura 19), local de estoque de peixes e quelônios dos índios Muras, que habitavam a região do Careiro.

Figura 19 - Lago do Rei - Careiro da Várzea



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018-9).

No século XVIII o lago foi apropriado como Pesqueiro Real, pelo rei de Portugal, obrigando os índios a pescar para sustentar os militares, os religiosos e os funcionários da coroa, sediadas nos forte e vilas do Amazonas (SANTOS et al., 2005, p. 19).

Município de Iranduba

Irاندuba (Figura 20) esta localizado entre os maiores rios do planeta, rios Negro e Solimões, distante 25 km de Manaus, conhecida como a ‘Cidade das Chaminés’ com uma população estimada em 47.571 habitantes, produtor de hortifrutigranjeiros, e do segmento cerâmico-oleiro, produz 75 % dos tijolos e telhas consumidos no estado, possui uma área de 2.215 km², (IBGE, 2018), localizado nas coordenadas geográficas: 03° 17' 06 S 60° 11' 09 W. A principal econômica se dá por meio do setor primário com o cultivo de produtos hortícolas, citros, frutas, seguida da pecuária, pesca, avicultura, piscicultura, extrativismo vegetal.

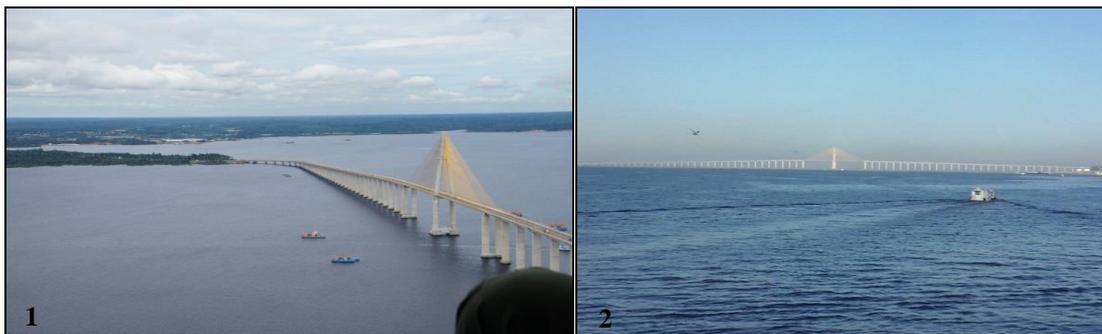
Figura 20 - Município de Irاندuba



Fonte: ARAÚJO, M.I.(2014).

A ponte jornalista Phelippe Daou, conhecida como ponte Rio Negro (Figura 21) - (24.10.2011), seu início remonta a novembro de 2007, comprimento total de 3.595 m, altura de 158 m, com largura de 21 m, importante indutor do processo de expansão imobiliária.

Figura 21 - Rio Negro - Ponte Jornalista Phelippe Daou



Fonte: (1) SOUSA, S.G.A. (2014). (2) ARAÚJO, M.I. (2018).

Município de Itacoatiara

O município é conhecido como: “Velha Serpa”, Cidade da Pedra Pintada, (Figura 22), a aldeia foi criada em 1757 à margem esquerda do rio Amazonas. Antes de ser chamada de Itacoatiara, o povoado foi batizado de Vila de Serpa, em 1759. A restauração do município é definida na Lei nº 74 de 10/12/1857, a cidade voltou a ser Vila de Serpa e mais tarde passou a chamar-se Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa e, finalmente, o nome de Itacoatiara foi instituído pela Lei pronuncial nº 283, de 25 de abril de 1874.

Figura 22 - Município de Itacoatiara



Fonte: BATATA, Chico (2014a). ARAÚJO, M.I. (2018b).

(2014a)

Situada nas coordenadas geográficas: 3° 8' 31" Sul 58° 26' 33" W, fundada em 25 de abril de 1874, ocupa uma área de 8 891,993 km², com 99.955 habitantes (IBGE, 2018), distancia de 174 km da capital, na Rodovia AM-010, na economia destaca-se a produção agropecuária, agrícola, avicultura, piscicultura, o porto graneleiro é o principal serviço de exportação de soja e milho, escoando para os mercados da América do Norte, Europa e Ásia.

Município de Itapiranga

Conhecida como, “Cidade Santa” pelas aparições Marianas”, uma área de 4 231 km², nas coordenadas geográficas: 02° 44' 56" S 58° 01' 19" W. Sua população é estimada em 9.064 habitantes (IBGE, 2018). Atividade economia é agricultura familiar, a pesca e o extrativismo vegetal.

Município de Manacapuru

A “Princesinha do Solimões”, fundada em 15.02.1786, situa-se nas coordenadas

geográficas: 3° 18' 33" S 60° 33' 21" W, com uma área de 7.330,1 km², população estimada em 96.236 habitantes (IBGE, 2018). O município é produtor de juta e malva, a produção agrícola é baseada no cultivo de mandioca, banana, laranja, alface, melancia, cupuaçu e milho, além de diversas hortaliças. A pecuária é representada por bovinos, produção de carne e de leite destinada ao consumo. (PMM/AM, 2018).

Município do Manaquiri

Constituído município do Manaquiri em 10.12.1981, localizado nas coordenadas geográficas: 03° 25' 41" S 60° 27' 34" W, com uma área de 3 975,8 km², população estimada em 31.147 habitantes (IBGE, 2018). Tem sua base econômica na agricultura com destaque à mandioca para a fabricação de farinha, hortaliças, frutos regionais, pesca, avicultura e o extrativismo vegetal, (PMMan/AM, 2018). O nome Manaquiri-AM, vem das palavras indígenas que significam: “manah” (planta medicinal) e “kiri” (cabeça pequena). O nome Manaquiri, tem sua origem na lenda da formiga que significa “formiga da cabeça pequena”.

Município de Manaus

Capital do estado do Amazonas, Manaus (Figura 23), codinome "Mãe dos Deuses", "Metrópole da Amazônia" “Paris dos Trópicos”, "Porto de Lenha", Fundada em 24 de outubro de 1669 (350 anos) pelos portugueses com o forte de São José do Rio Negro, foi elevada à categoria de vila em 1832 com o nome de Manaós, em homenagem à nação indígena dos manaós, sendo elevada a categoria de cidade no dia 24 out. 1848 com o nome de Cidade da Barra do Rio Negro. Somente em 5 set. 1856 voltou a ter seu nome atual, Manaus, conhecida no começo do século XX como a “Paris dos Trópicos”, devido a sua intensa modernização durante a época áurea da borracha. Intensas modificações impulsionaram a dinâmica capitalista que exigia uma Manaus com moldes de modernidade e civilidade para atrair os investidores a Paris dos Trópicos, segundo Dias (1988), (...) modernidade em Manaus, a

não só substituiu a madeirapelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora, arrasando com o atrasado e o feio e construindo o moderno e belo. (DIAS, 1988, p. 3)

A época foi batizada como Coração da Amazônia e Cidade da Floresta. (BELTRÃO, 1980; MELO, 1972). Com 11.401,1 km², situada nas coordenadas geográficas: 3° 6' 26" S 60° 1' 34" W, localizada à margem esquerda do Rio Negro, cerca de 18 km do encontro das águas dos Rios Negro e Solimões, população estimada em 2.145.444 de habitantes (IBGE, 2018).

Figura 23 - Vista aérea de Manaus



Fonte: SOUSA. S.G.A. (2015).

A partir de 1970, com a instituição da Zona Franca de Manaus, uma área de livre comércio com redução de impostos. “A cidade atraiu muitos negócios, fábricas e migrantes” (BROWDER & GODFREY, 2006: 26). De fato, a população urbana de Manaus em 1980, representava 71% da população urbana de todo o Estado, percentual este que declinou para 67% em 1991, mostrando neste período o crescimento de outras cidades (SANTOS, 2001). Esse crescimento na verdade é a formação “de uma extensa região metropolitana que se estende por dezenas de quilômetros do centro da cidade”, Manaus (Browder & Godfrey, 2006: 23). O Polo Agropecuário abriga projetos para atividades de produção de agroindústria, beneficiamento de madeira, piscicultura, turismo dentre outros. O setor primário detém uma participação considerável, com ênfase em atividades agroextrativistas (Figura 24), tais como produtos da agricultura familiar, extração de madeiras, látex, coleta de castanha, essências vegetais, extração de fibras, entre outros produtos agropecuários.

Figura 24 - Atividades agrofloretais



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Sua principal atividade econômica é a indústria de bens finais, por meio do seu polo industrial, a Zona Franca de Manaus - ZFM, destaca-se a produção de eletroeletrônicos e o extrato beneficiamento de alguns minérios e alimentos.

Município de Novo Airão

O Município de Novo Airão, também cognominada de ‘Airão Velho’, a ‘Cidade Assombrada’ esta localizado a margem direita do Rio Negro, com estimativa populacional de 18.974 (IBGE/2018), área territorial de 38.706 Km², dista 200 km (8h) por via terrestre em linha reta, 250 Km (5h) por via fluvial da capital, localizado nas coordenadas geográficas S 02°17’ W 61°03’ a S 01°16’ W 62°17’. Em 1694 a povoação passou a ser denominada Santo Elias do Jaú (onde atualmente está localizado Velho Airão). A economia do município gira em torno da agricultura ainda incipiente, com predominância para as culturas temporárias (mandioca, feijão, cana-de-açúcar, malva, sorva...), dentre as culturas permanentes destacam-se as frutíferas. O município desponta como polo de turismo ecológico e reservas naturais. Novo Airão possui cerca de 75% do território ocupado por UC’s, sendo: PARNA Jaú, PERN Setor Norte, APA Margem Direita Setor Solimões-Puduari, APA Margem Esquerda Setor Aturiá –Apuaúzinho e TI Waimiri Atroari.

O sítio histórico de Velho Airão (Figura 25) está inserido apenas na Zona de Amortecimento do PARNA Anavilhanas (antiga ESEC Anavilhanas alterada pela Lei nº 11.799, de 29 de outubro de 2008), que definiu uma faixa mínima de 10km no perímetro da UC, como estabelece a resolução CONAMA nº 13 de 06 dez 1990 (MMA, 1999).

Figura 25 - Sítio histórico de Velho Airão



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

O Arquipélago de Anavilhanas, (Figura 26), formado por cerca de 400 ilha, total de 350 mil ha. Em 1981, a UC foi criada como Estação Ecológica (ESEC) em 02.06.1981, sendo recategorizada para Parque Nacional pela Lei nº 11.799, de 20.10.08.

Figura 26 - Estação Ecológica do Arquipélago de Anavilhanas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Anavilhanas é o segundo maior arquipélago fluvial do mundo, de acordo com Pinto (1887, p. 286-296), o nome Anavilhanas é a corruptela do nome do rio Aneuene ou Anauini, que era chamado Anaviana. (ICMBIO, 2017).

Município de Presidente Figueiredo

O município (Figura 27) foi instituído em 10.12.1981, sua área territorial é de 24.781 Km², seu acesso se dá por via terrestre, dista 107 km da capital do estado, situado nas coordenadas geográfica 2° 2' 4" S 60° 1' 33" W, com 35.352 habitantes (IBGE, 2018), banhado pelo rio Uatumã. As atividades econômicas são do setor primário, destaca a agricultura além de frutas regionais, pecuária, horticultura, o extrativismo vegetal (madeira, pedras, minério) e o turismo ecológico em razão de recursos naturais, cavernas e cachoeiras.

Figura 27 - Município de Presidente Figueiredo



Fonte: PMPF/AM. (2018).

Município de Rio Preto da Eva

A colônia do Rio Preto da Eva (Figura 28) em 10.12.81 desmembrou-se de Manaus, área de 5.813,2 km², localizado nas coordenadas 2° 41' 56" S, 59° 42' 0" W, população estimada em 32.577 habitantes (IBGE, 2018). O acesso ao município é via rodovia AM 010.

Figura 28 - Município de Rio Preto da Eva



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

As atividades econômicas do município são do setor primário, a produção agrícola baseada no cultivo de oleicultura e hortaliças (culturas temporárias), seguidos da produção de frutas regionais destaque a produção de cítricos, aquicultura e a bovinocultura. O setor de produção orgânica (Figura 29) está em crescimento com o uso técnicas agrícolas sustentável, baseadas em princípios da agroecologia, comercializando a produção nas feiras e mercados da cidade de Manaus.

Figura 29 - Feira de produtos orgânicos - RPE



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Município de Silves

O município também conhecido como “Ilha de Saracá” ou “Cidade Risonha” (Figura 29a), com 9.110 habitantes (IBGE, 2018), o acesso a cidade se dá pela rodovia AM-010, localizada nas coordenadas geográfica 02° 50' 20" S 58° 12' 33 W, com área de 3.748,8 km²,

localiza-se a 300 km de Manaus, em direção à foz do Rio Amazonas. Está assentado numa ilha no Rio Urubu, afluente do Amazonas, próximo ao município de Itacoatiara.

Figura 29a - Município de Silves



Fonte: BATATA, C. (2018).

O povoamento do município teve seu marco inicial em 1660. Em 1759, a aldeia de Saracá é elevada à vila, com a denominação de Silves e sede do município. Sua base econômica concentra no setor primário, com destaques para a agricultura, na produção de: mandioca, abacaxi, feijão, juta, milho e melancia e o ecoturismo (PMS/AM, 2016).

2 - OS AGROECOSSISTEMAS DA UNIDADE AGRÍCOLA FAMILIAR - UAF

Para os que virão

*Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
Principalmente aos que sofrem
na próxima vida, a garra
da opressão, e nem sabem.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda
pessoa do plural.
Não importa que doa:
É tempo de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.*

Thiago de Mello

Os diferentes agroecossistemas amazônico (quintal, roçado, capoeira, os SAFs, pomar de policultivos...), revelam o manejo da paisagem, sendo o quintal o primeiro e o mais importante, em cujo espaço da UAF, os agricultores, com base na concepção agroecológica oferecem um ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à soberania e segurança alimentar, gerando ocupação da terra, garantia de direito à propriedade e a qualidade de vida à família e a comunidade local. Além disso, constitui-se em ambiente de preservação e conservação da biodiversidade para as futuras gerações.

Vale ressaltar que o termo agricultura em tempo-parcial segundo Schneider (2008, p. 103) foi perdendo capacidade explicativa, sendo substituído por “Unidade Agrícola Familiar (UAF) de trabalho múltiplo numa referência analítica à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas”. Nesse caso, afirma o autor que:

Esse tipo de atividade comporta um conjunto amplo e diversificado de tarefas, procedimentos e operações que englobam “o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas”. (SCHNEIDER, 2008, p. 110).

Com base nessa caracterização, referencia-se neste estudo a UAF, o espaço agroalimentar do agricultor familiar, conforme Martins (2001).

A agricultura familiar “é mais uma rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares, do que simplesmente um grupamento familiar nuclear como supõem os organizadores dos censos e supõem, em geral, os pesquisadores interessados em temas econômicos”. (MARTINS, 2001, p.1).

Diante desse quadro, a análise científica sobre a realidade da Unidade Agrícola Familiar - UAF faz necessária, a fim de que se possa compreender o manejo na paisagem aliadas às práticas, bem como as ações e relações sociais dos sujeitos/atores sociais envolvidos no processo de trabalho na UAF, com efeito o trabalho coletivo em ajuri. Sobre esses aspectos que nos debruçaremos no próximo tópico. Ressalta neste sentido Araújo (2016c, p. 2)), que o homem da hinterlândia amazônica busca resgatar na paisagem no espaço agroalimentar, referenciada como vista panorâmica, a imagem da vegetação, rios, lagos, construções, animais e pessoas, presente na memória biocultural e refletida na paisagem da UAF.

Segundo Ferreira (1990, p. 370), paisagem é um espaço de território que se abrange num lance de vista. Na compreensão da paisagem reportamo-nos ao conceito de Tuan (1983),

que delimitados pelo “físico/histórico” e pela “expectativa e desejo” de todo o sentido da paisagem vivida no decorrer de muitos tempos, gerando percepções e experiências, um conhecimento ambiental caracterizado pela intimidade do reconhecimento das realidades exteriores e interiores de uma paisagem, como também através das formas memoriais, atávicas. (TUAN (1983, p.134).

Neste sentido, Tuan (1980) relaciona o lugar como símbolo de pertencimento do

agricultor a terra como sentimento topofílico, [...] defini topofilia como os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material, à medida que se relaciona a acontecimentos emocionalmente fortes ou torna-se um símbolo, como relação ao lar, lembranças do passado, lugar de ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

Nesta acepção o agricultor estabelece uma relação de interdependência, intimidade, afeto... preservados nas lembranças de convivência mútua com o espaço da terra, e nesta configuração social a relação de interdependência age de forma a moldar os indivíduos e a sociedade, na qual se tem o habitus que compreende suas percepções, atitudes e valores humanos, sentindo-se beneficiados por desfrutarem do meio ambiente local que mantém a esperança, e se harmonizam nas relações com os outros humanos do lugar, através dos processos de memória, valores culturais, sociais e ambientais.

Qual, segundo Elias (1996):

Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente um componente do habitus social (ELIAS, 1994a, p. 150).

O lugar como categorias de memórias e saber social, é configurado como uma estrutura social em constante processo de transformação, segundo Norbert Elias (2001), entre o indivíduo e a sociedade, que se diferenciam, mas que são elementos de uma mesma estrutura. Com isso Elias (2001), conjectura sobre as questões individuais e sociais que se organizam para suprir suas necessidades e relacionam as questões que envolvem as normas, relações sociais e valores do senso comum,

A compreensão da formação dos indivíduos, através do lugar social que eles ocupam, de suas relações com as normas e as regras que organizam os grupos sociais, considerando o processo de internalização e constrangimento das pulsões e emoções de cada um. (ELIAS, 2001, p. 215).

Milton Santos (1996) discorre sobre paisagem como um conjunto de formas e funções

em constante transformação em nossos sentidos, resultando do casamento da paisagem com a sociedade, sendo que as formas podem, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial nos oferecem, no transcurso histórico, uma diversidade de elementos em diferentes espaços, o que faz do espaço um todo estrutural. (SANTOS, 1996, p. 96).

Ainda disserta Milton Santos (1988), que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história, mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade, a totalidade verdadeira,

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

Em síntese, os espaços e a paisagem são produtos das diversas realizações da sociedade e sua dinâmica relação com os fenômenos da natureza. Neste contexto, a paisagem da agricultura familiar (Figura 30) é composta por uma diversidade de elementos, caracterizada pela grande presença de pessoas que interagem no espaço e constroem suas

vidas trabalhando para produzir alimentos, criando animais, buscando através da diversidade produtiva no manejo agroecológico dos agroecossistemas, sua convivência com a natureza, como garantia de direito fundamental a propriedade e ao ambiente ecologicamente equilibrado gerador de soberania e segurança agroalimentar.

Figura 30 - Paisagem da agricultura familiar



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Nas reflexões sobre a paisagem natural, Elias (1991), estabelece uma mudança no habitus dos indivíduos, pelo abandono dos seus medos e desejos quando da busca de conhecimentos. Os homens têm memória curta.

Nos países mais desenvolvidos já quase se desconhece como foi difícil e cheia de perigos a vida dos nossos antepassados no meio das estepes selvagens, dos rios indomáveis - que, com frequência, inundavam de repente as terras - e das florestas gigantescas, onde todos os seres vivos, plantas, animais e homens, se encontravam permanentemente em guerra entre si. (ELIAS, 1991, p. 22).

Evidenciando assim, o fortalecimento dos grupos em busca do poder, o mito, o tabu, as crenças, as práticas alimentares, existindo um distanciamento consciente do fenômeno ameaçador, uma exclusão de todas as fantasias e ilusões. (Elias, 1991, p. 23), na desconstrução dos espaços naturais, a floresta, os rios, lagos, como parte da natureza humana.

Neste cenário, a busca pelos direitos de primeira dimensão, como a propriedade, a posse da terra, é fundamental para a conquista dos demais direito a vida. Para isso desde os primórdios da humanidade que o homem luta pelo acesso a terra”. (Cartilha, 5).

Direito assegurado no Estatuto da Terra (Lei Nº. 4.504/64 em seu artigo 2º) que “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista na lei.

A sobrevivência do homem depende do modo como este trata a terra e dela tira seu sustento”.

§1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as obrigações legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, LEI Nº. 4.504/64 artigo 2º).

Na hinterlândia Amazônica, o processo de posse pela terra, ainda enfrenta muita violência social e institucional, contudo, quando estabelecido o agricultor, em seu lote de terra, o processo civilizador inicia com o trabalho de mudança na paisagem do espaço agroalimentar, construindo o mais importante agroecossistema familiar, o quintal agroflorestal.

Nesse espaço, reproduzem o plano da história das relações sociais, conforme o pensamento Eliano, cujas relações são explicadas como uma teia de complexas de interdependências criada pelas interações humanas, entre indivíduos diferentes e/ou iguais, através das relações de interdependência num processo constante de (re)configurações, carregadas de simbolismo do imaginário coletivo, empiricamente construídas no espaço de produção e reprodução alimentar.

Assim, por meio do trabalho a paisagem emerge do imaginário social do homem amazônico, transformando culturalmente a natureza, ao mesmo tempo, que os sistemas tecnicistas (agricultura mecanizada) agregam ao território novas formas e conteúdos na paisagem da UAF, sem questionar as consequências ambientais na hinterlândia Amazônica.

Neste contexto, nem sempre o manejo (Figura 31) da paisagem praticado nos agroecossistemas da UAF, está fortemente relacionado à busca da estabilidade ecológica, pelo uso de sistemas complexos baseado na agrobiodiversidade, no contexto da concepção agroecológica.

A agroecologia é considerada como campo de conhecimento transdisciplinar, que recebe a influência das ciências sociais, agrárias e naturais, em especial da Ecologia Aplicada que se ocupa da aplicação de princípios ecológicos ao manejo dos recursos naturais, produção agrícola, e problemas de poluição ambiental. (EMBRAPA, 2006, p. 26).

Figura 31 - Transformação cultural da natureza



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017/18/19).

2.2 A realidade vivida, o lugar, a paisagem.

As dimensões da hinterlândia Amazônica distanciam os centros urbanos das áreas rurais que sustentam o conceito de espaço como espaço habitado e a interdependência do homem com a natureza cresce na RMM, a produção agroecológica associada à produção orgânica (CPOrg/MAPA, 2018) caracterizada com responsabilidade social, valorização do agricultor familiar, segurança alimentar, qualidade de vida do produtor rural e responsabilidade para com o meio ambiente e o consumidor, incorporando os aspectos ambientais, sociais e econômicos no desenvolvimento sustentável da região, este paradigma, inspira concepções tradicionais nas relações do ser humano com a terra, a natureza e os saberes ancestrais, indelevelmente marcados na memória biocultural referendadas nas relações sociais, no trabalho coletivo em varias dimensões e pautada na economia solidaria.

Os agricultores familiares tradicionais da RMM, mesmo diante de séculos de colonização e seus ciclos de desenvolvimento econômicos na Amazônia, resguardam por

meio de seus mitos e cultura a concepção do bom manejo dos recursos naturais, da responsabilidade social baseada na economia agroextrativista como garantia da preservação e conservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações. Assim as comunidades de agricultores familiares da RMM conservam seus costumes, tanto pelo isolamento imposto pela floresta amazônica e seus grandes rios, bem como pela forte influência indígena, cuja convivência adota como modelo de vida nas formações sociais e coletivas do trabalho coletivo denominado de ajuri, em que os séculos de colonização não foram capazes de dominá-lo.

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988 outorgou o direito ao meio ambiente como fundamental (Art. 225). “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988). Do mesmo sentir compartilha Prado (apud MPE/RS, 2016), segundo o qual o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado foi erigido a direito fundamental de cunho social dentro de uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de bem-estar social, integra a geração de direitos fundamentais dos povos em desenvolvimento,

conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e do direito de comunicação cuja nota distintiva reside basicamente na sua titularidade coletiva, muitas vezes indefinida e indeterminável, e na necessidade de solidariedade para sua efetivação. (PRADO, I. MPE/RS, 2016, p. 51-85).

Assim a paisagem do lugar vai se modificando (Figura 32) com os diferentes sistemas de produção; o quintal, o roçado, diferentes arranjos agroflorestais, a capoeira melhorada ou enriquecida e demais espaços de produção da UAF. Referente ao estudo da dinâmica da paisagem Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2004) reverbera como uma formação antroponatural consistindo num sistema territorial composto por elementos naturais e antropogênicos

condicionados socialmente, que modificam ou transformam as propriedades das paisagens naturais originais. Forma-se, ainda, por complexos ou paisagens de nível taxonômico inferior. De tal maneira, considera-se a formação de paisagens naturais, antroponaturais e antrópicas, e que se conhece também como paisagens atuais ou contemporâneas. (RODRIGUEZ, SILVA E CAVALCANTI, 2004, p. 15).

Enfatiza-se assim, que na transformação das paisagens os quintais ou quintal agroflorestais são espaços construídos próximos a moradia, o lugar, em baixo das grandes árvores, onde todas as experiências e saberes dos ancestrais são exercitados, num processo de educação informal, no relacionamento entre diferentes gerações.

Figura 32 - Paisagem do lugar modificada



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018-9).

No espaço físico (Figura 33), as práticas de manejo do solo, cultivo das espécies frutíferas, hortaliças, medicinais, ornamentais e criação de pequenos animais são deliberadamente exercitadas conhecimentos estes, que fazem alguns desses processos da relação sociedade-natureza se preservassem culturalmente, entre outros, a prática do trabalho coletivo em ajuri.

Figura 33 - Práticas de manejo no espaço físico



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Compreende-se desse modo que, as paisagens da hinterlândia Amazônica se configuram como partes de um conjunto complexo, reconhecido pelas interações do homem com a natureza, dando formas ao espaço geográfico. Nestes termos, a mudança na paisagem amazônica nos últimos séculos, ocorreu através de eventos históricos, socioeconômicos e geográficos que começou nos idos anos de sua colonização, através da troca de saberes e cultura entre colonizado e colonizador.

O que antes era uma aldeia, ou simples povoado foi transformado em vilas e cidade. Os quintais foram perdendo sua importância com a expansão urbana e o verde da paisagem foi sendo substituída pelo concreto e o asfalto.

Com efeito o manejo da paisagem, com espaços agroalimentares (Figura 34) foi ficando mais distante, e a produção agrícola longe do consumidor. Essa realidade fez com que os agricultores ocupassem os ambientes periféricos dos centros urbanos, próximos das feiras e mercados de Manaus e das cidades da RMM.

Figura 34 - Manejo da paisagem nos espaços agroalimentares



Fonte: ARAÚJO, M.I.; SOUSA, S.G.A. (2018-9).

Perceber-se assim que é tradição dos pequenos agricultores fazerem o manejo da paisagem nos quintais como fruto de sua existência. Assim a demanda por produtos agrícolas nutritivos e saudáveis cresceu e impulsionou a produção orgânica na RMM. Neste contexto a produção orgânica do Amazonas contextualiza com os princípios da agroecologia, dentre outros, a solidariedade, o manejo dos recursos naturais e ambientais e os mercados próximos dos sistemas de produção, ditos mercados de Circuito Curto (CC)¹⁰.

Na solidariedade destaca-se o trabalho coletivo em ajuri. Neste sentido, no âmbito conceitual das mediações estabelecidas por Norbert Elias (figuração, redes de interdependência, processo social) e Pierre Bourdieu (habitus e campo), identifica-se que o trabalho coletivo de ajuri, como meio de organização social que se transfere para o campo do valor simbólico, evidenciando a relação indivíduo e sociedade, compreendida através dos espaços/tempo, refletidos na multiculturalidade das relações sociais como garantia da segurança alimentar dos grupos sociais, desenvolvidos no manejo da paisagem dos sistemas de produção.

Besanko et al., (2006) revela que o valor simbólico habilitado

envolve a naturalidade coletiva, a interação entre produtores, consumidores e outros atores, com a qual os seres sócio-histórico-culturais, têm nas experiências, práticas identitárias, permeadas de saberes, modos de fazer, em função de seu ambiente, nas relações de interdependência de sua interação com a natureza... (BESANKO, 2006, p. 446).

Segundo Pierre Bourdieu (1983, p. 11), a prática social do agricultor é uma relação dialética entre a situação concreta e o 'habitus', entendido este como um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente. Assim sendo, os indivíduos participantes da rede de interdependência do ajuri, assimilam e adquirem conhecimentos desenvolvidos na tradição cultural de cada grupo familiar, partícipes do ajuri, conservados tradicionalmente e materializadas em uma série de valores simbólicos e habilitados (Figura 35), aprendido de gerações anteriores as suas formações sociais, ambientais, culturais e econômica, que ocasionam indelévels mudanças na paisagem.

Camargo (2002) ressalta que o valor simbólico que atribuímos aos objetos

ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. É esta memória que nos impele a desvendar o seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento. (CAMARGO, 2002, p. 30).

¹⁰ O termo CC caracterizar os circuitos curtos de distribuição uma proximidade entre produtores e consumidores.

Figura 35 - Valores simbólicos habilitados



Fonte: ASSIS, A. C. M. (2015).

Assim, a teoria de Eliasiana, estabelece a ligação indivíduo/sociedade na complexa rede (teia) de interdependência, construída no processo de ajuri, é contínuo, dinâmico, gerador de mudanças permanentes nos quintais agroflorestais, configuradas nas relações sociais em que todos os indivíduos são participantes, delineadores (em diferentes graus) e com potencial de operar transformação na sociedade constituída de agricultores familiar.

Compreender o processo de reconfiguração organizacional do ajuri convoca o pensamento Eliasiano (1994a), evidenciando a reflexão/compreensão das relações sociais,

processadas nas redes de interdependência como uma teia, processadas nas interações humanas – o indivíduo em sociedade com outros, a sociedade como sociedade de indivíduos – criada pelas interações humanas entre o “eu” e o “tu”, entre o “nós” e o “eles”, indivíduos diferentes e/ou iguais e a sociedade. (ELIAS, 1994a, p. 48).

Entende-se assim que os agricultores familiares, produtores orgânicos constroem seus agroecossistemas, manejando a paisagem, com base na concepção agroecológica, por meio do trabalho coletivo, em ajuri, proporcionando um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à soberania e segurança alimentar, gerando garantia de direito à posse a terra.

A terra é o meio principal de sobrevivência e trabalho da família, a propriedade (Figura 36) reflete o apego e a identidade ao lugar, de pertencimento de vida, relacionada à família, parentes, vizinhos, ao trabalho de formas solidárias, seja na reciprocidade entre os vizinhos (ajuri), troca de dias, ajuda mútua a comunidade local, às atividades de lazer, religiosas, lúdicas, constituindo a perspectiva de um ambiente de preservação e conservação

da biodiversidade as presentes e futuras gerações. A terra, o lugar, o espaço da propriedade são os locais, articulados e justapostos, revelados na tríade habitante-lugar-identidade, como salienta Santos (1996).

O lugar, onde tudo se funde, só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas de um conjunto de sentidos e usos, enquanto situações vividas na realidade do espaço e tempo. SANTOS (1996, p. 321).

Figura 36 - Garantia de direito à posse da terra



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017-8).

2.3 O etnoconhecimento e as etnociências

O etnoconhecimento se refere, segundo Miranda (2005, p. 2), aos “conhecimentos produzidos por povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais de etnias específicas transmitidos de geração em geração, ordinariamente de maneira oral e desenvolvidos à margem do sistema social formal”.

Por outro lado Freitas Pinto (2011, p. 185) ressalta o saber tradicional, também denominado etnoconhecimento ou saber local, diz respeito a conjuntos de conhecimentos construídos e reconstruídos no seio de dada população tradicional. Neste contexto, entende-se o etnoconhecimento referente aos conhecimentos culturalmente consolidados na etnociência e na produção do conhecimento, uma vez que se refere à oposição/cooperação entre

conhecimentos científicos e não científicos, e às metodologias de pesquisa utilizadas na abordagem de temas socioambientais complexos (multi, inter e transdisciplinares).

O etnoconhecimento (tradição e saberes) orienta a existência e continuidade das diversas práticas culturais nas comunidades da hinterlândia Amazônica, práticas obtidas através do cotidiano com o ambiente, conhecedores dos segredos da mata, dos rios, dos animais, das plantas que curam as doenças, a época da piracema, das enchentes, o tempo certo de plantar, colher, repassadas através de gerações.

A referência da etnociência¹¹ que pode ser encontrada em disciplinas de origens distintas são uma tendência em torno de temas comuns, escaladas em conjunto na construção de metodologias inovadoras, no ensino e na pesquisa científica a interdisciplinaridade é considerada um imperativo em torno de situações e possibilidades de se produzir pesquisa e teorias de temas multifacetados e multidimensionais.

Enquanto Brasil (2000a) considera que a interdisciplinaridade não deva ser uma prática pedagógica e didática, mas, sim, contar com o envolvimento dos sujeitos em

diferentes áreas do conhecimento, saberes e disciplinas, contextualizando a realidade. A interdisciplinaridade deve ir além da mera justaposição de disciplinas e, ao mesmo tempo, evitar a diluição delas em generalidades. [...] também está envolvida quando os sujeitos que conhecem, ensinam e aprendem sentem necessidade de procedimentos que, numa única visão disciplinar, [...] quando chamados a dar conta de temas complexos (BRASIL, 2000a, p. 75).

Nesta perspectiva, diante das exigências da sociedade contemporânea, as noções de biodiversidade e de sociodiversidade aliadas a práxis da educação científica vem contribuindo para aproximar o conhecimento científico e o conhecimento popular, produzido ao longo dos séculos que abrangem desde a dimensão mágica e cosmológica até ao uso diversificado para alimentação, instrumentos, materiais de construção, farmacologia, etc., a partir das espécies vegetais (e dos animais ligados a esses sistemas ecológicos), é possível concluir que as florestas, ao se constituírem, se transformam, na realidade, em imensos laboratórios de experimentação, as florestas são, portanto, naturais e sociais.

No ponto de vista de Silva (s/d): A denominação de florestas culturais não é absurda e combate a noção de vazio demográfico de características hostis à civilização e à fixação humana. A diversidade de ambientes naturais marca a especificidade da presença humana na

¹¹ O termo Etnociência cunhado em 1964 por William C. Sturttant, designa a área de conhecimento multi, inter e transdisciplinar de documentação, estudo e valorização dos conhecimentos e das práticas produzidos por um grupo cultural e transmitidos por multimeios não convencionais, os etnoconhecimentos, etnosaberes e as etnopráticas (re)conhecidos no campo (ou etnocampo) das etnociências pertence a todas as civilizações, sociedades e comunidades ancestrais e tradicionais dos multipovos da humanidade. (FERNANDES, 2018, p. 1).

constituição dos espaços ambientais, sociais e culturais. (Silva, s/d, p. 3). Por outro lado versa Sousa (2014) que: As noções de biodiversidade e a sociodiversidade são devedoras desta tradição. Por outro lado,

o conhecimento etnológico das forças evolutivas internas incluía os estudos étnicos e antropogeográficos na categorização da constituição biológica dos povos. A ecologia humana contemporânea reelabora em grande parte e medida o acervo produzido no campo disciplinar etnológico e etnográfico. (SOUSA, 2014, p. 1)

Por sua vez a etnociência caracteriza a revalorização de elementos étnico-culturais, nas relações do homem com o ambiente e nas interações entre os processos adaptativos dos grupos sociais ao ambiente natural, neste contexto na hinterlândia Amazônica.

Deste modo o que se denomina patrimônio físico cultural da Amazônia inclui não apenas o amálgama entre o mundo natural e o mundo social, mas as formas de incorporação, referências socioculturais dos saberes tradicionais dos povos amazônicos sobre o manejo da agrobiodiversidade, as espécies da flora, fauna e de suas formas de utilização, nos processos de legitimação do conhecimento científico aceito universalmente.

As etnociências dependem da etnometodologia (etnologia indígena antropobiologia ou antropologia física, cultural, social, etnolingüística...) como fio condutor de suas abordagens na hinterlândia Amazônica.

Sousa [S.I.], [201?] relata que seria prudente, admitir que esta busca incorpora a perspectiva do aprofundamento interdisciplinar

visando atingir a transdisciplinaridade que, nem pode abrir mão de uma base disciplinar sólida, cujo debate a se fazer é muito mais sobre “para quê” e “para quem” o conhecimento está sendo produzido. Valendo-se da neutralidade científica, que, em geral, beneficia os sistemas de conhecimento e poder dominantes. (SOUSA, [S.I.], [s.n.], [201?]).

Neste contexto, cabe o questionamento: - o ajuri incorpora, no fazer científico e nas etnociências, uma origem transdisciplinar?

Sem a pretensão de esgotar o tema, porém na tentativa de traçar algumas linhas de reflexão que possibilitem ampliar o entendimento do trabalho coletivo em regime de ajuri, praticado e desenvolvido coletivamente por meio da solidariedade, voluntariedade e fraternidade de acordo com o interesse e a conveniência dos sujeitos, e não por meio de práticas, cujas ações laborais, envolvam o valor pecuniário.

2.4 Comunidades - ambiente e sujeitos

No ambiente sociocultural das UAF os agricultores familiares da hinterlândia amazônica, reconhecem que suas práticas e experiências nos roçados e atividades sociais da comunidade, revelam *práxis* imemoriais, saberes tradicionais que norteiam modos de vida amazônicos (Figura 37), relacionados nas formas de trabalho coletivo em regime de ajuri.

Figura 37 - Modos de vida amazônicos



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017/9).

Santana (2009, p. 88) ressalta que, o saber pertencente a essas populações, constitui-se enquanto tradição cultural. Uma tradição em *devir*, permeadora de relações entre populações e sociedade, em processos de ruptura e continuidade com elementos em ressignificação, influenciando a identidade dos sujeitos para além da simples necessidade de estar no mundo.

Em suma, a discussão aqui posta pretende salientar a interculturalidade na formação socioeconômica da agricultura familiar amazônica, que para uma melhor compreensão do termo solidariedade, (sinônimo, parônimos, homônimos, sinonímia e hiperonímia/hiponímia), coletividade, voluntariedade, fraternidade, são termos tomados não como contrato social, mas sim como projeto culturalmente compartilhado pelos agricultores familiares da hinterlândia amazônica, entendendo-o como um “fato social total” abrangendo um processo complexo que envolve a interação com a natureza, as crenças, a cooperação, a organização social, religiosa, econômica, hábitos alimentares, parentesco... (MAUSS, 1974).

A partir dos conceitos de fato social total (Mauss, 1974) e configuração, (Norbert Elias, 1994a, 1980), percebe-se uma nova relação entre indivíduos e a sociedade, cujos valores multiculturais de igualdade, fraternidade, solidariedade e liberdade de escolha é pessoal e exclusiva do indivíduo intercultural.

Neste contexto, refere-se Mauss (1974) sobre o fenômeno de fato social total como um conjunto de fatos que se inter-relacionam de maneira complexa.

Nesses fenômenos [...] tudo se mistura, tudo o que constitui a vida propriamente social das sociedades que precederam as nossas – até as da proto-história. Nesses fenômenos sociais “totais”, como nos propomos chamá-los, exprime-se, ao mesmo tempo e de uma só vez, toda espécie de instituições: religiosas, jurídicas e morais - estas políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas - supondo formas particulares de produção e de consumo, ou antes, de prestação e de distribuição... (MAUSS, 1974, p. 41).

Nestes termos, Mauss (1974) ressalta que semelhantes modalidades de trocas aparecem, como um fato social total que se revela a partir de duas compreensões do total:

totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e sobretudo simbólica. (MAUSS, 1974, p. 41).

Compreende-se assim que a vida social é essencialmente um sistema de prestações e contraprestações que obriga a todos os membros da comunidade. Mas essa obrigação não é absoluta na medida em que, na experiência concreta das práticas sociais, os membros da coletividade têm uma certa liberdade para entrar ou sair do sistema de obrigações – mesmo que isto possa significar a passagem da paz para a guerra. (MAUSS, 1974, p. 130).

Nesta assertiva, o uso do termo “comunidade” não deve ser visto, a partir do construto teórico, mas sim da concepção cultural de comunidade nas práticas associativas, nos laços sociais e democráticos, partilhados como espaço de identidades, vizinhança, parentesco, trocas, interesses comuns entre as pessoas, dentre as possíveis configurações sociais.

Neste contexto Norbert Elias (1994a) assevera que a unidade fundamental da vida

social não é o eu, tão somente, mas, sim, o *nós-eu*. Esta é, portanto, a unidade de direitos e a manifestação territorializada do indivíduo. É esta a unidade básica que desafia o humanismo. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma do ser humano individual. Até mesmo a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima”, traz a marca da

história de seus relacionamentos – da estrutura de rede humana em que, ele se desenvolve e vive como indivíduo (ELIAS, 1994a, pág. 36).

Elias (1994a), em outro importante estudo, denominado *A sociedade dos indivíduos*, publicado em 1994 (a), apresenta uma rica teoria sobre relação entre indivíduo e sociedade - os “indivíduos quanto a sociedade conjuntamente formada por eles são igualmente desprovidos de objetivo. Nenhum dos dois existe sem o outro” (ELIAS, 1994a, p. 18).

Essa referência pode ser percebida referente às associações humanas, segundo Elias (1994a, p. 19); Essa rede de funções no interior das associações humanas, essa ordem invisível em que são constantemente introduzidos os objetivos individuais, não deve sua origem a uma simples soma de vontades, a uma decisão comum de pessoas individuais...

Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de um determinado lugar (...). Numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornam outros dependentes dela. (ELIAS, 1994a, p. 19).

Por outro lado, corroborando Elias (2006), só podemos compreender muitos dos aspectos do comportamento ou das ações individuais se começarmos pelo estudo da sua interdependência, pelo estudo da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros.

O conceito de figuração distingue-se de muitos outros conceitos teóricos da sociologia por incluir expressamente os seres humanos em sua formação, segundo Norbert Elias (2006, p. 25), apenas os seres humanos formam figurações

uns com os outros. [...]. O modo de sua vida conjunta em grupos grandes e pequenos é, de certa maneira, singular e sempre co-determinado pela transmissão de conhecimento de uma geração a outra, portanto por meio do ingresso do singular no mundo simbólico específico de uma figuração já existente de seres humanos. (ELIAS, 2006, p. 25-27).

Pode-se inferir que a partir de Elias (1994, p. 17-36), as figurações congregam uma rede de relações de movimento, que é somente pelo movimento que se pode observar as figurações sociais, visto que essas são um constante fluxo.

Por outro lado, não há como contrapor as contribuições conceituais de Mauss (1974) e Elias (2006) a partir de fato social total e configuração, revelam as relações intrínsecas entre indivíduo e sociedade, fortalecendo o debate dos processos sócio civilizador que age sobre o ser individual independentemente da coesão que possa ainda existir a partir da realidade

cultural primeva. As figurações, redes de interdependência possuem força e inércia dificilmente compreensível para quem é sujeito dessas mudanças, vivendo-as e sofrendo os seus efeitos no dia a dia. Por outro lado, percebe-se que, os princípios básicos do trabalho coletivo em ajuri, não é de fácil conceituação, nem de fácil apreensão em seu sentido histórico-social.

Porém, no caso em questão, a solidariedade, presente nas ações de ajuris representam atitudes de ajuda mútua, cooperação, espírito de comunidade, sociabilidade com o outro, um recurso de sobrevivência compondo uma interação cultural, entre os diferentes sujeitos objetivando a um bem comum, sem que cada indivíduo seja obrigado a se submeter ao outro nem abdicar da sua particularidade individual e cultural.

Considerando-se que a vida social das pessoas, que envoltas na realidade temporal as identifica com novos significados, atribuídos ao passado, que interferem na forma de viver o presente e prever o futuro. Esse processo é resultante das experiências que envolvem a memória, constituídas em momentos de vivências pretéritas na trajetória das pessoas, a conexão para construir o presente, a partir do etnoconhecimento e da percepção deste no tempo histórico em que vivem, norteando sua trajetória de vida, não apenas estabelecendo prescrições as atividades “práticas”, mas também as significações a que se referem.

Seguindo a trilha de Norbert Elias (1994a), percebe-se que, independentemente da sociedade e do momento histórico em que ocorre,

a influência exercida pelo social na vida de cada indivíduo é um processo universal, a identidade “eu” coexistindo com a identidade “nós”, o que modifica é o peso do que Elias chamou de balança nós-eu: O indivíduo é em si social e não unitário/atomístico, mesmo que o pensemos em sua singularidade. E ao afirmarmos o “eu” já estamos afirmando os outros, e isso é um dos fatores que representa a função do conceito de sóciogênese, como processo de formações sociais e culturais no seu trabalho. (ELIAS, 1980, p.136).

Conforme Elias certifica (1980), nos processos de socialização pelos quais passa ao longo da vida, o indivíduo constitui-se tanto individualmente quanto socialmente, ou seja, sua identidade-eu, aquilo que o diferencia dos outros, e sua identidade-nós, conforme sua configuração identitária pronominal: O conceito de “eu” - o pronome da primeira pessoa – é

[...] indicando a posição tomada pelas pessoas que comunicam nas suas relações umas com as outras. Serve de meio de orientação num grupo, quer os seus membros estejam ou não realmente presentes, [...], quer usem o conceito silenciosamente quando pensam em si mesmas. (ELIAS, 1980, p.136).

Advoga o autor que a sociedade é formada por nós e pelos outros, sendo que aquele que estuda e pensa a sociedade é ele próprio um dos seus membros.

De qualquer modo, tem que incluir a idéia de outras pessoas que ocupam outras posições na trama de relações a que o conjunto de pronomes pessoais se refere. Não pode haver um “eu” sem que haja um “tu”, “ele”, “nós”, “vós”, “eles”. [...]. Os pronomes pessoais são no seu conjunto uma expressão elementar do facto de que cada um se relaciona fundamentalmente com os outros... (ELIAS, 1980, p.135).

Ou seja, a sociedade que é muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo, é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros. (Elias, 1980, p. 13). É importante detalhar neste item o termo conhecimento tradicional, definidos no artigo 14º, anexo II das Orientações Principais de um Plano de Ação para a Aplicação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural. (DECLARACIÓN, 2001).

Art.14. Respeitar e proteger os sistemas de conhecimento tradicionais, especialmente os das populações autóctones; reconhecer a contribuição dos conhecimentos tradicionais para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais e favorecer as sinergias entre a ciência moderna e os conhecimentos locais. (DECLARACIÓN, 2001, p. 7).

A relação entre a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais foi explicitada no art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040/2007 (BRASIL, 2007), que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em particular no que diz respeito ao termo de ‘Comunidades Sensíveis’ (agricultores, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, entre outros) qual define os povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Esta argumentação contribui a reconstrução da solidariedade social, à medida que avança a identidade-eu ela cria intercâmbio social - identidade-nós, representa interesses coletivos e solidários. Assim, para uma melhor compreensão, do ponto de vista da nomenclatura do significado da expressão “solidariedade”, em situação comum, abordamos no 3º capítulo.

A abordagem do espaço segundo Santos (1988, p. 25) é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais”.

Nesse sentido, na expectativa de visualizar a dinâmica social vivenciada pelos agricultores familiares nas comunidades da RMM, tendo em vista as potencialidades do espaço agroalimentar, refletidos na mudança da paisagem, na medida em que os agricultores familiares internalizam os valores de cooperação, solidariedade, interesses recíprocos, vivências identitária nas comunidades, buscando enfocar a agricultura familiar, com novas características, dentro do contexto de um novo espaço rural, além da dimensão produtiva, os valores sociais, indicam a existência de elementos transformadores, em que a integralidade do ser humano, seu contexto sócio-histórico, a preservação, conservação do meio ambiente são privilegiadas dentre os conhecimentos tradicionais.

Valores que se expressam no espaço agroalimentar por meio de comportamentos intrínsecos da dinâmica social, resignificados a partir da compreensão dos benefícios da alimentação orgânica, da preservação do agroecossistema, com práticas do corte sem queima da copeira, o plantio no roçado de mandioca, milho, feijão, hortícolas... uso de práticas de conservação do solo com uso de biofertilizantes e compostagem na promoção da preservação e conservação da qualidade do solo.

De modo geral, considerando a dinâmica social (Figura 37a) da prática costumeira do ajuri nas comunidades tradicionais amazônicas, provendo sua vivência com o meio ambiente rural e interação social, econômica, política e espiritual, desenvolvemos no 3º Capítulo, os princípios da formação do ajuri.

Figura 37a - Dinâmica social do ajuri



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018/9)

3 - OS PRINCÍPIOS DA FORMAÇÃO DO AJURI NA RMM

“Daqui a pouco toda a economia mundial vai passar pela ecologia, pela natureza, e vocês são aqueles que mais cultivam essa natureza e garantem para as mesas dos brasileiros 60% de tudo o que comemos. A alimentação da humanidade vem dessa agricultura cada vez mais familiar..., livre de agrotóxicos por que isso cria uma humanidade mais sadia. Então o futuro da terra e da humanidade passa por vocês”.

(Leonardo Boff)

Na hinterlândia Amazônica, o sistema de policultivos tradicional, atualmente denominados de sistemas agroflorestais (SAF's), reflete o conhecimento tradicional praticados/implantados pelos agricultores familiares, resultantes da diversificação dos produtos e polivalência dos trabalhos extrativistas e agrícolas. Não obstante o sistema de produção será diversificados e complexos, imagina-se a força de trabalho envolvida para construir esse sistema.

De acordo com a literatura pesquisada sobre o termo 'ajuri', ressalta Mello (1983)

O termo ajuri do vernáculo amazônico significa eu vim ajudar. *AIURI* – Ajuda mútua, mutirão, ajuri, putirum, putirão, puxirum, etc..., há quase uma centena de sinônimos, considerando as várias regiões brasileiras. Ajuntamento, reunião. tim.: Do tupi 'A' = eu, e 'iúri', vem, vir. (MELLO, 1983, p. 22).

Freire (1957, p.349), conceitua ajuri, s. m. Tupi-guar. *ajur+i*. Auxílio que se prestam mutuamente os pequenos agricultores, no tempo das plantações ou colheitas. No Dicionário da terra e da gente do Brasil, Souza (1939, p. 8) conceitua ajuri: têrmo do Amazonas, o mesmo que adjunto, muxirão, etc. Ressalta Andrade (1985, p. 168) o termo ajuri:

Termo usado na área do Rio Negro, que quer dizer ajuntamento de pessoas para um terminado fim cooperativista. Reunião. Quando se quer realizar o corte de juta ou a derrubada de uma floresta, ou ainda trabalho que necessita muita gente, os nativos do Rio Negro chamam de ajuri. (ANDRADE, 1985, p. 168).

Muito embora o termo ajuri seja atribuído como sinonímia do termo puxirum, mutirão..., as práticas de ajuda, auxílio mútuo são versados como trabalho grupal, um devir coletivo, uma ajuda ao próximo quando este necessitar.

Vale esclarecer, como bem afirmou Arthur Reis (1966):

O ajuri é de origem indígena é o tipo de trabalho coletivo que mobiliza várias famílias para ajudar no plantio ou na colheita agrícola de uma outra família que se encontra em dificuldades e sem recursos. “o trabalho coletivo, os adjutórios que mobilizam as pequenas coletividades na obtenção de maior rendimento na obra em que um, sem mais recursos, não pode executar tudo”... (REIS, 1966, p. 45).

Por outro lado, Fraxe (2004), corroborando com Matos (2015), Reis (1966), Sousa (2015, 2016), Torres (2007), endossam sobre o trabalho coletivo em ajuri, puxirum ou mutirão, qual não deixam de mencionar as polêmicas em torno do conceito e da propriedade intelectual deste conhecimento.

Matos (2015), em sua obra -Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica, destaca

no plantio da roça, a figuração do ajuri com a participação de homens, mulheres, desempenhando funções específicas. [...] retrata o que ele denominou de figuração do puxirum, ajuri ou mutirão: [...] cortadores de maniva; plantadoras [...] no puxirum, a relação de interdependência, os bons laços de amizade e compadrio, permitem o desenvolvimento da atividade de forma mais descontraída. (MATOS, 2015, p. 229).

Matos (2008, 2015), em sua pesquisa de campo em comunidades rurais no baixo Amazonas, destaca o ajuri, puxirum ou mutirão, como habitus amazônico. O autor evidencia que o amazônida está adaptado ao clima quente e úmido e na prática do ajuri, em períodos de estiagem na região, desenvolve esforço de baixo a moderada intensidade. Especificamente no plantio da roça, o autor frisa a participação de homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e anciões, desempenhando suas funções específicas. Assim, retrata o que ele denominou de figuração do puxirum, ajuri ou mutirão:

[...] responsável pela alimentação (anfitrião); cozinheiras; cortadores de maniva (geralmente pessoas de mais idade que não precisam fazer muito esforço físico); cavadores, jovens de maior resistência física devido à exigência do esforço na função; plantadoras; maniveiros, que são os distribuidores de maniva; aguadeiras, responsáveis em fornecer água aos participantes, que contribui para a termo regulação corporal; carregador de água; maniva. (MATOS, 2015, p. 229).

Matos (2015) revela ainda que no puxirum, a relação de interdependência, os bons laços de amizade e compadrio, permitem o desenvolvimento da atividade de forma mais descontraída. Ressalta Araújo et al., (2016d) que o processo de trabalho coletivo em regime de ajuri como prática social, elencando os atributos do homem social junto a natureza.

O ajuri é balizado por uma relação de mútua integração, presente nas práticas sociais do homem junto à natureza, vivenciado em função das atividades agrícolas presentes

nas relações de trabalho, como uma identidade territorial em relação ao sistema de produção agroalimentar. (ARAÚJO et al., 2016d, p. 6).

Corroborando Hunger et al (2017) ressalta que o conceito de configuração

é formada por grupos interdependentes de pessoas e não por indivíduos singulares, cujas ações são embasadas no senso comum da participação comunitária, que nenhuma forma de organização, qualquer que seja sua estrutura ou natureza, poderá trabalhar individualmente na construção social. (HUNGER et al., 2017, p. 699).

Evidente que acontecimentos socioeconômicos deram origem as práticas de ajuri nas propriedades, alterando a paisagem na região amazônica. A modificação na paisagem deu-se pela atividade agrícola, ao explorar a sociobiodiversidade, o homem amazônico retrata o *ethos* e o *habitus* das comunidades rurais, caracterizada pela diversidade dos recursos naturais e a longa convivência (saber tradicional oriundo do senso comum) do agricultor familiar, como garantia de direito fundamental a vida e a convivência socioambiental.

A concepção do trabalho de manejo e uso da agrobiodiversidade no contexto amazônico compreende mudanças nas configurações sociais em progresso nas comunidades de agricultores familiar. Processo pelo qual o ser humano aprende de forma plural ou coletiva, sedimentada por signos produzidos e reproduzidos pelos indivíduos coletivamente, sendo incorporados novos signos de uma geração à outra, a partir das especificidades culturais de cada sociedade. (ELIAS, 1991, p. 82).

A partir do momento que o homem começou a configurar as técnicas agrícolas, deixa de ser nômade, surgem assim novos processos, os relatos históricos nos permitem visualizar a contribuição, por força da prática extrativista na formação social no homem amazônico.

Segundo Fraxe (2004, 65): Para compreender esses grupos sociais é preciso desvendar seu cotidiano, é necessário considerar o contexto contraditório no qual estão inseridas suas manifestações e práticas culturais transmitidas de geração em geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de suas existências.

Nessa perspectiva, as atividades agrícolas nas comunidades amazônicas é marcada pela solidariedade vicinal¹², característica comum e acentuada interdependência, nos trabalhos coletivos nas UAF, impostas pelas práticas agrícola e sociais de ajuri. Percebe-se assim que além da paisagem natural, há paisagens socialmente construídas repletas de contrastes e contradições.

¹² A solidariedade vicinal aparece no trabalho coletivo – em que se convocam não uma, mas varias pessoas para tarefas impossíveis de bem realizar de outro modo. Distingue-se do mutirão (além de não ser sucedido de festa) por implicar retribuição equivalente do beneficiário, que neste caso é considerado devedor, embora se reconheça moralmente empenhado. Ocorrem em , roçada, construção de casas, colheita... (CANDIDO, 1971, P. 80).

3.1 A solidariedade nos trabalhos coletivos em ajuri

O termo solidariedade tem sua origem associada ao étimo latino *solidarium*, que vem de *solidum* (totalidade, soma, total, segurança), *soldum* (inteiro, compacto) e *solidus* (sólido, maciço, inteiro). A propósito do termo, segundo o papa Francisco na *Bula Misericordiae Vultus* (2015), ao termo da prática da misericórdia “solidariedade” na tradição bíblica. (Mt 9,13 e 12,7), Deus não quer o culto sacrificial, não quer animais degolados nem queimados, *’ôlah*, mas quer, sim, o *hésed*: a misericórdia, amor, bondade, benevolência, solidariedade; e quer, sim, por isso mesmo, o conhecimento de Deus, que leva à prática da justiça. (FRANCISCO, 2015).

A seguir, comenta o Papa a solidariedade misericordiosa: “Solidariedade é um modo de fazer história”. “Na Igreja, assim como na sociedade, a palavra-chave que não devemos temer é a ‘solidariedade’, porque só compartilhando nossa vida será frutífera”. (FRANCISCO, 2015, p. 2). Na mesma direção, Martín (2016, p. 1) enfatiza que a palavra ‘misericórdia’, de origem latina, é formada pela junção de *miserere* “ter compaixão”, e *cordis* “coração”.

“Ter compaixão de coração” significa ter a capacidade de sentir aquilo que a outra pessoa sente; aproximar seus sentimentos dos sentimentos de alguém; ser solidário com as pessoas. Assim a misericórdia é um sentimento de compaixão, vontade de ajudar o próximo a superar os seus problemas. (MARTÍN, 2016, p. 1).

Outro conceito relacionado ao termo solidariedade, encontramos no Dicionário da Língua Portuguesa (2006), indica qualidade do que é solidário, união, simpatias, interesses, propósitos entre os grupos.

Solidariedade - qualidade de solidário; sentimento que leva a prestar auxílio a alguém; responsabilidade recíproca entre elementos de um grupo social, profissional, institucional ou de uma comunidade; adesão ou apoio a uma causa, a um movimento ou a um princípio... (DICIONÁRIO, 2006).

O Dicionário Michaelis (1998), expressa o termo solidariedade de estado ou condição

de duas ou mais pessoas que repartem entre si igualmente as responsabilidades de uma ação, [...], respondendo todas por uma e cada uma por todas; mutualidade de interesses e deveres entre duas ou muitas coisas dependentes umas das outras. Solidariedade: Qualidade, característica, condição ou estado de solidário; Sentimento de amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que impele o indivíduo a prestar-lhes ajuda moral ou material; [...] Responsabilidade recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição; Reciprocidade de interesses e obrigações... (MICHAELIS, 1998. p. 1966).

Neste sentido no Dicionário Aulete (2018) a solidariedade cultural do ser social, histórico e ativo sempre na sociedade, identificando-se com os problemas de outrem, o que as levam a se ajudarem mutuamente por laço de união fraternal amizade, companheirismo, irmandade...

Sentimento de identificação com os problemas de outrem, o que leva as pessoas a se ajudarem mutuamente; Sentimento de simpatia, de identificação com os pobres, os desprotegidos etc [...]; Manifestação de identidade de sentimentos ou ideias (solidariedade política, partidária); cooperação; coparticipação; [...]; amizade; companheirismo; irmandade; Compromisso pelo qual as pessoas se sentem em obrigação umas em relação às outras; Interdependência; Reciprocidade (para) com, entre; solidariedade (para) com os amigos, entre os funcionários. (AULETE, 2018).

No Dicionário de Sinônimos (2018) encontramos 29 sinônimos com 4 sentidos da palavra solidariedade:

1 - Ajuda ao próximo: apoio, auxílio, amparo, assistência, caridade, proteção, defesa, respaldo... 2 - Laços de amizade: companheirismo, camaradagem, irmandade...3 - Relação recíproca: interdependência, reciprocidade, correlação, correspondência, interação... 4 - Compartilhamento de sentimentos: cooperação, participação, responsabilidade... (DICIONÁRIO DE SINÔNIMO, 2018).

Coelho (2012, p. 13), corrobora a ideia de que a solidariedade se constitui na possibilidade de todos os Homens serem reconhecidos como cidadãos do mundo

em qualquer local e possuem a Terra como sua morada, sem, no entanto, extinguir a diversidade cultural, pois ela enriquece a Humanidade e mantém a individualidade de cada um. Sem tal predisposição solidária, a união (nacional, regional e mundial) como um todo se enfraquece e corre o risco de se dissolver. Logo, não se trata de um bem comum social (redundância), mas de um bem comum solidário, intermediado pelas éticas individual e social e estabelecido entre o individualismo e o coletivismo. (COELHO, 2012, p. 13).

Partindo do suporte teórico e da pesquisa de campo *in loco* não se pode pensar em cultura amazônica como um produto pré-estabelecido, mas sim, como patrimônio construído pelas relações solidárias de interdependência humanas e socioambientais, valores que fazem parte da constituição social dos povos, guardiões dos rios e da floresta amazônica, representados nos espaços da casa, nas práticas sociais coletivas, feitura dos roçados, colheita, e demais formações coletivas (Figura 38) que se fazem presentes em todo o processo de produção agrícola, social e ambiental que denominam de ajuri.

Figura 38 - Práticas coletivas em ajuri.



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018)

3.2 Comunidade x relação social

Tendo por base o referencial bibliográfico, conjectura-se que o conceito de comunidade, sociedade, relações sociais, são temas muito complexos qual tem sido muito debatido nas Ciências Sociais, em diferentes segmentos. Assim, para compreendermos os aspectos fundamentais e essenciais de comunidade, resgatamos alguns conceitos, das contribuições teóricas de pensadores clássicos, como Max Weber (1973, p140) que designa de comunidade “uma relação social quando a atitude na ação social - no caso particular, em ermo médio ou no tipo puro - inspira-se no sentimento subjetivo (afetivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo”.

Para o autor o conceito de ação social, é explicitado como uma relação social

denominada de relação comunitária e relação associativa. “Relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social no caso particular ou em média ou no tipo puro - repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo. Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados. (WEBER, 1973, p. 25).

Considerando que as relações que se estabelecem nas comunidades são pautadas pelos graus de parentesco, amizade e vizinhança, partilhados nos espaços vividos, nas relações sociais, compreende-se assim, segundo Chaves (2001) a comunidade é o espaço em que se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos [...].

As comunidades tradicionais, na Amazônia, possuem “um modelo particular de gestão dos recursos naturais e de organização social” assim sendo, a comunidade se constitui “num espaço onde se estabelecem a construção de identidades sociais, de projetos comuns, mas também, de manifestação da diversidade” (CHAVES, 2001, p. 77).

Compreender as manifestações culturais e sociais dos habitantes da hinterlândia Amazônica não significa somente conhecer e descrever a riqueza dos seus agroecossistemas mas, sobretudo, compreender seus espaços que os habitantes desenvolvem um estilo singular de vida, transmitindo seus costumes e suas práticas culturais de geração em geração, sem, muitas vezes, haver um reconhecimento político de suas existências.

No decorrer da pesquisa de campo, em visitas *in loco* foi possível identificar em algumas fases do trabalho em ajuri nos roçados e quintais que, além da mão-de-obra disponível para as atividades ocorrem outras manifestações de solidariedade na comunidade, o da necessidade alimentar (água, cafezinho, suco, refeição...), destaca-se que a forma voluntária dos participantes do ajuri, pode ser observada como um conjunto de obrigações como dar, receber e retribuir.

Quem recebe o benefício da troca tem a obrigação de retribuir o favor recebido. Esse ciclo, que pode ser chamado de dádiva, como bem foi analisado por Mauss (1974) nas quais o autor analisou a presença da dádiva em sociedades tradicionais, como um valor que estabelece conexões entre indivíduos e grupos.

A dádiva representa uma forma de contrato voluntária denominado de sistema de prestações de trocas, decorrentes de diversos acontecimentos como nascimento, enfermidades, ritos, serviços, trabalho..., que são feitas, sem a intenção de vantagem por um dos lados inexistindo a motivação econômica ou a intenção do ganho pecuniário. (MAUSS, 1974, p. 39).

Nessa percepção o conceito de comunidade é polissêmico, comportando uma diversidade de significados, que pode descrever desde grupos étnicos, aldeias, clubes, bairro, nação..., ainda em espaço geográfico, nas interações sociais contidas nesses espaços, de senso de pertencimento a coletividade, sentimento de união, amizade, confiança, apoio, conforto.

Devido à diversidade de seus integrantes, pode haver discussões, no entanto, permanece a ideia do que é benéfico para o coletivo.

Dessa forma, parte-se do entendimento que o ambiente do trabalho dos ajuris nas comunidades tradicionais da hinterlândia Amazônica, tem-se destacado no contexto atual por conceber nos sujeitos que praticam o coletivo de ajuri, como processos de transformação social, econômica ambiental e organizacional, como resultados de valores construídos nas representações simbólicas, eivado de significados que caracterizam o vernáculo do ajuri, construídas nas ações, ideias, valores e sentimentos no modo de ver o mundo, tendo em vista que estes são construtos do etnoconhecimento.

3.3 Desenvolvimento agroecológico nas comunidades da RMM

Nos agroecossistemas da hinterlândia Amazônica, encontramos diferentes sistemas de produção, atualmente denominados de pomar caseiro ou quintal agroflorestal, espaço de produção e reprodução alimentar, encontram-se diversas áreas produtivas, de múltiplos usos e a criação de pequenos animais. Tais espaços são entremeados de relações, raízes históricas, identidades e configurações políticas representadas nos laços de proximidade e pertencimento ao lugar.

Para identificar o manejo da agrobiodiversidade, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os agricultores, seguindo o método da pesquisa-ação com observação participante e coleta de relatos da história oral de diversos agricultores, estenografando os ambientes utilizados para a agricultura e os locais de manejo da diversidade varietal, fez-se uso de entrevista semi-estruturada com visitas às unidades de produção observação.

O formulário (Anexo E), aplicado com auxílio de assistentes de campo, moradores da comunidade e proprietários da UAF. Ao todo foram entrevistadas, ao longo dos 08 meses, 200 famílias. Houve casos em que os agricultores se recusaram a participar da pesquisa, em outros os proprietários não se encontravam na UAF por ocasião da visita, sendo entrevistado o caseiro. Em média o universo amostral, foi de aproximadamente 100% das famílias das dez comunidades.

Para inventariar a agrobiodiversidade, foram visitados roçados e quintais da UAF, listadas as espécies e variedades existentes. Além das entrevistas foram feitas visitas aos sistemas de produção (com registro fotográfico e georreferenciamento). O exercício da observação participante foi facilitado pelo histórico de contato do pesquisador com as famílias participantes da pesquisa.

Realizou-se visitas nas comunidades com intuito de esclarecer as atividades que se pretendia desenvolver no local. Durante as reuniões foram realizadas conversas abertas, dialógicas, informal, com levantamentos dos saberes locais sobre sistemas agroflorestais (SAF's) e as atividades rurais sistematizadas nestes saberes.

Acompanhamos diversas etapas do ciclo de cultivo, como derruba, queima, plantio, capina, colheita, além de diversos eventos da vida privada e social das famílias, tais como refeições, reuniões, assembleias, dentre outros. Antes de iniciar as observações e coletar as narrativas dos sujeitos partícipes da pesquisa, indagamos acerca de algumas informações referentes à infraestrutura da comunidade e sobre seus moradores.

Nos foi relatado quais eram as principais atividades econômicas nas UPF e nas UAF,

como executavam os ajuris no plantio, manejo e colheita. A mensuração das áreas das UAFs e UPFs nos agroecossistemas foi realizada por meio da tomada de pontos com aparelho GPS modelo Garmin GPS Map 64S®, demarcando os espaços da comunidade, para o levantamento da agrobiodiversidade foi realizado o inventário botânico das espécies nas UAF, fazendo o registro das espécies cultivadas. O sistema de classificação taxonômico utilizado foi o APG – II e- III, os nomes científicos das espécies foram conferidos junto à base de dados da literatura técnica (Lorenzi, (2013); Martins-da-Silva, et al., (2014); Rezende (2002), Rigotti (2012), Sousa, et al., (2009). Nosso enfoque neste contexto, parte da descrição etnográfica das técnicas e dos implementos associados ao plantio da mandioca à produção da farinha de mandioca, a produção de composto orgânico e ações de manutenção, consertos e reparos na comunidade evidenciando a representação cultural do processo de ajuri sob o ponto de vista dos agricultores familiares, da hinterlândia Amazônica.

Ressalta-se que o termo UAF, caracteriza-se por ser exclusivamente familiar, no conjunto família, propriedade e trabalho. Conforme preceitua a Lei 11.326/06 que assevera ao agricultor familiar deve possuir no máximo 4 módulos fiscais, conforme o INCRA (2016), um módulo fiscal no município de Manaus equivale a 40 ha. O sistema produtivo na UAF, em geral se assenta no trabalho da terra, realizado por uma família, e sua produção primária destinada prioritariamente à satisfação das necessidades da propriedade e do grupo doméstico. Na UAF, as atividades agrícolas constituem-se e complementam com outras atividades não agrícolas, como artesanato e comércio, tornando unidades produtivas.

Compreende-se assim que a UAF é um centro de produção que possui o controle do processo de produção (materialismo, ferramentas, mão-de-obra) capital e terra. Neste contexto, o processo civilizador amazônico, historicamente consiste na posse da terra e com apropriação e exploração dos recursos da natureza (Figura 39), transformando estes recursos em produtos, bens e serviços, para garantia da qualidade de vida e convivência socioambiental, gerador do Estado de direito ambiental.

Figura 39 - Exploração dos recursos da natureza



Fonte: ASSIS. A.C.M. (2012) ARAÚJO, M.I. (2018).

Considerando a dinâmica do manejo da agrobiodiversidade exercitada pelo homem amazônico, mescla uma relação de interdependência, indivíduo, sociedade e natureza, configuradas no tempo/espaço das tradições do devir, característicos do *habitus* dos agricultores familiares na exploração e manejo dos quintais (Figura 40) e roçados agroflorestais na hinterlândia Amazônica, com a ocupação de terras, regulamentadas, conflituosas ou não, revelando a *humana conditio*¹³, repassadas de geração a geração, tornando-se propriedade ou posse privada.

Figura 40 - Quintais agroecológico



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Como bem observada por Elias (1991), na desmitificação da natureza, eliminando o caráter místico do saber tradicional, dos valores,

das crenças e das tradições predominantes nas comunidades, ao mesmo tempo, os homens tornaram-se a tal ponto senhores da natureza que a superioridade e a periculosidade [...], lhes vêm à consciência. Eles veem agora os tremores de terra e as inundações como acontecimentos naturais, cuja causa e ocorrência se podem investigar cientificamente e cujo perigo pode ser diminuído com a ajuda de previsões científicas. (ELIAS, 1991, p. 23).

Nesse sentido, destaca Elias (1998) que diferentemente do que acontece nos demais animais, as formas aprendidas de comportamento tornaram-se predominantes para o homem, o que representou elemento relevante para a sobrevivência da espécie.

¹³ Elias ressalta (2002, p. 38) que “por natureza, um ser humano está preparado para a vida em companhia de outros, com os quais pode se comunicar, está preparado para a vida em sociedade”, [...] pois “os seres humanos integram-se num universo de conhecimento que resulta das experiências de muitas pessoas”.

À luz da perspectiva de Norbert Elias, entendemos que as redes de interdependências e o distanciamento que permitiram ao ser humano sair de interrogações egocêntricas e avançar na compreensão, mais objetiva e adequada ao real, dos acontecimentos: “A expectativa de um tipo específico de explicação não se deve à experiência pessoal de um indivíduo, mas as experiências coletivas de um grupo como um todo ao longo de muitas gerações” (ELIAS, 2002, p. 10).

Na mesma perspectiva para Elias (1991, p. 28) o habitus, é a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, um componente do habitus social.

Logo, faz-se necessário utilizar, por exemplo, os valores culturais e ideológicos dos agricultores familiares, nas formas tradicionais de cultivo, incluindo suas possibilidades mercantis, configuradas nos espaços sociais de vida e reprodução agroalimentar (Figura 40a), na preservação dos recursos naturais para a sobrevivência humana, aliadas adequadamente as técnicas e tecnologias científicas, eficientemente aplicadas, em suas unidades produtivas de maneira mais eficaz, rentável e sustentável.

Figura 40a - Espaço social de vida e reprodução agroalimentar



Fonte: SOUSA, S.G.A. (2014).

Considerando que a prática do trabalho coletivo em ajuri é costumeira nas comunidades tradicionais amazônicas, consiste em uma técnica/método de trabalho coletivo, que visa auxílio mútuo entre as famílias no roçado, plantio, colheita e outras atividades onde se faz necessária a participação de várias pessoas, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade, entre os comunitários, provendo sua vivência com meio ambiente rural e interação social, econômica, política e espiritual.

Figura 41 - Ajuri trabalho coletivo



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Nestas circunstâncias, homens, mulheres, jovens e adultos têm papel fundamental nos espaços dos agroecossistemas frente às necessidades dos agricultores familiares em benefício das comunidades. Assim nessa perspectiva, considerando a proposta metodológica da pesquisa-ação etnográfica para analisar os significados e princípios da formação do ajuri, contemplando assim o segundo e terceiro objetivo específico do projeto, realizou-se a entrevista a determinado número de indivíduos, dessa forma, partiu-se da seguinte orientação para subsidiar e auxiliar na investigação, tendo como pressupostos basilares os agricultores familiares que pudessem, em sua singularidade, atender aos critérios de inclusão proposto:

- ser agricultor familiar (independente do que é produzido);
- ter a família como base para a produção agrícola;
- praticar o trabalho coletivo de ajuri;
- comercializar nas feiras o que é produzido.

3.3.1 Sujeitos Partícipes da Pesquisa

A pesquisa teve dois enfoques: um quantitativo (apoiado por entrevistas estruturadas aplicadas com os agricultores familiares das dez comunidades e levantamentos das espécies e variedades cultivadas, para se obter um inventário da diversidade nos roçados; e outro mais qualitativo (apoiado por meio de entrevistas semi-estruturadas e demais metodologias, em um

universo amostral bem mais restrito), qual teve o intuito de compreender o trabalho de ajuri envolvido no manejo da agrobiodiversidade nas UAF.

As entrevistas foram aplicadas a partir do 4º trimestre de 2018 ao 2º trimestre de 2019, junto aos agricultores familiares das comunidades, questionando o que era produzido, comercializado da produção agrícolas, a mão de obra empregada, atividades desempenhadas, seguindo os critérios de inclusão proposto. A pesquisa de campo foi realizada em diferentes épocas do ano entre os meses de outubro/2018 a abril/2019, distribuídos em visitas as comunidades para seleção dos participantes da pesquisa. O *lócus* da pesquisa constitui-se dos agricultores familiares da RMM das comunidades: PA Água Branca, APOAM, Careiro da Várzea, Chico Mendes, CVA, Pau rosa, Rio Preto, Terranostra, Uberê e Unidos Venceremos. O total de entrevistados nesta pesquisa foram 200 pessoas distribuídas nas dez comunidades participantes.

Por meio da pesquisa etnográfica identificou-se as famílias de agricultores residem em média há ± 10 anos nas comunidades conforme observação através das idades de formação das espécies cultivadas nos quintais. Atendendo ao critério de exclusão, independente da produção agroecológica e orgânica, 165 agricultores familiares não participaram da pesquisa, considerando que os referidos não participam do ajuri na comunidade, bem como se valem do assalariamento com a contratação de mão-de-obra (caseiros) para execução das atividades agrícolas e não-agrícolas, como forma de reprodução e capitalização na UAF, estas propriedade são utilizadas como opção de lazer nos finais de semana, não sendo comercializada a produção.

Ao iniciar as observações e coletar as narrativas dos sujeitos partícipes da pesquisa, as UPF e UAF foram analisadas etnograficamente: as dificuldades de acesso, infraestrutura, bem como as principais atividades econômicas das UAF, quando e como executavam os ajuris no plantio, manejo e colheita.

O registro da memória histórica das comunidades foram processada por meio da pesquisa bibliográfica e entrevistas com comunitários partícipes da pesquisa de forma distinta entre os grupos de agricultores.

Quanto ao acesso dos comunitários com o conhecimento botânico, técnicas de manejo, plantio..., estão correlacionados com as teias de interdependência, configurações sociais dos agricultores familiares, envolvendo os diferentes saberes tradicionais relacionadas a cultura da região de origem das famílias.

De acordo com Santilli (2004, p. 191): os conhecimentos tradicionais vão desde técnicas de manejo dos recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimento sobre os

diversos ecossistemas, propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies utilizadas pelas populações tradicionais.

Comunidade Água Branca

A comunidade localiza-se no Ramal do Brasileirinho, zona rural de Manaus/AM, nas coordenadas: 02°56'37.4"S e 59°51'52.98"W, no Projeto de Assentamento Rural (PA) Água Branca do INCRA, criado no ano de 1992, com uma área de 362,73 ha, com 36 assentados sendo que, 10 famílias de assentados realizam atividades agrícolas caracterizada como agricultura familiar, a maioria dos sujeitos da pesquisa produzem para a subsistência familiar, com criação de pequenos animais e produção de hortícolas e frutíferas, o excedente é comercializado nas feiras da cidade de Manaus.

Associação Produtores Orgânicos do Amazonas - APOAM

Instituída em outubro de 2010 pelos Sr. Akira Yamashita, Raimundo Moura e prof. Antonio Viana Garcia em parceria com a Escola Agrícola Rainha dos Apóstolos para venda direta de produtos orgânicos, como Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas – APOAM (Figura 41a), constituída por 22 agricultores, iniciaram a comercialização de seus produtos na feira de orgânicos do MAPA, com produção natural e sustentável. A comercialização da produção orgânica realiza-se aos sábados no pátio do MAPA- AM. Entretanto para análise da presente dissertação, foram entrevistados (a) 14 (quatorze) membros (*Aurinia saxatilis*, *Celosia cristata*, *Euterpe oleracea*, *Fragaria vesca*, *Gynura aurantiaca*, *Hedera canariensis*, *Juncus effusus*, *Justicia aurea*, *Justicia brandegeana*, *Malvaviscus arboreus*, *Iris sibirica*, *Mauritia flexuosa*, *Mirabilis jalapa*, *Tabebuia roseo-alba*) que comercializam nas feiras.

Figura 41a - Feira da APOAM



Fonte: FRANÇA, Elvira E. (2018).

Careiro da Várzea

Situada nas coordenadas geográficas 03°12'29" S 59°49'33", margem direita do Paraná do Careiro (Figura 42), moram mais de 20 famílias em área de várzea, a tradição do cultivo nos diferentes agroecossistemas são: de hortaliças, frutíferas, plantas medicinais e a criação de pequenos animais. O cultivo é repetido por várias vezes durante o ano, aproveitando as demandas de pico da atividade, utilizando para isso, o cultivo nos jiraus (canteiros suspensos) em época de cheia. O grupo entrevistado constitui-se de 20 famílias

Figura 42 - Comunidade Careiro da Várzea



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018-9).

Comunidade Chico Mendes

Situada nas coordenadas geográficas 03°01'33" S 59°53'37" W, constituída por 35 agricultores familiares, posseiros não autorizados na área da BR 319, Km 28, AM 254, Km 15, fronteira dos municípios do Careiro Castanho e Autazes. A comercialização destaca-se com a produção de hortícolas, frutíferas, criação de pequenos animais, pesca artesanal e produção de queijo regional, comercializam no Feirão da SEPROR, no IFAM/CMZL e feiras livres de Manaus. O grupo entrevistado constitui-se de 20 famílias.

Comunidade Santo Antônio - CVA

Localizada na BR 174, Km 64, Ramal Rio Branquinho, DAS/ZF4 (Figura 43), coordenadas geográficas 02°24'50" S 60°05'3" W, constituída por 20 (vinte) agricultores em área de assentamento não formal (invasão), na comunidade há produção de hortaliças, frutíferas e criação de pequenos animais (avicultura, piscicultura, suinocultura...). O grupo entrevistado constitui-se de 20 famílias. Os partícipes da pesquisa são 20 agricultores.

Ressalta-se que no Relatório da Suframa - DAS (1983), quando se refere àquele que trabalha na agricultura ou na pecuária do DAS, o termo utilizado é Empresário, tanto pessoa jurídica quanto física. Quanto ao vocábulo Território no DAS, trata de área, lote, terras ou apenas DAS. Nesse contexto, a análise de documentos históricos e institucionais referentes à temática das comunidades abordadas, assim como relatórios de pesquisas anteriores que exponham dados processados sobre as áreas de estudo e os depoimentos dos entrevistados contribuíram para a compreensão das representações socioculturais estabelecidas no objeto de estudo.

Figura 43 - Comunidade Santo Antônio CVA



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Comunidade Pau rosa

Fundada em 1992, com 200 famílias, através do Projeto de Assentamento Tarumã Mirim (PA - Tarumã Mirim), instituída pelo Incra na área Cueiras Tarumã, a partir da BR 174 que liga Manaus a Caracas, pela vicinal ramal do Pau Rosa, nas coordenadas geográficas 02°47'37" S 60°02'08" W, a 9 km da margem esquerda da BR-174, entrada pelo Km 20. O nome do ramal e da comunidade deve-se ao funcionamento de uma usina de exploração do óleo linalol do Pau-rosa (*Aniba rosaeodora*), espécie florestal abundante na região, nas décadas de 60 e 70. (Carvalho 2010, p.23). O grupo constitui-se de 20 famílias.

Comunidade Rio Preto

Localizada no município de Rio Preto da Eva/AM, km 100 da Rodovia AM-010, Ramal da Cachoeira, Km 6, nas coordenadas geográficas 02°44'41" S 59°38'32" W, (Figura 44) a comunidade foi instituída em 2012, reúne 15 agricultores familiares que manejam

diferentes sistemas de produção, combinando plantios agrícolas e espécies florestais, manejo de PFM e (PFNM) voltados para o mercado local e o consumo da família.

A produção agrícola é baseada na produção de hortícolas e PANC, no cultivo de banana, mandioca para o fabrico de farinhas, mamão, maracujá, pupunha, cupuaçu e coco, laranja e outros citros. O excedente da produção é vendida para mercados e feiras da cidade e Manaus. O grupo entrevistado constitui-se de 20 famílias.

Figura 44 - Comunidade Rio Preto



Fonte: ARAÚJO. M.I. (2018).

Comunidade Terranostra

Localizada nas coordenadas 02°41'38,80''S 60°07'98,10''W, acesso pelo Km 83 da BR 174, Km 60, DAS/ZF5 (Figura 45), é uma comunidade que surgiu de forma não oficial (ocupação/invasão) em 2013. Na comunidade não existe nenhuma infraestrutura pública, os comunitários compartilham solidariamente o transporte, conserto da vicinal, motor de luz, dentre outros serviços. Os usos e ocupações do solo apresentam diferentes combinações nas práticas de produção. A produção de hortícolas, frutíferas... e a criação de pequenos animais são voltadas para consumo das famílias, não há excedente de produção para comercializar no mercado da cidade de Manaus.

Figura 45 - Comunidade Terranostra



Fonte: ARAÚJO. M.I. (2018).

Comunidade Uberê

Localizada nas coordenadas geográficas: 2°56'00,0''S 59°51'00,0''W, Ramal do Brasileirinho, Km 8, Vicinal Uberê Km 10, como parte do PA Água Branca do INCRA, em outubro de 2014. Constituída por 20 (vinte) agricultores familiares que vendem seus produtos (hortícolas, frutíferas, plantas medicinais, ornamentais e da criação de pequenos animais) nas feiras e mercados da cidade de Manaus. Uma parte da Comunidade Uberê (Figura 46) encontra-se inserida na área do Corredor Ecológico Igarapé do Ipiranga, localizado em área de expansão urbana do município de Manaus.

Figura 46 - Comunidade Uberê



Fonte: ARAÚJO. M.I. (2019).

Os imóveis são de titulação da SUFRAMA com repasse de Título de Concessão de Uso para os proprietários em terrenos de quatro hectares (4ha), com limite sul da Reserva Ducke, bairro Distrito 2. Dentre a área de criação do Corredor Ecológico Igarapé do Ipiranga (Figura 47) constitui-se por terras arrecadadas e parte pelo PA Água Branca, instituído pelo INCRA, visando à conectividade de áreas entre a Reserva Adolpho Ducke e a floresta nativa do Puraquequara, em função da construção da linha de transmissão Jorge Teixeira/Lechuga da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A (Eletronorte) em 03/07/2015. (SEMA, 2018, p. 3).

Figura 47 - Corredor Ecológico Igarapé do Ipiranga



Fonte: SEMA - AM. (2017).

Comunidade Unidos Venceremos

A comunidade faz parte da Associação Comunitária São Lázaro II, localizada na ilha Marchantaria 03°13'48,1''S 59°56'57,8''W, margem direita do rio Solimões, Zona Rural (Figura 47a) do município de Iranduba. A comunidade surgiu de forma não oficial em 2010, ocasião da maior seca da década, os agricultores são oriundos da ilha de Terra Nova no Careiro, foram para cultivar na ilha. A base de produção são atividades agrícolas (hortaliças, culturas perenes), avicultura de postura e corte, suinocultura, piscicultura, comercializam seus produtos *in loco* e nas feiras de Manaus/AM. Os partícipes da pesquisa são 20 agricultores.

Figura 47a - Comunidade Unidos Venceremos



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

3.3.2 Universo de estudo - a percepção social, econômica e agroambiental

De maneira geral, nas comunidades de agricultores familiares da hinterlândia amazônica, os homens dedicam-se às atividades de manejo no roçado, quintais e coleta na floresta, enquanto as mulheres se dedicam às atividades de cultivo nas hortas, criação de aves e atividades domésticas.

A construção desses processos ecológicos, diversificados nas formas de produzir e ordenar os recursos naturais disponíveis, já dominados pelo senso comum das

populações tradicionais e agricultores familiares, preconizado na diversidade e na diversificação de plantio e colheita dos diferentes sistemas de produção. Essa cooperação entre os indivíduos, e seu modo de produzir, pode ser percebida pelos suprimentos de alimentos nas UAFs.

As construções agroalimentares (Figura 48) encontram-se distribuídas em conformidade com os espaços e as necessidades, constituídas por áreas de: moradia, casa de vegetação, avicultura, capoeira roçados, PAIS¹⁴, SAF...

Figura 48 - Construções agroalimentar



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018/2019).

Nesse sentido, autores como Caporal e Costabeber (2006), Gliessman (2006), a agricultura sustentável a partir de uma visão de complexidade que envolve a segurança e autossuficiência alimentar, o uso de práticas de manejo agroecológico, a preservação da agricultura familiar, da cultura local, bem como os aspectos sociais, culturais e políticos.

Corroboram Caporal e Costabeber (2006) com a ideia expressa por Gliessman (2006),

a agroecologia nos faz lembrar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente (...) a oferta de produtos limpos, isentos de resíduos químicos (...)"'. No ... contexto do desenvolvimento sustentável a agroecologia é o caminho conciliador da agricultura familiar, a sustentabilidade do espaço rural. GLIESSMAN, 2006, p. 13).

¹⁴ O PAIS - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável é um programa constituído pelo espaço das aves, a horta e o quintal agroecológico, objetiva pôr em prática um sistema agroecológico de produção, que consiste na integração da agricultura com a natureza, levando em consideração o desenvolvimento social e cultural de cada região, aliado à geração de renda, e a produção de alimentos seguros. A (SEBRAE, 2013, p. 4).

Segundo Altieri (2001, p. 25), a Agroecologia encerra os seguintes elementos técnicos: 1) a conservação e regeneração dos recursos naturais; 2) o manejo dos recursos produtivos e 3) a implementação de elementos técnicos. Neste contexto defende Silveira (2001) que a agricultura familiar apresenta grande potencial para incorporar propostas agroecológicas,

não somente no âmbito específico do sistema de produção em si, mas no domínio dos seus atributos culturais amplos. Esse fator pode estar atrelado ao conhecimento adquirido no dia a dia dos agricultores, nas suas práticas solidárias de trocas ou de ajudas mútuas estabelecidas com o intuito de facilitar e, até mesmo, otimizar a produção e a comercialização dos seus produtos. (SILVEIRA, 2001, p.136).

Nesse sentido, justifica-se a reflexão sobre a abordagem agroecológica atrelada à necessidade de se desenvolver agrossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos, fortalecendo a segurança e soberania alimentar é desafiador na hinterlândia Amazônica, pois exige dos agricultores mudança das técnicas utilizadas (corte e queima da capoeira) entre elas a cultura da preservação ambiental.

Ainda segundo Caporal e Costabeber (2002), esclarecem que sob o ponto de vista da pesquisa Agroecológica, os primeiros objetivos não são a maximização da produção de uma

atividade particular, mas sim a otimização do equilíbrio do agroecossistemas como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 3).

Como bem referenciado anteriormente, a agroecologia traz um novo embasamento conceitual, aliada a uma abordagem metodológica, segundo Embrapa (2006) articulada com técnicos e especialistas dos mais variados ramos do conhecimento que, juntos, em projetos de pesquisa multi, inter e transdisciplinares, nos estudos sobre os fundamentos da sustentabilidade dos Saf's. Ressalta-se nesse sentido a importância do trabalho em ajuri no espaço agroalimentar, compreendendo uma abordagem interdisciplinar, envolvendo a educação nutricional e ambiental, promovendo, um estilo de vida saudável e sustentável.

3.3.2.1 Coleta de dados

Conforme já mencionado, o presente trabalho de pesquisa utilizou a partir do método da pesquisa-ação etnográfica com observação participante, a coleta de dados *in loco* propiciando um maior conhecimento sobre a realidade estudada, com intuito de enriquecer a

coleta de dados, simultaneamente realizamos entrevistas, visitas, coleta de registros fotográficos, ancorada nos fundamentos do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, considerando, a experiência do sujeito-pesquisador, em contatos face-a-face com os sujeitos observados, propiciando a observação intensa e direta e intensa do estudo proposto, identificando as principais situações observadas no meio físico, quando pertinente, para se determinar o perfil ambiental das UAF. Os dados obtidos foram separados em tabelas e gráficos, expressos ao longo da discussão dos resultados, com intuito de facilitar a visualização. O roteiro utilizado nas entrevistas, foi dividido em 2 blocos distribuídos em função da relevância da pesquisa disposto nos critérios de inclusão.

No bloco I, item 3.3.3 - apresentamos a análise sociocultural - o perfil dos partícipes da pesquisa vinculados ao trabalho coletivo em ajuri; no item 3.3.4, apresentamos sucintamente o diagnóstico agrícola e ambiental das UAFs. O bloco II, item 3.3.5 - identificamos a ecoformação das práticas de ajuri nas UPF e UAF, respaldada na memória biocultural, no habitus e no capital social. Ao longo da análise, serão apresentados os resultados desta investigação. Na sequência, na sessão 3.4 identificamos as práticas de ajuri processadas nas UAF e UPF. Adiante dissertamos na sessão 3.5 o ajuri no processo de formação socioambiental (roçados e quintais), assim, procuramos também na sessão 3.6 Ajuri - Práticas coletivas, analisar as práticas coletivas de ajuri, detalhando o processo na sessão 3.6.1 do plantio de mandioca (*Manihot Esculenta*), na sessão 3.6.2 o processo da farinha, na 3.6.3 a casa de farinha, 3.6.4 a manutenção, consertos e reparos na comunidade. Na sessão seguinte, relacionaremos às atividades que foram observadas em algumas ações de campo (sessão 3.6.5): a produção de composto orgânico, a muvuca de sementes na sessão 3.6.6. E mais, relacionamos na sessão 3.7 as benfeitorias dos quintais agroflorestais nas UAF, seguida do checklist Checklist de PFM comercializadas nas feiras da RMM na sessão 3.8. na sessão 3.9. Produto orgânico de produção agroecológica. 3.9.1 Checklist de PANC comercializadas na RMM. 3.10 Outros trabalhos em ajuri 3.11 O valor pecuniário do trabalho em ajuri, 3.12 Permanência e resistência.

3.3.3 - Análise sociocultural - perfil dos partícipes da pesquisa

Nesta sessão (bloco I), expomos a caracterização sociodemográfica –o perfil dos entrevistados (denominados aqui por nomes de espécies arbóreas do conhecimento etnopolular), dos dados coletados junto aos partícipes da pesquisa, realizada nas dez UPF

(Tabela 2), objeto do estudo. A fim de responder ao objetivo empírico da pesquisa, ao investigar a participação dos agricultores familiares no trabalho coletivo em ajuri, neste sentido, a partir da análise, aferição e tabulação dos dados coletados com os (200) partícipes da pesquisa, no primeiro momento atendendo aos critérios de inclusão, foram identificados um total de 35 agricultores familiares partícipes do trabalho coletivo em ajuri.

Para evitar constrangimento, preservar a identidade dos partícipes da pesquisa, não empregamos seus nomes, preservando suas identidades, foi atribuído nome de espécies arbóreas para justificar suas falas. (ABNT, 2000, 2006.). Atendendo ao disposto no Código Civil -Lei 10.406 de 2002, do Direito de Imagem, com regulamentação na Lei 9.610 de 1998 do Direito Autoral. (SOARES, 2019, p. 2; BRASIL, 2013).

A pesquisa entrevistou 78 pessoas do sexo feminino e 122 do sexo masculino na faixa etária (\pm) entre 30 a 60 anos, sendo a média de idade de 50 anos, caracterizando uma população em idade produtiva.

Apresentamos primeiramente, o perfil dos agricultores familiares pesquisados, alcançado a partir da aplicação do questionário em relação a gênero, sexo, idade, grau de instrução, religião, e composição familiar. Analisando os dados do bloco 1 Diagnóstico Sociocultural (Gráfico 1), constata-se no perfil demográfico dos entrevistados, uma maioria de mulheres agricultoras (55%) como responsáveis pela atividade agrícola na UAF, registradas nos órgãos públicos (CPR, CAR...).

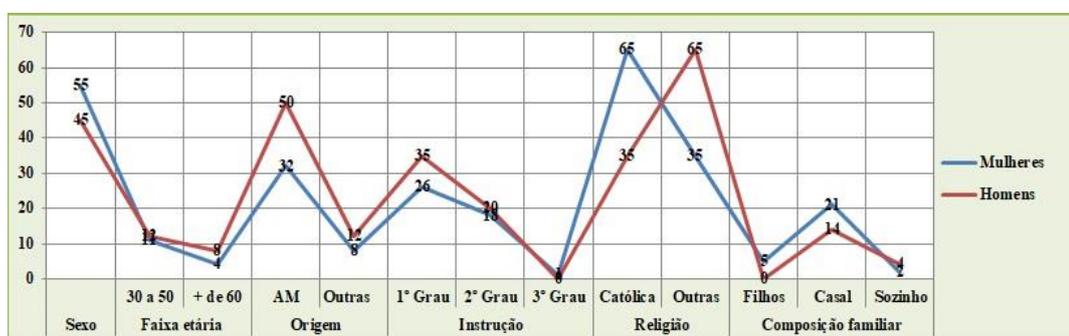
Tabela 2. Partícipes da pesquisa

Comunidades	Agricultores	Partícipes
AB = PA água branca	20	10
AP = APOAM	14	09
CV = Careiro da Várzea	20	04
CM = Chico Mendes	20	03
CA = CVA	20	02
PR = Pau rosa	20	00
RP = Rio Preto da Eva	20	06
TR = Terranostra	20	00
UB = Uberê	22	01
UV = Unidos Venceremos	24	00
Total	200	35

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

A maioria dos entrevistados, 63%, está compreendida na faixa etária dos 30 aos 60 anos, sendo a média de idade 50 anos, caracterizando uma população em idade produtiva. Há predominância entre os pesquisados de amazonenses, os nascidos em outros estados correspondem a 5%. Ressalta-se que no formulário/questionário não solicitava que os agricultores familiares indicassem qual município de procedência, mas somente o local de origem. Dentre o universo pesquisados (200), quanto ao quesito nível de instrução em sua maioria ficou restrito ao ensino de 1º Grau representado por 59,9% dos agricultores (1% não têm nenhuma instrução formal), 39% concluíram o 2º Grau, dentre estes apenas 3 agricultores possuem curso técnico e 0,1% cursou o ensino superior.

Gráfico 1. Diagnóstico Sociocultural (perfil demográfico)



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Fator este que chama atenção, considerando a origem dos pesquisados, conforme relata Ariá. - *Calathea allouia*:

Eu vim, toda família do Ciará, eu tinha 12 anos, quando cheguei no Pará, lá nós não estudava não, no Pará, fumus morar em Tomé-Açú, lá não tinha escola não, casei com 15 anos, meu esposo, tinha um estudo, pouco, mas eu não. Quando viemos pru Amazonas, em 1970 primeiro foi Parintins, ele foi trabalhar num sitio do tio dele, depois fumus pru Humaitá, um seringal prá lá do Rio Been, isso foi em 1975... a senhora sabe professora, cuidar de filho, fazer comida, lidar no roçado, não dava de estudar não... meu filho nasceu lá. (ARAÚJO; ARIÁ, 2018).

No quesito religião optamos no questionário a duas opções “ católica e outras”. 65% dos agricultores responderam a opção católica, 35% a opção “outras”. Referente à composição familiar, os resultados revelam que a maioria 92% dos agricultores moram com a esposa, o marido, companheira, ou companheiro.

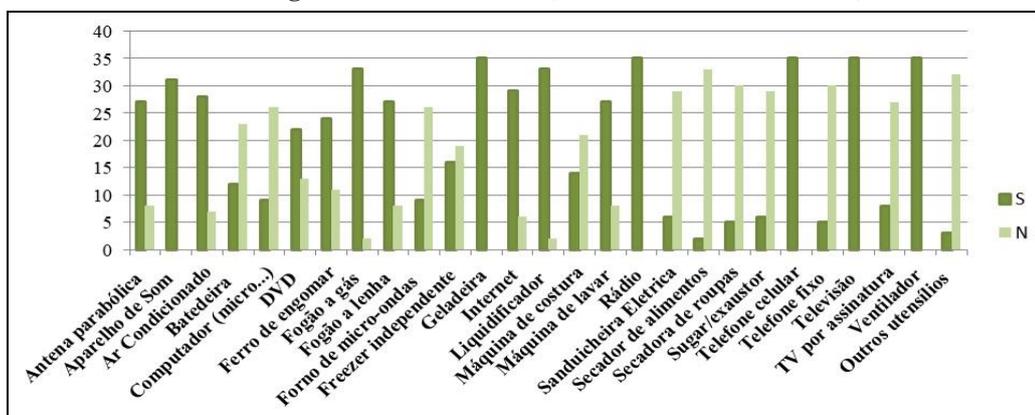
Em grande parte os filhos ou enteados moram na cidade. Dentre estes 6%, moram com dois ou mais filhos. 4% moram sozinhos. Quanto ao acesso a serviços básicos na comunidade, identificamos que: - exceto os agricultores familiares da Comunidade Terranostra que não

possuem nenhum tipo de serviço, utilizam motor gerador para energia e bomba d'água. Nas demais comunidades somente a energia é o único fornecimento das políticas públicas.

A água em 75% das UPF é proveniente os igarapés que cortam as propriedades, 25% apenas tem poço artesiano. No Gráfico 1A, apresentamos a situação dos domicílios, por bens de consumo duráveis dos partícipes atendendo aos critérios da pesquisa. Os itens água potável, coleta lixo, escola rural (-2 km), esgotamento sanitário, farmácia popular, posto de saúde, telefone, transporte dentre outros serviços públicos não são disponíveis nas comunidades pesquisadas. Considerando que as populações sensíveis¹⁵ tem suas vidas influenciadas e dependentes diretamente da terra em que vivem para moradia e sobrevivência socioeconômica, neste caso enquadramos os agricultores familiares com tal prerrogativa do direito ao reconhecimento do termo de populações sensíveis, tendo em vista que somente 30% dos agricultores, residem e exercem suas atividades agrícolas

Quanto aos motivos que influenciam a migração de pessoas à zona rural, prevalece a falta de emprego na cidade, aposentadoria, filhos casados... retorno as origens como objetivo de vida tranquila, relacionado a isso surge uma oportunidade de resgate as origens – o trabalho coletivo em ajuri, enraizados na memória biocultural, suprimindo parte de uma realidade financeira e necessidade concreta de dar sentido à vida.

Gráfico 1A. Eixo I - Diagnóstico Sociocultural (Bens de consumo duráveis).



Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Como relata *Eugenia stipitata* do PA Água Branca:

“... eu sou do Pará,... lá nós fazia puxirum. Aqui em Manaus é diferente, já é o ajuri, qui é o puxirum, mutirão, qui é muito bom também, porque um ajuda o outro e as coisas fica mais fáceis para a gente. Nos reuni com todo pessoal vizinho, para fazermos a roçagem, a derribada, e o plantio da mandioca, né? Quando chegava a

¹⁵ referindo-se de modo geral ao termo comunidades sensíveis, contidos em estilos de vida tradicional.

época da farinhada também, um ajudava o outro lá, cada um ajuda como sabe. Aqui participam umas 12 pessoas. Nós fazemos o ajuri. cada juri, cada um faz sua parte né? Uns dão comida, o almoço é reforçado quando tem ajuri... enquanto uns trabalham, outros se reúnem para preparar o almoço de quem está trabalhando, é o ajurão da comida. Quando é na minha propriedade que gosto de oferecer o almoço sozinha, assim, sobra mais gente para o trabalho. Eu gosto muito desses mutirões de ajuri... Por causa deles já conseguimos muitos benefícios, eles nos tornam mais unidos e nessa união as pessoas vão vendo o que a gente precisa, e os benefícios vão chegando: o projeto PAIS, a caixa de água, os materiais para criar galinha, as mangueiras, veio a bomba de puxar água. O ajuri é muito importante” (ARAÚJO, EUGENIA STIPITATA. 2019).

Na referida comunidade, por entrevista, também relata o senhor *Pouteria caimito*:

“...eu sou de uma região do Alto Solimões e lá a gente trabalhava em sistema de Ajuri. Quando eu cheguei aqui nessa comunidade em 2003, vi que as pessoas chamam esta prática de Mutirão, mas eu reconheci logo que é a mesma coisa. A gente se reúne uma vez por mês e elege as ações que serão prioritárias, as que são mais urgentes para comunidade. Hoje, por exemplo, é um ajuri de trabalho para colocar areia na estrada para conservá-la, a gente precisa de uma boa estrada por onde se possa levar a produção e ir e vir à hora que precisar sem problemas e do jeito que ela foi deixada aqui, não pode ficar... e assim como a gente faz o Ajuri para a conservação da estrada, a gente faz também para furar o poço, para desencalhar e consertar o barco, para erguer o poste de energia da Comunidade... e assim, a gente vai fazendo os trabalhos eleitos como prioritários no momento”.

Pouteria caimito relata os diversos tipos de ajuri:

Cada ação do ajuri é programada nas reuniões. Temos o ajuri da família todas as segundas-feiras, o ajuri da comunidade é pra resolver problema da luz, conserto da estrada, é feito em qualquer dia, é urgente. Tem o ajuri do grupo de orgânicos uma vez por mês nas terças-feiras, é para ajudar na propriedade dos companheiros para fazer composto, roçar uma área. Antes nos tinha o ajuri no MUSA, lá plantávamos PANC, mas não deu certo, agora marcamos para as quartas-feiras o ajuri do grupo dos 12, é um trabalho comunitário para ajudar na produção de ração orgânica.

No sistema capitalista, a recompensa se baseia no retorno financeiro, no sistema tradicional a prática solidária do ajuri, envolve uma ação pecuniária qual, constitui-se no principal meio de recompensa, a obtenção de novas tecnologias, a compra de novos implementos agrícolas (motosserra, roçadeira, perfurador de solo, semeador).

Tem ainda o ajuri da compra de material, todo mês nos pagamos uma mensalidade de R\$ 100,00 (cem reais), no grupo somos 15 pessoas, esse dinheiro é para comprar roçadeira, moto-serra, sementes, mangueiras para irrigação, cada um gasta com o material que esta precisando... Eu não tinha roçadeira, agora tenho uma... roçava no terçado, facão, levava dois a três dias roçando, hoje num dia só de ajuri, nós roça um hectares, limpa, prepara tudo. (ARAÚJO; POUTERIA CAIMITO. 2019).

Em todas as entrevistas foi possível observar que a prática do ajuri é realizada em muitas localidades, embora com nomes diferentes, dada a multiculturalidade observada, é

reconhecida pelos comunitários como sendo a mesma prática, onde todos buscam a reunião, a junção de forças, para realizar o trabalho em favor do bem comum, para benefício de toda a coletividade. Desse modo, o espaço não é somente físico, é socialmente constituído pelos vários elementos e práticas, entrelaçando e absorvendo os saberes que agregam, compartilham e contribuem com o tão almejado desenvolvimento sustentável das comunidades.

Neste ínterim, o ‘ajuri’ nas rodadas de conversa, visitas técnicas, as trocas de experiências entre os agricultores, pesquisadores e técnicos, ajudam a formar uma base apoiada na amizade, solidariedade e acima de tudo no respeito pela natureza e na preservação da vida, como assevera Norbert Elias - Cada uma dessas funções em virtude dessa

inerradicável interdependência das funções individuais, os atos de muitos indivíduos distintos, especialmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, precisam vincular-se ininterruptamente, formando longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo cumpram suas finalidades. [...]. E essa é a rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. (ELIAS, 1994a, p. 23).

Ademais, para Elias (1994a) sobre a rede e as relações sociedade e indivíduo, considera que o querer e o fazer para o bem comum são comportamentos, atitudes, modos sociais realizados individualmente e não podem ser deixadas de lado, esquecidas, ignoradas, para que assim se possa compreender a configuração social, visto que trazem um fundamento preciso, que difere as relações indivíduo-sociedade na construção social.

Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. (ELIAS, 1994a, p. 23).

Assim, o agricultor não somente age e decide em função das variáveis ecossistêmicas, valorizando o conhecimento sócio histórico, o saber fazer do cotidiano, movido por suas necessidades econômicas, sociais e culturais dentro das possibilidades do modo de produção particular de cada um, bem como seu modo de vida.

Quanto ao diagnóstico de práticas ambientais nas UAFs, referente ao questionário aplicado por meio da pesquisa-ação-etnográfica, identificou-se que os proprietários das UAF, quanto aos aspectos agrícolas e culturais assentem aos princípios da agroecologia. Diante da perspectiva de sustentabilidade no espaço rural ao analisarmos o aspecto ambiental advindos das práticas expressas na Tabela 3, vivenciadas pelos agricultores familiares, verificou-se que se as atividades agroecológicas desenvolvidas possibilitam o fortalecimento da agricultura de

base familiar. Considerando que as UAFs possuem um padrão tecnológico predominante, oriundos do conhecimento adquirido com os ancestrais, nos sistemas de produção tradicionais, na prática de rotação de culturas, mantendo áreas de pousio ou não, adotam algumas inovações como o corte sem queima da capoeira, cobertura verde do solo, a boa estrutura física de manejo dos agroecossistemas de forma sustentável, dentre outras, contribuindo para a manutenção e conservação da biodiversidade, dos recursos naturais, importante referência para a demanda de produção de sistemas orgânicos de produção ou em transição agroecológica nos dias de hoje.

Nesse contexto a agroecologia é um caminho que concilia a agricultura familiar e a sustentabilidade para o espaço rural. Contudo, é necessário reconhecer os desafios da transição de um modelo para outro, que envolve a dimensão econômica, tecnológica, social e cultural.

Os agricultores entrevistados deixam claro em relação ao consumo da produção que estão produzindo alimentos para que as pessoas se alimentem de forma saudável. Quando questionados sobre a maneira que a agroecologia contribui para a sociedade, os agricultores revelaram que ela proporciona qualidade de vida e saúde.

Tabela 3. Diagnóstico de práticas ambientais nas UAF.

Diagnóstico Ambiental	Comunidades									
	AB	AP	CV	CM	CA	PR	RP	TN	UB	UV
Água de igarapé	S	S	S	N			S		S	S
Água de poço	S	S	N	S			S		S	S
Adubação verde	S	S	S	S			S		S	N
Área de pousio	S	S	S	S			S		S	N
Assistência Técnica Oficial	N	N	N	N			N		N	N
Assistência Técnica Outros	S	S	S	N			S		N	S
Avicultura	S	S	S	S			S		S	N
Barreiras Vegetais	S	S	S	S			S		S	N
Biofertilizantes	S	S	S	S			S		S	N
Certificação orgânica individual	S	S	S	S			S		S	N
Cobertura permanente do solo	S	S	S	S			S		S	N
Controle da erosão	S	S	S	S			S		S	N
Desmatamento	S	S	S	S			S		S	S
Disposição inadequada dos RS	S	S	S	S			S		S	S
Diversidade espécies no quintal	S	S	S	S			S		S	S
Floricultura	S	S	S	S			S		S	S
Horticultura	S	S	S	S			S		S	S
Lavoura temporária	S	S	S	S			S		S	S
Manejo do solo/conservação	S	S	S	S			S		S	S

Outros animais pequenos	S	S	S	S	S	S	S
Perda de habitat da fauna	N	N	N	N	N	N	S
Plantio frutas/nativas/medicinal	S	S	S	S	S	N	S
Plantio direto e cultivo mínimo	S	S	S	S	S	S	S
Prevenção de pragas doenças	S	S	S	S	S	S	S
Produção para consumo	S	S	S	S	S	S	S
Produtos cultivados SAF	S	S	S	S	S	N	S
Produz adubo orgânico	S	S	S	S	S	S	S
Rotação de culturas	S	S	S	S	S	S	S
Tratos culturais	S	S	S	S	S	S	S
Uso de Técnicas ambientais	S	S	S	S	S	S	S
Uso racional/recursos naturais	S	S	S	S	S	S	S
Utiliza rotação de culturas	S	S	S	S	S	S	S
Venda do excedente	S	S	S	S	S	S	N

Legenda: AB = PA água branca, AP = APOAM, CV = Careiro da Várzea, CM = Chico Mendes, CA = CVA, PR = Pau rosa, RP = Rio Preto da Eva, TR = Terranostra, UB = Uberê, UV = Unidos Venceremos. RS Resíduos Sólidos; S = Sim; N = Não.;

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Descrevem ainda que as principais dificuldades enfrentadas na produção, estão relacionadas à falta d'água em virtude das condições climáticas da região, típicas da hinterlândia Amazônica, a falta de assistência técnica na produção e a pouca divulgação das Feiras para os consumidores.

Dentre as comunidades visitadas, observou-se conflitos somente na comunidade Água Branca, que envolvem as organizações locais ligadas tanto à agricultura quanto as institucionais ligadas ao meio ambiente, considerando que apenas uma parte do PA Água Branca, esta inserido no Corredor Ecológico Igarapé do Ipiranga, como Compensação Ambiental do Anel Viário Leste, celebrado entre o Ministério Público Federal, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Governo do Estado do Amazonas em 03/07/2015.

A falta de liderança na Comunidade Água Branca, capaz de mostrar certas habilidades sociais rumo a consensos sobre as ações institucionais, prejudicam a implementação de políticas públicas consistentes de longo prazo na comunidade. Nesse sentido, percebe-se que, mesmo que os agricultores familiares desenvolvam suas atividades agrícolas no próprio local de moradia, por serem detentores dos meios de produção, envolvendo a participação de toda a família, além de produzir para subsistência como para comercialização, é preciso reconhecer que a agricultura familiar vem distanciando-se da concepção de ineficiência, atraso, como também da produção meramente de subsistência, pois tem-se buscado estabelecer estratégias sustentáveis para comercialização do excedente no mercado e feiras agroecológicas da RMM.

A partir desta primeira análise, apresentamos a seguir um pequeno inventário florestal

no contexto da produção agrícola, 65%, destinada para o autoconsumo, o excedente comercializado nas feiras, mercados e restaurantes da RMM. Identificou-se nas UAF mais de 400 espécies, algumas propriedades, possuem uma única espécie, listamos as 100 espécies botânicas mais frequentes nas benfeitorias dos quintais agroflorestais das UAFs. (Tabela 4).

Tabela 4. Inventário botânico dos quintais agroflorestais nas UAF..

N.	Nome etnocomum	Nome científico	Família
1.	Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Bromeliaceae
2.	Abiu	<i>Pouteria caimit</i>	Sapotaceae
3.	Abóbora (jerimum)	<i>Cucurbita moschata</i>	Cucurbitaceae
4.	Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>	Malpighiaceae
5.	Açafrão	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae
6.	Açaí-de-touceira	<i>Euterpe oleraceae. E. precatória</i>	Arecaceae
7.	Alface	<i>Lactuca sativa</i>	Asteraceae
8.	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae.
9.	Algodão	<i>Gossypium barbadense L.</i>	Malvaceae
10.	Ameixa	<i>Prunus serrulata</i>	Rosaceae
11.	Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>	Portulacaceae
12.	Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae
13.	Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>	Myrtaceae
14.	Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>	Marantaceae
15.	Ariá	<i>Calathea allouia</i>	Marantaceae
16.	Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Rutaceae
17.	Azeitona	<i>Olea europaea</i>	Oleaceae
18.	Babosa	<i>Aloe arborescens</i>	Asphodelaceae
19.	Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae
20.	Bacuri	<i>Platonia insignis sp</i>	Clusiaceae
21.	Banana	<i>Musa paradisiaca</i>	Musaceae
22.	Batata	<i>Ipomoea batata</i>	Convolvulaceae
23.	Bertalha	<i>Basella alba</i>	Basellaceae
24.	Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>	Annonaceae
25.	Boldo	<i>Peumus boldus</i>	Monimiaceae
26.	Buriti	<i>Mauritia flexuosa L. f</i>	Arecaceae
27.	Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae
28.	Cajá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
29.	Caju	<i>Anacardium occidentale L.</i>	Anacardiaceae
30.	Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae
31.	Carambola	<i>Averrhoa carambola L.</i>	Oxalidaceae
32.	Cará-roxo	<i>Dioscorea alata L</i>	Amaranthaceae
33.	Cariru / Caruru	<i>Talinum triangulare</i>	Portulacaceae
34.	Castanha-da-Amazônia	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
35.	Castanha-de-cutia	<i>Couepia edulis Prance</i>	Chrysobalanaceae
36.	Castanhola	<i>Terminalia catappa</i>	Combretaceae
37.	Cebolinha	<i>Tanacetum vulgare</i>	Asteraceae
38.	Cheiro-verde	<i>Allium fistulosum</i>	Amaryllidaceae
39.	Chicória	<i>Petroselinum crispum</i>	Apiaceae
40.	Citronela	<i>Cichorium endivia</i>	Asteraceae
41.	Coco	<i>Cymbopogon winterianus</i>	Gramíneas
42.	Coirama	<i>Cocos nucifera L.</i>	Arecaceae
43.	Coléus	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae
44.	Comigo-ninguém-pode	<i>Solenostemon scutellarioides</i>	Lamiaceae
45.	Corama	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae
46.	Couve	<i>Brassica oleracea</i>	Brassicaceae
47.	Crajirú	<i>Arrebidaea chica verlot</i>	Bignoniaceae
48.	Cravo-de-defunto	<i>Tagetes patula L.</i>	Asteraceae

49.	Crista-de-galo	<i>Celosia cristata</i>	Amaranthaceae
50.	Cúbio	<i>Solanum sessiliflorum</i>	Solanaceae
51.	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae
52.	Espinafre-amazônico	<i>Alternanthera sissoo</i>	Amaranthaceae
53.	Ésarola/Endívia	<i>Cichorium endivia</i>	Rubiaceae
54.	Feijão-diversos	<i>Phaseolus vulgaris</i>	Fabaceae
55.	Feijão-de-metro	<i>Vigna unguiculata</i>	Fabaceae
56.	Fruta-pão	<i>Astocarpus altilis</i>	Moraceae
57.	Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae
58.	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae
59.	Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae
60.	Guine ou Mucuracaá	<i>Petiveria tetrandra</i>	Phytolaccaceae
61.	Helicônia	<i>Heliconia rostrata</i>	Heliconiaceae
62.	Hortelã	<i>Mentha</i>	Lamiaceae
63.	Ingá diversas	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae
64.	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae
65.	Jambo	<i>Syzygium jambos.</i>	Myrtaceae
66.	Jambú	<i>Acmella oleracea</i>	Asteraceae
67.	Jenipapo	<i>Genipa americana L.</i>	Rubiaceae
68.	Laranja	<i>Citrus sinensis</i>	Rutaceae
69.	Limão- comum	<i>Citrus limon</i>	Rutaceae
70.	Malvarisco	<i>Athaea officinalis</i>	Malvaceae
71.	Mamão	<i>Carica papaya</i>	Caricaceae
72.	Mandioca macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>	Euphorbiaceae
73.	Manga	<i>Mangifera indica</i>	Anacardiaceae
74.	Manjeriço	<i>Ocimum basilicum</i>	Lamiaceae
75.	Maracujá (do mato)	<i>Passiflora sp</i>	Passifloraceae
76.	Marupazinho	<i>Eleutherine plicata</i>	Iridaceae
77.	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides.</i>	Amaranthaceae
78.	Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	Cucurbitaceae
79.	Merthiolate	<i>Jatropha multifida</i>	Euphorbiaceae
80.	Milho	<i>Zea mays</i>	Poaceae
81.	Mucuna diversas	<i>Mucuna pruriens</i>	Fabaceae
82.	Noni	<i>Morinda citrifolia</i>	Rubiaceae
83.	Ora-pro-nóbis	<i>Pereskia aculeata</i>	Cactaceae
84.	Pepino	<i>Cucumis sativus</i>	Cucurbitaceae
85.	Pimenta-variedades	<i>Capsicum spp.</i>	Solanaceae
86.	Puerária	<i>Pueraria mirifica</i>	Fabaceae
87.	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecaceae
88.	Rambutan	<i>Nephelium lappaceum</i>	Sapindaceae
89.	Salva-do-marajó	<i>Hyptis crenata</i>	Labiaceae
90.	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Euphorbiaceae
91.	Taboca	<i>Guadua aff</i>	Poaceae
92.	Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Araceae
93.	Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Fabaceae
94.	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae
95.	Taperebá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
96.	Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>	Solanaceae
97.	Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae
98.	Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae
99.	Uxi-coroa	<i>Endopleura uchi</i>	Humiriaceae
100.	Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa L.</i>	Malvaceae

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A variedade de PFM, PFNM, hortícolas, PANC, medicinais, ornamentais, dentre outras espécies, registramos a predominância de 52 famílias botânica. As famílias com maior predominância, listadas na Tabela 5 e 5a foram: 6% família Arecaceae e Fabaceae, 5% da

família Asteraceae e Malvaceae; 4% família Amaranthaceae, Anacardiaceae, Lamiaceae e Rutaceae; 3% família Cucurbitaceae, Euphorbiaceae, Myrtaceae, Poaceae, Rubiaceae e Solanaceae; 2% família Annonaceae, Crassulaceae, Marantaceae, Moraceae, Portulacaceae e Zingiberaceae

Tabela 5 - % de Família botânica nas UAF.

Annonaceae	Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>
	Graviola	<i>Annona muricata</i>
Crassulaceae	Coléus	<i>Plectranthus scutellarioides</i>
	Corama	<i>Bryophyllum pinnatum</i>
Marantaceae	Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>
	Ariá	<i>Calathea allouia</i>
Moraceae	Fruta-pão	<i>Astocarpus altilis</i>
	Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
Portulacaceae	Amor-crescido	<i>Portulaca pilosa L.</i>
	Cariru / Caruru	<i>Talinum triangulare</i>
Zingiberaceae	Açafrão	<i>Curcuma longa</i>
	Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>
Cucurbitaceae	Abóbora (jerimum)	<i>Cucurbita moschata</i>
	Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
	Pepino	<i>Cucumis sativus</i>
Euphorbiaceae	Mandioca macaxeira	<i>Manihot esculenta</i>
	Merthiolate	<i>Jatropha multifida</i>
	Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>
Myrtaceae	Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>
	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>
	Jambo	<i>Syzygium jambos.</i>
Poaceae	Capim-santo	<i>Cymbopogon citratus</i>
	Milho	<i>Zea mays</i>
	Taboca	<i>Guadua aff</i>
Rubiaceae	Éscarola/Endívia	<i>Cichorium endivia</i>
	Jenipapo	<i>Genipa americana L.</i>
	Noni	<i>Morinda citrifolia</i>
Solanaceae	Cúbio	<i>Solanum sessiliflorum</i>
	Pimenta-variedades	<i>Capsicum spp.</i>
	Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>
Amaranthaceae	Espinafre-amazônico	<i>Alternanthera sissou</i>
	Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>
	Cará-roxo	<i>Dioscorea alata L</i>
Anacardiaceae	Crista-de-galo	<i>Celosia cristata</i>
	Cajá	<i>Spondias mombin</i>
	Caju	<i>Anacardium occidentale L.</i>
Lamiaceae	Manga	<i>Mangifera indica</i>
	Taperebá	<i>Spondias mombin</i>
	Comigo-ninguém-pode	<i>Solenostemon scutellarioides</i>
Rutaceae	Hortelã	<i>Mentha</i>
	Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i>
	Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Rutaceae	Arruda	<i>Ruta graveolens</i>
	Laranja	<i>Citrus sinensis</i>
	Limão- comum	<i>Citrus limon</i>
	Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Tabela 5a - % de Família botânica nas UAF.

5%	Asteraceae	Alface	<i>Lactuca sativa</i>
		Cebolinha	<i>Tanacetum vulgare</i>
		Citronela	<i>Cichorium endivia</i>
		Cravo-de-defunto	<i>Tagetes patula L.</i>
		Jambú	<i>Acmella oleracea</i>
Malvaceae	Algodão	<i>Gossypium barbadense L.</i>	
	Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	
	Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	
	Malvarisco	<i>Athaea officinalis</i>	
	Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffa L.</i>	
6%	Arecaceae	Açaí	<i>Euterpe oleraceae. E. precatória</i>
		Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>
		Buriti	<i>Mauritia flexuosa L. f</i>
		Coirama	<i>Cocos nucifera L.</i>
		Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
		Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>
Fabaceae	Feijão-diversos	<i>Phaseolus vulgaris</i>	
	Feijão-de-metro	<i>Vigna unguiculata</i>	
	Ingá diversas	<i>Inga edulis</i>	
	Mucuna diversas	<i>Mucuna pruriens</i>	
	Puerária	<i>Pueraria mirifica</i>	
		Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As famílias Amarylidaceae, Apiaceae, Araceae, Asphodelacea, Basellaceae, Bignoniaceae, Bixaceae, Brassicaceae, Bromeliaceae, Cactaceae, Caricaceae, Chrysobalanaceae, Clusiaceae, Combretaceae, Convolvulaceae Gramíneas, Heliconiaceae, Humiriaceae, Iridaceae, Labiaceae, Lecythidaceae, Malpighiaceae, Meliaceae, Monimiaceae, Musaceae, Oleaceae, Oxalidaceae, Passifloraceae, Phytolaccaceae, Rosaceae, Sapindaceae, Sapotaceae, apresentaram somente uma espécie.

O tradicional conhecimento etnobotânico no uso de plantas medicinais é resultado das influências atávicas, presentes no universo simbólico com diferentes significados quanto ao uso e manejo destas, nas práticas agrícolas dos agricultores familiares.

Dentre as espécies cultivadas nos quintais agroflorestais, encontramos as espécies medicinais e condimentares cultivadas nos agroecossistemas da hinterlândia Amazônica. Cada cultura tem seu valor simbólico e cultural no uso das plantas medicinais (Figura 48a), muitas são utilizadas para fim terapêutico na cura de problemas de: ansiedade, bronquite,

cólicas, diabetes, diarreia enxaqueca, estômago, gripe, impotência, insônia, palpitações, pressão alta, tosse, dentre outras condições, conforme descrito na Tabela 6. Relação das espécies medicinais e famílias botânica cultivadas nos quintais da hinterlândia Amazônica e significado de uso.

Tabela 6 - Espécies medicinais e famílias botânicas.

Etnopopular (comum)	Etnocientífico	Família Botânica	Uso Fitossanitário	Uso Terapêutico
Alecrim	<i>Rosmarinus officinalis</i>	Lamiaceae	Mosca	Memória
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>		Mosquito	Anti-caspa
Erva-cidreira	<i>Melissa officinalis</i>		Insetos	Insônia
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>		Borboleta	Bronquite
Hortelãzinho	<i>Mentha pulegium</i>		Insetos	Calmante
Losna/absinto	<i>Artemisia absinthium</i>		Formigas	Abortiva
Malvarisco	<i>Althaea officinalis</i>		Formigas	Vermífuga
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i>		Mosquito	Dor de cabeça
Penicilina	<i>Alternanthera brasilliana</i>		Borboleta	Antibiótico
Catinga-de-mulata	<i>Tanacetum vulgare</i>		Asteraceae	Pulgão
Cravo-de-defunto	<i>Tagetes erecta</i>	broca		Reumatismo
Cosmos/picãoorosa	<i>Cosmos bipinnatus</i>	Mosquito		Úlcera
Alho (cipó)	<i>Allium sativum</i>	Liliaceae	Pulgões	Coração
Capim-limão/santo	<i>Cymbopogon</i>	Poaceae	Mosquito	Calmante
Citronela	<i>Cymbopogon citratus</i>			Calmante
Fumo	<i>Nicotiana tabacum</i>	Solanácea	Bactéria	Cicatrizante
Sara-tudo	<i>Justicia acuminatissima</i>		Fungos	Inflamações
Sálvia	<i>Salvia officinalis</i>	Acanthaceae	Borboleta	Aftas
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	Apiaceae	Ácaros	Rins
Salsa	<i>Petroselinum crispum</i>		Besouro	Fígado
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i>	Brassicaceae	Insetos	Resfriado
Mastruz	<i>Chenopodium ambrosioides</i>	Chenopodiaceae	Mosquito	Gripe
Corama ou saião	<i>Kalanchoe brasiliensis</i>	Crassulaceae	Insetos	Pneumonia
Merthiolate	<i>Jatropha multifida L</i>	Euphorbiaceae	Besouro	Cicatrizante
Trevo-roxo	<i>Oxalis sp</i>	Fabaceae	Pulgões	Ouvido
Canfora/óleoelétrico	<i>Cinnamomum camphora</i>	Lauraceae	Ácaros	Reumatismo
Nem/nim	<i>Azadirachta indica</i>	Meliaceae	Lagarta,	Febre
Arruda	<i>Ruta graveolens</i>	Rutaceae	Mosquito	Estomago
Capuchinha	<i>Tropaeolum majus</i>	Tropaeolaceae	Pulgões	Purgativa
Açafrão/cúrcuma	<i>Curcuma longa</i>	Zingiberaceae	Formiga	Digestão

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Além das entrevistas, foram realizadas duas observações não participantes. Na primeira, procurou-se adotar uma taxonomia que nos permitiu posicionar os diferentes fins terapêuticos e uso fitossanitário envolvidos (Rezende (2002), Rigotti (2012)).

A segunda abordagem respaldou-se segundo Limoeiro (1976) numa perspectiva de construir

uma relação metodológica, que encerre o objeto de pesquisa como um sujeito histórico e socialmente atuante, e o “sujeito empírico como um portador de uma cultura que lhe dita os hábitos, as maneiras de proceder, as normas a seguir, as preferências, etc, de uma linguagem que lhe estrutura o pensamento” (LIMOEIRO, 1976, p. 101).

O inventário botânico revelou 17 famílias, as mais frequentes são: 30% família das Lamiaceae e Asteraceae; 10%, da família Asteraceae; 20% das espécies registradas são das famílias: Poaceae, Solanaceae e Apiaceae, com a ocorrência de duas espécies.

Figura 48a - Plantas medicinais



Fonte: ARAÚJO, M. I. 2018).

As demais famílias apresentaram somente uma espécie com 40%. Essas espécies são cultivadas em consórcio com as plantas da horticultura tropical. Utilizam estas espécies para o controle fitossanitário, na preparação de comidas típicas e fins terapêutico, além disso, comercializam nas feiras da cidade da RMM.

No modo cultural de produção e reprodução social dos agricultores familiares consoantes a simbologia das espécies medicinais cultivadas, percebe-se que o uso dessas está calcada nos hábitos alimentares, no controle fitossanitário, mas também nas diferentes formas de conhecimento para fins terapêuticos, compondo-se na troca de saberes, opiniões de especialistas e significados materiais e imateriais, como um todo, na representação do modo de vida da sociedade de agricultores amazônicos.

3.3.4 - Diagnóstico agrícola e ambiental das UAF

Com o propósito de identificar dentre os vários aspectos de utilização da natureza, por parte do homem, as diversas formas de degradação observadas nas propriedades, os possíveis

impactos ambientais, diretos e indiretos, como a poluição das águas, o desmatamento, poluição atmosférica, perda de solos, etc., identificados sucintamente no Diagnóstico Agrícola e Ambiental da Propriedade na Tabela 7. Impactos Ambientais.

Tabela 7. Impactos Ambientais nas UAF.

AÇÃO DESMATAMENTO	
Impactos diretos	Impactos indiretos (a longo ou curto prazo)
a - Sobre a flora: desmatamento, perda da composição florística da área, perda de cobertura vegetal de proteção do solo (argilo-arenoso).	a - Sobre a fauna: perda de habitat natural, afugentamento de animais, desligamento de corredor ecológico natural; b - Sobre o solo: exposição direta ao intemperismo, surgimento de erosões, nas áreas desniveladas das UAF; c - Sobre os corpos d'água: Assoreamento das margens dos igarapés e nascentes com a deposição de material carreado por erosão e o desaparecimento de nascentes existentes na área e entorno das UAF.
AÇÃO QUEIMADAS	
Impactos diretos	Impactos indiretos (a longo ou curto prazo)
a - Sobre o solo: Depósito de uma quantidade significativa de resíduos sólidos e líquidos. b - Sobre os corpos hídricos: contaminação do lençol freático, infiltração e percolação de resíduos líquidos a partir das fossas negras.	a - Sobre a população: perda de fonte de água potável, fechamento de poços e cacimbas. b) Contaminação do ar pelos gases gerados pela decomposição da matéria orgânica causando desconforto ambiental para os agricultores.
AÇÃO DEJETOS	
Impactos diretos	Impactos indiretos (a longo ou curto prazo)
a - Sobre o solo: Depósito de uma quantidade significativa de resíduos sólidos e líquidos. b - Sobre os corpos hídricos: contaminação do lençol freático, infiltração e percolação de resíduos líquidos a partir das fossas negras.	a - Sobre a população: perda de fonte de água potável, fechamento de poços e cacimbas. b) Contaminação do ar pelos gases gerados pela decomposição da matéria orgânica causando desconforto ambiental para os agricultores.

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Em média os agricultores iniciaram suas atividades agrícolas no início da década de 2000, com um percentual de 25%, nos anos de 2006 a 2010, ocorreu um aumento significativo de produtores agricultores familiares de 45%, a partir do ano de 2013, novos agricultores são cadastrados na RMM (30%), cuja produção é a única fonte de renda da família.

A forma de acesso às propriedades 35%, ocorreram por meios oficial, 65% por outros meios não oficial (invasão em áreas do DAS). Nas UPF diversos problemas ambientais tornam-se visíveis, no levantamento do diagnóstico ambiental constatou-se:

- Predominam nas UPF os latossolos amarelos, que apresentam baixo índice de permeabilidade, acidez alta, ausência de nutrientes minerais, com elevados teores de alumínio

e baixa fertilidade e as classes mais argilosas apresentam tendência a “encrostamento” superficial. O uso desta classe de solos implica na aplicação de corretivos e fertilizantes, além de práticas adequadas de manejo, o que lhe confere melhor potencial para a agricultura.

- As queimadas (Figura 49) para limpeza da área, uso na agricultura é desenvolvida por meio de culturas para o consumo familiar, como a produção de hortícolas e olerícolas.

Figura 49 - Queimadas para limpeza da área



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

- A erosão hídrica é preocupante na região amazônica, pois desagrega e transporta o material erodido com grande facilidade.

Assoreamento e erosão (Figura 50) são dois processos diretamente proporcionais na dinâmica da bacia hidrográfica amazônica, com formação de valas e sulcos irregulares, promovendo a remoção da parte superficial do solo, dificultado o acesso as propriedades e escoamento da produção agrícola nas comunidades.

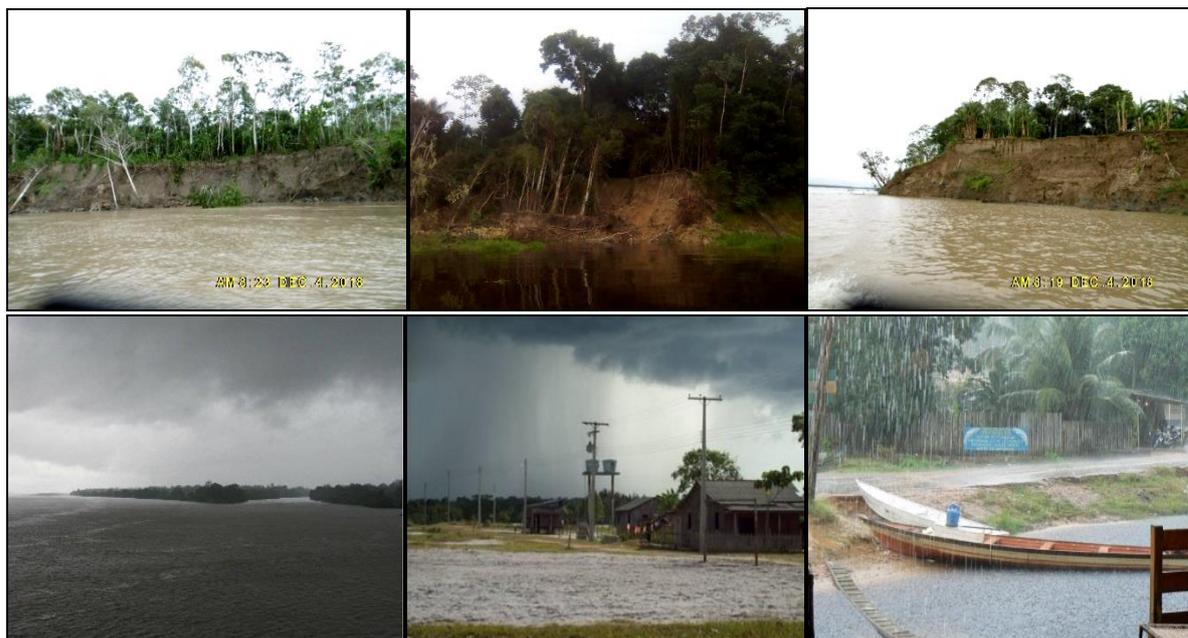
Figura 50 - Assoreamento e erosão Acesso as propriedades



Fonte: SOUSA, S.G.A. (2018-19).

Na região amazônica são identificados dois tipos de erosão: pluvial e fluvial (Figura 51). - Apesar da relevância ecológica das áreas, as atividades antrópicas são bastante predatórias, a exemplo da extração ilegal do carvão vegetal.

Figura 51 - Erosão pluvial e fluvial.



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018-19).

A prática da carvoaria (Figura 52) pelos agricultores, colocando em risco riscos à vida e à saúde, comercializados sob condições de informalidade como complemento financeiro.

Figura 52 - Carvoaria



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

Os resíduos sólidos gerados (Figura 53) nas áreas das UAF, em sua maioria são queimados, jogados a céu aberto ou lançados no rio.

Figura 53 - Resíduos sólidos gerados



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017-9).

Em razão da construção de instalações sanitárias (Figura 54) inadequadas como latrinas ou “fossa negras”, depositando no solo uma quantidade de dejetos significativos, apesar da ausência de dados comprobatórios, é possível prever a existência de um lençol freático, nascentes...risco de contaminação pela infiltração/percolação de resíduos líquidos.

Figura 54 - Instalações sanitárias fossa negra



Fonte: ARAUJO, M.I. (2018-19).

A partir do momento em que o homem se dá conta de que, sem a natureza, as possibilidades de sobrevivência são severamente afetadas, a ideia de sensibilização e conservação de áreas passa a ser uma das principais preocupações.

Visando corrigir os impactos ambientais, as medidas de recuperação e adequação ambiental, identificadas nas diversas áreas das UAF, as soluções apontadas, devem ser adaptadas às condições estabelecidas nas UAF, soluções estas, que devem ser descritas com base em estudo de campo e literatura técnica qual envolvam aspectos do meio físico, biótico e abiótico.

Para tanto, as UAF da RMM devem estar envolvidas no processo de gestão ambiental de forma efetiva e como parte da instância de decisão da mesma, essencial para o desenvolvimento de processos de informação e comunicação, bem como de se incluir atividades relativas à educação ambiental, à comunicação intra e interinstitucional, com acesso ao público do conhecimento produzido sobre as temáticas, objetivando contribuir para o processo de integração das comunidades da RMM, através da conciliação científica, educativa, aliadas ao processo de estruturação das atividades e o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental nas UAF, ao mesmo tempo ecologicamente viável e socialmente justo, tanto em termos da geração presente quanto futuras.

3.3.5 - Ecoformação das práticas de ajuri

Nessa experiência coletiva nos trabalhos em ajuri, questionadas no bloco II - ecoformação do ajuri, seguimos por argumentos que nos levaram a refletir mais profundamente nas questões norteadoras da ecoformação, procurando desta maneira, o pensamento complexo¹⁶ com as discussões sobre a prática do ajuri como elo com o meio ambiente (ecoformação), a partir das reflexões ambientais de Catalão, La Torre, Morin, Pineau, dentre outros, que fortalecem a importância das relações do homem e o mundo natural. Segundo, La Torre, Moraes e Pujol (2008, p.21) “entendemos a ecoformação como uma maneira sintética, integradora e sustentável de entender a ação formativa, sempre em relação ao sujeito, à sociedade e a natureza”.

Partilha conosco Catalão (2005, p. 06) que “a partir da observação da teia da vida é possível perceber como uma ação produz uma corrente de reações e assim reconhecer no princípio da reciprocidade a base da sustentabilidade da vida”. Essa relação do humano com os valores e a vida revela que ciência buscamos construir no diálogo arte/educação/ecologia e formação. Compreender o ser humano e sua arqueologia

bio/cultural na perspectiva anunciada é reconhecer a ecologia humana como a ciência que: [...] debruça-se sobre a trama de relações do ser humano com outros seres e seu ambiente, tecendo um novo olhar que desenha no campo do imaginário um outro paradigma para religação dos saberes [...]. A ecologia humana percebe a realidade de forma mais holística. [...]. A visão holística, complexa e dialógica constitui a base de sustentação da ecologia humana. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade orientam a construção de conhecimentos. (CATALÃO, 2009, p. 263).

A partir deste enfoque encontramos estudiosos que trazem ideia que procuram exemplificar o significado da ecoformação como parte necessária da formação humana, como afirma Morin (2011):

O global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo interretroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte. O planeta terra é mais que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte. (MORIN, 2011, p. 34-35).

Assim, fortalecemos nossa pesquisa nas reflexões pertinentes a ecoformação e sua relação intrínseca com o pensamento complexo. De acordo com Fachini, et al., (2014):

¹⁶ “é um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui a nossa realidade; que tenta dar conta do que. significa originariamente *complexus*: “o que tece em conjunto” (MORIN, 2011, p.11).

A ecoformação nos leva a refletir como cidadão enquanto pertencente ao mundo e ao meio ambiente, pois, não somos isolados desse entorno. [...]. A ecoformação entende não somente o processo educativo de formação para a vida cotidiana, mas também como um processo que busca as relações do homem com seu meio social e natural. (FACHINI et al., 2014, p.3).

Com este argumento, nota-se que a ecoformação não se trata de um conceito vago, alvitra uma relação entre as questões sociais, econômicas e a ambientais. Deste modo, encontramos a composição da ecoformação do ajuri, compreendida na relação do pensamento complexo, que objetiva uma formação integral e contínua: homem-natureza-sociedade.

Desta forma, é importante ser explicitada esta relação, que não se trata tão somente de uma relação de trabalho em ajuri, mas de um conjunto de fatores que envolvem o ser humano na relação com os diversos ambientes onde atua, enquanto espaço de vida e convivência na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Através da análise dos dados coletados no bloco II, referente ao diagnóstico etnocultural dos ajuris, conforme tabela 8, através das respostas dadas a estas questões, constatou-se nos trechos retirados das entrevistas uma relação harmônica entre os agricultores e natureza, preservando o costume e as práticas de ajuri, reminiscências da memória biocultural, preservadas no saber-fazer (manejo e cultivos da produção agrícola) através das formações solidárias, sociais e coletivas de forma comunitária.

Constata-se assim, que essa prática (solidária, recíproca, compartilha) assimiladas na necessidade do trabalho coletivo em ajuri não é apenas próximo deles, é “eles e deles”. foram construídas ternariamente¹⁷, isto os motiva para criar e gerar relações de proximidade e de interconhecimento na formação de espaços e modalidades para continuar a compartilhar saberes, regras e técnicas aprendidas nos valores humanos da memória biocultural, como nas reciprocidades produtiva e simbólica de redistribuição/aprendizagem destes saberes e valores.

As atividades em ajuri aparecem inseridas nos costumes, nas expressões culturais e simbólicas dos valores humanos. Como esses valores são gratuitos, eles contribuem, de fato, para reduzir os custos econômicos e operacionais nas atividades agrícolas, sociais e ambientais dos agricultores familiares da hinterlândia Amazônica.

¹⁷ São relações de amizade, compadrio, familiar, social, laços de integração entre vizinhos, com vínculos horizontais (entre os membros de um mesmo grupo) ou verticais (entre membros de diferentes grupos), repete-se em outros contextos históricos e sociais, em especial quando estão fortemente ligada às relações de reprodução social e econômica.(RETAMOZO, 2015, p 3).

Tabela 8. Resumo das entrevistas realizadas à formação dos ajuris.

Memória biocultural	- Pais e avós trabalhavam com cultivos e/ou criações;
	- Faziam parte de grupos de ajuda mútua (ajuri, troca-de-dia, mutirão, manejo, dentre outros tipos ...);
	- Estimulavam a participação de membros da família em diversa (outras) atividades de formação.
	- As mudanças nessas atividades (cultivo, variedades, técnicas e ferramentas, condições de trabalho), foram adaptadas aos motivos sociais, econômicos e ambientais, preservando os saberes tradicionais;
	- A solidariedade é restringida: a norma de reciprocidade é então o produto emergente de um objetivo e de uma situação comum aos membros do grupo (compartilhamento).
	- A reciprocidade solidária indireta (ternária - por meio do interconhecimento entre as gerações): o retorno ao doador não provem necessariamente de quem recebeu dele;
	- A coletividade garante a devolução dos dons (poder de pressão social do grupo) dos valores humanos, através dos códigos éticos, inseridos na memória biocultural e nas representações sociais (religião, cultura...);
	- A confiança é produzida pelas relações econômicas e sociais de reciprocidade;
	- Ajuda mútua, compartilhamento de recursos produzidos em valores de uso, mas, também, em valores humanos;
- A amizade entre os próximos, a responsabilidade entre gerações e perante os recursos naturais, a justiça, a equidade, e a confiança nos modos de redistribuição.	

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nesse sentido, segundo Bourdieu (2002), relata que a memória individual, asseguram a legitimação da reprodução das posições sociais de forma durável, independente da ação ou da vontade individual de um agente, pela reprodução dos princípios cognitivos de classificação do mundo (BOURDIEU, 2002, p. 209).

Identificamos na tabela 9 as principais motivações para formação do grupo de ajuri nas UAF e UPF. Nestas formações dos grupos de grupos de ajuri percebe-se que estes funcionam como laboratórios de aprendizagem, promovendo habilidades como gerenciamento de atividades/processos individuais, resolução de problemas na propriedade e na comunidade.

Tabela 9. Formação do grupo de ajuri nas UAF e UPF

Formação do ajuri	- O conhecimento adquirido (memória biocultural) com os antepassados foi o fator mais importante para o desenvolvimento de seus processos produtivos
	- Os participantes sentem a necessidade de se reunirem como um grupo para que possam alcançar objetivos comuns, coordenado democraticamente pela aceitação e concordância geral de seus membros e participantes.
	- Promove a integração de pessoas, possibilitando a troca de experiências de forma horizontal entre todos, enriquecendo o processo de aprendizagem;

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Neste sentido, encontramos nos trabalhos dos sociólogos Norbert Elias e Pierre Bourdieu, considerando a interdependência dos grupos e as práticas sociais que desenvolvem seja por interesses sociais, religiosos, econômicos, artísticos, dentre outros evidenciam várias interpretações, dadas às necessidades de se reunirem para alcançar objetivos comuns.

Neste contexto Bourdieu (1983) constrói uma teoria social que repousa sobre a ideia

de que os indivíduos e os grupos existem somente numa relação de distinção entre si. As entidades linguísticas, as propriedades sociais, individuais ou coletivas não têm sentido em si mesmas, mas somente numa estrutura racional e hierárquica, que não cessa de se modificar e de se deslocar. (BOURDIEU, 1983, p. 114).

No que se refere à motivação para a formação do grupo de ajuri (Tabela 10), percebe-se que o grupo é eclético e diversificado, permitindo uma troca muito rica entre os participantes, conferindo a ele um caráter holístico e multidisciplinar. Além disso, a própria função social pressupõe uma relação dialética entre sujeito e sociedade, uma relação de mão dupla entre *habitus* individual e a estrutura de um campo, socialmente determinado.

Tabela 10. Motivações para formação do grupo de Ajuri

Motivação ao ajuri	- A necessidade de aprender sobre agrofloresta a partir de experiências práticas e a possibilidade de realizar um trabalho coletivo, de modo a poderem compartilhar conhecimentos e catalisar ações;
	- Os encontros de ajuri (agrícola, social, comunitário) acontecem em propriedades/áreas de trabalho dos participantes, cada vez em um lugar diferente, conferindo-lhe um caráter itinerante;
	- Essas propriedades estão localizadas em contextos ambientais e socioeconômicos bem distintos, o que constitui uma grande oportunidade de aplicação dos conceitos e princípios que regem a agricultura familiar na preservação da agrofloresta sucessional ¹⁸ , ampliando o aprendizado;
	- Dadas as características socioeconômicas da comunidade (transporte e acesso rodoviário/hidroviário; serviços sociais básicos de educação e saúde; estrutura fundiária; as explorações econômicas agrícolas; a diversificação da produção; a presença de agroindústrias; os mercados), exercem influência dos comunitários na prática do trabalho coletivo em regime de ajuris;

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Como uma motivação inerente a todo indivíduo dotado de um *habitus* em determinado campo. O senso prático é a motivação consciente não refletida, pautado em uma relação de

¹⁸ Ernst Götsch sistematizou o processo sucessional a partir de suas observações, considerando árvores, arbustos, herbáceas, epífitas, lianas, incluindo espécies nativas e exóticas, e correlacionou suas características ecofisiológicas com os recursos locais como condições de solo, disponibilidade de matéria orgânica e umidade. Uma agricultura sustentável pressupõe uma nova relação ser humano-natureza, onde se deve buscar otimizar e não maximizar os recursos. Parte-se do princípio de que é mais gratificante enriquecer o lugar do que explorá-lo, pois quando o local fica rico em vida, há excedentes, que gerará recursos para o(a) próprio(a) agricultor(a) (GÖTSCH, 1995, p. 6).

interdependência que se expressa entre o agir e atuar de forma consciente, refletida e intencional. (Bourdieu, 1983, p. 126). Considerando que os saberes ancestrais compreendidos no conhecimento empírico sobre a biodiversidade e a sociodiversidade dos ecossistemas amazônico, seja nodesenvolvimento sustentável, no enriquecimento das florestas amazônicas, nas trocas de experiências e, nos conhecimentos interculturais sobre as espécies naturais e suas formas de utilização, reforçam a questão da interculturalidade.

Essa diversidade de conhecimentos, produzidos ao longo dos séculos, engloba muito bem a dimensão do desenvolvimento sustentável. Mesmo porque o respeito ao outro inclui o pensar coletivo com respeito ao meio ambiente, na preservação e conservação para as presentes e futuras gerações.

Identificamos na tabela 11, os benefícios do ajuri, cuja compreensão sobre o grupo pesquisado revelam que os mesmos tem em comum valores altruísta, alicerçadas sobre valores e práticas construídos coletivamente, que são os elementos constitutivos da identidade dos componentes do grupo. Oportuno lembrar que a difusão do tema ajuri vem ocorrendo por meio da corrente não capitalista, considerando que o trabalho em ajuri ultrapassa o sentido econômico da ação pecuniária.

Nesse sentido, reportamo-nos ao entendimento do capital social nos ajuris, com base nos argumentos teóricos de Bourdieu (1980) ao definir capital social, é o conjunto

de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis- [...]. (BOURDIEU, 1980, p. 65).

Neste contexto percebe-se que a formação do capital social dos agricultores familiares relacionadas as práticas de ajuri, revelam (Tabela 12) que a experiência é formada/constituída pela/na comunidade, promovendo a integração multicultural entre os colaboradores e familiares, sem distinção de gênero, faixa etária, escolaridade, situação econômica...

Pierre Bourdieu, definiu o conceito do capital social como “o agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1980:p. 248). o capital é definido como um conjunto de “recursos e de poderes efetivamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1979:128).

Tabela 11. Benefício social/econômico/ambiental do Ajuri.

Benefícios do ajuri	- Garantia de segurança alimentar e nutricional.
	- Tirar o agricultor do isolamento social
	- Preserva hábitos alimentares, culturais e o uso sustentável dos recursos naturais
	- Contato e respeito com a natureza, criação de espaços verdes no entorno da cidade configurando um ambiente saudável e sustentável.
	- Diversificação de culturas e qualidade nos alimentos orgânicos sem o uso de agroquímicos
	- Independência dos sistemas de produção, a produção diversificada inclui produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril, aquícola...;
	- Proximidade com o consumidor final.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A definição de Bourdieu torna claro que as transações que envolvem capital social tendem a ser caracterizadas por obrigações tácitas, capacidade de garantir benefícios em virtude da pertença a redes sociais ou a outras estruturas sociais, pela expectativa de reciprocidade para com terceiros, de acordo com a norma de reciprocidade impostas pelo grupo, por exemplo no trabalho em ajuri.

Tabela 12. Formação do Capital social

Capital social do ajuri	- As experiências coletivas de ajuri apresentam resultados materiais no contexto econômico conquistados pelas experiências, com a geração de renda às famílias participantes e à inserção de seus produtos nos mercados, bem como as relações estabelecidas com os mercados, os espaços e as condições de comercialização.
	- Ao mesmo tempo essas experiências coletivas de ajuri apresentam resultados materiais e imateriais a família dos agricultores com formação de novas redes e parcerias, no exercício da cidadania, da melhoria da autoestima dos agricultores familiares, da aquisição de informações e conhecimentos;
	- Essa tradição de cooperação e de solidariedade (laços de confiança, cooperação e ajuda mútua) explica o melhor desempenho de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear.
	- O desenvolvimento de relações sociais com pessoas do grupo ou de outros diferentes (capital social de conexão) propiciar o acesso a maiores informações resultando num esforço para o planejamento da produção e comercialização.

Fonte: Dados da PESQUISA (2019).

A prática de trabalho coletivo em ajuri permiti a reprodução biopsicossocial¹⁹ quanto do conhecimento da memória biocultural, bem como da reafirmação das relações de

¹⁹ O modelo biopsicossocial é um conceito amplo que visa estudar ao contrário do modelo biomédico, a causa ou o progresso [...] utilizando-se de fatores biológicos (genéticos, bioquímicos, etc), fatores psicológicos (estado de

reciprocidade, solidariedade e fraternidade. Também apresentam resultados imateriais, não atrelados aos ganhos econômicos, mas sim como experiências em conjunto na formação de redes e parcerias, cujos resultados relacionados às questões culturais, de aprendizagem, de autoestima e de sociabilidade entre os participantes.

Aliadas a capacidade dos indivíduos de estabelecer relações organizadas - mercantis e não mercantis – além de beneficiar a troca de informações, favorecer a conquista conjunta de mercados, elencando possibilidades de difusão a outras comunidades amazônicas.

Conforme expresso na tabela 13 os aspectos sobre o habitus/motivos que justificam as ações coletivas de trabalho em ajuri, revelam formas, estratégias de ações solidárias constituídas do acervo de um saber cultural peculiar das organizações sociais humanas, preservadas ao longo do tempo.

Como bem esclarece Pierre Bourdieu (2002, p. 60): O habitus está incorporado no indivíduo como resultado de um longo processo de socialização de caráter cotidiano, pois é uma estrutura estruturante, além de ser simultaneamente estruturada.

Neste contexto é a partir do *habitus* que os sujeitos produzem suas práticas.

Tabela 13. Habitus/motivos do ajuri.

Habitus social - ajuri	- Dentre outras formas de habitus, se dá basicamente pela imitação. É comum a criança acompanhar os pais nas diversas tarefas cotidianas, domésticas ou não. A menina que acompanha a mãe nas tarefas da casa é socializada para o cuidado da mesma, do preparo da comida, do plantio de uma horta etc...
	- A exemplo do processo de aprendizagem das técnicas de reconhecimento das plantas (dos poderes curativos e mágicos das mesmas), dos hábitos dos animais, dos peixes etc., que não se dá de maneira formalizada, mas sim pela oralidade.
	- Os habitus, costumes, tradições, são repassadas (socializadas) a partir de um modelo educacional informal que possui características próprias, aspectos ligados fundamentalmente a uma tradição de oralidade desses sujeitos sociais. Na produção agrícola, a mulher normalmente participa do plantio, dos tratos culturais, da colheita e dos serviços da casa.
	- A transferência de saberes ocorre no cotidiano, obtém conhecimento sobre: adubação verde, sistema de rotação de culturas, o plantio de leguminosas para aumentar a fertilidade do solo, fontes de matéria orgânica alternativa, controle de pragas a partir de elementos naturais, sistema de compostagem, rações alternativa, aproveitamento de resíduos, criação de animais....

Fonte: Dados da PESQUISA (2019).

Nessa experiência coletiva nos trabalhos em ajuri, outro ponto questionado durante as entrevistas foi à prática de alguma outra atividade que os agricultores considerassem como

humor, de personalidade, de comportamento, etc) e fatores sociais (culturais, familiares, socioeconômicos, médicos, etc.). (JEAN PIAGET apud BARBOSA, 2013, p.2).

habitus social do ajuri que fosse realizada pelos comunitários. A maioria das respostas (70%) foram afirmativas referente ao ajuri em prol da comunidade, relacionados à manutenção do ramal e conserto da rede de energia elétrica.

Sem dúvida, neste ponto, reside a maior incoerência encontrada durante a realização deste trabalho, pois os agricultores familiares, sentem-se obrigados a continuar no segmento produtivo convencional, caracterizado pela produção de hortícolas (-hortaliças (ramas, folhas e flores, - raízes (batatas, ariaa, cúrcuma/açafrão...)) e do extrativismo de PFNM, em função da ausência/incentivos de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, sentindo-se coagidos e endividados economicamente, pelo modelo de agricultura tradicional que herdaram, ao concorrer com grandes produtores do sul.

As reflexões de *Eugenia stipitata* (araçá-boi), *Prunus serrulata* (ameixa), *Carapa guianensis* (andiroba), dentre outras espécies nas entrevistas a pesquisadora evidenciam:

As práticas e experiências nos juris são muito importante, é interessante olhar o ambientes onde estamos todos os dias. Pensar no espaço que temos para plantar, que a partir dele vem o nosso sustento é ao mesmo tempo seguro e estimulador, sustentável e insustentável, pois em nosso cotidiano estamos muito preocupados com o manejo na produção, escoamento, leis ambientais... então nos damos conta de como anda o nosso espaço agroalimentar, as estrutura física que construímos, (casa de vegetação, roçados, leiras...), são ações de ajuri, aprendizagens mútuas partilhadas por todos, sem auxílio de pessoal especializado. (ARAÚJO, EUGENIA STIPITATA, PRUNUS SERRULATA, CARAPA GUIANENSIS. 2018-19).

No contexto etnográfico, durante nossa pesquisa, foi possível identificar inúmeros problemas nas estruturas das UAF. Observamos que, alguns problemas são fáceis de serem solucionados, acreditamos que sejam sustentáveis, pois não provocam risco imediato ao meio ambiente, como reposição de espécies nativas ao longo das matas ciliares (*Euterpe oleracea* e *E. precatoria*, *Oenocarpus bacaba* e *O. mapora*, *Mauritia flexuosa*, *Phytelephas macrocarpa*, *Astrocaryum murumuru* e *A. ulei*, *Leopoldinia piassaba*, *Astrocaryum aculeatum* e *Astrocaryum vulgare*) dentre outras espécies nativas.

No entanto, outros problemas, vão além das possibilidades dos agricultores familiares, a falta de apoio - técnicos, especialistas, assistência técnica das instituições de apoio a pesquisa agropecuária (Embrapa, IDAM, INPA, MAPA, , SEMAS, SEPROR, dentre outras).

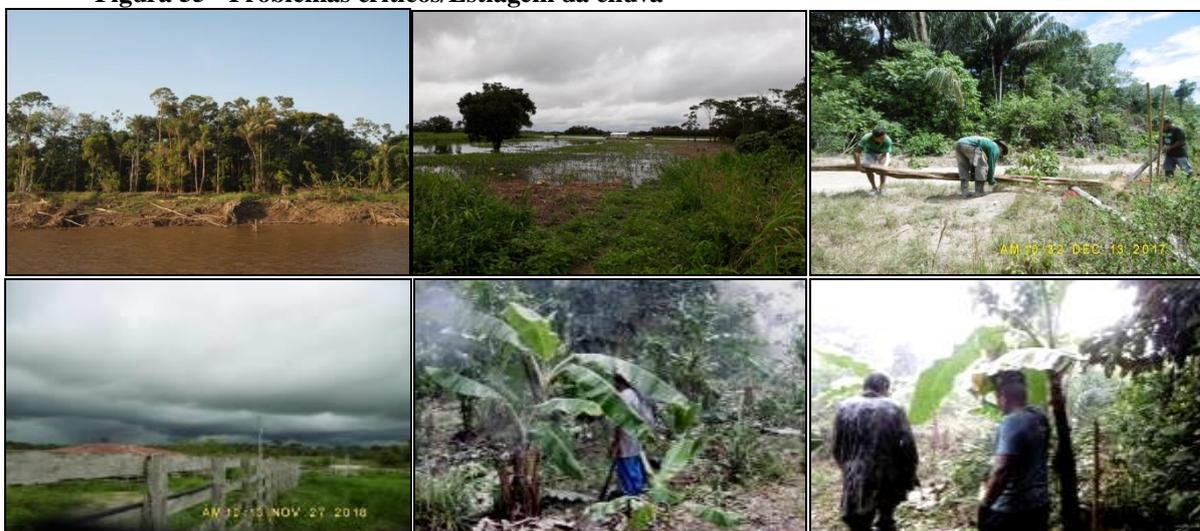
3.4 Ajuri -Práticas processadas nas UAF e UPF.

Neste contexto, visando o estudo da Unidade Agrícola Familiar (UAF) nas comunidades pesquisadas, inserindo nesta análise também os aspectos políticos, sociais, culturais, religiosos, econômico e ambiental, buscando aprofundar informações sobre os espaços de produção/reprodução, as formas de interação, sociabilidades e organização na articulação com o trabalho em ajuri, além da influência das políticas públicas sobre o que é produzido, o mercado, o apoio técnico e a adaptação aos novos conhecimentos.

Ressalta-se que as variações climáticas características da região amazônica como é o caso específico dos fenômenos decorrentes do *El Niño* e *La Niña*, também são condicionantes nas ações de ajuri. Visto que no período do inverno amazônico que começa em dezembro e segue até meados de maio, apresentando maiores volumes de chuva. Nesse período alguns problemas críticos (Figura 55), como quedas de árvores (Figura 55), que não resistem às fortes chuvas e ventos, quebrando os fios de energia, alagamento (Figura 55), deslizamento de barrancos na vicinais... contribuem para desarticular as praticas de ajuri, considerando que o sistema de plantio inclui várias culturas agrícolas, os tratos culturais nas UAF, são muito amplo, dentre outras atividades impedindo o trabalho coletivo em ajuri.

Muitas vezes neste período, mesmo estando em atividades os agricultores familiares são pegos de surpresas, impedindo a continuação das atividades, lembrando que os mesmos portam material de trabalho a base de aço (terçado, enxada, foice, podão...). Não há muita coisa que os agricultores possam fazer contra as tendências climáticas, há não ser esperar a chuva estiar (parar), (Figura 55) para assim voltarem ao trabalho coletivo em ajuri.

Figura 55 - Problemas críticos/Estiagem da chuva



Fonte: ARAÚJO. M.I. (2018).

3.5 Ajuri - Processo de formação socioambiental (Roçados, Quintais)

Devido à importância histórica e cultural, a diversidade agrícola na hinterlândia Amazônica nos remete à questão dos saberes tradicionais do ponto de vista de sua relação com o tempo/espaço território, desempenhadas pelos agricultores familiares de produção agroextrativista na diversificação de seus sistemas de produção, garantindo a base alimentar e o bem-estar da família, o excedente dessa produção é comercializado nas feiras da cidade e na comunidade local.

A agricultura familiar neste sentido exerce grande contribuição na elaboração de estratégias de desenvolvimento sustentável, cuja produtividade nos espaços da UAF, apresenta grande diversidade de produtos, que são cultivados e mantêm múltiplas espécies de fácil acesso, fornecendo parte das necessidades nutricionais e alimentares da família, bem como outros produtos, por exemplo: lenha, plantas medicinais e criações de animais domésticos de pequeno porte: galinhas, patos e cachorros (AMOROZO e GÉLY, 1988; BRITO e COELHO, 2000), reduzindo a dependência por produtos externos.

O manejo da paisagem através dos saberes, cultura e conhecimento tradicional cultivada nas UAF, pelos agricultores familiares na hinterlândia Panamazônia, distingue-se dos sistemas agrícolas tradicionais desenvolvidos em outras regiões. Nos diversos sistemas de produção dos diferentes ambientes na Amazônia (várzea, terra firme...) encontramos os termos - quintais, roçados, capoeira, dentre outros.

Conforme Martins (2007) a roça representa um tipo de agricultura com a derrubada e

queima da capoeira, corte sem queima, área de pousio ou agricultura de coivara, em que o índio e o caboclo abrem uma clareira dentro da vegetação primária ou em diferentes estágios de sucessão e ateiam fogo”. Dessa maneira, ele incorpora nutrientes ao solo e aí estabelece uma comunidade de plantas que apresenta heterogeneidade de espécies. (MARTINS, 2007, p. 209).

Nos trabalhos acima citados atestam o grande cabedal de conhecimento das populações tradicionais, apontam também para a necessidade de se incorporar essas populações no manejo dessas áreas. Gomez-Pompa & Kaus (1971) vão mais além ao afirmar:

“A técnica de derrubada e queima da agricultura itinerante deve continuar para proteger as espécies. Sem todas essas práticas culturais humanas que vão junto com o hábitat, as espécies se perderão para sempre. E no entanto, essa dimensão da conservação tem sido negligenciada na nossa própria tradição de manejo de recursos naturais.” (GOMEZ-POMPA & KAUS 1971: 127).

Os quintais, denominado neste trabalho, de quintais agroecológicos ou UAF, constituem-se em um arranjo (modelo) de agroflorestas, que buscam manter os processos ecológicos do agroecossistemas, semelhante ao equilíbrio ecológico da floresta natural, porém, reordenado e manejado pela intensa atividade humana, configurando-se assim, em um agroecossistemas alternativo de soberania e segurança alimentar, gerando renda adicional à agricultura familiar. No contexto amazônico, as áreas de capoeiras (vegetação secundária em pousio) são definidas como áreas que se desenvolvem espécies que naturalmente se regeneram no agroecossistemas. São em geral a vegetação formada nas áreas após o abandono de cultivos agrícolas semi-perenes, perenes, pastagens degradadas, áreas de pousio do sistema de corte e queima. As capoeiras são as principais fontes de nutrientes para os diferentes sistemas de cultivo na agricultura familiar.

Segundo o IBGE (2004), a denominação genérica de capoeira (Figura 56), vegetação em estágio de regeneração (vegetação secundária), resulta da recuperação de floresta primária (capoeira), refere-se a toda vegetação antrópica que cresce onde houve intervenção humana para uso da terra, seja com finalidade mineral, agrícola ou pecuária, descaracterizando a vegetação primária.

Figura 56 - Capoeiras



Fonte: ARAÚJO, M. I. (2019).

Salomão et al., (2012, p. 298) destaca que no contexto amazônico, as capoeiras podem ser definidas como áreas de pousio que se desenvolvem a partir do crescimento de espécies que regeneram naturalmente em agroecossistemas ou após o seu abandono.

As áreas de capoeiras são utilizadas como suprimento, fonte de nutrientes e matéria orgânica para o solo nos plantios alternativos da agricultura sem queima, de grande importância social, econômica e ambiental.

3.5.1 Roçados

O roçado são áreas de capoeira desmatadas aptas ao cultivo da agricultura tradicional o manejo do roçado consiste na técnica habitual do corte da vegetação rasteira com foice, facão, terçado, machado, roçadeira, motosserra (Figura 57), para derrubar as árvores maiores, deixando o mato e os tocos nas áreas para secarem e depois queimar.

Figura 57 - Técnica habitual do corte da vegetação



Fonte: ARAÚJO, M. I. (2018).

É cultural as formas de manejo nos roçados (Figura 58) pelos agricultores familiares, significativa interação entre a diversidade existente e o roçado.

Figura 58 - Roçados

Fonte: ARAÚJO, M. I. (2018/19).

Assim os roçados garantem calorias, proteínas e remédios, da floresta extraem utensílios para construção (Figura 59) de infraestruturas no quintal (moradia, curral...).

Figura 59 - Feitura das casas

Fonte: ARAÚJO, M. I. (2018/19).

Expressando desta forma a base conceitual agroecológica e socioambiental, na relação sociedade-natureza, exemplificando assim, o ajuri, quais priorizam os saberes e práticas oriundas dos conhecimentos tradicionais praticados no roçado, no quintal, na feitura das casas, nas festas entre outras atividades. Assim, o processo do trabalho em ajuri é desenvolvido exclusivamente por pequenos produtores agricultores familiares, os quais dependem desta atividade para sustentação econômica.

3.5.2 Quintais

As populações da hinterlândia Amazônica possuem profundo conhecimento do uso do solo, fauna, flora, o cultivo das plantas e suas necessidades e resiliência sob as condições condições edafoclimáticas da região, neste contexto, a troca de saberes é fundamental para o sucesso das atividades nos agroecossistemas amazônicos. Ressalte-se que as atividades de ajuri são realizadas em todos os agroecossistemas da UAF (área em pousio, quintais, roçado, capoeira, dentre outros...) sendo que muitas destas atividades revelam a simbologia intrínseca deste espaço agroalimentar, local de vivência e garantia da soberania e segurança alimentar às presentes e futuras gerações.

Destarte uma multiplicidade de elementos simbólicos refletem a identidade étnica e cultural no sistema de produção agroalimentar - o quintal agroflorestal (Figura 59a) - aprendidos de modo singular, no mundo dos signos e símbolos de acordo com seus costumes e saberes, reconhecendo-os como sujeito construtor do espaço e da espacialidade, partícipe do processo histórico, social e cultural, contraponto às doxas do bom senso e do senso comum, compondo da memória a identidade visual nos agroecossistemas amazônicos, que apontam as diferentes relações de saberes entre os agricultores familiares da hinterlândia Amazônica.

Figura 59a - Quintais agroflorestais



Fonte: ARAÚJO, M. I. 2018.

Segundo Araújo et al (2016, p. 5), apesar dos escassos relatos dos viajantes na Amazônia, no século XVI e XVII, nos diários de bordo constam os plantios ao redor das casas

que se pressupõem, os atuais quintais das populações tradicionais da Região. O quintal agroflorestal ou pomar caseiro é um agroecossistema dominado pelas árvores, que os agricultores da Amazônia plantam próximo de casa. É um espaço importante de vivência, muito além de um ambiente de produção agroalimentar.

Nesse contexto, a teoria Eliasiana, estabelece a ligação indivíduo/sociedade na complexa rede (teia) de interdependência, construída no processo de ajuri, gerador de mudanças permanentes nos quintais agroflorestais, configuradas nas relações sociais em que todos os sujeitos são participantes, em diferentes graus e com poder de transformação na sociedade dos agricultores familiar. Assim, o processo de formação social, desta forma de organização de trabalho em ajuri reflete o caráter estratégico das redes de interdependência recíproca nas experiências agroecológicas o qual, segundo Elias (2001) explicita que cada ação individual depende de toda uma série de figurações dos participantes e das formas como interagem no ambiente, seja em função de outras pessoas, de outros grupos, das relações sociais

... uma *Figuration* é uma formação social, [...] em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões. [...] as noções de figuração, interdependência e equilíbrio das tensões estão estreitamente ligadas umas às outras, ermitindo deslocar diversas oposições clássicas, herdadas da tradição filosófica ou sociológica, estabelecida entre liberdade e determinismo. (ELIAS, 2001, p. 13).

Os quintais agroflorestais revelam diferentes variedades de espécies cultivadas, em função das diferenças culturais (Figura 59b) dos agricultores familiares, carregadas de pertencimento da memória cultural, cujo significado, aliados ao saber fazer, revelam práxis multiculturais expressas nas manifestações dos saberes culturais e socioeconômicos. Representa a natureza adquirida, construída pelo homem.

Figura 59b - Diferenças culturais nos quintais agroflorestais



Fonte: ARAÚJO, M. I. 2018.

Sendo assim, a construção deste agroecossistema não pode ser realizada por um indivíduo isoladamente, necessita da solidariedade, da fraternidade e da colaboração de todos que irão se beneficiar desse ambiente histórico e cultural da hinterlândia Amazônica.

3.6 Ajuri - Práticas coletivas

A observação *in loco* das praticas de ajuri para obtenção de dados que possibilitaram as reflexões contidas nesta dissertação, envolvendo o conhecimento científico e o tradicional, a partir de um enfoque interdisciplinar, como sugere Morán (1990, p. 28) com base na ecologia humana, ao enfatizar a população, não o individuo, e o entendimento das relações funcionais e estruturais entre essa população e seu ambiente.

Com base nas recomendações acima, a investigação das práticas coletivas do trabalho em ajuri (Figura 60) no espaço agroalimentar das UAFs, roçados, quintais e espaços UPF das comunidades, consistem em práticas participativas de seus membros, seja por motivos de ajuda no manejo do roçado, plantio nos quintais, seja no auxilio em benefício da conservação, conserto comunitários (conserto do poste de luz, ponte, telhado da associação...), seja por uma ação imediata na comunidade ou benefício comunitário.

Figura 60 - Ações de ajuri comunitário



Fonte: ARAÚJO, M. I. (2018).

Utilizou-se no bloco II, como método pesquisa a descritiva com amostragem das práticas de ajuri pelos agricultores familiares mediante a metodologia da pesquisa-ação etnográfica e formulário por meio das entrevistas. Ressalta-se que antes de iniciar as observações de campo para obtenção dos dados antropológicos, coleta das narrativas, observação participante, registro fotográfico dos espaços e sujeitos partícipes da pesquisa, foram indagados acerca de algumas informações referentes às práticas na UPF da comunidade

e nas UAF dos agricultores, desta forma nos foi relatado algumas atividades locais, de ajuris no manejo, plantio, e colheita da *Manihot Esculenta*, o processo da farinhada, a importância da casa de farinha, a manutenção, consertos e reparos na comunidade, produção de composto orgânico, a muvuca de sementes...

3.6.1 Plantio de mandioca (*Manihot Esculenta*)

Nas áreas cultivada de plantas anuais, a mandioca, constitui uma alternativa sustentável de produção alimentícia, principal alimento das populações da hinterlândia Amazônica. O roçado para o plantio de mandioca (*Manihot Esculenta*), também conhecida como aipim, macaxeira, cassava, tapioca, manioc ou yuca é uma planta da ordem Malpighiales, família Euphorbiaceae, gênero *Manihot*.

Sua cultura é ancestral de origem indígena, parte integrante do cardápio alimentar, rica em carboidratos, produto de importante valor econômico, cultural e social entre os agricultores familiares, usando técnicas tradicionais de cultivo, mesmo que a produção e a comercialização ocorram de maneira seletiva é desigual, devido aos baixos preços praticados localmente. A prática tradicional do cultivo do roçado da mandioca, considerada como atividade de trabalho coletivo familiar, pois envolve praticamente todos os membros (homens e mulheres) da família, considerada como um trabalho coletivo em regime de ajuri.

Segundo Matos (2015) no plantio da roça,

a participação de homens, mulheres, desempenhando suas funções específicas. [...] retrata o que ele denominou de figuração do puxirum, ajuri ou mutirão: [...] cortadores de maniva; plantadoras [...] no puxirum, a relação de interdependência, os bons laços de amizade e compadrio, permitem o desenvolvimento da atividade de forma mais descontraída. (MATOS, 2015, p. 229).

O plantio da mandioca é marca registrada da posse/ocupação de uma área agrícola no contexto amazônico, contudo a preocupação constante dos agricultores familiares são os Custos de Produção e Renda (CPR) a ser aferida com os produtos e subprodutos da mandioca. O cultivo da mandioca é uma antiga tradição indígena, conforme específica Daniel (1976) sobre o modo de plantar:

Cortam em bocados as varas da maniva, que é planta da farinha, de dous palmos v.g. de compridos com dous ou três olhos por onde hão de arrebenstar, lhes vão metendo as pontas na terra, a cinza em buracos, que fazem muito à ligeira com um pau

aguado se são bravos, ou com um instrumento de ferro direito abaixo, e proporcionado a que chamam [itacira] Em cada cova vão metendo dous ou três bocados de maniva [...] de tal condição esta planta, que enterrando-se na terra, e cinzas quase ainda fumegando, não só pega logo, mas em poucos dias arrebenta, e logo se enfeita de folhas... crescendo entre os naturais este adágio como se a maniva falasse: planta-me no pó, e não tenhas de mim dó. (DANIEL, 1976 v. 2, p. 20-21).

Disserta ainda o autor (1976 v.2, p.118) que o problema reside no método de cultivo empregado e em suas implicações, pelo método tradicional de derrubada e queima

Que deveria "desterrar-se do Amazonas o cultivo da maniba, e farinha de pao". O cultivo da mandioca fazia-se, geralmente, em terra firme, coberta de matas não inundáveis, pelo método tradicional de derrubada e queima. Desse modo, baseado em sucessivas derrubadas em intervalos de poucos anos, requeria grandes esforços e número elevado de trabalhadores, o que só seria possível aos que possuíssem muitos escravos. Por isso, aqueles que não dispunham para o trabalho de mais do que os seus próprios braços, caíam inevitavelmente em condição inferior, mendigando ou submetendo-se aos ricos, "para terem que comer" (DANIEL, 1976, v.2, p.136-137).

Recomenda João Daniel (1976) dois processos como solução para abandonar o plantio dificultoso da mandioca, primeiro, adotar novas técnicas agrícolas, [...] utilizado, segundo ele,

pelos índios Baré [...] que não requer a derrubada de árvores, consistindo apenas em atear fogo à matéria seca, promovendo o aumento da fertilidade do solo com o calor e as cinzas – sobre as quais devem ser lançadas as sementes depois das primeiras chuvas. O fogo tampouco se espalha mais do que o desejado, porque a floresta úmida não incendeia. A aplicação desse método permitiria executar em um dia o trabalho de semanas ou meses (DANIEL, 1976, v.2, p.109).

João Daniel (1976) esclarece ainda outro procedimento que consistiria em introduzir o cultivo de novos grãos e incrementar o plantio dos grãos já cultivados – pois

"só com as searas da Europa pode haver fartura no Amazonas" Para tanto, não seriam necessárias terras cobertas por densa floresta, antes se aproveitando matos menos crescidos – mais fáceis de preparar –, além das "campinas", como as da ilha de Marajó, e das terras periodicamente inundadas das margens e das ilhas do Amazonas, as terras de várzea que, embora fossem "as mais próprias", eram desprezadas. (DANIEL, 1976, v.2, p.133).

As citações de João Daniel revelam o hábito e costume de plantar mandioca, indicam um modo de vida agrícola, rural, pautado na cultura material do plantio e cultivo para posterior transformação em farinha. A cultura da mandioca é uma das principais atividades econômica nas comunidades da RMM. A partir da pesquisa de campo, no primeiro momento, temos a exemplo uma ação de ajuri no plantio de mandioca, em uma UAF da RMM de agricultores familiares.

Observou-se que após conversas participativas durante o planejamento dos ajuris, os agricultores definem a UAF, local e datas de atividades do ajuri. No caso do roçado da mandioca as ações de ajuri estão contempladas na figura 61. Neste sistema de produção as recomendações para o plantio de mandioca foram consideradas as contidas na Circular Técnica n. 23. Embrapa (Dias et al., (2004)), seguidas das conversas participativas com os agricultores familiares. As etapas seguidas para o preparo do solo foram:

a) **Broca** - operação realizada manualmente, objetivando a eliminação de cipós, arbustos menores, o aceiro consiste do perímetro da área derrubada, em largura aproximada de 3 a 5 metros, para proteção da área vizinha contra o fogo;

b) **Derruba** - operação realizada manualmente, utilizando-se machado, motosserra, terçado, foice;

c) **Rebaixamento** - operação que implica no corte dos galhos das árvores logo após a derruba, para facilitar a decomposição ou queima.

e) **Destoca** - retirada de árvores seca e arbustos, tocos e troncos que não venham a atrapalhar os serviços posteriores;

f) **Construção de leiras (camalhões)** - são covas preparadas com enxada ou em sulcos construídos com enxada e enxadeco com aproximadamente 10 cm de profundidade.

g) **Plantio das manivas** (nome para estacas de mandioca) - cortadas com uma média de 20 cm de comprimento e 2,5 cm de diâmetro.

h) **Espaçamento** - utilizado para o sistema de plantio solteiro da mandioca foi de 1,00 m entre linhas com 0,60 m entre plantas e fileiras simples.

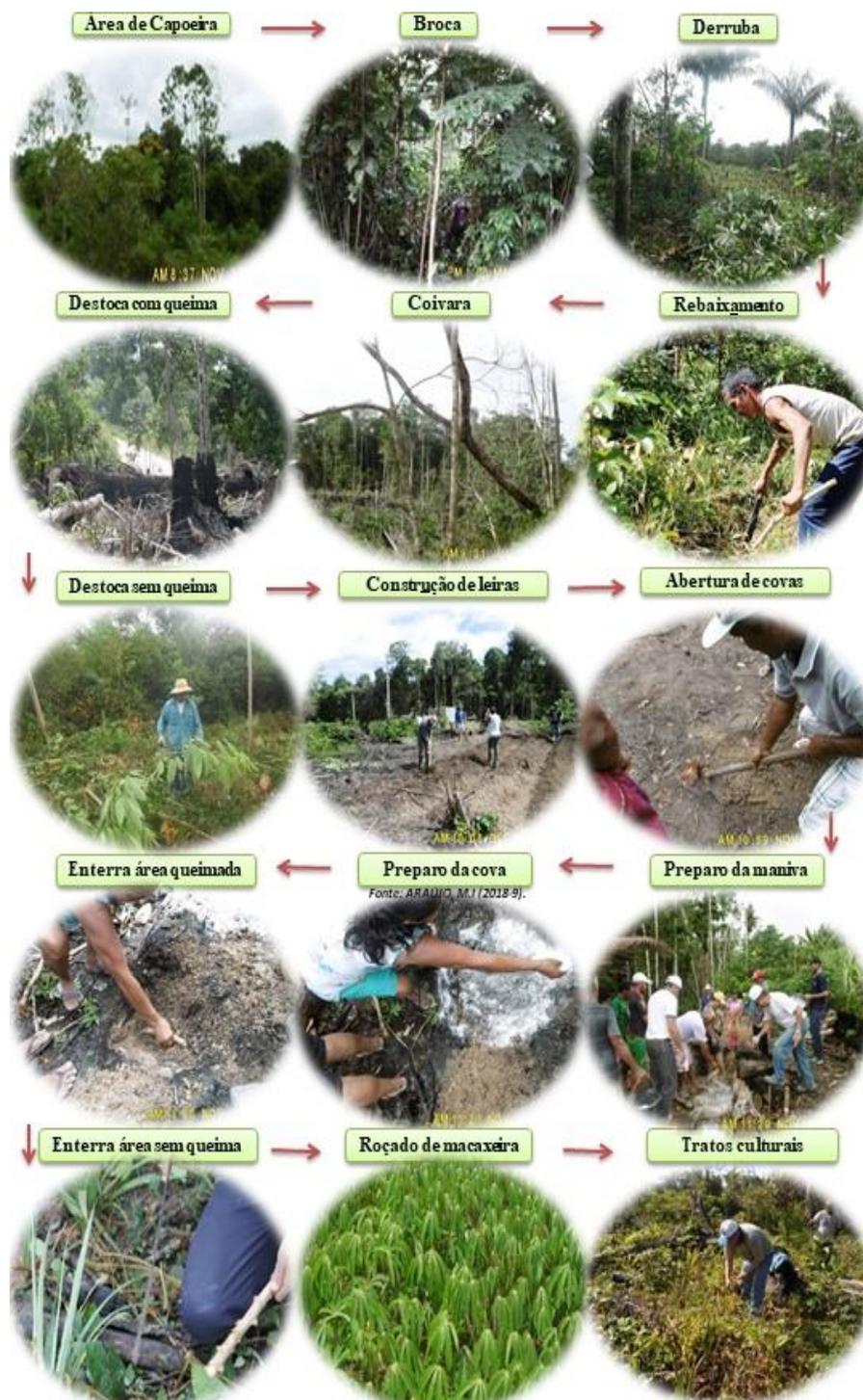
i) **Posição da maniva/semente na cova** - foi vertical a 30°, com profundidade de cinco a dez centímetros, cobrindo-o com uma leve camada de terra. A colheita do roçado da mandioca varia em média de 6 a 12 meses do plantio, assim, novo ajuri será previamente marcado, considerando o destino final da produção.

3.6.2 O processo da farinha

Relata João Daniel (1976 v. I, p. 85) após a colheita da mandioca, tradição indígena, a farinha-de-pau, que era o “pão usual e cotidiano”, era feito em fornhos que torravam a farinha e seus beijus. A farinha-de-pau era fabricada a partir da planta ou arbusto que, tinha vários nomes, pois “a sua haste se chama maniba, a folha maniçoba, e a raiz mandioca”.

Das raízes da mandioca eram feitas, principalmente, quatro tipos de farinhas: de água, seca, carimã e tapioca. A farinha de água era confeccionada da seguinte forma: depois de tirar a raiz da terra, era colocada de molho em poços ou tanques de “água viva, boa, corrente, porque de ser boa ou má a água vai sair a melhor ou a pior farinha”. Cerca de três dias depois (tempo suficiente para que apodrecesse), a mandioca era retirada da água, e sua casca, removida. Depois de lavada, a mandioca deveria ser colocada na prensa a fim de se retirar o caldo chamado “tuquipi” ou “tucupi”, o qual, quando ingerido sem ser cozido, era venenoso. (DANIEL, 1976, v. 1, p. 413-414).

Figura 61 - Ações de ajuri no roçado da mandioca



Fonte: Dados da pesquisa. (2018).

Nesse sentido, João Daniel (1976) ressalta que as formas das prensas variavam, mas o modo mais usual era um canudo de cipó ou casca de palmeira de 10 ou 12 palmos que os índios fabricavam muito bem. O modo de espremer e tirar o caldo era assim executado:

Têm estas prensas, a que chamam tipiti, suas presilhas nas pontas, e na parte superior a boca por onde lhes metem aquela massa, e logo dependurados os tipitis ou prensas em forquilhas, e puxadas de baixo com algum peso, que ordinariamente é oda mesma feitora, sentada em um pau, que lhe metem na presilha debaixo, cuja ponta seguram em outra forquilha, com este peso dão de si as prensas para baixo, e apertam de tal sorte, que fazem sair a aguadilha, ou tucupi, que aparam debaixo em grandes panelas, ou preparados vasos. (DANIEL, 1976, v. 1, p. 414-415).

Finalizado esse processo, a farinha era colocada em fornos e mexida até “darem a sua constituição”. Depois de prontas, eram armazenadas em paióis ou cestos “e sem mais mestria têm feito, e cozido o pão para todo o ano”. (Daniel, 1976, v. 1, p. 414). Ao longo de sua obra, João Daniel, cita que o modo de feitura da farinha seca era mais trabalhoso, apesar de levar menos tempo, uma vez que não havia a necessidade de deixar a mandioca de molho.

Após a colheita, raspavam a mandioca leve e rapidamente com uma faca ou haste de cana taboca e depois lavavam-na. Eram raladas [...] ou em ralos, que são uma pequena tábua com bicos embutidos, como usam os tapuias, ou umas rodas ligeiras forradas por fora com ralos de cobre, puxadas ou com engenho, ou com as mãos, e forças de dous homens cada um em sua asa; e entretanto uma índia lhe vai ministrando, e dando a comer pelo buraco de uma tábua a mandioca, sentada no mesmo escabelo que segura a roda, e com um paiol à ilharga provido destas raízes. Embaixo tem uma canoa, em que vai c[urt]indo a farinha ralada. (DANIEL, 1976, v. 1, p. 415).

Resume João Daniel (1976) sobre o processo de fabricação da farinha carimã:

A farinha carimã, por sua vez, era como extrato ou “mimo” das outras farinhas. Fabricada geralmente a partir da farinha seca, a qual era passada por peneiras finas... Para maiores quantidades, socavam a farinha seca e depois peneiravam. Já a farinha tapioca era um subproduto da farinha de água, ... feita a partir do tucupi retirado nas prensas. Esse líquido ainda apresentava um pouco de massa que ficava assentada no fundo do recipiente. Retiravam o excesso do tucupi e levavam-na para secar nos fornos. Ao final, ficava parecendo granito e, se a quisessem mais fina, deveriam pisar ou socar e depois peneirá-la novamente. (DANIEL, 1976, v. 1, p. 415).

Daniel, (1976), ressalta o sabor, qualidade e consumo das farinhas,

a farinha seca era a menos saborosa e estimada, mas a mais usual: “Esta é a mais ordinária que se vende, porque abrange a todos, é o remédio dos pobres, é o jornal dos jornaleiros, o viático nas jornadas, e a matalotagem nas viagens de canoas, e navios”. A farinha de água era mais estimada que a seca e era, inclusive, vendida mais cara nos sítios dos brancos, além de servir como sustento dessas famílias. Já a

farinha carimã era mais especial que as outras duas e enviada sob encomenda para a Europa, onde já era bem conhecida. A farinha tapioca, era mais especial, mais fina e mais estimada do que a carimã considerada a quinta essência das mais farinhas alambicadas. (DANIEL, 1976, v. 1, p. 416-417).

Conforme exposto nos relatos do cronista missionário sobre o processo de fabricação da farinha na Amazônia, confirma-se a mesma técnica e prática nos dias atuais. Deste modo, o processo de valorização (Figura 62) da raiz da mandioca ao se transformar em farinha, seguindo a prática tradicional, construída a partir das experiências, técnicas conhecimentos, informações e simbolismo próprios dos sistemas sociais dos indivíduos amazônicos.

Figura 62 - Valorização da raiz de mandioca



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Antigos relatos dos cronistas, historiadores, naturalistas... destacam a farinha como produto principal da mandioca, porém não falam do trabalho, da mão-de-obra envolvida e necessária na fabricação da farinha. Noda (2007) analisando o sistema produtivo da unidade familiar ressalta que a produção é constituída por uma intrincada e articulada

rede de atividades produtivas assentadas, basicamente, na força de trabalho familiar e frequentemente, no acesso às quantidades suplementares deste fator de produção, através das relações de solidariedade estabelecidas dentro dos grupos sociais (relações de ajuda mútua). (NODA, 2007, p. 26).

As farinhadas em geral apresentam um processo tecnológico simples em sua fabricação. São técnicas vivenciadas e aprendidas no núcleo da UAF, trazem consigo a cultura, tradição, o costume de fazer farinha de cada grupo familiar ou de uma comunidade. A farinhada envolve as seguintes etapas: I - colheita e transporte, II - beneficiamento primário,

III - torrefação e IV - embalagem. Cada etapa envolve diversas ações.

I - Colheita e transporte - ocorrer em média de 8 a 12 meses após o plantio das manivas. a) - Corte da parte aérea da planta; b) - O arranquio; c) - Separação da raiz/parte do caule; d) - Amontoa; e) - Ensacar (saco de 50 kg ou cesto); f) - Transporte à casa de farinha. Segundo Dias et al., (2014), nesta etapa são utilizadas 25 dias/hora para colher e transportar a produção de 1 ha de mandioca. (no Amazonas 1 ha de mandioca equivale a 10 - 12 horas/ha de raiz). Considerando a pesquisa *in loco* constatou-se que o agricultor processa a farinhada de acordo com a disponibilidade da força de trabalho do núcleo familiar na UAF ou do trabalho em ajuri da comunidade. Com efeito, 1 ha de mandioca pode ser processada em farinha de forma parcial. De 3 a 5 indivíduos podem ser realizadas em 7 dias até 5 sacos de farinha de 50 kg. No Amazonas um ha de mandioca gera de 4 a 7 toneladas de farinha, considerando a relação de rendimentos de 60 % da produtividade de 10 a 12 t de raiz/ha.

II - Beneficiamento Primário: Caso as raízes estiverem com muita terra e barro (Figura 63), os agricultores lavam as raízes antes de colocar de molho ou fazer a raspagem;

a) - lavagem (Figura 63); b) - descascamento (Figura 63); c) - molho; d) - ralação e lavagem da raiz descascada; e) - prensagem; f) - esfarelamento e peneiramento.

Figura 63 - Beneficiamento primário da *Manihot esculenta*



Fonte: ARAÚJO, M.I. / FLICKR / (2018).

Ressalta-se que na ralação (trituração) - as raízes após limpeza são raladas no caititu (Figura 64), formando uma massa empapada.

Figura 64 - Ralação da massa.



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

O grau de fineza da ralação é para se evitar perdas após peneiramento, diminuindo assim à quantidade de crueira²⁰. A prensagem - depois de ralada a massa é comprimida em uma prensa de madeira disposta em sacos permeáveis (Figura 65).

Figura 65 - Prensagem da massa



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

O efluente extraído da massa produz a manipueira ou tucupi²¹, substância tóxica, com elevada demanda bioquímica de oxigênio (DBO) podendo matar, caso ingerido.

III - Torrefação: na torrefação a massa é acondicionada no interior do forno (Figura 66) para retirada da umidade (escaldar), a uma temperatura abaixo da ideal para a massa secar, porém não torra, sendo movimentada constantemente pelo forneiro (farinheiro) com um remo (palheta de madeira), cuja técnica de mexer vai influenciar no tipo de farinha a ser produzida, sendo peneirada para retirar o excesso de crueira, sendo novamente torrada ao ponto de farinha.

A Farinha d'água ou puba consiste na fermentação (ou pubada) da massa.

Figura 66 - Torrefação da farinha



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

²⁰ Crueira é o conjunto de fragmentos mais grosseiros da massa esfarelada de mandioca retido durante a peneiração. (MACHADO. 2000, p. 10)

²¹ A manipueira ou tucupi é um efluente tóxico, rica em cálcio (CA), cobre (Cu), enxofre (S), ferro (Fe) fósforo (P), magnésio (Mg), nitrogênio (N), potássio (K), zinco (Zn) e ácido cianídrico. (MACHADO. 2000, p. 10).

IV - Embalagem: Após a torração ocorre o processo de resfriamento para impedir a proliferação de bolores (fungos) e aglomeração dos grãos que prejudicam a qualidade do produto final, sendo então acondicionadas (armazenamento) em sacos de polietileno.

A atividade da farinha é simbolicamente significativa no trabalho em ajuri, como modelo de produção estava oculto sob o observável, numa articulação do modo de produção, tornando-se uma unidade central para análise social, cultural e econômica.

3.6.3 A casa de farinha

Vale destacar a importância da ‘casa de farinha’(CF) próxima do roçado, que vai além da produção da farinha, principal fonte de calorias das populações tradicionais que mantém viva a prática produtiva e de consumo. A casa de farinha - CF - (Figura 67) representa uma prática cultural transmitida por gerações ao longo dos tempos, espaços de memória, momentos de sociabilidades, revelando valores, tantos concretos quanto simbólicos (por aceitação e necessidades). referente à troca de experiências das populações tradicionais da hinterlândia Amazônica. Cujo espaço, revelam os hábitos culturais nas atividades desenvolvidas na unidade produtiva, sendo a base econômica familiar juntamente com os derivados da mandioca,

Figura 67 - Casa de farinha



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

Os trabalhos desenvolvidos na CF, são totalmente manuais, congregando a mão-de-obra familiar e pessoas extra grupo doméstico, inter-relacionadas e subsequentes, em cada etapas produtivas por todos os membros, favorecendo o contato entre parentes, amigos, vizinhos... é um converseiro só, fazem/contam piadas, trovas, causos, jogam adivinhações...

Na casa de farinha entrelaçam distintos sujeitos, mediados por práticas e orientações culturais - o familiar, a tradição, as novidades, lugar que cumpre diferentes funções, bem mais amplas que as de simples casa, mediados por práticas e orientações culturais associadas a um processo civilizador, conforme descreve Elias (1989), tempo e espaço devem ser estudados

conjuntamente porque estão imbricados. Assim, como tempo, homem e natureza não são dissociáveis. "**tempo** e **espaço** (grifo do autor): são símbolos conceituais de certos tipos de atividades e instituições sociais que permitem aos homens orientarem-se diante de posições ou distâncias entre estas posições que acontecimentos de todo tipo tomam..." (ELIAS, 1989, p. 111).

A partir dessa colocação, fez-se necessário estabelecer uma ligação teórica nas obras consultadas, uma análise do conceito da complexidade da organização social, sua configuração (interdependência) social, cultural e econômica na literatura clássica, cujos valores, normas e padrões sociais estão inseridos no ambiente da CF.

Para isso, alicerçamos na teoria de Émile Durkheim, quanto a perspectiva da divisão social do trabalho, considerando a coesão social entre os agricultores familiares e a da produção na CF.

A divisão do trabalho produz a solidariedade, não apenas por lazer de cada indivíduo um trocador, como dizem os economistas, mas por criar entre os homens um sistema completo de direitos e deveres que os têm uns aos outros de modo durável. Da mesma torna que as similitudes sociais dão origem a um direito e a uma moral que os protegem, a divisão do trabalho dá origem às regras que garantem o concurso pacífico e regular das funções divididas. (DURKHEIM, 1999, p. 429).

A divisão social do trabalho abordada por Durkheim, retrata dois tipos de solidariedade social: uma orgânica e outra mecânica.

A solidariedade orgânica baseia-se na interdependência entre as pessoas, mantendo-se a diferença entre elas. Seria o produto de elos entre unidades complementares e se constituiria por uma divisão de trabalho mais completa... a função da divisão do trabalho "é criar, entre duas ou várias pessoas, um sentimento de solidariedade. (DURKHEIM, 1999, p. 71).

Com essa visão, aborda o autor que, a sociedade simples possui a solidariedade mecânica e a complexa, a orgânica.

Na solidariedade mecânica, o trabalho é realizado por não especialistas, não há coesão social e, basicamente, todos os membros da sociedade têm as mesmas tendências. Se alguns trabalhadores se afastarem do trabalho, outros poderão substituí-los facilmente. A solidariedade orgânica requer especialistas e é muito difícil que um possa substituir o outro, pois há maior interdependência ocasionando coesão devido ao sistema mais eficiente e, conseqüentemente, possibilitando maior produção. (DURKHEIM, 1999, p. 71-72).

Concebe-se assim que o trabalho em ajuri é fundamentado na solidariedade orgânica, porque nela ocorre uma complexa divisão do trabalho, a interdependência dos componentes, provocando, conseqüentemente, maior cooperação na produção, garantindo que cada indivíduo ocupe um local importante na vida social da CF.

Visto que a feitura da farinha é uma atividade comum ao grupo, implica no sustento de todos envolvidos o processo de produção envolve, ainda, as tarefas de coleta da madeira, limpeza da casa de farinha, colheita e preparação da mandioca. Por conseguinte, as demarcações do tempo no contexto onde esse é produzido (o espaço das relações sociais) também são produtos do acúmulo de conhecimento que se dá ao longo da história.

Assim, a continuidade de saberes, fazeres e práticas alimentares da feitura da mandioca e derivados, bem como a manutenção do modo de fazer culinário expressam a história coletiva e individual dos sujeitos, presentes na memória biocultural, configurada como prática tradicional, que identifica o modo de vida dos agricultores familiares na hinterlândia Amazônica.

Para a situação em pauta, é importante destacar que a participação dos grupos familiar e extra familiar nos trabalhos na CF não visa retribuição pecuniária, considerada como colaborativa, de ajuda mútua (ajuri), a solidariedade favorece a continuidade dessa tradição, hábito, fortalecendo as relações sociais, a subsistência (consumo), o excedente é revertido em produtos cambiáveis não produzidos na UAF.

3.6.4 Manutenção, Consertos e Reparos na comunidade

Dentre uma das muitas dificuldades que se apresentam a comunidade, dizem respeito à via de acesso as propriedades dos agricultores familiares, manutenção, consertos e reparos no ramal secundário, única via de acesso para os moradores da comunidade, proporcionando o escoamento do excedente da produção, sem asfalto, fica intratável a época do inverno amazônico. As atividades de manutenção do ramal (Figura 68) é uma ação constante de ajuri, de igual forma o conserto da ponte de acesso que envolve todos os comunitários.

Figura 68 - Manutenção, consertos no ramal



Fonte: ARAÚJO, M.I. - GN. (2018).

Outra ação de ajuri recende sobre o reparo e manutenção da energia elétrica (Figura 69) os comunitários resolvem o conserto dos fios, bem como a troca do poste.

Figura 69 - Manutenção da energia elétrica



Fonte: ARAÚJO, M.I. - GN. (2018).

Isto devido aos diversos proceder existentes e que variam de uma atividade para outra, presente nas práticas sociais, no manejo, produção e cultivos no espaço agroambiental, dentro algumas práticas de ajuda mútua e de cooperação, construídos nas vivenciadas cotidianas dos saberes e sabores agroambiental, memorizados e repassados de uma geração a outra, adequando-se de acordo com os objetivos dos agentes e com as transformações no espaço sócio produtivo, dos recursos da biodiversidade amazônica, conservando seus costumes, tanto pelo isolamento imposto pela floresta amazônica e seus grandes rios, bem como pela forte influência indígena.

Compreende-se, assim, que o embate do processo de ajuri como trabalho coletivo (Figura 70), incorpora os aspectos ambientais, sociais e econômicos no desenvolvimento sustentável da comunidade, reiterando os aspectos da tradição ontológica e epistêmica do ser social, a partir da compreensão e concepção do ser humano, frente à condução ao desenvolvimento da totalidade social²² que os indivíduos formam no processo de ajuri, como manifestação e convivência cultural no espaço agroambiental.

Figura 70 - Atividade de ajuri na comunidade



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Centrado no processo (trabalho) sociedade-natureza como momento basilar do fato (ser) social, construídos historicamente através das relações sociais e familiares, acompanhado de um axioma revelador de visibilidade na socialização dos conhecimentos e saberes preservados na memória biocultural, consolidando um novo paradigma ambiental de desenvolvimento sustentável, preservando-o para as presentes e futuras gerações.

Assim a atividade do ajuri desempenha importante papel na comunidade, que tanto sustenta as relações de colaboração e ajuda mútua em como contribuem para a diminuição de gastos com diárias, empreitada e meias, oferecendo oportunidade de trabalho sob forma de outros ganhos que substituem o financeiro.

Destarte o viés diferenciado das formas de interdependência entre os agricultores familiares nos processos de socializações apontadas de ajuri configurando-se não apenas como espaço de convivência agroambiental, localidade ou comunidade, mas também como processo de construção e reconstrução da vida social na hinterlândia Amazônica.

²² Para Elias (1994a, p.18):As sociedades, porém, não têm essa forma perceptível. (...) consideradas como totalidades, são sempre mais ou menos incompletas: de onde quer que sejam vistas, continuam em aberto na esfera temporal em direção ao passado e ao futuro (Norbert Elias, 1994).

3.6.5 Produção de composto orgânico

A compostagem é uma técnica artesanal milenar, consiste na amontoa de resíduos agrícolas e dejetos de animais para fermentar e depois, empregar como adubo no solo objetivando a redução do uso de fertilizantes químicos na produção agrícola, pois a matéria orgânica exerce grande influência sobre as características físicas, químicas e biológicas do solo.

A técnica da compostagem foi desenvolvida com a finalidade de acelerar o processo bioxidativo mediado por microrganismos, para posterior uso como fertilizante orgânico, para nutrição plantas, garantindo níveis adequados de macronutrientes primários e secundários (Fósforo (P), Nitrogênio (N), Potássio (K) e Cálcio (Ca) Enxofre (S) e Magnésio (Mg)) e de micronutrientes Boro (B), Cloro (Cl), Cobre (Cu), Ferro (Fe), Manganês (Mn), Molibdênio (Mo) e Zinco (Zn), além de Carbono, (C), Hidrogênio (H) e Oxigênio(O₂)), contribuindo para melhoria das condições do solo (disponibilizam os nutrientes minerais do solo para as plantas), ambientais e da saúde dos agricultores. Na produção do composto orgânico (Figura 71) a matéria orgânica é depositada em pilhas, cova ou leiras.

Figura 71 - Compostagem



Fonte: PINTO, J.R. (2019).

Considerando que a prática da compostagem é muito importante na melhoria e garantia da fertilidade e vida do solo, contudo um grupo familiar composto em media de 2 a 3 pessoas não garantem ao final do dia executar uma pilha media 2 x 2 m de composto, levando-se em conta os vários processos: poda e corte das arvores em tamanhos menores, a trituração, amontoa, a mistura dos dejetos na leira...

Todo esse processo é proporcionado pelo trabalho coletivo e solidário em ajuri, tendo ao final o trabalho completo, executado por todos, garantindo o aumento da produtividade das culturas, componente chave nas redes de interdependência sociais existentes nas UAF.

3.6.6 Muvuca de sementes

Vale ressaltar que, segundo Elias (1989, 1993, 1994) o conhecimento humano é o resultado de um longo processo de aprendizagem o "saber" é desenvolvido através de configurações sociais de cada indivíduo, ao longo da evolução da sociedade, parte de um fundo de conhecimento já existente e agrega a ele novos conhecimentos. Ou seja,

as experiências aprendidas representam a sobrevivência da espécie humana: No caso dos humanos, as mesmas espécies se adaptaram a condições muito diferentes entre si, principalmente por meio de uma diferenciação social, [...]. Os humanos povoaram o planeta aprendendo pela experiência e transmitindo-a em forma de conhecimento de uma geração a outra. (ELIAS, 1998, p. 299).

Na amplitude do trabalho coletivo em ajuri nas UAF, dentre uma das muitas práticas observamos o plantio de várias espécies por meio da muvuca de sementes (figura 72). Esses cultivos são recomendados, pois garante renda a família, além de consumirem a própria produção, comercializam as mesmas nas feiras, alguns são vendidos em forma de polpa, como é o caso do cupuaçu, graviola, goiaba, ou de forma *in natura*.

Figura 72 - Muvuca de sementes



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

Neste contexto, considerando que as demandas socioeconômicas frente às limitações ambientais e à escassez de recursos públicos, exigindo cada vez mais que os agricultores familiares busquem alternativas, através de ações cooperadas do trabalho em ajuri, diversificando e agregando valor à produção e aumentando o acesso ao mercado consumidor.

Na área escolhida observaram-se alguns fatores, como a luminosidade, disponibilidade de água para irrigação, planejamento e controle de acesso, as parcelas de tratamento implantados na área experimental referentes ao plantio de mudas arbóreas e sementeira na cova foram de 3 m largura e 5,0 m de comprimento, com espaço de 1x1m, totalizando 15 covas por parcela. realizou-se o preparo da muvuca de sementes que consiste na mistura de

diversas espécies de árvores florestais nativas, frutíferas e adubos verde misturadas ao composto orgânico, após essa etapa foi feito o plantio.

Diante do planejamento traçado, foram selecionadas sementes e mudas das espécies agrícolas e florestais (Tabela 14) para o plantio agrícolas em consorcio. As espécies de adubos verdes: Guandú (*Cajanus cajans*); crotalária (*Crotalaria juncea*); mucuna (*Mucuna pruriens*); margaridão ou girassol (*Tithonia diversifolia*). No primeiro momento de preparo da área, foi semeada a lanço (prática de plantio chamada popularmente de feijão abafado) (Figura 73) o feijão-caupi (*Vigna unguiculata*) antes da trituração da vegetação, as sementes assim ficam em contato com o solo e posteriormente crescem cobrindo a vegetação triturada.

Figura 73 - Semeadura a lanço.



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Por ser uma leguminosa com crescimento inicial e fechamento rápido, excelente no controle de ervas daninhas, principalmente da tiririca (*Cyperus rotundus*), devido ao seu porte baixo, é boa produtora de biomassa e na fixação de nitrogênio (SOUSA et al., (2009).

Ressalta Silva (2002), o roçado sem queima (manejo da capoeira, figura 74) resume-se

Em três etapas: - Na 1ª etapa faz-se a roçagem ou derrubada da vegetação de menor porte e deixa-la sobre o solo ... - Em seguida realiza-se o plantio das espécies de cobertura do solo (preparo abafado), como por exemplo, a mucuna preta (*Stizolobium aterrimum*) e/ou mamona (*Ricinus communis*) ou ainda o sistema picadinho (corta e pica os troncos e galhos da vegetação). - E na 3ª etapa constitui-se na derrubada da vegetação de maior porte presente na área. (SILVA, 2002, p. 99).

Tabela 14 - Espécies agrícolas e florestais

Nome comum	Nome científico	Nome comum	Nome científico
Abacate	<i>Persea americana</i>	Fruta pão	<i>Artocarpus altilis</i>
Abacaxi	<i>Ananas comosus</i>	Goiaba	<i>Psidium guajava</i>
Abiu	<i>Pouteria caimito</i>	Graviola	<i>Annona muricata</i>
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Ingá	<i>Inga sp</i>
Açaí	<i>Euterpe precatória</i>	Jenipapo	<i>Genipa americana</i>
Andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Laranja	<i>Citrus sinensis</i>
Araçá	<i>Psidium sp</i>	Limão	<i>Citrus limon</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Mamão	<i>Carica papaya</i>
Bacuri	<i>Platonia insignis</i>	Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>
Banana	<i>Musa sp</i>	Manga	<i>Mangifera indica</i>
Biriba	<i>Rollinia mucosa</i>	Milho	<i>Zea mays</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Paliteira	<i>Ammi visnaga</i>
Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>
Cúbio	<i>Solanum sessiliflorum</i>	Uchi	<i>Endopleura uchi</i>
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Urucum	<i>Bixa orellana</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 74 - Manejo da capoeira



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

No terceiro momento realizou-se o plantio (Figura 75) das espécies de cobertura do solo (preparo abafado), com abacaxi (*Ananas comosus*), bananeiras (*Musas*) e macaxeira (*Manihot esculenta*), aliado ao plantio da muvuca em covas de 10 cm de profundidas. A prática agroecológica do trabalho em ajuri no plantio da muvuca de sementes é realizado de forma dialógica com apresentação dos resultados na aplicação prática na UAF.

Figura 75 - Plantio das culturas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

3.7 Benfeitorias dos quintais agroflorestais nas UAF

A conservação da biodiversidade compõe-se de práticas diversas, através dos símbolos conceituais de tempo e espaço na agricultura familiar – social, econômico e cultural – como restrito e em constante desfiguração no tempo ecológico (capina, plantio, colheita, fenômenos edafoclimáticos), representado nas relações materiais e simbólicas diante das atividades agrônômicas, quais estão estreitamente relacionadas com os contextos socioculturais e as diferentes técnicas de conhecimento ancestrais no manejo e uso dos recursos da agrobiodiversidade.

O uso da agrobiodiversidade pelo homem amazônico, mescla uma relação de interdependência, indivíduo, sociedade e natureza, configuradas no tempo das tradições do devir, constitutivas dos habitus familiares dos agricultores familiares na exploração e manejo dos quintais agroflorestais na hinterlândia Amazônica.

Neste espaço de produção e reprodução alimentar (quintais), encontram-se diversas áreas produtivas, de múltiplos usos e a criação de pequenos animais. Os quintais são construídos a partir da necessidade humana e de sua relação com natureza, assim, todas as experiências e saberes dos ancestrais são exercitados, tais como, as práticas de manejo do solo, do cultivo das espécies frutíferas, hortaliças, medicinais, conhecimentos estes, que fazem alguns desses processos da relação sociedade-natureza se preservassem culturalmente, entre outros, a prática do trabalho coletivo em ajuri. Nos quintais agroflorestais descritos nesta dissertação (considerando os critérios de inclusão propostos de: comercializar nas feiras o que é produzido) crescem árvores cujos frutos alimentam os agricultores familiares e os criatórios de galinhas, galos, patos (a) jabutis, macacos porcos, gansos e outros pequenos animais (Figura 76).

Figura 76 - Criatórios de pequenos animais



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

3.8 Checklist de PFNM comercializadas na RMM.

Os agricultores familiares da hinterlândia Amazônica, considerados produtores agroextrativista, pois realizam o manejo da paisagem com diferentes sistemas de produção, que envolve o plantio de culturas agrícola, de ciclo curto e perenes, com espécies florestais de pequeno, médio e grande porte, que denominamos de agroflorestas (SAF), ao mesmo tempo, combinam com atividades de manejo de produtos florestais não madeireiros (PFNM), da reserva legal, gerando um sistema complexo denominado de sistema agroextrativista.

Os PFNM são oriundos de recursos disponíveis em florestas nativas, sistemas agrossilviculturais, agroflorestais e de plantações dos quintais agroflorestais, incluem-se neste grupo as plantas medicinais e de uso alimentício.

A produção e comercialização de PFNM extrativista ou agroextrativista que abastecem as feiras da RMM, provenientes da agricultura familiar dos municípios limítrofes da cidade de Manaus/AM, garantindo soberania alimentar as populações urbanas e rurais da cidade.

Realizou-se o levantamento (checklist) sobre o manejo das espécies PFM, PFNM e variedades nas UAFs das comunidades situadas em área de cultivo de terra firme e várzea.

O levantamento da produção/comercialização das famílias predominantes nas feiras da RMM, pelos agricultores familiares, compreendeu cinco feiras da cidade de Manaus/AM: A feira da Associação dos Produtores Orgânicos do Amazonas - APOAM, Feirão da Sepror, feira do ASA/ADS, feira do IFAM/CMZL e feira do Produtor. Observou-se a oferta de mais de 20 espécies distribuídas em diversas famílias botânicas com destaque para as famílias (Tabela 15): Anacardiaceae, Arecaceae, Caryocaraceae, Clusiaceae, Fabaceae, Lecythidaceae, Malpighiaceae, Mimosaceae, Moraceae, Sterculiaceae.

Tabela 15 - PFNM - Família etnobotânica - feira APOAM.

Família etnobotânica	%
Arecaceae;	12,50%
Anacardiaceae e Rutaceae	9,38%
Annonaceae, Fabaceae, Myrtaceae, Moraceae, Malvaceae, Malpighiaceae, Mimosaceae, Lauraceae, Sapindaceae e Sterculiaceae,	6,25%
Bixaceae, Caryocaraceae, Clusiaceae, Humiriaceae, Oxalidaceae, Rubiaceae, Rosaceae.	3,13%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observa-se que os PFNM, nesse contexto, assumem papel de destaque na agricultura familiar, apresentando potencial de incentivo econômico e oportunidade para o incremento da

renda familiar dos agricultores/extrativistas, seja por meio de sua exploração em manejo ou em cultivos domesticados. Os resultados apontam que a exceção da feira da APOAM, cuja produção é voltada à oferta de plantas alimentícias não convencionais – PANC, identificou-se 32 espécies de PFNM comestíveis ofertados aos consumidores nas feiras da RMM.

Na Tabela 16, apresentamos a predominância de 24 famílias etnobotânica dos PFNM.

Tabela 16 - PFNM - Família etnobotânica – demais feiras.

Família etnobotânica	%
Arecaceae e Fabaceae	11,66%
Anacardiaceae	8,33%
Myrtaceae e Malvaceae	6,66%
Annonaceae, Cluseaceae, Moraceae e Rutaceae	5%
Lauraceae, Lecythidaceae, Malpighiaceae, Meliaceae e Sapindaceae	3,33%
Bixaceae, Burseraceae, Chrysobalanaceae, Humiraceae, Melastomataceae, Oxalidaceae, Rosaceae, Rubiaceae, Sapoticeae e Urticaceae.	1,66%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nas demais feiras, 60 espécies comestíveis e químicas foram identificadas (Tabela 17), apresentando uma variedade de cores e sabores, ofertadas na sazonalidade da produção. Percebe-se neste contexto que, a oferta de frutas tropicais convencionais e não convencionais no mercado da RMM é restrita, considerando a diversidade e a riqueza de espécies frutíferas comestíveis nos quintais das UAF.

Tabela 17. Checklist de PFNM comercializadas na RMM

Nome etnocomum	Nome científico	Família
Abacate	<i>Persea americana</i> -	Lauraceae
Abiu	<i>Pouteria caimito</i> -	Sapotaceae
Araçá-boi	<i>Eugenia stipitata</i>	Myrtaceae
Abricó	<i>Mammea americana</i>	Clusiaceae
Acerola (<i>Malpighia emarginata</i>	Malpighiaceae
Açaí	<i>E. precatória e E. oleracea</i>	Arecaceae
Andiroba (<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae
Araticum	<i>Annona spp</i>	Annonaceae
Bacuri (vários)	<i>Garcinia madruno/G. brasiliensis</i>	Clusiaceae
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Arecaceae
Biriba	<i>Rollinia deliciosa</i>	Annonaceae
Buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Arecaceae
Breu	<i>Protium heptaphyllum</i>	Burseraceae
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>	Malvaceae
Cajá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
Cajarana	<i>Spondias Lutea</i>	Meliaceae
Caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae
Camu-camu (<i>Myrciaria dubia</i>	Myrtaceae
Carambola	<i>Averrhoa carambola</i>	Oxalidaceae
Castanha-da-amazônia	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
Castanha-sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	Lecythidaceae
Coco	<i>Cocus nucifera</i>	Arecaceae
Copaíba	<i>Copaifera officinalis</i>	Fabaceae

Cupuí	<i>Theobroma subincanum</i>	Malvaceae
Cupuaçu	<i>Theobroma grandiflorum</i>	Malvaceae
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Fabaceae
Figo	<i>Ficus carica</i>	Moraceae
Goiaba	<i>Psidium guajava</i>	Myrtaceae
Goiaba-de-anta	<i>Bellucia dichotoma</i>	Melastomataceae
Graviola	<i>Annona muricata</i>	Annonaceae
Ingá	<i>Inga edulis</i>	Fabaceae
Jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	Moraceae
Jambo	<i>Eugenia sp</i>	Myrtaceae
Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Fabaceae
Jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>	Fabaceae
Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i>	FMoraceae
Limão Taity	<i>Citrus aurantifolia</i>	Rutaceae
Laranja	<i>Citrus X sinensis</i>	Rutaceae
Tangerina	<i>Citrus reticulata</i>	Rutaceae
Manga	<i>Mangifera indica L.</i>	Anacardiaceae
Mangostão	<i>Garcinia mangostana</i>	Clusiaceae
Mapati	<i>Pourouma cecropiifolia</i>	Urticaceae
Mari-mari	<i>Cassia leiandra</i>	Fabaceae
Mari/umari	<i>Poraqueiba sericeia Tul</i>	Icacinaceae
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	Malpighiaceae
Pajurá	<i>Couepia bracteosa Benth</i>	Chrysobalanaceae
Patauá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Arecaceae
Pitomba	<i>Talisia esculenta</i>	Sapindaceae
Preciosa	<i>Aniba duckei</i>	Lauraceae
Piquiá	<i>Caryocar villosum</i>	Anacardiaceae
Pupunha	<i>Bactris gasipaes</i>	Arecaceae
Rambutã	Sapindaceae)	Sapindaceae
Sapota-do-Solimões	<i>Quararibea cordata</i>	Malvaceae
Sorva	<i>Sorbus domestica</i>	Rosaceae
Tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Fabaceae
Taperebá	<i>Spondias mombin</i>	Anacardiaceae
Tucumã	<i>Astrocaryum aculeatum</i>	Arecaceae
Urucum	<i>Bixa orellana</i>	Bixaceae
Uxi	<i>Endopleura uchi</i>	Humiriaceae

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Verificou-se ainda que, além dos frutos ocorrem a oferta de produtos derivados de PFNM, (Figura 77), vários tipos de cipós da floresta, folhas de plantas medicinais, artesanatos e garrafadas de plantas medicinais dentre outros derivados (Tabela 18).

Tabela 18 - Outros derivados de PFNM comercializadas na RMM

Diversos		
Casca de castanha	<i>Bertolletia excelsa</i>	Lecitidaceae
Casca de jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	Fabaceae
Casca de jucá	<i>Caesalpinia ferrea</i>	Fabaceae
Casca de preciosa	<i>Aniba duckei</i>	Lauraceae
Casca de taperebá	<i>Spondias mobin</i>	Anacardiaceae
Casca de uxi	<i>Endopleura uchi</i>	Humiriaceae
Diversos tipos de breu	<i>Protium heptaphyllum</i>	Burseraceae
Licor de jenipapo	<i>Genipa americana</i>	Rubiaceae
Óleo de andiroba	<i>Carapa guianensis</i>	Meliaceae
Óleo de copaíba	<i>Copaifera officinalis</i>	Fabaceae
Polpa de açaí	<i>Euterpe precatória</i>	Arecaceae

Polpa de bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>	Areceaceae
Polpa de bacuri	<i>Garcinia ssp</i>	Clusiaceae
Polpa de buriti	<i>Mauritia flexuosa</i>	Areceaceae
Polpa de caju	<i>Anacardium occidentale</i>	Anacardiaceae
Polpa de camu-camu	<i>Myrciaria dubia</i>	Myrtaceae
Polpa de murici	<i>Byrsonima crassifolia</i>	Malpighiaceae
Polpa de tamarindo	<i>Tamarindus indica</i>	Fabaceae
Semente seca de cumaru	<i>Dipteryx odorata</i>	Fabaceae
Vinho de patauá	<i>Oenocarpus bataua</i>	Areceaceae

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Figura 77 - Produtos derivados de PFNM



Fonte: GOMES, E. (2015), SOUSA & ARAÚJO (2018/19).

3.9. Produto orgânico de produção agroecológica.

A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil teve início com publicação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003. Segundo a legislação, o produto orgânico pode ser in natura ou processado conforme define o Art. 2º.

Art. 2º. Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local. (BRASIL, 2003).

Em 27 de dezembro de 2007, o Decreto n. 6.323 regulamentou a referida Lei, instituiu o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo MAPA, com esclarecimentos sobre a produção, a certificação, a

comercialização, a fiscalização e exportação dos produtos orgânicos dentre outros tópicos, promovendo maior conscientização dos diversos setores nacionais sobre o uso de produtos orgânicos, prevendo um prazo de três anos para a organização definitiva do setor

O Decreto nº 6.323 dispõe no art. 6º sobre o período de conversão da área a ser cultivada, caso haja transferência da agricultura convencional para a agricultura orgânica.

O período de conversão da produção pode variar de acordo com o tipo de exploração e a utilização anterior da unidade de produção. Quanto à produção paralela, o processamento dos produtos orgânicos deve ser realizado de forma totalmente isolada dos produtos não orgânicos, no espaço ou no tempo. Quanto à comercialização, os produtos orgânicos deverão ser protegidos continuamente para que não se misturem com produtos não orgânicos e não tenham contato com materiais e substâncias cujo uso não esteja autorizado. (BRASIL, 2007).

Em janeiro de 2011, começou a vigorar em caráter definitivo a legislação coordenada pelo MAPA, por meio das Comissões Estaduais de Agricultura Orgânica (CEPORGs). Neste âmbito, com a normatização e outros instrumentos do uso do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica dos produtos orgânicos do Ministério da Agricultura, unifica a caracterização dos produtos orgânicos para o mercado, impulsionando o setor. Existem dois sistemas de garantia sobre a produção de orgânicos: a certificação participativa e de terceira parte.

O sistema de garantia de terceira parte é a certificação por auditoria externa, partir de inspeções nas propriedades rurais por organismos certificadores que verificam se a produção está em conformidade com os padrões de produção orgânica. A certificação participativa, denominada de Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), fundamenta-se nas relações de confiança e participação dos envolvidos no processo (produtores, consumidores, técnicos, organizações associativas e cooperativas, entre outros), garantindo a qualidade do produto (Figura 78), desde a produção até o consumo.

Figura 78 - Comprovante de cadastro do órgão fiscalizador



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Segundo Darolt (2003, p. 4), os consumidores de produtos orgânicos consideram que as características intrínsecas relacionadas à composição destes produtos são mais importantes do que a aparência e o sabor.

Outro fator importante na produção orgânica diz respeito à conservação ambiental (não polui a água, solo, ar...), diminuindo a degradação do ambiente, por não sofrerem influências de adição de produtos químicos e substâncias tóxicas aplicadas pela agricultura convencional. Destaca Zamberlan, et al., (2009, p. 7) que os alimentos além de saciar a fome das pessoas, expressam relações sociais. A alimentação define a identidade cultural de um grupo, além de nutrir (teores de carboidratos fibras, proteínas, sais minerais e vitaminas), os alimentos têm significados e símbolos e as mudanças sociais e culturais incidem diretamente no modo como as pessoas se alimentam.

A culinária do espaço agroalimentar da hinterlândia Amazônica, revela preferências gastronômicas nos mais diversos cardápios, e a substituição por condimentos, ervas, raízes... amazônica, revelam a adaptação de ingredientes, temperos, aromas e sabores, da influência multicultural, técnicas, utensílios..., reflexo da dieta alimentar (Figura 79) dos ancestrais.

Figura 79 - Reflexo da dieta alimentar



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

O naturalista Alfred Russel Wallace (1848) relata em sua obra “Viagens pelo Rio Amazonas e Negro” São povos que se dedicam à agricultura, tendo residências fixas, e cultivam vários produtos da lavoura, tais como:

mandioca (*Jatropha manihot*), cana-de-açúcar (*saccharwn officinarum*), batata-doce (*Convolvulus batatas*), cará, inhame (*Dioscorea speciosa*), palmeira pupunha (*Gulielma speciosa*), cocura (um fruto como uva), abacaxis (*Ananassa sativa*), milho (*Zea mays*), urucu ou arnoto (*Bixa Orellana*), bananas (*Musa speciosa*), abios (*Lucuma caimito*), cajueiro (*Anacardium occidentale*), ingás (*Inga speciosa*), pimenta (*capsicum speciosuum*), tabaco (*Nicotiana rabacum*) e plantas para tintas e cordoalhas. (WALLACE, 1848, p. 582).

Destaca o autor que a alimentação era consumida da mesma forma que os nativos de outrora. “A farinha, o arroz, o peixe salgado, raízes e as frutas, constituem o principal alimento dos índios e dos negros”.

A farinha prepara-se da raiz da mandioca ou *cassava*, da qual se faz também a tapioca. A farinha tem o aspecto de ervilhas do campo. Talvez seja mais parecida mesmo com serragem de madeira. Quando misturada com água, forma-se um caldo glutinoso, porém é um alimento muito nutritivo. Isto, com um pouco de peixe salgado, bananas, pimenta, laranjas e açaí (vinho tirado do coco de uma palmeira), constituem os principais alimentos. Além destes, comem ainda e muito apreciam as batatas-doces, inhames, milho cozido e muitos frutos da floresta. (WALLACE, 1848, p. 584).

Ressalta ainda que: “Dos frutos das palmeiras bacaba, patauá e açaí (*Enocarpus bacaba*, *Enocarpus patauá*, *Euterpe oleracea*) e outras espécies suas aliadas, fabricam várias bebidas, muito nutritivas e muito saudáveis. (Wallace, 1848, p. 577).

Com efeito, esses pratos, por serem rústicos e exóticos ao paladar do naturalista, relata:

Tive ocasião de comer ali, a curiosa erva fluvial denominada *caruru*, que cresce nos rochedos: experimentamo-la como salada e também cozida com peixe; de qualquer maneira, é muito gostosa; e, quando cozida, muito se parece com espinafre (WALLACE, 1848, p. 435).

Além dessa, outras ervas regionais são transcritas no refinado paladar de João Daniel (T. II, 1976).

Com a mesma abundância crescem sem cultura outras ervas como são os espinafres, bredos, beldroegas, e muitas outras, de que naquele Estado, se não faz caso. Visto falarmos em verduras, e hortaliças, em seladas, e refrescos tão estimados em todo o mundo, e tão convenientes ao Estado do Amazonas para refrigerar os seus intensos calores, apontarei aqui algumas espécies de hortaliças in gratiam* (em benefício) dos seus moradores, persuadido, a que com força se irá povoando, pelos muitos europeos, que concorrerão a aproveitar-se do seu grande tesouro, e riquezas; (DANIEL, T. II, 1976, p. 314).

Por conseguinte, em relação ao consumo dos alimentos orgânicos, boa parte da produção é para subsistência dos agricultores familiares, o excedente é comercializado para aquisição de alimentos industrializados e bens de consumo duráveis.

Os produtos mais comercializados são as frutas, hortaliças e legumes. Aliás, como afirma Bourdieu (2007, p. 20) ao explicar a emergência dos mercados, denominando-os como a orquestração objetiva de duas lógicas relativamente independentes: a do campo da oferta (no qual os produtos são feitos) e a do campo da demanda (no qual os gostos são construídos).

Os argumentos aqui construídos assumem nos pressupostos da sociologia dos gostos de Pierre Bourdieu (2008), ao definir que um gosto legítimo correspondente aos estratos cultural e economicamente mais favorecidos. "Convém evitar a confusão entre gosto e gastronomia. Se o gosto é o dom natural de reconhecer e apreciar a perfeição, ao contrário, a gastronomia é o conjunto das regras que presidem a cultura e a educação do gosto. (BOURDIEU, 2008, p. 66).

O gosto não é apenas uma simples dimensão entre outras: ele é, sim, a principal expressão da posição ocupada no espaço social das classes mais favorecidas em termos de capital econômico e cultural se caracteriza por: discrição, elegância, espaços onde o popular não se faz presente, com produtos raros, plenos de valores simbólicos e preços elevados, e interditos aos que não dispõem de capital cultural e econômico. (BOURDIEU, 2008, p. 56).

Nesse sentido, o gosto (paladar) funciona como orientador do indivíduo, afirma Bourdieu (2008, p. 56), que o habitus pode ser definido por estruturas

estruturadas (construídas socialmente) e estruturantes (capazes de orientar as práticas dos agentes). A distinção social visa essencialmente a construção de três tipos de gostos: gosto legítimo, digno das classes mais favorecidas em termos de capital cultural e econômico; o gosto médio, associado classe média; o gosto popular, vinculado aos menos favorecidos e que varia em razão inversa ao capital escolar (BOURDIEU, 2008, p. 56).

Neste contexto o grande desafio dos agricultores familiares da hinterlândia Amazônica de produtos orgânicos, com adoção de tecnologias que se caracteriza pelo uso de insumos alternativos, oriundo de tecnologias naturais, integrantes do conjunto produtivo (floresta, animais e agricultura) na produção de defensivos e adubos orgânicos naturais, sem o uso de agroquímicos, consiste na certificação para comercialização.

Na prática, trata-se de um consumidor ocasional e pouco comprometido com a causa da sustentabilidade, em geral desconhecem estas formas de produção. Os espaços onde os produtos orgânicos se fazem presente, plenos de valores simbólicos, estabelecem relações sociais (agricultores familiares x consumidores) saudáveis, troca de confiança e conhecimentos por produtos ecológicos, isentos de substâncias químicas e geneticamente modificados. Assim o ato de comer é tão importante quanto as necessidades vitais, com um novo estilo de vida saudável, ligados aos meios de manutenção do agroecossistemas amazônico.

Neste conceito, a agricultura familiar enfoca o sistema de produção orgânico, cujo objetivo principal é a combinação de sistemas de produção agrícolas integrados aos aspectos

da sustentabilidade ambiental, social e econômica, extraindo o máximo possível dos recursos renováveis de nutrição vegetal animal e humana, insumos estes usados na produção, originários do manejo e processos produtivos da UAF.

Na terminologia o conceito de “orgânico” não se refere somente aos insumos utilizados na produção, compreendem todas as partes integrantes da UAF, o homem, o solo, os micro e macro organismos, os minerais, as plantas, os insetos, a matéria orgânica, funcionando como um organismo, compondo um ecossistema ou agroecossistemas.

Deste modo, a agroecologia, concebe o funcionamento da natureza nos agroecossistemas, através de uma metodologia própria, integrando os princípios agroecológicos na avaliação e compreensão dos sistemas agrícolas como um todo.

Nesta dissertação não nos cabe particularizar os caminhos percorridos por esse movimento no Brasil, influenciando os movimentos agroecológicos, particularmente na Amazônia, cuja produção agroecológica é proveniente do agroextrativismo.

Segundo Araújo et al., (2016), a agricultura familiar e a agroecologia surgem como

ferramenta adequada não só para a promoção de um estilo de agricultura natural, mas também, orienta como lidar com a produção, circulação e validação do reconhecimento da produção sustentável para definição de políticas públicas e de pesquisa de científica e tecnológica para o desenvolvimento local, tendo como preocupação a construção de uma sociedade sustentável com princípios éticos onde não se aceita linearmente que mais tecnológica signifique mais produtividade. (ARAÚJO et al., 2016, p. 3).

Para Sousa, et al., (2015), a composição de espécies dos quintais agroflorestais, ou pomar caseiro (Figura 80), permite a combinação de culturas agrícolas e árvores de múltiplos

usos, de forma a atender à maioria das necessidades básicas das populações locais...As práticas agroecológicas nos quintais produtivos, hortaliças, frutas e verduras produzidas em hortas de pequena escala, sem o uso de agrotóxicos, oriundas do extrativismo vegetal, ou do manejo agroflorestal da agricultura familiar tem influência direta sobre a segurança alimentar e nutricional, resultando em uma variedade de produtos da horticultura. (SOUSA, et al., 2015, p. 4).

Neste contexto a agricultura familiar e orgânica abarca um grupo diversificado de correntes agrícolas (natural, biológica, biodinâmica) que mantém diversos pontos em comum bem como suas especificidades. Merece destaque, a agroecologia, dentre as correntes de atuação (ALTIERI, 2014; GLIESSMAN, 2013; CAPORAL, 2009 dentre outros, nos diferentes sistemas de produção agroecológica por promover a prática de uma agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

Figura 80 - Pomar caseiro



Fonte: ARAÚJO, M.I. 2018.

3.9.1 Checklist de PANC comercializadas na RMM.

Observou-se que nos quintais das UAF dos agricultores familiares destaca-se o cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), nativas e não nativas, cultivadas nos agroecossistemas orgânicos. As PANC são espécies de hortaliças (caules, folhas, flores, frutos, raízes e sementes) com potencial alimentício que não fazem parte do consumo usual dos consumidores atuais, sendo comercializadas em geral em feiras regionais.

As feiras e mercados de Manaus oferecem uma variedade de produtos da horticultura amazônica, denominados de plantas alimentícias não convencionais (PANC), originárias das Américas ou de outros continentes. São hortaliças e frutas produzidas em hortas de pequena escala, sem o uso de agrotóxicos, ou oriundas do extrativismo vegetal ou do manejo agroflorestal da agricultura familiar.

Assim uma nova realidade se apresenta na produção de produtos orgânicos, o cultivo agrícola exige algumas práticas comuns no processo de Transição da Agricultura Convencional para a Agricultura Orgânica, inicialmente o processo está pautado na observação e no rigor dos métodos aliados às práticas conhecidas e utilizadas no meio onde estão inseridos os agricultores familiares, exigindo no primeiro momento experimentação constante à elaboração de adubos orgânicos, utilizando o que existe no lugar no processo de

decomposição biológica da matéria orgânica (compostagem) contida nos resíduos vegetais e animais.

A compostagem dos resíduos orgânicos gerados nas dependências das UAF, para adubação dos canteiros de PANC, são processadas por meio do ajuri. Segundo a CT N. 76, Embrapa, 2005, o composto é feito sobrepondo os resíduos orgânicos, formando-se pilhas ou leiras, com ventilação natural. A montagem da leira é realizada alternando-se os diferentes tipos de resíduos (Figura 81) em camadas com espessura em torno de 20 cm. O tempo que o processo pode levar depende do tipo de resíduos orgânicos utilizados, em média de 90 a 120 dias. Ao intercalar camadas com esterco de qualquer animal, o mesmo funciona como inóculo de microrganismos e o processo tende a ser muito mais rápido.

Figura 81 - Composto orgânico para cultivo de PANC



Fonte: ARAÚJO, M.I. 2018.

Nesse encaminhamento, a feira da APOAM - Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas, primeira feira de produtos de base agroecológica da RMM, inaugurada em outubro de 2010. O objetivo da criação da feira foi garantir um mercado específico para os produtos cultivados no sistema de base agroecológica, um produto natural, ausente de substâncias químicas, (agrotóxicos, defensivos agrícolas e outros venenos) que fazer mal à saúde humana. Sendo esta feira o principal vínculo comercial entre os agricultores e consumidores, o que lhes garante uma renda familiar.

Em 10 out. 2017 inaugurou a segunda feira com venda de produtos orgânicos da RMM, no pátio da Superintendência Regional do Incra, na Avenida André Araújo, nº 901, bairro Aleixo, em Manaus, às quintas-feiras das 16h às 19h. A feira assegura a oferta de produtos orgânicos à população local, promove o consumo consciente e um modo de vida mais sustentável, atendendo à crescente demanda por esse tipo de alimento.

Os produtores orgânicos que comercializam nas feiras, cadastrados junto ao Mapa - Organismos de Controle Social (OCS) são as seguintes: Associação dos Produtores Orgânicos

no Estado do Amazonas (Apoam); Associação dos Agricultores da Comunidade São Francisco de Assis (Rio Preto da Eva); Grupo Renascer (Careiro da Várzea); Grupo São Francisco de Assis, (Iranduba) e Grupo Buriti (Manaus).

Segundo Kinupp e Lorenzi (2014), PANC nada mais é do que um acrônimo para tentar contemplar as ‘Plantas Alimentícias Não Convencionais’, ou seja,

plantas que possuem uma ou mais das categorias de uso alimentício citada(s) mesmo que não sejam comuns, não sejam corriqueiras não sejam do dia a dia da grande maioria da população de uma região, de um país ou mesmo do planeta, já que temos atualmente uma alimentação básica muito homogênea, monótona e globalizada (KINUPP e LORENZI, 2014, p.14).

A comercialização das PANC feiras da RMM representa os princípios agroecológico e garantia de qualidade das exigências dos consumidores. Com visitas nos locais específicos de comercialização dos produtos orgânicos (APOAM, INCRA), visando caracterizar a comercialização da produção proveniente da agricultura familiar na RMM, foram registrados 40 produtos, com maior oferta de comercializadas nas feiras (Figura 82)., listados na tabela 19.- Checklist de PANC.

Figura 82 - Cultivo de PANC



Fonte: ARAÚJO, M.I. 2018.

Tabela 19. Checklist de PANC.

Nome comum	Nome científico	Família
Agrião	<i>Nasturtium officinale</i>	Brassicaceae
Alfavaca	<i>Ocimum campechianum</i>	Lamiaceae
Almeirão	<i>Cichorium intybus</i>	Asteraceae
Araçá	<i>Psidium cattleianum</i>	Myrtaceae
Araruta	<i>Maranta arundinacea</i>	Marantaceae
Ariá	<i>Calathea allouia</i>	Marantaceae
Beldroega	<i>Portulaca oleracea</i>	Portulacaceae
Bertalha	<i>Basella alba</i>	Baselácea
Beterraba (broto)	<i>Beta</i>	Amarantaceae
Capim-limão	<i>Cymbopogon citratus</i>	Poaceae
Cará-do-ar	<i>Dioscorea bulbifera</i>	Dioscoreaceae
Cariru	<i>Talinum triangulare</i>	Portulacaceae
Chicória	<i>Eryngium foetidum</i>	Asteraceae
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	Apiaceae
Corama	<i>Bryophyllum pinnatum</i>	Crassulaceae
Crista-de-galo	<i>Celosia cristata</i>	Amaranthaceae
Cubiu	<i>Solanum sessiliflorum</i>	Solanaceae
Escarola	<i>Cichorium endivia</i>	Asteraceae
Espinafre-amazônico	<i>Alternanthera sessilis</i>	Amaranthaceae
Feijão Guandu	<i>Cajanus cajan</i>	Fabaceae
Feijão-de-metro	<i>Vigna unguiculata sub sp.</i>	Fabaceae
Feijão-macuco	<i>Pachyrhizus tuberosus</i>	Fabaceae
Figo-roxo	<i>Ficus carica</i>	Moraceae
Fisális (camapu)	<i>Physalis peruviana</i>	Solanaceae
Folha-doce	<i>Sauropus androgynus</i>	Phyllanthaceae
Hortelã	<i>Mentha spicata</i>	Lamiaceae
Inhame	<i>Colocasia esculenta</i>	Dioscoreaceae
Jambu	<i>Acmella oleracea</i>	Asteraceae
Mangarataia/Gengibre	<i>Zingiber officinale</i>	Zingiberaceae
Mastruz	<i>Coronopus didymus.</i>	Brassicaceae
Ora-pro-nóbis	<i>Pereskia aculeata</i>	Cactaceae
Peixinho-da-horta	<i>Stachys lanata L</i>	Lamiaceae
Pepino-do-mato	<i>Ambelania acida</i>	Cucurbitaceae
Quiabo-de-metro	<i>Trichosanthes cucumerina</i>	Cucurbitaceae
Rúcula	<i>Eruca vesicaria ssp.</i>	Brassicaceae
Salsa	<i>Petroselinum crispum</i>	Apiaceae
Taioba	<i>Xanthosoma taioba</i>	Araceae
Trevo	<i>Trifolium</i>	Fabaceae
Urucum	<i>Bixaorellana</i>	Bixaceae
Vinagreira	<i>Hibiscus sabdariffae</i>	Malvaceae

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

É oportuno destacar que dentre as espécies comercializadas de plantas alimentícias não convencionais (PANC), revelam as preferências dos consumidores por novos sabores na dieta alimentar.

A predominância das famílias foram: 1% Apiaceae, Araceae, Basélácea, Bixaceae, Brassicaceae, Cactaceae, Crassulaceae, Malvaceae, Moraceae, Myrtaceae, Phyllanthaceae, Poaceae, Solanaceae, Zingiberaceae; 2% Amaranthaceae, Cucurbitaceae, Dioscoreaceae, Lamiaceae, Marantaceae, Portulacaceae e 3% Asteraceae e Fabaceae.

Neste contexto a produção agroalimentar nas UAF se consolidam como importante elemento de reprodução econômica e social, com a oferta de diversas espécies, provenientes dos quintais agroflorestais, uma variedades de sabores e cores, que apesar de não ser ofertada em grandes quantidades, a diversidade desses produtos é o que chama a atenção dos frequentadores das feiras, gerando a troca de saberes, entre os feirantes e consumidores, num ritual de experimentar, provar e multiplicar essas riquezas de espécies (Figura 83) e variedades da hortifruticultura tropical.

Figura 83 - Variedades da hortifruticultura



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

3.10 Outros trabalho em ajuri

Esta etapa do trabalho de campo possibilitou o conhecimento de outros tipos de ajuri (Figura 84) que participam, por ocasião da aplicação do questionário da pesquisa, os resultados obtidos estão discriminados na Tabela 20 a seguir.

Figura 84 - Outros trabalhos em ajuri



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Galvão (1959) descreve o processo tradicional de ajuda mútua entre homens e mulheres do mundo rural, como uma instituição universal,

cultivada geralmente nos grupos primários, onde o organizador, necessitando de uma rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, a solicita dos seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-la nas mesmas circunstâncias, tão logo lhe seja pedida essa retribuição. (GALVÃO, 1959, p. 16).

Compreende assim que o processo de ajuri apresenta inúmeros potenciais vinculado às peculiaridades culturais locais. Desta forma, o conhecimento tradicional atrelado as práticas diárias, trazem perspectivas de sustentabilidade para os agricultores familiares, decorrente das relações de confiança, integração e reciprocidade coletiva, para alcançar uma igualdade social e ambiental. propiciando um contato pessoal na vida diária.

Tabela 20 - Outros trabalhos em ajuri

TIPO DE AJURI	AÇÃO
1. Agrícola	Individual e Coletivo (destoca, capina, roça, adubação, plantio, tratos culturais).
2. Cidadania	Ação coletiva de diferentes atividades profissionais para atender as demandas dos sujeitos - emissão de CI, CTPS, corte de cabelo, palestras sobre regularização fundiária, comercialização da produção agrícolas, segurança alimentar...
3. Comida	Preparo das refeições para alimentar as pessoas que vão trabalhar nos ajuris em andamento...
4. Comunitário	Realizado quando já existe o bem na comunidade e é necessário que seja realizado algum reparo ou mesmo reconstrução, como consertos de telhado, troca da madeira das paredes da associação, conservação das estradas...
4. Consórcio	Ação elencada pela comunidade para aquisição de bens (implementos agrícolas moto serra, roçadeira, podão, perfurador de solo, triturador...)
6. Familiar	Festas familiares - aniversário, casamento...
7. Lazer	Lazer, passeios, excursões...
8. Limpeza	Limpeza da associação, familiar...
9. Religioso	Festas e tradições religiosas - folias, rezas, novenas, terços...
10. Saúde	Ação em conjunto à Atenção Básica de Saúde da UFAM, Saúde Preventiva...
11. Social	Geralmente ocorre em determinados festejos na comunidade para a aquisição de algum bem necessário à coletividade, como bomba de água, caixa de água...
12. Socioambiental	Ações que afetam a relação com o meio ambiente, distribuição e plantio de mudas...

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

3.11 O valor pecuniário do trabalho em ajuri

Os agricultores familiares, em contato com a difícil realidade vivenciada na hinterlândia Amazônica, porém ao mesmo tempo em que essas intempéries da vida os rondam, encontram na prática do trabalho coletivo em ajuri, a confiança em si mesmo, protagonizando a garantia de sobrevivência, nas condições naturais da hinterlândia Amazônica.

O trabalho coletivo deriva de um processo construído por valores que fazem parte da constituição social dos agentes partícipes, resgatados na memória biocultural, revelando uma diversidade multicultural de símbolos e significados. O processo ocorre em todos os espaços da comunidade e preferencialmente no espaço agroalimentar, mediante a organização social e solidária da comunidade, onde se exercita o trabalho coletivo denominado de ajuri.

O trabalho (isto é, a ação humana sobre a natureza) possibilitou o aparecimento e a formação do ser social, nesse cenário, o trabalho compreende não apenas ao ato de

sobrevivência, tampouco se resume à sua expressão mercantil, trata-se do fio condutor do processo de autoconstrução do homem pelo homem, revelando práxis multiculturais expressas nas manifestações dos saberes socioeconômicos e culturais, construído por valores que fazem parte da constituição social dos povos da hinterlândia Amazônica, presentes em todo o processo de produção agrícola, social, econômico e ambiental, com a ação do trabalho coletivo, social, denominado de ajuri.

Esse quiasmo nas contribuições práticas do trabalho coletivo em ajuri envolvem diferentes saberes na formação sociocultural, econômica e ambiental dos habitantes do ecossistema amazônico, na dinâmica do manejo dos recursos naturais e nas práticas dos agroecossistemas da região amazônica.

Evidencia-se nesse discurso que, embora a prática do trabalho coletivo em ajuri se ancore na ideia de que o espaço, seja público ou privado, é a ação coletiva, solidária e responsável, que deverá resolver todas as situações a ele relacionadas.

A investigação em tela tipifica a execução do processo de ajuri (fundamento teórico e empírico) sobre os custos e renda da produção convencional com plantio em 1 ha do cultivo de mandioca (Tabela 21).

O material coletado constitui-se de registro dos Custos de Produção (CP) referentes às despesas nos agroecossistemas em estudo.

As informações técnicas de produção sobre os custos surgiram com a finalidade de adequar uma estrutura dos Custos de Produção para tornar-se mais objetiva e próxima dos conceitos de custo.

Os Custos de Produção pode ser otimizados na agricultura familiar por causa dos baixos custos com os insumos, maquinas e implementos agrícolas utilizados no cultivo da mandioca, considerando o trabalho em regime de ajuri.

Nesse sentido, não se pode confundir rentabilidade com lucratividade, pois o primeiro termo se refere ao quanto uma atividade poderá remunerar o capital que nele foi investido, enquanto que o segundo - a lucratividade - diz respeito ao quanto um produto deixa de resultado em relação a seu preço de venda e seus custos de produção.

Neste sistema de produção, cujo processo é feito manualmente (Figura 85), as recomendações para o plantio de mandioca foram consideradas as contidas na Circular Técnica n. 23. Embrapa (Dias et al (2004), seguidas das conversas participativas com os agricultores familiares. (ver item: 3.6.1 Plantio de mandioca (*Manihot Esculenta*)).

Tabela 21 - Estimativa de custo do cultivo de 1,0 há de mandioca (11/2018).

ESTIMATIVA DE CUSTO DE PRODUÇÃO				
Descrição	Unid.	Quant.	Unit. R\$	Sistema Tradicional R\$
1. Insumos				
Maniva sementes	m3	5	20,00	100,00
Formicida	kg	15	10,00	150,00
Subtotal				250,00
2. Preparo da área				
Broca/aceiro	d/h	10	50,00	500,00
Derruba/rebaixamento	d/h	10	50,00	500,00
Coivara	d/h	10	50,00	500,00
Enleiramento	h/t	5	50,00	250,00
Destoca	h/t	5	50,00	250,00
Construção leiras (camalhões)	h/t	5	50,00	250,00
Subtotal				2.250,00
3. Plantio				
Transporte maniva	d/h	1	50,00	50,00
Seleção e preparo de maniva	d/h	2	50,00	100,00
Coveamento, enterra...	d/h	10	50,00	500,00
Subtotal				650,00
4. Tratos culturais				
Capinas manuais	d/h	10	50,00	500,00
Subtotal				500,00
5. Colheita				
Raiz (corte, amontoa... (12t/ha)	d/h	10	50,00	500,00
Arranque	d/h	10	50,00	500,00
Corte amontoa	d/h	10	50,00	500,00
Transporte casa de farinha	d/h	2	50,00	100,00
Subtotal				1.600,00
Total R\$				5.250,00

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Neste contexto, o equivalente dos Custos de Produção no plantio de 1 ha de mandioca de acordo com a CT Embrapa (Dias et al, 2004) na produção do sistema de derruba com queima da capoeira, a estimativa do custo é de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais).

Figura 85 - Processo manual de produção da farinha de mandioca



Fonte: SOUSA, S.G.A. (2019).

Na configuração do *quantum*, como vantagem pecuniária no cultivo da mandioca a estimativa do custo seria em torno de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), de acordo com as rubricas do sistema produtivo proposto na Tabela 21, cuja produtividade variando de 12-15/t/ha, apresentado em média 12,5 t, por ha de mandioca.

A mandiocultura também incrementa outras atividades econômicas na propriedade, tais como a comercialização da produção (feixe de maniva, goma, tucupi, farinha, tapioca, beiju...). Neste contexto adotou-se a hipótese da evolução econômica financeira, considerando o *quantum* pecuniário do trabalho em ajuri, visto que no processo de ajuri, o plantio de um hectares de mandioca é bem mais trabalhoso porque não tem a queima, o trabalho de corte e a trituração da capoeira é feita com facão para espalhar o material na área.

Comprendemos assim, não ser possível quantificar o valor pecuniário do trabalho em ajuri, visto que o mesmo seria bem maior que o valor atribuído no sistema tradicional na tabela da Embrapa.

O ajuri neste contexto adquire um valor bem maior, algo em torno de R\$ 7.000,00 a R\$ 8.000,00 (Sete a oito mil reais) considerando que, no trabalho em ajuri não se tem tecnologia adequada para realizar o trabalho, o processo é manual e, para minimizar esse labor, utilizam as ferramentas que possuem (motosserra, roçadeira, podão) que utiliza combustíveis fósseis, agregando assim maior valor na produção. Adaptando na prática, espaços (área de produção), utensílios e ferramentas que dispõem (Figura 86).

Figura 86 - Utensílios e ferramentas utilizados



Fonte: SOUSA, S.G.A. (2019)

Quanto ao índice de rentabilidade, estima-se a produção da mandioca em torno de 40 (12-15/t/há, media de 12,5 t) sacos de farinha, equivalente a 20 % da produção da raiz para comercialização ao valor por saca (Tabela 22). De igual forma para o cálculo do valor da renda (com e sem o trabalho em ajuri), entendido o *quantum* o produto deixa de resultado em relação a seu preço de venda nos custos de sua produção (Tabela 21) com o regime de trabalho em ajuri, considerando este valor de mercado para consumo próprio.

Tabela 22 - Produção e comercialização

PREÇO COMERCIALIZAÇÃO				
Produção	Unid.	Quant.	Unit. R\$	Total R\$
Farinha	60 kg	40	120,00	4.800,00
Consumo	-	20	120,00	2.400,00
Lucro 1º ano		\bar{x}		2.400,00

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

De acordo com as análises deste estudo, o índice de rentabilidade, considerando-se os custos de mandioca (Tabela 21 e 22), pode-se inferir que o percentual de rentabilidade constitui-se em um importante indicador econômico para os agricultores familiares nos agroecossistemas implantados, com a participação dos agricultores familiares no trabalho em regime de ajuri, apresentando renda extra e diferenciada em relação ao plantio em sistema convencional cujo valor pecuniário, considerando-se apenas os custos explícitos, ou seja,

aqueles inevitáveis. Ressalte-se que o cultivo de mandioca, nos dois agroecossistemas investigados (Figura 87), decorrentes das alterações na paisagem e da época do plantio. Os índices apresentados são meramente informativo para avaliação da produção e rentabilidade decorrente da adoção do trabalho em ajuri pelos agricultores familiares utilizando técnicas agroecológicas.

Figura 87 - Cultivo de mandioca nos agroecossistemas amazônico



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Considerando-se os preços relativos dos fatores de produção e dos produtos vigentes na época da análise, argui-se que, do ponto de vista econômico, o sistema de produção de mandioca no regime de ajuri é mais viável do que o sistema de produção convencional com pagamento de mão-de-obra, tanto quando se comercialize a raiz como quando se comercializa os demais derivados.

3.12 Permanência e resistência

Os agricultores familiares, nesse espaço agroalimentar operam com complementaridade as práticas solidárias de ajuri nas atividades agrícolas consideradas sagradas como soberania alimentar, contra as atividades do agronegócio, o uso indiscriminado de agroquímicos, através da ação antrópica das queimadas na floresta para pastagens, causando grandes entraves para as comunidades que vivem nessas áreas.

Para tanto, conciliar a valorização, conservação e preservação da agrobiodiversidade amazônica aos interesses políticos e socioeconômicos dos agricultores familiares para obter mão-de-obra, apoio, ajuda na lida diária nos roçados, manejo dos quintais agroflorestais... e, principalmente pela ausência de políticas públicas, a exemplo dos serviços de manutenção, corte e poda das árvores que afetam a fiação elétrica, manutenção dos ramais, dentre outros. começa, primeiramente, por adesão individual, voluntária e solidária, ou seja, em um pacto (dever) entre agricultores familiares da comunidade que produzem, consomem e comercializam o excedente, constituindo uma teia de interdependência (relações sociais) (Figura 88) organizada nos trabalhos em ajuri.

Figura 88 - Teia de interdependência nos trabalhos em ajuri



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Neste contexto, segundo Araújo et al (2017) os agricultores familiares apresentam práticas fundadas nas relações de auxílio mútuo, sem uma formalização/regulamentação desse processo, que guiam as ações de modo participativo quanto às atividades produtivas, sociais e ambientais, respaldados no conhecimento da memória biocultural, preservadas culturalmente, de forma compartilhada,

dialógica e integrada com os saberes ancestrais presentes em cada grupo familiar da associação, embasados nos pressupostos da economia solidária, na qual prevalecem a valorização do trabalho humano com práticas alicerçadas nas relações de solidariedade e colaboração, inspiradas por valores culturais com respeito à natureza, onde as riquezas estejam distribuídas e a biodiversidade preservada, garantindo qualidade de vida para seus associados. (ARAÚJO et al, 2017, p. 2).

Segundo Fraxe (2004, p. 73), o ajuri é uma prática habitual e faz parte da tradição da comunidade rural e marca a oposição entre o ontem, quando esse tipo de organização, de ajuda mútua no trabalho do roçado era mais frequente, e o hoje, caracterizado pela diminuição dessa prática.

Por outro lado Matos (2015, p. 210) argumenta que o ajuri [...] por conveniência, [...] é o preferido pelas comunidades atuais, se contrapondo ao ajuri interdependente e solidário, isto se deve pela força da reprodução do capital nas comunidades tradicionais da Amazônia.

Assim, os agricultores familiares constroem seus agroecossistemas, manejando os recursos ambientais e naturais, com práticas de ajuri, compartilhada de forma dialógica (Figura 89), integrada com os saberes ancestrais presentes em cada grupo familiar da comunidade nas várias atividades de implantação e manejo dos quintais agroflorestais, que resultaram das experiências e partilhas de conhecimentos tradicionais do manejo do solo e o cultivo de diferentes espécies vegetal, gerando diversificados produtos agroecológicos, garantindo soberania alimentar e renda, aos agricultores familiares, a partir dessas agroflorestas.

Figura 89 - Práticas de ajuri dialógicas



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

Nesta perspectiva importa-nos atentar para as relações sociais engendradas nessas redes de interdependências, principalmente no espaço físico da UAF em suas mais variadas

formas de inter-relação com os trabalhos em ajuris, considerando que a produção não é volumosa e o grupo familiar (geralmente é o só o casal) é pequeno, sendo limitada a área de cultivo, plantio, fabricação e aplicação de composto orgânico.

Ao refletir sobre a relação homem-natureza na Amazônia, afirma Camargo (2013, p. 22) que “vive-se um momento em que os elementos ambientais são vistos como uma mercadoria, por meio do qual o sistema de produção tenta imperar sobre as relações de solidariedade, parentesco e o cotidiano das pessoas”.

Partindo-se do pressuposto da inter-relação nos espaços de produção segundo Araújo et al (2016) revelam-se diferentes interações nos grupos sociais, sejam nas atividades sociais, econômicas e ambientais,

como alternativas de participação comunitária e democrática como garantia dos direitos de cidadania, no manejo, conservação e preservação da biodiversidade, na garantia de direitos da soberania e segurança alimentar, influenciados pelo multiculturalismo do “fazer coletivo”. Todos esses processos advindos desta forma, a partir das necessidades de superação aos desafios locais, constituem uma nova forma de organização comunitária, objetivando o bem estar social, econômico e ambiental, denominado de ‘Ajuri’. (ARAÚJO et al., 2016a, p. 2393).

Cujas ações coletivas são realizadas em diversas comunidades, a partir da realidade local de cada núcleo familiar, associados ou na da APOAM, firmados no compromisso da preservação e conservação ambiental, na cultura tradicional, na sustentabilidade da produção e consumo alimentar, resgatados da memória biocultural.

A percepção dos anseios da comunidade, suas inquietudes, preocupações e as dificuldades na realização de suas aspirações são determinantes no relacionamento dos comunitários, transformando práticas laborais de responsabilidade social numa política social muito mais abrangente e objetiva, desprovidos de recursos financeiros para contratar empregados, instituindo na forma de direitos igualitários a divisão do trabalho em ajuri, de modo mais abrangente onde todos são beneficiados.

A lógica desse modo de regime de trabalho em ajuri dos agricultores familiares, ao priorizar a divisão do trabalho de forma solidária, permanente e resistente, nos remete ao pensamento durkheimiano (1999) sobre a divisão de trabalho que é o elemento central da solidariedade especial: "Sem dúvida, parece que a opinião se inclina cada vez mais no sentido de tornar a divisão do trabalho uma regra imperativa de conduta, a impô-la como um dever" (Durkheim, 1999, p. 4). Nesse aspecto, a divisão do trabalho em ajuri é um conjunto de regras de ser e agir que identifica os indivíduos, com características específicas que determinam o agir de cada indivíduo conforme a sua sociedade na forma de regra instituída.

[...] há em cada uma de nossas consciências, como dissemos, duas consciências: uma que é comum a nós e ao nosso grupo inteiro e que, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade que vive e age em nós: a outra que, ao contrário, só nos representa no que temos de pessoal e distinto, no que traz de nós indivíduos (DURKHEIM. 1999, p. 106).

Com o aumento da concorrência e a atuação nas feiras da RMM, há um incremento nas potencialidades da participação comunitária por meio de ajuri que envolve diretamente os agricultores familiares na realização de ações sociais (festas, reuniões, comemorações), orientados pela demanda de melhorias na UAF e na UPF locais, passando a incentivar a prática de ajuri incessantemente, garantindo significantes reduções de custos nas atividades agrobiodiversas, aumento da produção e coesão social (Figura 90) entre os partícipes do ajuri.

Figura 90 - Coesão social



Fonte: SOUSA, S.G.A. (2018/19).

A solidariedade entre os agricultores familiares formam vínculos de valores geracionais (Figura 91) que se misturam por e entre gerações, fundem-se culturas e sentimentos de pertencimentos, conforme relato de Jucá (*Caesalpinia férrea*):

Quando cheguei aqui, eu não gostava, não participava dos ajuris, eu era acostumado a trabalhar sozinho, aí ficou difícil cuidar do sítio sozinho, eu via os serviços dos companheiros, eles podiam vender nas feiras o plantio, tinha o carro da prefeitura que vinha buscar a produção, e eu não podia vender lá porque não era orgânico, eu usava veneno nas minhas plantas, foi aí que aprendi que sozinho, que sem apoio dos vizinhos, da prefeitura, do pessoal da Embrapa, da Professora, eu não ia pra frente, eu precisava de ajuda para plantar, apoio na lida. O ajuri é muito importante. Sem ele não se pode fazer nada sozinho por aqui, as dificuldades são grandes, precisamos de muitas coisas. Às vezes, mesmo fazendo o ajuri falta assistência técnica". (ARAÚJO, CAESALPINIA FÉRREA. 2018).

Figura 91 - Vínculos de valores geracionais

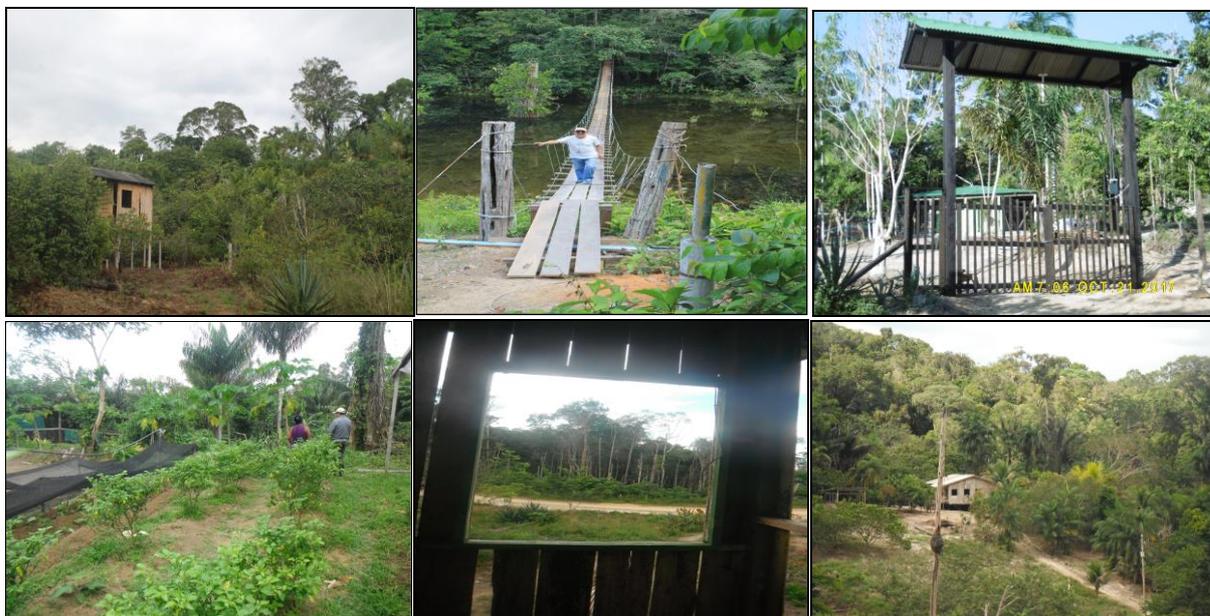


Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018/19).

Neste ponto cabe ressaltar o simbolismo presentes na percepção (visual) do espaço agroalimentar (Figura 92), revelando a identidade étnica e cultural, aprendidos de modo singular, segundo seus saberes e costumes, formando um complexo processo de interação, ideias, atitudes, valores, opiniões, ações, sentimentos, crenças, atitudes, filosofia de vida de cada indivíduo do grupo, constituindo influência recíproca nas relações formais e informais

na formação da teia de interdependência no espaço de produção cultural, agroalimentar, social, econômico e ambiental.

Figura 92 - Percepção visual do espaço agroalimentar



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2017).

Dessa forma Lefévre (1976) concebe o espaço como *locos* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade sobre o espaço,

“Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção.” (LEFÉVRE, 1976, p. 34)

O que significa dizer que, organizar outra forma de trabalho é organizar outra forma de relação social, possibilitando a passagem do ser social a dimensão ética de conservação/preservação da natureza, considerando uma nova forma de pensar e reconhecer os sistemas complexos da biodiversidade que nos situamos como possuidor de uma enorme variedade e diversidade física, biológica e social nos diversos níveis da natureza como garantia dos meios de vida (Figura 93), cujo excedente comercializam nas feiras da RMM.

Ressalta Candido (1979, p. 23): Da correlação entre as necessidades e a sua satisfação é que depende, em boa medida, o equilíbrio social. E o trabalho é o meio pelo qual homens e mulheres buscam assegurar esses “meios de vida”.

Figura 93 - Garantia dos meios de vida



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2019).

Outra razão de compreensão, segundo Candido (1979) é a reconstrução histórica do “equilíbrio social”

encontrado pela cultura tradicional [...], entendido como a correlação entre as necessidades humanas e o desenvolvimento de técnica e organização social correspondente para satisfazê-las. [...] Nesse processo de “aculturação” (aspas pelo fato de a população caipira não ser outra civilização e sim parte da mesma sociedade abrangente), os fatores de persistência da cultura tradicional poderiam cumprir função reguladora e de garantia da sobrevivência social e cultural do caipira, não devendo ser descartados. (CANDIDO, 1979, p. 23-28).

O equilíbrio social a que se refere Antonio Candido não se exaure unicamente na satisfação, a sobrevivência de indivíduos, famílias, comunidades, nem da vontade biológica da alimentação. Por meio do trabalho, o homem deixa a sua marca no meio físico. Deixa os seus sinais na natureza, onde procura satisfazer as suas necessidades materiais.

Segundo Ianni (1988), é pelo trabalho que o homem se exterioriza, expressa.

Todo produto da atividade humana configura-se também como realidade espiritual. O homem se manifesta em coisas, fatos, acontecimentos que se apresentam como

realizações com significado. Ao criar, cria-se a coisa e o sentido. (IANNI, 1988, p. 53).

Assim, a correlação da satisfação das necessidades (biológica, sociais, econômicas) e da sobrevivência dos agricultores familiares se dá por meio do trabalho em ajuri no meio físico da paisagem (Figura 94) rural/agrícola na hinterlandia Amazônica.

Figura 94 - Paisagem rural/agrícola na hinterlandia Amazônica



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018/19).

O processo de empreendedorismo socioeconômico, por meio da comercialização nas feiras, revelam a ação de formação das *teias de interdependência*, em forma de *configurações*, expressando: inclusão, interação social, econômica e ambiental dos agricultores familiares com os consumidores (Figura 95).

A teia (re) estabelecida são interligadas por mais de um sentido de teias, firmadas geralmente desde a produção à comercialização, sustentadas pela transmissão de bens materiais, trocas informações, receitas, e das relações de pertencimento (lembranças) do espaço agroalimentar que exercem uns sobre os outros (agricultores e consumidores).

Figura 95 - Teias de interdependência com os consumidores



Fonte: ARAÚJO, M.I. (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amazonas, meu amor!

*Eu amo esse rio da selva
Nas suas restingas, meus olhos passeiam
O meu sangue nasce de suas entranhas
E nos seus mistérios, meus olhos vagueiam
E de suas águas sai meu alimento
Vida, fauna, flora, é meu sacramento
Filho desta terra, da cor morenês
Este sol moreno queimou minha tez
Eu amo estas coisas tão puras, tão minhas
Gostosa farinha no caldo do peixe
Do banzeiro a canção e o mais farto verão
Tudo isso me faz com que eu não te deixe
Amazonas, meu amor!!!*

(Chico da Silva)

Mediante trajeto percorrido com e para a produção dessa pesquisa, realizada em parceria com os agricultores familiares nas comunidades rurais de várzea e terra firme da hinterlândia Amazônica, nos assentamentos oficiais e de ocupações espontâneas da Região Metropolitana de Manaus (RMM) que, ao longo de dois anos e meio se propuseram a colaborar para a concretização desta Dissertação, percebo nos resultados a importância da preservação/conservação da agrobiodiversidade na vida dos agricultores familiares nos dois agroecossistemas.

Ao que se pode observar à primeira vista, a ordem produtiva-econômica coloca a margem os grupos participantes do trabalho em ajuri, especificamente os pequenos agricultores familiares. No entanto, ao mobilizar a ordem coletiva, social e fraternal, esses agricultores familiares adentram em outros espaços além da terra, capital e trabalho, utilizando-se dessa complexidade social como estratégia adaptativa em relação às condições do trabalho, a oferta e a demanda do mercado de produtos orgânico.

Devemos considerar que a troca/permuta de trabalho em regime de ajuri, não é apenas uma ação à produção agrícola e serviços no espaço rural, mas da visão de mundo apreendidas na memória biocultural de cada um dos sujeitos ao reproduzir os modos de viver e trabalhar. Por outro lado, no que tange à temática trabalhada nesta Dissertação, o excesso de compromissos e de prazos a cumprir, limita o nosso tempo que fragiliza e individualiza os nossos comportamentos, tornando nossas relações sociais mais espontâneas ao observar que

novos interesses se entrelaçaram aos *modos de viver e trabalhar* desses agricultores familiares, já estruturados (principalmente pelo poder dominante), exercendo também fortes influências sobre os rumos desses processos, quer dizer, os valores continuam com os rumos já vinculados, dando um sentido valorativo, por meio de outros sujeitos e objetivos.

Cujo tempo em trabalho de ajuri não artificializa as relações sociais encontradas nas comunidades de agricultores familiares da RMM, influência sim, nos momentos de troca, partilha de experiência entre os agricultores no manejo, cultivo do roçado, plantio, produção, colheita e comercialização dos produtos no mercado consumidor, além do aumento da produção associado ao consumo alimentar, que passaram a invadir o cotidiano dos consumidores na cidade e, embora ainda em menores proporções, gradativamente estão sendo encontradas no dia a dia nas feiras livres da RMM.

O desafio desse estudo não almejou oferecer soluções e sim refletir os processos de reconfiguração do trabalho coletivo, social e solidário em ajuri, uma vez que os desafios foram postos e os limites para produção agrícola na hinterlândia Amazônica deparam com as dificuldades de capital e trabalho como principais fatores de produção que dificultam uma maior oferta de produtos orgânicos. Contudo nos agroecossistemas dos roçados e quintais agroflorestais geram variedades agrícolas cultivadas em diferentes arranjos de produção agrícola adaptadas ao ambiente dos recursos naturais em cada período do ano, aliado, as condições edafoclimáticas da região amazônica (enchente, cheia, vazante e seca amazônica, inverno e verão amazônico).

O agricultor familiar da hinterlândia Amazônica não é diferente de qualquer outro ser humano que interfere na natureza em decorrência de suas várias atividades, ocasionando impactos ambientais nos ecossistemas naturais da Amazônia. A noção de sustentabilidade ao conter discrepâncias de opiniões e conceito, defendido por alguns, como noção intelectual de uma estrutura política útil, refleti uma visão (in)desejável para sistemas agroalimentares da hinterlândia Amazônica, vendo-a não como um fim em si mesmo, mas como um processo futuro de desenvolvimento, esquecendo que o modelo de sustentabilidade na hinterlândia Amazônica difere dos modelos políticos impostos pelas políticas públicas, haja visto a ausência do poder público (agentes de ATER) nas práticas construtivistas do trabalho coletivo e solidário de ajuri.

O simbolismo presente nos quintais agroflorestais revelam valores intrínsecos, comprovados na percepção visual do espaço agroalimentar, presentes nos resultados da ação conjunta do trabalho em regime de ajuri. Representando a identidade étnica cultural, aprendidos de modo singular, no mundo simbólico de acordo com seus saberes e

costumes. Os quintais agroflorestais dos agricultores familiares, mais que espaços de produção de alimentos, são espaço de vida, cultura, saber, simbologia e resistência dos agricultores familiares, local de garantia da soberania e segurança alimentar às presentes e futuras gerações.

Cujos trabalhos em ajuri, baseando-se nos princípios da gestão compartilhada, os agricultores familiares apresentam um processo de aprendizado mútuo e dialógico, alimentado pelas observações da memória biocultural que solidariamente dividem nas práticas, experiências e vivências multiculturais.

As rodadas de conversas são momentos de interações de experiências mútuas e, acima de tudo, uma oportunidade solidária de compreender as necessidades individuais de cada agricultor familiar, bem como suas práticas agrícolas. De igual forma os entendimentos divergentes do modelo de trabalho em ajuri são analisados por todos na perspectiva da melhor compreensão para o cultivo nas UAF e UPF, resultando dos saberes ancestrais das vivências sociais de cada um dos sujeitos em suas respectivas regiões.

Os saberes não se constitui em leis e regras a serem criteriosamente seguidas nas comunidades, mas como um processo de *devir* que sustenta as relações de colaboração e ajuda mútua, bem como, contribuem para a escassez de capital, oferecendo oportunidade de trabalho sob forma de outros ganhos que substituem o financeiro, reconhecendo a importância dos ajuris na manutenção desses valores entre os sujeitos. Para isso, preservam certas *figurações*, tais como o plantio das roças de mandioca, as farinhaças, dentre outras atividades.

Entendem esses agricultores familiares que, através de suas experiências, os valores honra, reputação, confiança e responsabilidade têm fundamental importância na estruturação das *relações de interdependência* sociais, econômicas, políticas e ambientais, tomam-lhes de apreço para dar um novo viés às antigas concepções.

A dinâmica no modo de reprodução agroalimentar no espaço físico revelam saberes imemoriais, herdados do espaço agrícola da convivência familiar, espaço tempo que ganha singularidades, enriquecida com os saberes tradicionais dos sujeitos envolvidos no processo multicultural, contribuindo na formação e construção da identidade sociocultural de cada um agricultor familiar na hinterlândia Amazônica.

Com referência a formação etnosocioambiental, os agricultores revelam com o passar do tempo, à ordem humana desenvolvida nos espaços das atividades e práticas de ajuri em suas várias dimensões (plantio e manejo nos agroecossistemas). A articulação destes agentes (vizinhos, amigos, familiares, compadres, conhecidos...) constitui-se na *rede de interdependência* nas atividades de ajuri dentro e fora da propriedade, cujas atividades são

reflexos das experiências ancestrais, de um mundo de sociedades solidárias, evidenciadas nas diversas categorias referentes à valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo de ajuri no processo histórico e sociocultural.

Deste modo o valor cultural (etnopopular, comum), etnocientífico (uso fitossanitário e terapêutico) no uso e manejo das espécies vegetais, refletem como modelo de agricultura sustentável, de reprodução social, econômica e simbólica na comunidade, validando a construção do conhecimento agroecológico na hinterlandia Amazônica. O processo de empreendedorismo socioeconômico, por meio da comercialização nas feiras, revelam a ação de formação das *teias de interdependência*, em forma de *configurações*, expressando: inclusão, interação social, econômica e ambiental dos agricultores familiares com os consumidores.

Levando-se em consideração a agrobiodiversidade amazônica, bem como a produção agroflorestal associada aos modos de vida das populações tradicionais locais, as políticas públicas de gestão de ATER deveriam priorizar a prática do ajuri nas comunidades de agricultores familiar, constando em toda sua grandeza nos planos de manejo e nas pautas dos conselhos gestores das comunidades, que não podem ser restritos apenas aos grupos de agricultores orgânicos.

A prática do trabalho coletivo e solidário em regime de ajuri nos sistemas agroecossistemas da hinterlândia Amazônica, representam um processo de aprendizado mútuo, retro-alimentado pelas observações dos agricultores familiares e oportunidade de compreender as configurações individuais como cada agricultor familiar organiza suas práticas na UAF e UPF. Cujo entendimentos algumas vezes divergentes sobre o modo de fazer o manejo do solo e implantação dos SAFs, contudo, prevalece a experiência prática aliada à solidariedade de ajuda mútua do ajuri.

Em síntese, o clima de trocas de saberes, sentidos, afetos, sociabilidade, serviços que o trabalho em ajuri se dá, retrata uma situação vivida no cotidiano, entretecida por ações e princípios produtivos de eficiência e eficácia no cumprimento das tarefas, uma relação entre as pessoas através de gestos simbólicos, mesclados de um clima socioafetivocoletivo, uma convivência gratuita e generosa, resultando em uma relação de trocas na teia de interdependência dos agricultores familiares da hinterlandia amazônica.

Isso demonstra que o ajuri forma uma cadeia de interação engendrada nas relações de auxílio mútuo que privilegia e fortalece a sociabilidade e as atividades produtivas em regime concorrencial, trazendo plena integração socioeconômica aos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ACUNÃ, Cristóbal de. ARELLANO, Ignacio. BORQUE, José María Díez. **Nuevo Descubrimiento Del Gran Río de Las Amazonas**. 2009. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/2587> > Acesso em: 28 dez. 2017.

AGUIAR, Thais Contino Vianna de.; SIQUEIRA, Maria Isabel. O Diário de Viagem do Ouvidor Sampaio: as potencialidades da capitania de São José do Rio Negro. **Anais XIV Encontro Regional de História**, 19 a 23 de julho de 2010, UniRio. Rio de Janeiro-RJ. 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/>. Acesso em 12 jun. 2017.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

AMOROZO, M.C.M.; GÉLY, A.L. Uso de plantas medicinais por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena, PA, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** (Série Botânica) v. 4, n. 1, p. 47-131. 1988.

ANDERSEN, Hans Christian. **Frozen - Uma Aventura Congelante**: livre estou. 2014.

ARAÚJO, M.I. **Maria Isabel de Araújo & Mario Bezerra de Araújo**: entrevista/depoimento [04.12.2018]. Entrevistadores: ARAÚJO, M. I. de; Manaus: UFAM-AM, 2018. 3. Entrevista concedida a Dissertação: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. UFAM-AM. 2018.

ARAÚJO, Maria Isabel de. **Amazonas e o meio ambiente**: Trabalho de Conclusão do Curso em Meio Ambiente. Instituto Federal de Educação do Amazonas, Manaus, 2011.

_____, Maria Isabel de. **Considerações sobre a História do Estado do Amazonas e seus Ciclos de Desenvolvidos**. Trabalho de Conclusão do Curso Administração com habilitação em Comércio Exterior. Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas – CIESA. Manaus/AM: 2000.

ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A. Aspectos sócio-histórico da estrutura produtiva da agricultura familiar amazônica. In: **Anais**. II Seminário de Experiências Agroecológicas no Contexto Amazônico, 2015, Manaus. Integração de saberes na agricultura familiar. Manaus: NUSEC/UFAM, 2015. v.2. p.1-5. 1 CD-ROM.

_____, M. I. de. SOUSA, S. G. A. Quintais agroflorestais no manejo da paisagem. **Anais II Simpósio Estadual de Políticas e Pesquisas Socioambientais**. 2016c. Disponível em: <<http://siepps.uea.edu.br/siepps2/assets/pdf/artigos/>> Acesso em: 22 abr 2017.

ARAÚJO, I. L.; ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A. Ajuri nas florestas: uma prática real. in: **Anais** do I Fórum de Estudos Leituras de Paulo Freire da Região Norte: Educação Popular em Debate. UEA. Casa Leiria, v. 1 São Leopoldo – RS. 2016b. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao> > Acesso em: 12 abr. 2017.

ARAÚJO, M. I. de; MATOS, G. C. G.; SOUSA, S. G. A. de. AJURI – Processo e valorização do saber tradicional amazônico. In: **Anais VIII Congresso da APDEA e o II Encontro**

Lusófono em Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural. Coimbra Portugal 2016a.

ARAÚJO, M.I. **Maria Isabel de Araújo & Araçá-boi, *Eugenia stipitata***): entrevista/depoimento [04.12.2018]. Entrevistadores: ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/UFAM-AM, 2018. 3 Questionário de Avaliação Social, Econômico Agroambiental. Entrevista concedida a Dissertação: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. UFAM-AM. 2018.

ARAÚJO, M.I. **Maria Isabel de Araújo & Ariá. - *Calathea allouia***. entrevista/depoimento [16.03.2019]. Entrevistadores: ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/UFAM-AM, 2019. 3 Questionário de Avaliação Social, Econômico Agroambiental. Entrevista concedida a Dissertação: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. UFAM-AM. 2019.

ARAÚJO, M.I. **Maria Isabel de Araújo & Jucá - *Caesalpinia férrea***: depoimento [07.11.2018]. entrevista/depoimento [02.12.2018]. Entrevistadores: ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/UFAM-AM, 2018. 3 Questionário de Avaliação Social, Econômico Agroambiental. Entrevista concedida a Dissertação: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. UFAM-AM.

ARAÚJO, M.I. **Maria Isabel de Araújo & Abiu - *Pouteria caimito***) entrevista/depoimento [04.12.2018]. Entrevistadores: ARAÚJO, M. I. de; SOUSA, S. G. A de. Manaus: EMBRAPA/UFAM-AM, 2018. 3 Questionário de Avaliação Social, Econômico Agroambiental. Entrevista concedida a Dissertação: Ajuri: o saber tradicional dos agricultores familiares no contexto amazônico. UFAM-AM. 2018.

ARAÚJO, M. I.; SOUSA, S. G. A.; BLAIDES, J. M. As Práticas de 'Ajuri' Processadas nos Quintais Agroecológico. **Anais**. In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia ? II SISCULTURA, 2016d, Manaus - AM. "Imaginário Social, Política Científica e Relações de Poder". Manaus - AM: PPGSCA/UFAM, 2016. v. GT 03. p. 1-11.

ARAÚJO, M. I.; SOUSA, S. G. A.; RAMOS, E. M. Memórias e saberes nos quintais agroflorestrais amazônicos. In: Ana Beatriz de Souza Cyrino; Dorinethe dos Santos Bentes; Michel Justamand.. (Org.). **Fazendo Antropologia no Alto Solimões 14**. 14ed. São Paulo-SP/Manaus-AM: Alexa Cultural Ltda e Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2018a, v. 14, p. 111-120.

_____, Maria Isabel; SOUSA, Silas Garcia A.; RAMOS, Evandro M. Homem, trabalho e natureza no processo de ajuri. **Anais** do Seminário Internacional em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, v. 5. SICASA. Manaus: EDUA. 2018c.

_____, Maria Isabel; SOUSA, Silas Garcia A.; RAMOS, Evandro M Ajuri amazônico: processo de formação solidária dos agricultores orgânicos do Amazonas. In: VI Conferência Internacional de Pesquisas e Estudos sobre Economia Social e Solidária. CIRIEC 2017, Manaus. **Anais**. Economia Social e Solidária, Sustentabilidade e Inovação: enfrentando os velhos e os novos problemas sociais. Recife - PE: Even3, 2017. v. GT-4. p. 1-17.

BATISTA, Djalma. **O Complexo da Amazônia**. 2ª. Ed. 2007.

BESANKO, D.; DRAVONE, D.; SHANLEY, M. **A economia da estratégia**. Porto Alegre: Bookman. 2006.

BITTENCOURT, Agnelo. **Chorographia do Estado do Amazonas**. Typ. Palacio Real. Manáos. 1925.

BOFF, Leonardo. **Ética a partir do aquecimento global**. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/etica-a-partir-do-aquecimento-global/28696> 01/06/2013 - Copyleft. Acesso em: 19.09.2018

BOURDIEU, Pierre. **Le capital social**: notes provisoires. Soc., 31, pp. 2-3. 1980.

_____, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

_____, Pierre. Trabalho e projetos; Esboço de uma teoria da prática; O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983.

_____, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

_____, Pierre, **A economia das trocas simbólicas** / Pierre Bourdieu; introdução, organização e seleção Sergio Miceli. — São Paulo I Perspectiva, 2007.

_____, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 2000a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7.02.2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 19 dez 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Decreto Lei n° 6.323 de 27 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2007.

BRASIL. Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 25 abr 2017.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm> Acesso em: 22 dez 2017.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10.01.2002. **Institui o Código Civil**. DOU de 11.1.2002.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/lei23dez03.htm>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. DOU de 30.11.1964, retificado em e retificado em 6.4.1965.

BRASIL. Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. DOU de 20.2.1998.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA. **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 29 jul. 2018.

BRIENZA JÚNIOR, Silvio. Enriquecimento de florestas secundárias como tecnologia de produção sustentável para a agricultura familiar. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Nat.**, Belém, v. 7, n. 3, set.-dez. 2012

BRITO, M.A.; COELHO, M.F.B. Os quintais agrofloretais em regiões tropicais-unidades auto sustentáveis. **Revista Agricultura Tropical**, Cuiabá - MT, v. 1, n.4, p. 7-38, 2000.

CAMARGO, H. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CAMARGO, Laurisana Maria Branco. **Agricultura familiar: uma estratégia de resistência as condições impostas às famílias contemporâneas pelo sistema econômico atual**. Dissertação mestrado em Serviço Social Universidade Federal do Amazonas. 2013.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, R. J.; NOGUEIRA, A. R. B. **A reprodução da vida nas águas do Paraná de Terra Nova – Careiro da Várzea/AM**. In: Anais do III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Unesp, Presidente Prudente, novembro de 2005.

CARTILHA Cidadania para Todos. **5. Direito à Terra**. Disponível em: www.dhnet.org.br/w3/ceddhc/bdados/cartilha7.htm. Acesso em 06 dez. 2016.

CARVAJAL, Alместo & ROJAS, A de. **La aventura del Amazonas**. Ed. de Rafael Díaz. Madrid: História 16, 1986 (Crônicas de América 19).

CARVALHO, J.B. **Desmatamentos, grilagens e conflitos agrários no Amazonas**. Valer, Manaus, 2010.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **A ordem da missão e os jogos da ação: conflitos, estratégias e armadilhas na Amazônia do século XVII**. Tempo. 19 (35), 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167029331003>. Acesso em: 8 jan. 2018.

CATALÃO, V. L. **Sustentabilidade e educação: uma relação polissêmica.** In Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. São Paulo: Peirópolis. 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - DATER: IICA, 2004.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia.** Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

_____, Maria do Perpétuo Socorro R. **De “cativo” a “liberto”.** O processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

CENSIPAM Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia. **Região Metropolitana de Manaus – RMM.** 2017

COELHO, Sergio Neves. **Solidariedade e tutela dos interesses difusos e coletivos: uma visão interdisciplinar.** São Paulo: s.n., 2012. São Paulo: s.n., 2012. Dissertação (Mestrado) - Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/5902/1/Sergio%20Neves%20Coelho.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2017.

COSTA, Roseli Araújo Barros; GONÇALVES, Tadeu Oliver. **Histórias de vidas de professores: apontamentos teóricos,** Revista Espaço Acadêmico, n. 64, set. 2006. Disponível em: [://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167029331003](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167029331003). Acesso em: 8 de jan. 2018.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga.** Lisboa, Livraria Clássica Editora, 2009.

CPOrg/MAPA, **Revista Espaço Acadêmico,** n. 64, set. 2006. Disponível em: [://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167029331003](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167029331003). Acesso em: 8 de jan. 2018

DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. 1.^a, 2.^a e 3.^a partes, padre João Daniel. **Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, T. I, 1976, 437p.

_____, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. 4.^a, 5.^a e 6.^a partes, padre João Daniel. **Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro, T. II, 1976, 457p.

DANIEL, João Pe., **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas.** Apresentação de Vicente Salles. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, Vol. 1- 2.

DAROLT, M. R. O Consumidor e o Mercado de Produtos Orgânicos. In: I Simpósio: a Pesquisa em Agricultura Orgânica, da UFLA. Lavras – MG, **ANAIS (CD-ROM) ...** Lavras: UFLA, 2003.

DE BOEF, W.S. et al., (ed). **Biodiversidade e agricultores: fortalecendo o manejo comunitário.** Porto Alegre, RS:L&PM, 2007.

DECLARACIÓN Universal de la UNESCO sobre la **Diversidad Cultural,** 2001. Disponível em: <www.unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 4 set. 2018.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica.** São Paulo: Ed 34, 1997.

DIAS, M.C.; XAVIER, J.J.B.N.; BARRETO, J. F.; Recomendações técnicas do cultivo de mandioca para o Amazonas. . **Circular Técnica n. 23**. Embrapa, Manaus: 2004.

DICIONÁRIO **Aulete**. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/solidariedade>>. Acesso em 25 dez.2018.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa. **Solidariedade** Porto: Porto Editora, 2006. Disponível em: < <https://www.portoeditora.pt/app-dlp>>. Acesso em 25 dez.2018.

DICIONÁRIO de Sinônimos. Disponível em: < <https://www.sinonimos.com.br/>>. Acesso em 27 dez.2018.

DICIONÁRIO Michaelis: **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. p. 1966. *Solidariedade* . Porto: Porto Editora, 2003. [consult. 2018-01-12]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-gestual/solidariedade>

DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. Lisboa, Presença, 1999. v.l. 263p.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **A condição humana**. Difel, 1991.

_____, Norbert. *Sobre el tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica. 1989

_____, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994a.

_____, Norbert. **O processo civilizador. Vol. I**: Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 75, 1980.

_____, Norbert. **Escritos & Ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____, Norbert. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta, 2002.

EMBRAPA Mandioca e Fruticultura Tropical. Compostagem caseira de lixo orgânico doméstico. **Circular Técnica, 76** . 2005. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1022380>. Acesso em: 05/12/2018.

EMBRAPA. Embrapa Informação Tecnológica. **Marco referencial em agroecologia**. 2006, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. – Brasília,DF :, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo: Atlas, 1993.

FACHINI, Fabiana; SILVA, Vera Lúcia de Souza; PASQUALI, Schirley. A Ecoformação na Formação Continuada de professores. **Anais**. In: IV Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia. Ponta Grossa, PR, 2014.

FERREIRA, A. M. S.; ARAÚJO, M. I.; SOUSA, S. G. A.; JUSTAMAND, M. Agricultura familiar: do neolítico a Panamazônia. In: Iraídes Caldas Torres; Michel Justamand. (Org.). **O**

pensamento dissidente e as questões amazônicas. 12ed. SP: Alexa Cultural, 2018, v. 12.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno dicionário da língua portuguesa.** 11^a. ed. Curitiba: Positivo, 1990.

FIGUEIREDO, Napoleão. **Presença africana na Amazônia:** Universidade Federal do Pará/Centro de Educação, 1971. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20781>. Acesso em: 13 dez. 2017.

FRAXE, T.J.P. **Cultura Cabocla-ribeirinha:**- mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FERNANDES, Carlos Roberto. **Etnociência.** Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/791494>. Acesso em: 13 dez. 2018.

FRANCISCO. *Misericordiae Vultus.* Bula do Jubileu da Misericórdia. O Santo Padre Francisco. 11 Abr 2015 Disponível em: <<http://goo.gl/ZYojAn>>. Acesso em: 13 nov. 2018.

FREIRE, Laudelino. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa.** José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1957.

FREITAS PINTO, Renan. Etnoconhecimento e Etnociência. In: CATTANI, David Antônio (Org.). **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: Zouk, 2011. p. 184-191.

GALVÃO, Hélio, **O mutirão no nordeste.** Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1959.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GOMEZ -POMPA & KAUS, A. Possible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. In: **Biotropica** (<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/17447429>)3(2): 125-135. 1971.

GÖTSCH, Ernest. **Break-through in agriculture.** Rio de Janeiro: AS-PTA. 1995. 22p.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HOMMA, A.K.O. **História da agricultura na Amazônia:** da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 274p.

HUNGER, Dagmar, ROSSI, Fernanda, & SOUZA Neto, Samuel de. A teoria de Norbert Elias: uma análise do ser professor. **Educação e Pesquisa**, 37 (4), 697-710. 2011.

IANNI, Octavio. **A Sociologia e o Mundo Moderno.** RJ: Civilização Brasileira, 2011, 399 p.

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal. **Revista de Administração Municipal – RAM.** Edição 293. Maio/2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidade Manaus**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. <http://archive.is/MhSjX>. Acesso em: 02 jun. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Amazonas**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. <http://archive.is/MhSjX>. Acesso em: 02 jun. 2018

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 8. ed.: 1-332. IBGE, Rio de Janeiro, 2004.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade **Plano de Manejo do Parque Nacional de Anavilhanas**. Novo Airão/AM. 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema nacional de Cadastro rural**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tabela>. Acesso em: 02 set. 2018.

KINUPP, V.F; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil**: 1ª ed. Ed. Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014.

LA TORRE, Saturnino de; MORAES, Maria Candida; PUJOL, Maria. **A. Transdisciplinaridade e Ecoformação**. São Paulo: Triom, 2008.

LEFÉBVRE, H. **Espacio y política**. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1973.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C., **Pesquisa de Representação Social**: Um enfoque qualitativo. Brasília (DF): Liberlivro, 2012.

LIMOEIRO, M.C. **O Mito do método**. Rio de Janeiro: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1976.101p. (Boletim Carioca de Geografia).

LYOTARD, J-F. **A condição pós-moderna**. 15. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

LORENZI, H. **Plantas para jardim no Brasil**. Instituto Plantarum, São Paulo, 2013,

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. **A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 14-27, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3621.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MACHADO, M. H. (2000). **Processos de baixo custos, para aumento da produtividade na agricultura familiar**. São Paulo: editora HMP. 2000.

MARTINS-DA-SILVA, R. C. V.; SILVA, A. S. L. da; FERNANDES, M. M.; MARGALHO, L. F. **Noções morfológicas e taxonômicas para identificação botânica**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2014.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em 21 nov. 2018

MARIN, Rosa E. Acevedo. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos Cadernos**. v. 8, n. 1, dez. 2008..

Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/48>>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MARTÍN, A. **Teología de la Esperanza**, Respuesta a la Angustia Existencia. Portal Católico 2017. Disponível em: <https://www.portalcatico.org.br/single-post/2017/11/16/O-SIGNIFICADO-DE-MISERICORDIA-NA-BIBLIA>. Acesso em: 06 dez. 2018.

MARTINS, Maria Cristina Bohn. A Relação que escreveu Fr. Gaspar de Carvajal, da Ordem de Sto Domingo, do novo descobrimento do famoso Rio Grande. Associação Nacional de História – **Anais**. ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.

MARTINS, I. S. Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: Seminário Internacional Sobre Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil com Ênfase Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI, 1., **Anais...** Santiago do Chile: FAO, 2001.

MATOS, Gláucio Campos Gomes de. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Editora Valer/Fapeam, 2015.

_____, Gláucio Campos Gomes de. **Práticas socioculturais, figuração, poder e diferenciação em Bico, Cuiamucu e Canela-Fina**. Campinas, SP: [s.n], 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva, forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e antropologia**. v. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

MELO, J.M de. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

MELLO, A.T.S. **Vocabulário etimológico tupi do folclore amazônico**. Manaus, SUFRAMA, 1983.

MENDES, Samya Nara Rocha. **Ações afirmativas e políticas públicas inclusivas**. Dissertação (Dissertação em Pedagogia). Universidade de Uberaba. 2012. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=7668. Acesso em: 12 mar 2018.

MINAYO, M.C.S. e SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 1993, v.9, n.3, pp.239-262. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7089>. Acesso em: 16 mar 2018.

MIRANDA, Marcos. Luis. Cavalcante de. **Organização e representação do conhecimento: fundamentos teórico-metodológicos na busca e recuperação da informação em ambientes virtuais**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Plano de Manejo da Estação Ecológica de Anavilhanas**. Brasília: MMA/IBAMA. 1999.

MORÁN, Emilio F. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Vozes, 1990.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª Ed. – Porto Alegre: Sulina. 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NASCIMENTO, G. C. C. Mestre dos mares: o saber do território, o território do saber na pesca artesanal. In F. A. Cananéa (Ed.), **Sentidos de leitura**: Sociedade e educação (pp.57-68). João Pessoa: Imprell. 2013.

NODA, H. **Agricultura familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia**. Artigo para Leitura. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 2006.

NODA, Sandra do Nascimento. **Agricultura Familiar na Amazônia das Águas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Devir puta**: políticas da prostituição nas experiências de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PEDRO, J. de C. 2006. **Embates pela memória: narrativas de descoberta nos escritos coloniais da Amazônia Ibérica**. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2016. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=29808. Acesso em: 05/12/2017.

PEDRO, Wilson José Alves. **A história de cada um, a história de todos nós**. São Paulo, SP: Livro Pronto. 2011. v. 1, 272p.

PIMENTA, Selma Garrido. **Pesquisa-ação crítico-colaborativa**: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 3, p. 521-539, Dec. 2005. disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Abr. 2018.

PINEAU, Gaston. **A Autoformação no decurso da vida**. 2010. Disponível em: <<http://cetrans.com.br/textos/a-autoformacao-no-decurso-da-vida.pdf>>. Acesso em 04. Jul. 2018.

PINTO, Alfredo Moreira. **Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil**. Vol 1, Rio de Janeiro : Typ. de G. Leuzinger & Filhos. 1887.

PMC, **Prefeitura Municipal do Careiro**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-careiro.html>. Acesso em: 01 Mai 2018.

PMCV, **Prefeitura Municipal do Careiro da Várzea**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-careiro-da-varzea.html>. Acesso em: 01 Mai 2018.

PMM, **Prefeitura Municipal de Manacapuru/AM**. Disponível em: <http://manacapuruamazonas.blogspot.com/> Acesso em: 27 Out. 2018.

PMMan **Prefeitura Municipal de Manaquiri/AM**. Disponível em: <http://https://d.emtempo.com.br/amazonas/95855/manaquiri-completa-36-anos-e-populacao-comemora-com-festa-nas-ruas/> Acesso em: 27 Out. 2018.

PMPF **Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-presidente-figueiredo.html>. Acesso em: 29 Out. 2018.

PMRPE, **Prefeitura Municipal do Rio Preto da Eva**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-rio-preto-da-eva.html> Acesso em: 29 Out. 2018.

PMS. **Prefeitura Municipal de Silves/AM**. Disponível em: <http://https://www.viverde.tur.br/silves.html>. Acesso em: 29 Out. 2018.

PRADO JUNIOR, MPE-RS. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **A Função Sócio-Ambiental da Propriedade Privada**. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/ambiente/doutrina/id20>. Acesso em: 06 dez. 2016.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia**. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966.

RETAMOZO, Manuel Ráez. **O sistema de "compadrio" de amigo a familiar**. Copyright: Goethe-Institut Chile, Internet-Redaktion. 2015.

REZENDE, E.A. **A Filière das Plantas Medicinais no Brasil**: um breve recorte a partir de abordagens econômicas dinâmicas. 2002. 161f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras. 2002.

RIGOTTI, Marcelo. **Fitoterapia e plantas medicinais do Projeto Biociência**. Disponível em: <http://biocienciaonline.wixsite.com/biocienciaonline>. Acesso em 11.mai.2019.

RODRIGUEZ, J. M. M; SILVA, E. V; CAVALCANTI, A. P. B. **Geocologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

SALOMÃO, R. de P.; VIEIRA, I. C. G.; BRIENZA JUNIOR, S.; AMARAL, D. D. do; SANTANA, A. C. de Sistema capoeira classe: uma proposta de sistema de classificação de estágios sucessionais de florestas secundárias para o estado do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Naturais**, Belém, v. 7, n. 3, p. 297-317, set./dez. 2012.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Viagem que em vizita, e correição das Povoações da Capitania de São Joze do Rio Negro fez o Ouvidor, e Intendente geral da mesma**; Franco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775. Manaus: ACA. 1985.

SANTANA, José Valdir Jesus de. A face simbólica dos “saberes da tradição” e a produção de identidades no contexto do povo indígena Kiriri. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 9, n. 101, p. 87-95, 2009.

SANTILLI, Juliana Ferraz. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de regime jurídico sui generis de proteção. In: **II Encontro da ANPPAS**, São Paulo, maio, 2004. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf. Acesso em: 15 jan. 2019.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Fórum Social Mundial**. Porto: Afrontamento. 2005. 154 p. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf> > Acesso em: 16 Mar 2017.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos Cometas do Nordeste aos Tesouros da Amazônia**: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das ciências naturais do século XVIII. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, 2006.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da conquista: guerras e rebeliões na Amazônia Pombalina**. 2. Ed. Francisco Jorge dos Santos. Manaus: EDUA. 2006a.

SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: Uma discussão. In: II encontro nacional de ensino de paisagismo em escolas de arquitetura e urbanismo do Brasil, 2, 1996, São Paulo. **Anais do II ENEPEA**. São Paulo: Universidade São Marcos/FAUUSP, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado** - fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, G.M.; SANTOS, A.C.M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. 19 (24). 2005.

SANTOS, T. F. **Características da Urbanização Recente no Estado do Amazonas**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-8.doc>. Acessado em 25.10.18.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.) **SAVANAS**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER Sergio. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais. In: CARVALHO, Fátima de; GOMES, Marília Maciel; (Org.). **Desigualdades sociais**: pobreza, desemprego e questão agrária. Viçosa, 2003.

SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente - Governo do Estado do Amazonas, **Relatório de caracterização ambiental da área proposta para a criação do corredor ecológico do Igarapé do Ipiranga**. 2018, 20 p.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Cartilha PAIS** - Produção Agroecológica Integrada e Sustentável. 3ª edição. PAIS Brasília: SEBRAE, 2013.

SETTON, Eliezer. **Farinha é de mandioca**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/eliezer-setton/1924908/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Temas transversais** (versão preliminar para discussões), S/D : 4. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19300182-Resumo-resume-maria-auxiliadora-de-souza-ruiz-1.html/>. Acesso em: 29 fev. 2019.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde Cor de Direito**: lições de Direito do Ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

SILVEIRA, Miguel Angelo da. O desenvolvimento sustentável em questão. IN: **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Oficina Social, 2001.

SOARES, Hugo. **Direito Autoral e Direito de Imagem**. Disponível em: <https://marcellobenevides.com/direito-autoral-e-direito-de-imagem/>. Acesso em: 29 fev. 2019.

SOUSA, S.G.A. **Etnociências**. [S.l.], [s.n.], [201?].

SOUSA, S.G.A.; ARAÚJO, M.I. **Interculturalidade na formação socioeconômica da agricultura familiar amazônica**. 2ª Mostra de Intercambio de Experiências em Educação Ambiental na Amazônia. Manaus: Edua, p. 76-78. 2015b.

SOUSA, S. G. A. de; ARAÚJO, M. I. de; GÓES, J.; UGUEN, K. Checklist de frutíferas tropicais não convencionais ofertados nas feiras e mercados da cidade de Manaus/AM. **Anais de Congresso** In: Reunião Anual da Sociedade Interamericana de Horticultura. 2015.

SOUSA, S.G.A.; ARAUJO, M.I.; WANDELLI, E.V. Saberes tradicionais dos povos amazônicos no Contexto do processo de transição agroecológica. **Revista Ambientamente Sustentable**. Jul – dez, 2015a, ano 10, vol. 2. n. 20, p.1696 – 1717.

SOUSA, Silas Garcia Aquino, GONZAGA, Adriana D, PY-Daniel, V. RIBEIRO, Joana D'arc. Potencial de Manipueira de Mandioca (*Manihot esculenta*) no controle de pulgão preto de citros (Toxoptera citricida). **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 2, n. 2, set. 2007.

SOUSA, S.G.A.; ARAÚJO, M.I.; MERIGUETE, I.A.V. Memórias dos agricultores tradicionais no trabalho coletivo de Ajuri. In: **Anais II Seminário de antropologia**. Memórias e desafios na Amazônia. Manaus. Ufam. 2016.

SOUSA, S. G. A. de; LOURENÇO, J. N. de P.; WANDELLI, E. V.; GUIMARÃES, R. dos R.; CAMPOS, et al. Agrobiodiversidade nos quintais agroflorestais em três assentamentos na Amazônia Central. In: Congresso Latino-Americano de Agroecologia, 2., 2009, Curitiba. **Anais**: Curitiba: ABA: SOCLA, 2009. 1 CD-ROM. p. 01121-01125.

SOUSA, S.G.A.; WANDELLI, E.V.; ARAÚJO, M.I. A saúde do solo em áreas de agricultores familiares no Amazonas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, maio 2015b.

SOUZA, Ângela Gordilho. **Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras**. Cadernos Metrópole – n. 5. 2000.

SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da terra e da gente do Brasil**. Companhia Editora Nacional. São Paulo: 1939.

SUFRAMA. Superintendência da Zona Franca de Manaus **Relatório de Avaliação do Distrito Agropecuário da Suframa**. Manaus, SUFRAMA, 1983.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis. 1982.

_____, M. J. M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004. 107p.

TOLEDO, V. M. BARRERA-BASSOLS, N. **La Memoria Biocultural**: la importância ecológica de las sabidurías tradicionales. Icaria editorial. Barcelona, España, 2008.

TORRES, I. C. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 469-75, Aug. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200014&lng= Acesso: 29.02.2019.

TOZONI-REIS, M. F. C. (Org.). **A Pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas**. São Paulo: Annablume, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas. 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, Padre Antônio . **Sermão da Glória de Maria, Mãe de Deus**. In: Sermões Escolhidos. Volume II. São Paulo: Edameris, 1965.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Rio Amazonas e Negro**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1979.

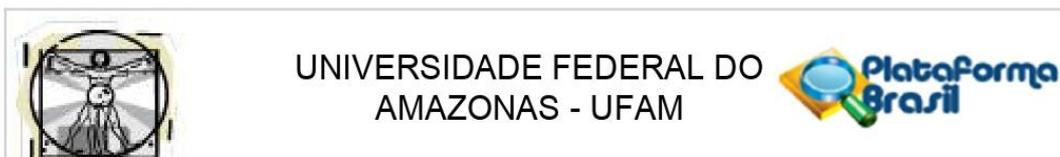
WEBER, Max. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1973.

XAVIER, C. **Plantas Indiáticas no Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, v. 314, jan/mar, 1977, p. 45-50.

ZAMBERLAN, L., FROEMMING, L. M. S, ZAMIN, M., SPAREMBERGER, A., et al., Do churrasco à parrilha: um estudo sobre a influência da cultura nos rituais alimentares de brasileiros e argentinos. In: ENANPAD – Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração, V. 33., **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2009.

ANEXOS

Anexo A. Parecer consubstanciado do CEP (1 de 2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO PROCESSO DE AJURI AMAZÔNICO

Pesquisador: Maria Isabel de Araújo

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 97442218.0.0000.5020

Instituição Proponente: PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.961.314

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma proposta de dissertação de metrado de Maria Isabel de Araújo do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA, do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS, da Universidade Federal do Amazonas. O objetivo da pesquisa consistiu-se em investigar as contribuições do trabalho coletivo denominado ajuri na formação sociocultural dos agricultores familiares nas comunidades de assentamento oficial (rural) e de ocupações espontâneas, destacando os conceitos teóricos e as práticas de ajuri no processo histórico e sociocultural, envolvendo os diferentes saberes tradicionais dos agricultores familiares, no contexto da interação social, econômico e ambiental dos habitantes do ecossistema amazônico, na dinâmica agroalimentar, no uso e manejo dos solos e da floresta no âmbito dos sistemas agroecossistemas (SAFs) da Região Metropolitana de Manaus RMM. Desta maneira, busca-se tornar relevante a presente pesquisa, contextualizando teoricamente este processo histórico e sociocultural, com a possibilidade de incentivar o ajuri, como prática de trabalho coletivo e solidário, que estimula a participação coletiva nas questões sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Investigar as contribuições do processo de ajuri enquanto prática de solidariedade e sociabilidade

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

UF: AM

Município: MANAUS

CEP: 69.057-070

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

Anexo A. Parecer consubstanciado do CEP (2 de 2)



Continuação do Parecer: 2.961.314

Instrumento de coleta de dados: Adequado.

Considerações Finais a critério do CEP:

A pesquisadora cumpriu os requisitos da Res. 466/2012. Dessa forma, sou de parecer favorável à APROVAÇÃO.

É o parecer.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1208252.pdf	28/09/2018 17:35:37		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	AJURI_Projeto_PB_revisado_092018.pdf	28/09/2018 17:23:03	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2894253.pdf	28/09/2018 17:17:08	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Outros	AJURI_PB_Coleta3_de_dados.pdf	28/09/2018 17:12:01	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Outros	AJURI_PB_Coleta2_de_dados.pdf	28/09/2018 17:11:25	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Outros	AJURI_PB_Coleta1_de_dados.pdf	28/09/2018 17:10:49	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Cronograma	Ajuri_cronograma.pdf	28/09/2018 17:09:55	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Orçamento	Ajuri_orcamento.pdf	28/09/2018 17:09:30	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Outros	Ajuri_anuencia_092018.pdf	28/09/2018 17:08:04	Maria Isabel de Araújo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Ajuri_09_2018.pdf	28/09/2018 17:03:21	Maria Isabel de Araújo	Aceito
Folha de Rosto	Ajuri_Isabel_folha_de_rosto.pdf	28/09/2018 16:59:18	Maria Isabel de Araújo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS E-mail: cep.ufam@gmail.com
 Telefone: (92)3305-1181

Página 07 de 08



Continuação do Parecer: 2.961.314

Não

MANAUS, 15 de Outubro de 2018

Assinado por:
 Eliana Maria Pereira da Fonseca
 (Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS E-mail: cep.ufam@gmail.com
 Telefone: (92)3305-1181

Página 08 de 08

Anexo B. Termo de Anuência Prévia (TAP)

TERMO DE ANUÊNCIA PRÉVIA (TAP)

Ao Sr (a) da Associação de Comunidade Santo Antônio da Promessa.

Venho através deste, solicitar autorização para realizar a pesquisa intitulada “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO AMAZÔNICO”, a ser realizado nesta comunidade localizada na CNPJ Zona Rural do município de, pela pesquisadora **Maria Isabel de Araújo** do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPSCA/UFAM, matrícula n. 2170224, sob orientação do Prof.º Dr. Evandro de Moraes Ramos (UFAM) e pelo Prof.º Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa (Embrapa), cujo objeto de estudo da pesquisa é descrever o processo de formação, as percepções e opiniões dos diversos atores sociais envolvidos no processo de formação e a valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo denominado de **ajuri** no processo histórico e sociocultural envolvendo os diferentes saberes tradicionais e suas configurações na agricultura familiar relacionadas à dinâmica territorial do ecossistema de várzea e terra firme no uso e manejo do roçado, plantio, colheita e outras atividades agrícolas nos quintais agroflorestais da hinterlândia amazônica, sob a ótica socioeconômica, ambiental e cultural. A participação dos comunitários é voluntária e se dará por meio do preenchimento de formulário semiestruturado com dados sobre a propriedade, sendo de sua livre escolha as fotografias, locais, momentos e horário. Sua colaboração é muito importante. Quanto aos riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, segundo a Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde, não há pesquisa com seres humanos sem risco, sendo que nesta pesquisa, não há riscos previsíveis, porém, ocorrendo, a pesquisadora compromete-se em minimizá-los. Os riscos físicos previsíveis de sua participação na pesquisa serão aqueles associados aos desconfortos causados pelo tempo dedicado em atenção aos momentos de respostas no formulário. Quanto aos riscos psíquicos, sociais, culturais podem ocorrer constrangimentos pela exposição da imagem e de informações pessoais e por trazer à memória experiências ou situações vividas, uma vez que durante as respostas no formulário que serão submetidos a um processo de estímulos recordatórios. Para minimizar tais riscos, serão tomados os cuidados de não serem incluídas perguntas de cunho pessoal, assegurando-se o direito dos sujeitos de retirarem-se da pesquisa ou de não responderem a determinada pergunta. Além disso, assegura-se também o anonimato das respostas no formulário. Se os comunitários aceitam participar, estarão contribuindo para a melhoria da comunidade pesquisada, pois esta pesquisa tem caráter de ineditismo sendo este a principal justificativa, ou seja, sua realização proporciona informações estratégicas e até então inexistente para os tomadores de decisão. Se depois de consentir a participação dos comunitários cada um Sr./Sra. desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O trabalho de campo deverá ser realizado com seu acompanhamento ou por outra pessoa indicada por Vossa Senhoria. As fotografias somente será feita se o (a) Sr. (a) estiverem de acordo. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 196/96 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados sejam utilizados tão somente para realização deste estudo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisador no endereço: Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA/UFAM). Telefone para contato: (92) 99132-2759, e-mail: miar@terra.com.br, Endereço: Avenida Gen. Rodrigo Octávio, 3000, bloco F setor sul. Coroado, CEP: 69.077-000, Manaus – AM. Para qualquer outra informação, o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com os dirigentes do PPGCASA/UFAM), no endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão, n.º. 3.000 - Campus Universitário Coroado, Manaus - AM, telefone (092) 3305-4254 ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130. Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

Atenciosamente,

Maria Isabel de Araújo
Matricula n. 2170224

Consentimento Pós-Informação.

A, CNPJ .., localizada na, Zona Rural do município de/AM. CEP, representada neste Termo de Anuência pela presidenta da comunidade, Sra (o). inscrito (a) no CPF....., residente e domiciliada nesta cidade, está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado: “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES NO CONTEXTO AMAZÔNICO”. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador(a) responsável **MARIA ISABEL DE ARAÚJO** sobre a pesquisa os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação comunitária no estudo, sob orientação do Prof.º Dr. Evandro de Moraes Ramos (UFAM) e pelo Prof.º Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa (Embrapa), desenvolvido em conjunto com a Embrapa Amazônia Ocidental, com o projeto "Agroflorestas para a sustentabilidade da agricultura familiar" cujo objetivo da atividade é estabelecer uma Unidade de Aprendizagem como ferramental para troca de saberes envolvendo tecnologias voltadas para SAF's no estado do Amazonas, com foco na recuperação de áreas degradadas e ambiental.

A assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento do referido projeto de pesquisa e pela autorização da coleta de dados durante o período da pesquisa a encerrar em julho/2019. Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do pesquisador responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes do projeto nele recrutados. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo (a) pesquisador (a), ficando uma via com cada um de nós.

Presidente da comunidade
Pesquisadora Responsável

Manaus, __/__/2018.



Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.

Anexo C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO – TCLE

O (A) Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO”. Meu nome é **Maria Isabel de Araújo**, aluna do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPSCA/UFAM, matrícula n. 2170224, sob orientação do Prof.º Dr. Evandro de Moraes Ramos (UFAM) e pelo Prof.º Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa (Embrapa).

O objetivo da pesquisa é descrever o processo de formação e as percepções dos diversos atores sociais envolvidos no processo de formação e a valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo denominado de **ajuri** no processo histórico e sociocultural envolvendo os diferentes saberes tradicionais e suas configurações na agricultura familiar relacionadas à dinâmica territorial do ecossistema de várzea e terra firme no uso e manejo do roçado, plantio, colheita e outras atividades agrícolas nos quintais agroflorestais da hinterlândia amazônica, sob a ótica socioeconômica, ambiental e cultural.

Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a). A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O (a) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação. Assegurado o anonimato de sua participação. Os procedimentos adotados nesta pesquisa quanto aos riscos decorrentes de sua participação, obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução CNS n.º 196/96 e da 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, considerando que “toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos”, os eventuais riscos a serem considerados são: a integridade física, psicológica, social e educacional do sujeito participante da pesquisa, quais deverão ser imediatamente minimizados e/ou sanados pelo pesquisador.

Nesta pesquisa, pelas circunstâncias que a envolvem, podem incorrer em algum inconveniente, porém, ocorrendo, a pesquisadora compromete-se em minimizá-los. Para minimizar tais riscos, serão tomados os cuidados de não serem incluídas perguntas de cunho pessoal, assegurando-lhe o direito de retirar-se da pesquisa ou de não responder qualquer questionamento, qual seguira os critérios éticos para preservar e respeitar seus direitos e cultura, respeitando sempre os valores sociais, morais, religiosos, culturais e éticos, como também seus hábitos e costumes. Além disso, assegura-se também o anonimato das respostas nas ações participativas do processo de trabalho coletivo e solidário em **ajuri**.

Se o (a) Sr. (a) aceitar participar, estará contribuindo para a melhoria da comunidade pesquisada, pois esta pesquisa tem caráter de ineditismo sendo este a principal justificativa, ou seja, sua realização proporciona informações estratégicas, até então inexistente para os tomadores de decisão.

Sua participação é voluntária, e este consentimento poderá ser retirado a qualquer momento, sem prejuízos à comunidade, tendo seu direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. De igual forma não terá nenhuma despesa, também não receberão nenhuma remuneração pecuniária.

Ressaltamos que os procedimentos adotados com os dados coletados nessa pesquisa serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução no. 196/96 e da nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo para fins acadêmicos científicos. Além disso, assegura-se também o anonimato dos comunitários participantes da pesquisa. Bem como fica assegurado e respeitado ao lado emocional, psicológico, assim descrito no artigo 17º da Proteção do Meio Ambiente, da Biosfera e da Biodiversidade da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos de 2005: “... o respeito pelo conhecimento tradicional e ao papel dos seres humanos na proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade”. Quanto aos benefícios esperados objetiva-se contribuir para ampliar o conhecimento tradicional do processo de **Ajuri** às comunidades envolvidas no projeto no sentido de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental dos agricultores familiares na hinterlândia amazônica, juntamente com seus diversos atores aliadas as práticas do trabalho coletivo e solidário em **Ajuri**, compartilhada nas atividades comuns de manejo nos quintais agroflorestais, nas atividades sociais, religiosas, culturais, acesso à formação tecnológica e assistência técnica de ATER, objetivando estabelecem um diálogo fértil entre os saberes tradicional e científico. Proporcionando ganhos ambientais e econômicos à melhoria do processo produtivos através da agregação de maior valor aos produtos agroflorestais, a racionalização das atividades nas áreas de produção agroecológicas com redução de custos financeiros, o fortalecimento e maior integração das famílias de agricultores com a comunidade, mas também como um instrumento de valorização cultural do processo de **Ajuri**.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e anônima, entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o processo trabalho coletivo e solidário em **ajuri**, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a melhoria das comunidades pesquisadas, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.

Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos, mas sua identidade não será divulgada, os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Rua Joaquim Marinho, Bloco 16 A, ap. 01, Conj. Eldorado, Parque 10, telefone (92) 99132-2759, e-mail: miar@terra.com.br. Com o orientador Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos no Centro de Educação a Distância – CED/UFAM, na Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Setor Sul, Mini Campus da UFAM, telefone (92) 9.9985-5270 ou pelo e-mail: evandromramos@hotmail.com, com o Coordenador Prof.º Dr. Silas Garcia A. Sousa, na Embrapa, Rod AM 10, km 29, s/n, telefone (92) 3303-7800 ou pelo e-mail: silas.garcia@embrapa.br. Com os dirigentes do PPGCASA/UFAM, na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão, nº. 3.000 - Campus Universitário, Coroado, telefone (092) 3305-4254 e-mail: cpggsca@ufam.edu.br, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004, 9.9171-2496, 3305-5130. cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com. Atenciosamente,

Maria Isabel de Araújo
Matrícula n. 2170224

Consentimento Pós-Infirmação.

Eu, _____, CPF. _____, fui informada (o) dos objetivos da pesquisa “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas com a pesquisadora responsável **MARIA ISABEL DE ARAÚJO** sobre os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo.

O professor orientador Dr. Evandro de Moraes Ramos da UFAM e o professor Coordenador Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa da Embrapa Amazônia Ocidental certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Sei que em qualquer momento poderei solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa e motivar minha decisão se assim o desejar. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Bem como não haverá nenhuma despesa por parte de minha pessoa que seja decorrente da participação dessa pesquisa, assegurados nos requisitos e cumprimento das determinações éticas da Resolução n.º 196/96 e da n.º 466/2012 CNS/CONEP. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora Maria Isabel de Araújo no telefone (92) 99132-2759, no e-mail: miar@terra.com.br, o orientador Dr. Evandro de Moraes Ramos no telefone (92) 9.9985-5270, e-mail: evandromramos@hotmail.com, o Coordenador Dr. Silas Garcia A. Sousa no telefone (92) 3303-7800, e-mail: silas.garcia@embrapa.br. Bem como o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004, 9.9171-2496, 3305-5130. Declaro que concordo em participar desse estudo, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Assumindo o compromisso de apoiar o desenvolvimento do referido projeto de pesquisa e pela autorização da coleta de dados. Recebi uma via deste TCLE e a outra via ficará sob a guarda da pesquisadora.

Assinatura do Participante

Manaus, ___/___/2018.

Assinatura da Pesquisadora



Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.

Anexo D. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

O (A) Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO”. Meu nome é **Maria Isabel de Araújo**, aluna do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPSCA/UFAM, matrícula n. 2170224, sob orientação do Prof.º Dr. Evandro de Moraes Ramos (UFAM) e pelo Prof.º Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa (Embrapa). O objetivo da pesquisa é descrever o processo de formação e as percepções dos diversos atores sociais envolvidos no processo de formação e a valorização cultural dos princípios que norteiam a formação do trabalho coletivo denominado de **ajuri** no processo histórico e sociocultural envolvendo os diferentes saberes tradicionais e suas configurações na agricultura familiar relacionadas à dinâmica territorial do ecossistema de várzea e terra firme no uso e manejo do roçado, plantio, colheita e outras atividades agrícolas nos quintais agroflorestais da hinterlândia amazônica, sob a ótica socioeconômica, ambiental e cultural. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a). A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. O (a) Sr. (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação. Assegurado o anonimato de sua participação. Os procedimentos adotados nesta pesquisa quanto aos riscos decorrentes de sua participação, obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução CNS n.º 196/96 e da 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, considerando que “toda pesquisa envolvendo seres humanos envolve riscos”, os eventuais riscos a serem considerados são: a integridade física, psicológica, social e educacional do sujeito participante da pesquisa, quais deverão ser imediatamente minimizados e/ou sanados pelo pesquisador.

Nesta pesquisa, pelas circunstâncias que a envolvem, podem incorrer em algum inconveniente, porém, ocorrendo, a pesquisadora compromete-se em minimizá-los. Para minimizar tais riscos, serão tomados os cuidados de não serem incluídas perguntas de cunho pessoal, assegurando-lhe o direito de retirar-se da pesquisa ou de não responder qualquer questionamento, qual seguira os critérios éticos para preservar e respeitar seus direitos e cultura, respeitando sempre os valores sociais, morais, religiosos, culturais e éticos, como também seus hábitos e costumes. Além disso, assegura-se também o anonimato das respostas nas ações participativas do processo de trabalho coletivo e solidário em ajuri.

Se o (a) Sr. (a) aceitar participar, estará contribuindo para a melhoria da comunidade pesquisada, pois esta pesquisa tem caráter de ineditismo sendo este a principal justificativa, ou seja, sua realização proporciona informações estratégicas, até então inexistente para os tomadores de decisão. Sua participação é voluntária, e este consentimento poderá ser retirado a qualquer momento, sem prejuízos à comunidade, tendo seu direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. De igual forma não terá nenhuma despesa, também não receberá nenhuma remuneração pecuniária.

Ressaltamos que os procedimentos adotados com os dados coletados nessa pesquisa serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução no. 196/96 e da nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados tão somente para realização deste estudo para fins acadêmicos científicos. Além disso, assegura-se também o anonimato dos comunitários participantes da pesquisa. Bem como fica assegurado e respeitado ao lado emocional, psicológico, assim descrito no artigo 17º da Proteção do Meio Ambiente, da Biosfera e da Biodiversidade da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos de 2005: “... o respeito pelo conhecimento tradicional e ao papel dos seres humanos na proteção do meio ambiente, da biosfera e da biodiversidade”. Quanto aos benefícios esperados objetiva-se contribuir para ampliar o conhecimento tradicional do processo de Ajuri às comunidades envolvidas no projeto no sentido de promover o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental dos agricultores familiares na hinterlândia amazônica, juntamente com seus diversos atores aliados as práticas do trabalho coletivo e solidário em Ajuri, compartilhada nas atividades comuns de manejo nos quintais agroflorestais, nas atividades sociais, religiosas, culturais, acesso à informação tecnológica e assistência técnica de ATER, objetivando estabeleçam um diálogo fértil entre os saberes tradicional e científico. Proporcionando ganhos ambientais e econômicos à melhoria do processo produtivos através da agregação de maior valor aos produtos agroflorestais, a racionalização das atividades nas áreas de produção agroecológicas com redução de custos financeiros, o fortalecimento e maior integração das famílias de agricultores com a comunidade, mas também como um instrumento de valorização cultural do processo de Ajuri. A participação nesta pesquisa é voluntária e anônima dos menor de idade, qual solicito **AUTORIZAÇÃO** do uso da imagem do(a) menor ou adolescente em todo e qualquer material fotográfico, entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o processo trabalho coletivo e solidário em ajuri, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir para a melhoria das comunidades pesquisadas, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos. As crianças ou adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 2 a 18 anos de idade. A pesquisa será feita na propriedade, onde as crianças residem ou se encontram com os familiares. Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos, mas sua identidade não será divulgada, os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora no endereço: Rua Joaquim Marinho, Bloco 16 A, ap. 01, Conj. Eldorado, Parque 10, telefone (92) 99132-2759, e-mail: miar@terra.com.br. Com o orientador o Prof. Dr. Evandro de Moraes Ramos no Centro de Educação a Distância – CED/UFAM, na Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Setor Sul, Mini Campus da UFAM, telefone (92) 9.9985-5270 ou pelo e-mail: evandromramos@hotmail.com, com o Coorientador Prof.º Dr. Silas Garcia A. Sousa, na Embrapa, Rod AM 10, km 29, s/n, telefone (92) 3303-7800 ou pelo e-mail: silas.garcia@embrapa.br. Com os dirigentes do PPGCASA/UFAM, na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão, n.º 3.000 - Campus Universitário, Coroadó, telefone (092) 3305-4254 e-mail: cpgpsca@ufam.edu.br, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004, 9.9171-2496, 3305-5130. cep@ufam.edu.br - cep.ufam@gmail.com. Atenciosamente,

Maria Isabel de Araújo
Matrícula n. 2170224

Consentimento Pós-Informação.

Eu,.....CPF....., pais ou representante legal de, nascido em, menor de idade, **AUTORIZO o uso da imagem do(a) menor aqui descrito, em todo e qualquer material fotográfico** realizado para pesquisa “AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO” fui informada de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas com a pesquisadora responsável **MARIA ISABEL DE ARAÚJO** sobre os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação do menor ou adolescente no estudo.

O professor orientador Dr. Evandro de Moraes Ramos da UFAM e o professor Coorientador Dr. Silas Garcia Aquino de Sousa da Embrapa Amazônia Ocidental certificaram-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Sei que em qualquer momento poderei solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa e motivar minha decisão se assim o desejar. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Bem como não haverá nenhuma despesa por parte de minha pessoa que seja decorrente da participação dessa pesquisa, assegurados nos requisitos e cumprimento das determinações éticas da Resolução n.º 196/96 e da n.º 466/2012 CNS/CONEP. Em caso de dúvidas poderei chamar a pesquisadora Maria Isabel de Araújo no telefone (92) 99132-2759, no e-mail: miar@terra.com.br, o orientador Dr. Evandro de Moraes Ramos no telefone (92) 9.9985-5270, e-mail: evandromramos@hotmail.com, o Orientador Dr. Silas Garcia A. Sousa no telefone (92) 3303-7800, e-mail: silas.garcia@embrapa.br. Bem como o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181 Ramal 2004, 9.9171-2496, 3305-5130.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, sob qualquer forma e meios, sejam eles impressos, ou digitais e em toda e qualquer mídia. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito da imagem do menor, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à sua imagem ou a qualquer outro, e assim a presente autorização em 02 (dois) vias de igual teor e forma. Recebi uma via deste TALE e a outra via ficará sob a guarda da pesquisadora.

Responsável Legal

Manaus, ___/___/2018.



Assinatura da Pesquisadora

Impressão do dedo polegar
caso não saiba assinar.

Anexo E. Questionário de Avaliação Social, Econômico, Agroambiental

AJURI: O SABER TRADICIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO CONTEXTO AMAZÔNICO

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICO, AGROAMBIENTAL

Prezado (a) Sr/Sra,

O preenchimento do formulário objetiva somente a pesquisa científica. Sua colaboração será anônima, os dados aqui declarados serão divulgados coletivamente sem mencionar o nome do entrevistado.

Obrigado pela sua participação, completar este breve formulário vai nos ajudar a obter os melhores resultados.

Nº do questionário: 190/2018

Data de aplicação: (__/__/20__)

Bloco I - Método etnográfico (Diagnóstico participativo) - com uso da observação participante e de entrevista semiestruturada.

EIXO I – DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL

I – Identificação da propriedade		(Sim - Não)	
1- Denominação da Propriedade: (Escolher nome de uma espécie)			
Município:		Endereço: Comunidade:	
Área: Rural () () Urbana () () Periurbana () ()			
Área total: ha.		Área total de uso agrícola e florestal: ha.	
Área de Reserva Legal há		Área total de servidão administrativa ha.	
Coordenadas geográficas: (GPS)			
O (a) Sr. (a) possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR) (adequação agrícola e ambiental da propriedade rural) CAR N.			() ()
O (a) Sr. (a) possui a Carteira de Produtor Rural? CPR N.			() ()
O (a) Sr. (a) possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?			() ()
1.1– Identificação do (a) proprietário (a):			
2- Nome do (a) agricultor (a) Rural (opcional).			
3- Gênero: () M () F			
4- Escolaridade:			
1- 1º Grau	() ()	4- Superior incompleto	() ()
2- 2º Grau incompleto	() ()	5- Superior. Completo	() ()
3- 2º Grau completo	() ()	6- Analfabeto (a).	() ()
5- Quantos filhos: 1- Sexo () M () F 2- Idade: () < 15 anos (7) > 18 anos			
6- Local de origem (cidade; estado):			
7- Descendência dos Pais:			
8- Local da última moradia (município Estado):			
Quanto tempo morou lá? anos			
9- Qual atividade exercia?			
1- Plantava/Criava	() ()	6- Estudante	() ()
2- Assalariado	() ()	7- Funcionário Público	() ()
3- Autônomo	() ()	8- Serviço voluntário	() ()
4- Desempregado	() ()	9- Trabalho forçado	() ()
5- Empresário	() ()	10- Outros	() ()

EIXO II – DIAGNÓSTICO AGRÍCOLA E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

2.1- Função social da propriedade rural	
1- Ano em que iniciou a atividade em avaliação 2005	
2- A produção é a única fonte de renda da família?	() ()
3- Forma de acesso à propriedade:	
1- Doação (de quem) () 2- Compra (de quem) () 4- Cedido (por quem) () 5- Herança 6- Outros meios (Assentado oficial) () 7- Outros meios (Assentado não oficial) ()	
4- Reside na Propriedade? (S) ()	
5- Com quem? 1- Família () () 2- Caseiro (a) () () 3- Outros () ()	

6- Quem trabalha na roça? 1- Toda a família () () 2- Somente os homens () () 3- Caseiro (a) () () 4- Trabalhador rural () () 5- Outros () ()			
7- Contrata mão-de-obra?			() ()
8- Principal fonte de renda da família:			
1- Agricultura	() ()	5- Pesca	() ()
2- Aposentadoria	() ()	6- Trabalho assalariado/Avulso	() ()
3- Extrativismo	() ()	7- Avicultura	() ()
4- Pecuária	() ()	8- Outros	() ()

EIXO III – DIAGNÓSTICO ETNO-CULTURAL

3.1 Capacidade de organização da comunidade			
1- Qual o tipo de organização que existe na comunidade?			
1- Associação	(S) ()	8- Grupo religioso	() ()
2- Conselho Municipal	() ()	9- Mutirão	() ()
3- Cooperativa	() ()	10- Organização religiosa	() ()
4- Grupo de Ajuri	() ()	11- Partido político	() ()
5- Grupo de Jovens	() ()	12- Sindicato	() ()
6- Grupo de mulheres	() ()	13- Nenhum	() ()
7- Grupo de trabalho	() ()	14- Outros (Futebol)	() ()
2- O (a) Sr. (a) participa de alguma destas organizações?			
1- Sindicato	() ()	5- Conselho Municipal	() ()
2- Associação ou Cooperativa	() ()	6 - Mutirão	() ()
3- Organização religiosa	() ()	7- Ajuri	() ()
4- Partido político	() ()	8- Outros (a)	() ()
3- O (a) Sr. (a) recebeu algum tipo de educação religiosa na infância?			
4- Em relação à religião, o (a) Sr. (a) diria que sua família e familiares são?			
1- Ateísta	() ()	7- Praticante de religião afro brasileira (candomblé...)	() ()
2- Acredita em Deus mas não segue nenhuma religião	() ()	8- Budista	() ()
3- Católica	() ()	9- Muçulmana	() ()
4- Católica não praticante	() ()	10- Judia	() ()
5- Protestante (evangélica, batista, Jeová...)	() ()	11- Outra religião. Qual?	() ()
6- Espírita kardecista	() ()	12- Prefiro não declarar	() ()
5- Qual o papel que sua religião ou crença tem na sua vida?			
1- É que há mais importante na minha vida, qual eu procuro basear todos os atos e opiniões;			() ()
2- É algo muito importante para a minha vida e sobre o qual eu procuro basear a maior parte dos meus atos e opiniões;			() ()
3- Tem relativa importância para mim, mas nem sempre está de acordo com as minhas opiniões ou atitudes;			() ()
4- Tem pequena importância e pouco me baseio nela para tomar minhas atitudes ou formar minhas opiniões;			() ()
5- Tem alguma importância na minha vida, mas não baseio minhas decisões ou opiniões na religião;			() ()
6- Não é importante e não baseio minhas opiniões ou atitudes em nenhuma religião.			() ()
3.2 Ajuri na comunidade			
6- De que formas tem sido promovido o envolvimento comunitário nos ajuris?			
1- Através de contatos permanentes com visitas nas propriedades, identificando o ponto de situação;			() ()
2- Reuniões com a comunidades, a partir das atividades que já são desenvolvidas, para incremento da produção e tornar as atividades mais produtivas.			() ()
3- Incentivar a participação ativa, responsável e motivada dos beneficiários em todas as fases de implementação do Ajuri;			() ()
4- Apoiar de forma particular as mulheres e os jovens, considerando-as como “grupo alvo”, pelos traços que os caracterizam e que lhe são reconhecidos, nomeadamente a capacidade de iniciativa, o dinamismo, a persistência e a dedicação;			() ()
5- Privilegiar as atividades geradoras de rendimento e que favorecem a diversificação da produção agrícola, criando novas oportunidades;			() ()

6- Animar, sensibilizar, formar e capacitar as famílias locais, tanto no diz que respeito a questões técnicas como relacionadas com o exercício da cidadania, a favor da sustentabilidade nas diferentes interpretações.		() ()
7 – Todos os itens acima listados		() ()
7- Quem organiza a maioria dos Ajuris na comunidade?		
1- A comunidade (S) ()		2- Empresas locais () ()
específicas (ATER, Embrapa, REMA) () ()		3- Indivíduos/Entidades
8- O (a) Sr. (a) participa das reuniões dos grupos de Ajuri?		
1- Sempre (S) ()		2- De vez em quando () ()
		3- Não () ()
9- Meios de Comunicação para formação do Ajuri		
1- Celular	() ()	5- Reunião da Associação
2- Correios	() ()	6- Reuniões informais familiar
3- E-mail	() ()	7- Telefonia rural
4- Rádio Comunitária	() ()	8- Outros.(celuleque)
10-. Como o (a) Sr. (a) ajuda outros membros do grupo de Ajuri?		
1- Ajuda com prazer, solidariedade, amizade, troca de serviço?		() ()
2- Não tenho tempo de ajudar.		() ()
3- Ajuda quando pode.		() ()
4- Ajuda vendendo produtos dos vizinhos, transportando mercadoria, passando experiência e conhecimentos.		() ()
5- Ajuda nas outras propriedades com serviços e troca de conhecimentos.		() ()
11- Quais os tipos de Ajuri que participa?		
1- Agrícola - Individual e Coletivo (destoca, capina, desmanche de roça, adubação, plantio, tratos culturais).		() ()
2- Comunitário (realizado quando já existe o bem na comunidade e é necessário que seja realizado algum reparo ou mesmo reconstrução, como consertos de telhado, troca da madeira das paredes da associação, conservação das estradas...)		() ()
3- Comida (cozinhar e alimentar as pessoas que vão trabalhar nos Ajuris em andamento).		() ()
4- Familiar (Festas familiares - aniversário, casamento...)		() ()
5- Lazer (Passeios, excursões...).		() ()
6- Limpeza (Associação, familiar...)		() ()
7- Trabalho à Comunidade (ação elencada pela comunidade como prioritária e necessita do esforço conjunto, tais como colocação de postes, abertura e recuperação de estradas...)		() ()
8- Religioso (festas e tradições religiosas - folias, rezas, novenas, terços).		() ()
9- Saúde (Ação em conjunto à Atenção Básica de Saúde da UFAM, Saúde Preventiva).		() ()
10- Social (ocorre o trabalho coletivo para arrecadar recursos financeiros, geralmente em determinados festejos na comunidade ou fora dela para a aquisição de algum bem necessário para a coletividade, como bomba de água, caixa de água, fiação de energia...).		() ()
11- Socioambiental (ações que afetam a relação com o meio ambiente, desenvolvimento socioambiental do ambiente, distribuição e plantio de mudas, regularização de APA, APP. Corredores Ecológicos, Reserva Legal...)		() ()
12- Cidadania (ação coletiva de diferentes atividades profissionais para atender as demandas dos sujeitos - emissão de CI, CTPS, corte de cabelo, culturais (Dia dos pais, mães, crianças), palestras sobre regularização fundiária, comercialização, produção agrícolas, segurança alimentar...)		() ()
13- Todos acima listados.		() ()
12- Que papel tem o Ajuri na sua vida familiar?		
1- É muito importante para todos, o aprendizado social surge com a prática consciente. Atuando dentro do espírito de doação para o bem comum, fraternidade, apoio mútuo, sendo um exemplo para todos (as) gerações presentes e futuras.		() ()
2- É muito importante e procuro divulgar o Ajuri com meus conhecidos;		() ()
3- É importante e eventualmente eu divulgo com meus conhecidos.		() ()
13- Sobre a equipe de Ajuri na Comunidade.		
1- A equipe é profissional (executam os serviços com responsabilidade e segurança)		() ()
2- A equipe se esforça para atender minhas necessidades e ajudar na lida?		() ()
3- O atendimento da equipe de Ajuri é rápido e eficiente?		() ()
4- A Equipe de Ajuri estão bem organizadas e fáceis de contatar?		() ()
14- O valor pecuniário do Ajuri é justo?		
1- Não, Ajuri não tem preço (S) ()		2- Sim, é justo () ()
15- O (a) Sr. (a) está satisfeito com a promoção dos Ajuris na sua comunidade?		() ()

Bloco II - Método etnográfico - Acompanhamento (Percepção, análise visual, observação de campo...) caminhada no sentido longitudinal e transversal ou de maior visão da propriedade, visitando e analisando as principais explorações, suas estruturas, ocupação do solo, pontos fortes e críticos, etc.

EIXO I – DIAGNÓSTICO SOCIOCULTURAL

I- Ecoformação do Ajuri					(Sim - Não)	
1- Tipo de Habitações?						
1- Alvenaria	() ()	11- Chuveiro	() ()	21- Outros	() ()	
2- Taipa	() ()	12- Água	() ()	22- Casa farinha	() ()	
3- Madeira	() ()	13- Luz	() ()	23- Curral	() ()	
4- Palha	() ()	14- Cobertura	() ()	24- Paiol	() ()	
5- Outro -	() ()	15- Laje	() ()	25- Cercas	() ()	
6- Resid. c/ acabamento	() ()	16- Telha	() ()	26- Tanque piscicultura	() ()	
7- Resid. s/ acabamento	() ()	17- Piso	() ()	27- Açudes	() ()	
8- Rede de Esgoto	() ()	18- Cimento	() ()	28- Casa cidade	() ()	
9- Fossa	() ()	19- Taco	() ()	29- Caprinos	() ()	
10- Banheiro	() ()	20- Cerâmica	() ()	30 - Outros	() ()	
2- Produção e consumo						
1- Produtos produzidos são consumidos	(..) ()	7- Queimada para roçar a terra	() ()			
2- Excedente da produção são para venda no mercado regional	() ()	8- Não utiliza agroquímicos sintéticos na produção	() ()			
3- Uso racional de recursos	() ()	9- Utiliza técnicas de descanso do solo	() ()			
4- Tratamentos de resíduos gerados	() ()	10- Utiliza rotação de culturas na propriedade.	() ()			
5- Produz adubo orgânico	() ()					
6- Utiliza defensivos químicos no roçado	() ()					
3- Existência, no território ou no entorno, de atividades produtivas que influenciem decisivamente as condições de vida e a situação social do local.						
1- Áreas de lazer (banhos de igarapés, casas de show regional)						() ()
2- Comércio (mercados, shoppings, galpões)						() ()
3- Extração mineral						() ()
4- Indústrias,						() ()
5- Meios de circulação (estradas, avenidas)						() ()
6- Mercadinhos, tabernas, bodega...						() ()
7- Plantações agrícolas,						() ()
8- Praças públicas com playground,						() ()
9- Academia ao ar livre...						() ()
II- Práticas produtivas sustentáveis econômicas						
4- Práticas econômicas						() ()
1- Possui mão de obra contratada						() ()
2- Consome o que produz						() ()
3- Acesso à informação e assistência técnica						() ()
4- Possui renda fora da agricultura						() ()
5- Obtém preço justo na comercialização dos produtos						() ()
6- Comercializa na feira livre						() ()
7- Participa de programa assistencial do governo federal/estadual...						() ()
8- É praticado o desenvolvimento sustentável						() ()
9- Práticas produtivas sustentáveis são rentáveis						() ()
10- Utiliza ferramentas para reduzir custos e desperdícios						() ()
5- Produção na propriedade:						
1- SAF's - quintal agroflorestal. () ()	2- Avicultura () ()	3- Pecuária () ()				
N) 4- Piscicultura () (N)	5- Suinocultura () (N)	6- Misto () ()				
6- Sistema de produção?						
1- Individual (na propriedade) () ()	2- Coletivo (na comunidade) () ()	3- Misto (1 e 2) () ()	4- Outras áreas na comunidade () ()	5- Outras áreas fora da comunidade () ()		
7- A produção agrícola é certificada.					() ()	

8- Tipo de Certificação			
1- Certificação por Auditoria – selo SisOrg () ()		3- Controle Social na Venda Direta () ()	
2- Sistema Participativo de Garantia – SPGOpac. () ()		4- Outras: () ()	
5- Nenhuma (S)			
9- Situação da propriedade em relação à produção orgânica e convencional:			
1- Toda a propriedade já é orgânica		() ()	
2- Há conversão parcial (produção orgânica e em conversão - parte da propriedade tem produção orgânica e a outra está em conversão para orgânico)		() ()	
3- Toda a propriedade está em conversão		() ()	
4- Há produção paralela (não orgânica e orgânica)		() ()	
5- Toda a propriedade é de produção convencional		() ()	
10- O (a) agricultor (a) adota práticas para diversificação e incremento da biodiversidade?			
1- Rotação de culturas.		() ()	
2- Diversificação da produção.		() ()	
3- Quebra-ventos com espécies mais altas .		() ()	
4- Cultivos consorciados.		() ()	
5- Adubação verde.		() ()	
6- Manutenção/plantio de vegetação para abrigo de pequenos seres vivos benéficos que polinizam, controlam pragas e realizam outras funções.		() ()	
7- Plantio de vegetais com intensa floração que atraem inimigos naturais (pragas).		() ()	
8- Cercas vivas.		() ()	
9- Recuperação/ Enriquecimento de APPs.		() ()	
10- Sistema agroflorestal.		() ()	
11- O (a) agricultor (a) separa as áreas orgânicas e não orgânicas da seguinte forma:			
1- Não se aplica		() ()	
2- Áreas diferentes e identificadas.		() ()	
3- Barreiras vegetais ou naturais entre as duas áreas.		() ()	
4- Insumos identificados e armazenados separadamente.		() ()	
12- O (a) agricultor (a) adota práticas de conservação do solo:			
1- Roçagem:		() ()	
2- Cobertura do solo com palha ou plantas vivas:		() ()	
3- Plantio de acordo com as curvas de nível:		() ()	
4- Adubação verde:		() ()	
5- Plantio de diferentes espécies em faixas alternadas		() ()	
6- Terraceamento:		() ()	
7- Plantio direto sobre a palhada		() ()	
8- Todas acima listadas		() ()	
13- Quais os principais canais de venda?			
01- No Assentamento	(.) ()	08- Outras feiras	() ()
02- Feiras livres	(.) ()	09- Mercado Municipal	() ()
03- Centro de abastecimento	() ()	10- Mercadinhos	() ()
04- Banca na BR/AM	() ()	11- Restaurantes/Lanchos	() ()
05- Box na BR/AM	() ()	12- Atravessador	() ()
06- Feira do MAPA	() ()	13- Órgãos Públicos	() ()
07- Feira ADS	() ()	14- Outros (Delivere)	() ()
III- Práticas produtivas sustentáveis sociais			
14- Práticas sociais			
1- Políticas públicas estimulam a atividade agrícola familiar		() ()	
2- Têm as necessidades pessoais satisfeitas		() ()	
3- O trabalho causa alguma insatisfação		() ()	
4- O trabalho é importante		() ()	
5- Têm autonomia para realizar o trabalho		() ()	
6- Têm grandes expectativas com a realização do trabalho com retorno financeiro		() ()	
7- A agricultura foi sua escolha quando jovem		() ()	
8- Participam de atividades comunitárias		() ()	
9- Gostam do local onde mora		() ()	
10- Possuem boa relação com os vizinhos		() ()	
11- Consideram ter boa qualidade de vida		() ()	
12- Perspectiva dos filhos dar continuidade ao trabalho da família		() ()	
15- Produtos vegetais ofertados para o mercado?			

1- Frutas regionais (<i>in natura</i>)	() ()	2- Grãos e outras culturas anuais	() ()					
3- Hortaliças	() ()	4- Plantas Medicinais	() ()					
5- Outras culturas	() ()	6- hortifruticultura pré-processados	() ()					
16- Frequência de comercialização da produção agroflorestal								
1- Diário	() ()	2- Semanal	(S) ()					
		3- Mensal						
17 - Frequência de comercialização da produção avícola?								
1- Diário	() ()	2- Semanal	() ()					
		3- Mensal	() ()					
		4- Não se aplica	(S) ()					
18- Frequência de comercialização da produção piscicultura?								
1- Diário	() ()	2- Semanal	() ()					
		3- Mensal	() ()					
		4- Não se aplica	(S) ()					
19- O (a) agricultor (a) faz uso de queimadas na propriedade?			() ()					
20- A propriedade está limpa, sem lixo espalhado pelo quintal, em volta da casa, nas áreas de produção agrícola, de beneficiamento, beira de córregos, reservatórios d'água, etc.?			() ()					
21- O preparo da área é do tipo tradicional (corte-queima)			() ()					
22- O lixo orgânico é separado do lixo seco?			() ()					
23- Qual a destinação do lixo orgânico?								
1- Alimentação animal		(S) ()	2- Compostagem					
		(S) ()	3- Inadequada (incinerado)					
		() ()	() ()					
25- .Qual a destinação do lixo seco? .								
1- Coleta - serviço público ou comunitário		() ()	2- Reciclagem					
		(S) ()	() ()					
		3- Compostagem	(S) ()					
		(S) ()	4- Inadequada (incinerado)					
		(S) ()	() ()					
25- Há coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes, para comercialização.			() ()					
26- Controle de plantas espontâneas			() ()					
27- Uso de insumos agrícolas 1- Pesticidas			() ()					
			2- Fertilizantes naturais					
			(S) ()					
28- Benfeitorias existentes no quintal agroflorestal								
N.	Nome comum	Não	N.	Nome comum	Não	N.	Nome comum	Não
1	Abacaba		153	Croton		305	Murta	
2	Abacaxi		154	Cúbio		306	Muru-muru	
3	Abacaxi-roxo		155	Cueira, cuité		307	Mururé	
4	Abiu		156	Cuia-mansa		308	Mussaenda	
5	Abóbora (jerimum)		157	Cumarú		309	Mussambê	
6	Abriçó-de-macaco		158	Cupuaçu		310	Mutamba	
7	Açafrão		159	Dama-da-noite		311	Mutuquinha	
8	Açaí-de-touceira		160	Dendê		312	Nin	
9	Açaí-solteiro		161	Desmodio		313	Noni	
10	Acelga		162	Dinheiro-em-		314	Oiti	
11	Acerola		163	penca		315	Oléo-elétrico	
12	Acoita-cavalo		164	Dracena		316	Onze-horas	
13	Agave		165	Elixir paregórico		317	Ora-pro-nóbis	
14	Aipo (ou salsão)		166	Embaúba		318	Orelha-de-	
15	Alcachofra		167	Endívia		319	macaco	
16	Alecrim		168	Envira-preta		320	Ouricuri	
17	Alface		169	Erva-cidreira		321	Paineira	
18	Alfavaca		170	Erva-de-jabuti		322	Pajuaru	
19	Alfazema		171	Erva-mate		323	Papiro	
20	Algodão		172	Ervilha		324	Páprica	
21	Algodão-roxo		173	Espada-de- são-		325	Paricá	
22	Alho (folhas)		174	jorge		326	Pariparoba	
23	Alho poró		175	Espinafre-		327	Pata-de-vaca	
24	Almeirão		176	amazônico		328	Pataqueira	
25	Amaranto-verde		177	Espinheira-santa		329	Patauá	
26	Ameixa		178	Esponjinha		330	Pau-amargo	
27	Amor-crescido		179	Esporão-de-galo		331	Pau-brasil	
28	Andiroba		180	Éxora (Ixora)		332	Pau-d'água	
29	Angico-vermelho		181	Éxória mini		333	Pau-do-indio	
30	Aniz		182	Fedegoso		334	Pau-ferro	
31	Antúrio		183	Feijão guandu		335	Pau-rosa	
32	Apurui		184	Feijão macuco (336	Pau-tenente	

33	Araçá-do-mato	185	Jacatupé)	337	(Quina)
34	Araruta	186	Feijão-caupi	338	Pedra-umé-caá
35	Araticum	187	Feijão-de-metro	339	Peixinho-da-
36	Ariá	188	Feijão-preto	340	horta
37	Arnica	189	Ficus	341	Penicilina
38	Aroeira-vermelha	190	Figueira-do-mato	342	Peperomia
39	Arruda	191	Flamboyanzinho	343	Pepino
40	Arubé	192	Flor-da-noite	344	Pepino-mini 1
41	Árvore-da-felicidade	193	Flor-de-maio	345	Pepino-mini 2
42	Assa-peixe	194	Folha doce	346	Periquito
43	Ata	195	Fruta-pão	347	Perpétua,
44	Avelós	196	Fumo-bravo	348	balainho-de-
45	Avenca	197	Funcho	349	velho
46	Avium	198	Gengibre	350	Pimenta doce
47	Azeitona	199	Gengibre-	351	Pimenta
48	Babaçu	200	vermelho	352	malagueta
49	Babosa	201	Gérbera	353	Pimenta olho-
50	Bacaba	202	Goiaba	354	de-peixe
51	Bacuri	203	Goiaba-de-anta	355	Pimenta-longa
52	Bacuri-do-pará	204	Goiaba-serrana	356	Pimenta-
53	Banana	205	Graviola	357	murupí
54	Banana-de-chifre	206	Guabiju	358	Pimentão
55	Bananeira-de-jardim	207	Guabioba	359	Pimenta-
56	Barbatimão	208	Guacatunga	360	variedades
57	Bastão-do- imperador	209	Guajuvira	361	Pingo-de-ouro
58	Begônia	210	Guaraná	362	Pinhão-branco
59	Beijo-de-frade	211	Guayusa	363	Pinhão-roxo
60	Berí	212	Guine	364	Pinhão-roxo
61	Berinjela	213	Helicônia1	365	Piquiá
62	Bertalha	214	Helicônia2	366	Pirarucu
63	Bico-de-papagaio	215	Helicônia3	367	Pitaia
64	Biriba	216	Hibiscus	368	Pitomba
65	Boca-de-lobo	217	Hortelã	369	Pixirica
66	(torênia)	218	Hortelãzinho	370	Planta-tapete
67	Bogari	219	Hortênsia	371	Preciosa
68	Boldo	220	Inajá	372	Primavera
69	Bonina, maravilha	221	Indaía	373	Primavera
70	Borboleta	222	Inga-banana	374	Priprioca
71	Brachiaria (capim)	223	Ingá-cipó	375	Puerária
72	Breu-branco	224	Ingá-de-metro	376	Pupunha
73	Brilhantina, pilea	225	Ingá-do-brejo	377	Puxuri
74	Brinco-de-noiva	226	Inhame	378	Quaresmeira
75	Brócolis	227	Inhame-chinês	379	Quebra-pedra
76	Brotos de feijão	228	Ipe-amarelo	380	Quiabo
77	Buriti	229	Ipê-de-jardim	381	Quicuío
78	Butiá (tipo dendê)	230	Ipê-roxo	382	Rambutã
79	Caapeba-amazônica	231	Íris	383	Renda-
80	Cabelo-de-negro,	232	Jaborandi	384	portuguesa
81	Cabriuva	233	Jabuticaba	385	Repolho
82	Cacau	234	Jaca	386	Rinchão
83	Cacauí	235	Jalapeño	387	Rosa
84	Cacto-candelabro	236	Jambo	388	Roseira-mini
85	Cactus	237	Jambú	389	Rúcula
86	Caiahuá	238	Jasmim	390	Sabiá
87	Cajá	239	Jasmim-roxo	391	Sabugueiro
88	Cajarana	240	Jatobá	392	Sacaca
89	Caju	241	Jatrofa	393	Salva-de-
90	Calanchoê	242	Jauari	394	Marajó
91	Calibracoa	243	Jenipapo	395	Salvia
92	Camapu/Fissalis	244	Jiboia	396	Samambaia

93	Camará, cambará	245	Jiló	397	Sangue-de-
94	Cambara	246	Jucá	398	dragão
95	Camboata-vermelho	247	Jurubeba	399	Sapatinho-do-
96	Camboinzinho	248	Lança-de-são-	400	diabo
97	Camomila	249	jorge	401	Sapota-do-
98	Camu-camu	250	Laranja	402	solimões
99	Cana- de-açúcar	251	Laranja Kikan	403	Sapotilha
100	Cancorosa	252	Leia-rubra, leia-	404	Sapucaia
101	Candelabro	253	vermelha	405	Sassafrás-do-
102	Canela-preta	254	Leiteiro-vermelho	406	pará
103	Capim-santo	255	Lentilha	407	Seriguela
104	Capim-santo-chinês	256	Lima	408	Seringueira
105	Capim-vetiver	257	limão- comum	409	Sete-capotes
106	Cará-de-espinho	258	Limão galego	410	Shiitake
107	Carambola	259	Limão rajado mini	411	Soja
108	Cará-moela(do-ar)	260	Língua-de-dragão	412	Sororoca
109	Cará-roxo	261	Lombrigueira	413	Stevia
110	Cariru / Caruru	262	Macadâmia	414	Sumaúma
111	Carqueja	263	Malvarisco	415	Surubim
112	Casca-de-anta	264	Mamão	416	Taboca
113	Castanha-da-	265	Mamica-de-cadela	417	Taiá, orelha-
114	Amazônia	266	Mamona	418	de-elefante
115	Castanha-de-cutia	267	Manacá	419	Taiá-rio-
116	Castanheira	268	Mandacarú	420	branco
117	Cebolinha	269	Mandioca	421	Taioba
118	Cedro	270	macaxeira	422	Taleira
119	Cerejeira-do-mato	271	Mandioca-baroa	423	Tamarinho
120	Chá-de-bugre	272	Manga	424	Tanchagem
121	Chal-chal	273	Mangaba	425	Tanjerina
122	Cheflera-pequena	274	Mangostão	426	Taperebá
123	Cheiro-verde	275	Manjericão	427	Tarubá
124	Chichuá	276	Mapati	428	Tarumã
125	Chicória	277	Maracujá	429	Teca
126	Chuchu	278	Maranta-variegada	430	Timbo
127	Cibalena	279	Marcela	431	Tinhorão
128	Cica	280	Margarida, mal-	432	Tomate
129	Cica-revoluta	281	me-quer	433	Tomate cereja
130	Cincho	282	Marula	434	Trapoeraba
131	Cipó-alho	283	Marupazinho	435	Trapoeraba-
132	Cipó-mil-homens	284	Mastruz	436	roxa
133	Cipreste	285	Mata-campo	437	Trombeta
134	Citronela	286	Maxixe	438	Ucuúba-de-
135	Coco	287	Mel	439	várzea
136	Cogumelos-amazônia	288	Melancia	440	Umari
137	Coirama	289	Melão-amazônico	441	Umbu
138	Coité	290	Melão-de-São-	442	Unha-de-gato
139	Coléria	291	Caetano	443	Urtiga
140	Coléus	292	Melhoral	444	Urucum
141	Comigo-ninguém-pode	293	Mertiolate	445	Uvalha
142	Copaíba	294	Milho	446	Uxi-coroa
143	Copo-de-leite	295	Moela-de-galinha	447	Uxi-liso
144	Coração-de-bugre	296	Mogno	448	Vagem
145	Corama ou Saião	297	Moringa	449	Valeriana
146	Coroa-de-cristo	298	Mucuim	450	Vassourinha
147	Coronilha	299	Mucuna preta	451	Veludo roxo
148	Corticeira-do-mato	300	Mucura-caá	452	Vinagreira
149	Couve	301	Muirapuama	453	Vinca
150	Crajirú	302	Mulateiro	454	Vindicá
151	Cravo-de-defunto	303	Munguba	455	Violeta
152	Crista-de-galo	304	Murici	456	Vique

EIXO II – DIAGNÓSTICO AGRÍCOLA E AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

2- Percepção ambiental	
1- Quanto ao tamanho da adequação ambiental da propriedade?	
1- Extensão total de rios, igarapés, vertentes da margem direita (m)	() ()
2- Extensão total de rios, igarapés, vertentes da margem esquerda (m)	() ()
3- Área média da mata ciliar (m)	() ()
4- Área de mata ciliar ausente (ha)	() ()
5- Reserva Florestal (%)	() ()
6- Área de florestal ausente (ha) (%)	() ()
2- Plantio de espécies vegetais na propriedade com potencial para controle de pragas: (cinamomo (<i>Melia azedarach L.</i>), nim (<i>Azadirachta indica</i>), tabaco (<i>Nicotiana tabacum L.</i>), saboneteira (<i>Sapindus saponaria L.</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), cravo-de-defunto (<i>Tagetes erecta</i>), pimenta malagueta (<i>Capsicum frutescens L.</i>), entre outras).	() ()
3- Aproveitamento de resíduos orgânicos da área cultivada e da cozinha, é utilização na prática da compostagem.	() ()
4- Práticas de florestamento da área de espécies nativas	() ()
5- A produção agrícola familiar apresenta características que mostram sua força como local privilegiado ao desenvolvimento de agricultura sustentável,	() ()

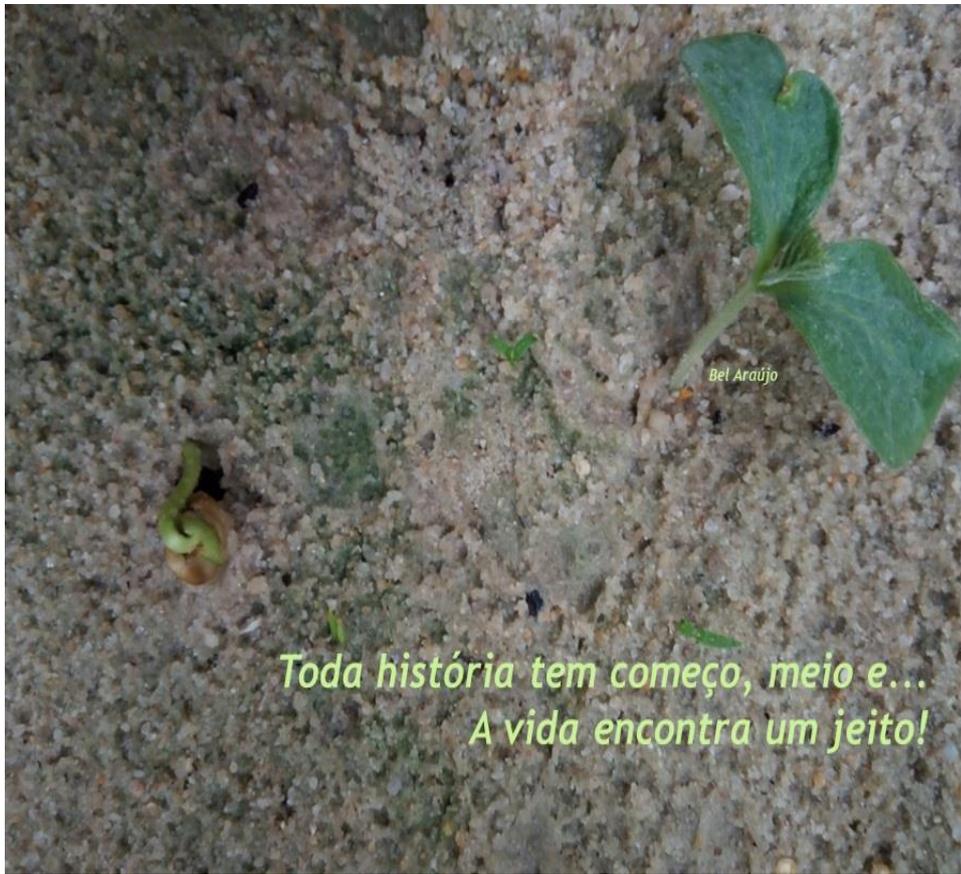
EIXO III – DIAGNÓSTICO ETNO-CULTURAL

1- Memória biocultural	
1- Práticas agrícolas da memória biocultural.	
1- Pais e avós trabalhavam com cultivos e/ou criações;	() ()
2- A forma como eram cultivados preservavam os saberes tradicionais;	() ()
3- Houve mudanças nessas atividades (cultivos, variedades, técnicas e ferramentas, condições de trabalho, percepção do meio físico);	() ()
4- Com relação às mudanças significativas, foram identificados os motivos sociais, econômicos e ambientais.	() ()
2- Dentre os aspectos sociais, identifica-se:	() ()
1- Se fazia parte de grupos de ajuda mútua ou outro tipo de grupo (ajuri, troca-de-dia, mutirão, manejo, outros tipos, ...);	() ()
2- Se fazia parte de algum tipo de organização formal (associação, sindicato, outros tipos de organizações etc.) e se chegou a exercer algum cargo ou função;	() ()
2- Se fazia parte de alguma igreja	() ()
4- Se estudam;	() ()
5- Se os pais participavam ou estimulavam a participação de membros da família em outras atividades de formação (capacitação técnica, formação de lideranças, pastoral etc.)	() ()
3.1- Processo de ajuri na comunidade	
3- Quanto à origem do processo de Ajuri	
1- Corresponde à capacidade dos atores de obter benefícios pelo fato de pertencer à redes sociais ou a outras estruturas sociais;	() ()
2- Obediência a normas internalizadas pelo grupo coletivo;	() ()
3- Obrigações perante os outros, pela norma de reciprocidade bilateral;	() ()
4- Solidariedade restringida: a norma de reciprocidade é então o produto emergente de um objetivo e de uma situação comum aos membros do grupo (compartilhamento).	() ()
5- A reciprocidade indireta (ternária): o retorno ao doador não provem necessariamente de quem recebeu dele;	() ()
6- A coletividade garante a devolução dos dons (poder de pressão social do grupo) dos valores humanos, atrás dos códigos éticos, inseridos na memória biocultural e nas representações sociais (religião, cultura...);	() ()
4- Quis importantes fatores encorajam a formação dos grupos de Ajuri?.	
1- A proximidade física: Pessoas que vivem na mesma aldeia têm maior probabilidade de formar um grupo que pessoas que vivem em aldeias diferentes	() ()
2- Atração física: Indivíduos que se atraem fisicamente para formar o grupo, Ex: rapazes e moças jovens e energéticos	() ()
3- Recompensas: Satisfação de suas necessidades econômicas e sociais	() ()

4- Apoio social: Talvez dado por participantes de um grupo em tempos de crise	() ()
5- Formar um grupo para a geração de riqueza, tais como consórcio, rifa, etc.	() ()
6- Os participantes sentem a necessidade de se reunirem como um grupo para que possam alcançar os seus objetivos comuns	() ()
7- O grupo é coordenado democraticamente pela aceitação e concordância geral de seus membros e participantes.	() ()
8- Os participantes contribuem com recursos para financiar os negócios do grupo, cujos resultados são geridos pelo grupo que disfrutam dos resultados dos negócios do grupo (lucros/perdas).	
9- As mulheres encorajam a participação, a partilha do poder e da informação.	
3.2- Competência no Ajuri	
5- Avaliação e atuação das pessoas no Ajuri?	
1- Conseguem trabalhar juntas?	() ()
2- Confiam uma nas outras?	() ()
3- Conseguem um acordo quando discutem?	() ()
4- Ajudam uns aos outros?	() ()
5- Sabem administrar o tempo para superar os desafios?	() ()
6- Procuram auxiliar na redução de despesas e desperdícios?	() ()
7- Encaram as necessidades da comunidade como importantes?	() ()
8- Conseguem influenciar os comunitários e motiva-os a participar dos Ajuris?	() ()
9- Buscam a imparcialidade e a justiça quando há desavença de opiniões?	() ()
10- Buscam o diálogo e a troca de opiniões para que todos encontrem a melhor solução?	() ()
11- Conseguem trabalhar em grupo sem conflitos e estimulam a participação coletiva?	() ()
12- Sabem definir prioridades para alocar o tempo de forma a desempenhar várias tarefas ao mesmo tempo de forma eficiente?	() ()
13- Comunica-se com lealdade, sem esconder fatos ou omitir informações?	() ()
14- Tem interesse, entusiasmo e determinação na execução das atividades?	() ()
15- Reagem positivamente as mudanças necessárias e tem facilidades de adaptação para utilização de novos métodos, procedimentos e estratégias?	() ()
16- Para resolver os casos que surgem, não só aplicam as soluções que lhe são apresentadas, como buscam alternativas, a fim de cumprir as obrigações da melhor maneira possível?	() ()
6- Características que exercem influência dos comunitários nos Ajuris?	
1- Características socioeconômicas da comunidade (transporte e acesso rodoviário/hidroviário; serviços sociais básicos de educação e saúde; estrutura fundiária; as explorações econômicas agrícolas; a diversificação da produção; a presença de agroindústrias; os mercados);	() ()
2- Características da área e entorno (produção agrícola da agricultura familiar)	() ()
3- Caracterização do quadro ambiental (condições físicas e químicas dos solos, tipo de relevo, clima, recursos hídricos e florestais, topografia ou declividade);	() ()
4- A origem e início do processo de ocupação/colonização do espaço (biocultural);	() ()
5- A dinâmica populacional (êxodo rural, urbanização, envelhecimento, aposentadoria);	() ()
6- Iniciativas e compromissos do poder público Municipal, Estadual, Federal (interferem no desenvolvimento local);	() ()
7- Quanto à organização sociais da comunidade (associações e conselhos comunitários, sindicatos, partidos, clubes, pastorais etc.);	() ()
8 - A gestão social, conselhos e agentes de desenvolvimento local (ações em parceria, envolvendo poder público, sociedade civil e empresas privadas);	() ()
9- As organizações econômicas rurais (produção agrícola, extrativista, comercialização);	
10- Capital Social ² - (Religioso, Solidariedade, Fraternidade, Igualdade, a participação coletiva das pessoas em defesa de seus interesses e na construção da cidadania).	() ()
7- Quais são os valores chave na gestão do Ajuri?	
1. Lealdade () () 2. Mérito () () 3. Conhecimento tradicional () ()	
4. Igualdade () () 4. Eficiência () () 5. Conhecimento especializado () ()	
6. Solidariedade () () 7. Transparência () () 9. Todos itens. () ()	
8- Os diferentes membros do Ajuri têm iguais direitos no processo de tomada de decisão?	() ()
9- O processo de tomada de decisão é justo?	() ()
10- A parceria no Ajuri pode ser considerada uma parceria de sucesso? 1. Discordo totalmente () ()	
2. Nem concordo nem discordo () () 3. Concordo () () 4. Concordo totalmente () ()	
3.3- Benefício social/econômico/ambiental do Ajuri	
11- Vantagens da agricultura familiar rural/urbana à sociedade	

1- Tirar o agricultor do isolamento social () () 2- Proximidade com o consumidor final () () 3- Contato e respeito com a natureza, criação de espaços verdes no entorno da cidade configurando um ambiente saudável e sustentável. () () 4- Diversificação de culturas e qualidade nos alimentos de cultivo orgânico sem o uso de agroquímicos () () 5- Preserva hábitos alimentares e culturais e o uso sustentável dos recursos naturais () () 6- Reconhecimento de que o solo é um organismo vivo, com utilização de resíduos orgânicos e águas da chuva () () 7- Independência dos sistemas de produção, a produção diversificada e pode incluir produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola () () 8- Garante a segurança alimentar e nutricional	
3.4- Formação do Capital social	
12- Capital social 1- Integração cultural entre os colaboradores e familiares; () () 2- Engajamento em movimentos sociais; () () 3- Captação de demandas da comunidade; () ()	
13- Histórico das experiências e das organizações de Ajuris 1- A experiência é formada/constituída pela comunidade? () () 2- É restrito o número de pessoas ou de famílias? () () 3- Há participação de homens, mulheres, jovens? () () 4- A participação da comunidade na experiência tem aumentado? 5- Esta experiência tem proporcionado ganhos sociais? () () 6- Apresenta perspectivas futuras? () ()	
14- O grupo tem em comum valores altruísta, alicerçadas sobre valores e práticas construídos coletivamente, que são os elementos constitutivos da identidade dos componentes do grupo?	() ()
15- Os agricultores adquiriram conhecimento com seus antepassados, com vizinhos e com o aprendizado de técnicas modernas no processo produtivo.	() ()
16- A prática do Ajuri surgiu a partir das experiências coletivas praticas anteriormente em outras comunidades com objetivos sociais e econômicos.	() ()
17- O conhecimento adquirido (memória biocultural) com os antepassados foi o fator mais importante para o desenvolvimento de seus processos produtivos.	() ()
18- As experiências coletivas de Ajuri apresentam resultados materiais no contexto econômico conquistados pelas experiências, com a geração de renda às famílias participantes e à inserção de seus produtos nos mercados, bem como as relações estabelecidas com os mercados, os espaços e as condições de comercialização.	() ()
19- As experiências coletivas de Ajuri apresentam resultados imateriais, não atrelados aos ganhos econômicos, mas sim como experiências em conjunto na formação de redes e parcerias, cujos resultados relacionados às questões culturais, de aprendizagem, de auto-estima e de sociabilidade entre os participantes.	() ()
20- As experiências coletivas de Ajuri apresentam resultados materiais e imateriais a família dos agricultores com formação de novas redes e parcerias, no exercício da cidadania, da melhoria da autoestima dos agricultores familiares, da aquisição de informações e conhecimentos;	() ()
24- Essa tradição de cooperação e de solidariedade (Laços de Confiança, Cooperação e Ajuda Mútua) explica o melhor desempenho de seus habitantes de agir em conjunto pelo bem comum ou mesmo visando a qualquer objetivo que transcenda aos interesses materiais imediatos da família nuclear.	() ()
21- A capacidade dos indivíduos de estabelecer relações organizadas - mercantis e não mercantis – além de beneficiar a troca de informações, favorecer a conquista conjunta de mercados.	() ()
22- O desenvolvimento de relações sociais com pessoas do grupo ou de outros diferentes (capital social de conexão) propiciar o acesso a maiores informações resultando num esforço para o planejamento da produção e comercialização	() ()
3.5- Projetos de extensão comunitária	
23- A ação coletiva do Ajuri é propulsor da transição agroecológica?	() ()
24- Sob a perspectiva da dimensão ambiental, o processo de trabalho coletivo e solidário de Ajuri objetiva recuperar e manter a capacidade produtiva dos agroecossistemas da hinterlândia amazônica.	() ()
25- O processo de ação coletiva dos Ajuris são ações concentradas pelos atores locais, para o manejo ecológico dos recursos naturais, como uma estratégia de enfrentar as atuais tendências à homogeneização e centralização produtiva.	() ()

GRATA POR SUA PARTICIPAÇÃO!



*Toda história tem começo, meio e...
A vida encontra um jeito!*